

A GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL: 1989-2006



CESAR ROMERO JACOB
DORA RODRIGUES HEES
PHILIPPE WANIEZ
VIOLETTE BRUSTLEIN

EDITORA
PUC
RIO

 EDITORA
VOZES



A GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL: 1989-2006

CDD: 324.981

1. Voto - Brasil - História. I. Jacob, Cesar Romero II. Título.
2. Presidentes - Brasil - Eleições.
3. Eleições - Brasil. 2. Campanha eleitoral - Brasil.
Inclui bibliografia.
168 p. : il. (color.) ; 28 cm.
PUC-Rio ; Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.
Cesar Romero Jacob... [et al.] - Rio de Janeiro :
A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006.



A GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL: 1989-2006

A geografia do voto nas eleições presidenciais do Brasil: 1989-2006 /

Cesar Romero Jacob... [et al.] – Rio de Janeiro :

PUC-Rio ; Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

168 p. : il. (color.) ; 28 cm

Inclui bibliografia.

1. Eleições - Brasil. 2. Campanha eleitoral - Brasil.

3. Presidentes – Brasil – Eleições.

4. Voto – Brasil – História. I. Jacob, Cesar Romero. II. Título.

CDD: 324.981

A GEOGRAFIA DO VOTO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL: 1989-2006

Cesar Romero Jacob

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Dora Rodrigues Hees

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Brasil

Philippe Waniez

Université de Bordeaux, UMR 5185 ADES
Bordeaux, França

Violette Brustlein

Centre National de la Recherche Scientifique
Paris, França



**EDITORA
VOZES**

Petrópolis

© 2010, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: <http://www.vozes.com.br>

Diretor Editorial
Frei Antônio Moser

Editores
José Maria da Silva
Lídio Peretti
Marilac Loraine Oleniki

Secretário Executivo
João Batista Kreuch

Reitor
Pe. Jesus Hortal Sánchez, S.J.

Vice-Reitor
Pe. Josafá Carlos de Siqueira, S.J.

Vice-Reitor para Assuntos Acadêmicos
Prof. José Ricardo Bergmann

Vice-Reitor para Assuntos Administrativos
Prof. Luiz Carlos Scavarda do Carmo

Vice-Reitor para Assuntos Comunitários
Prof. Augusto Luiz Duarte Lopes Sampaio

Vice-Reitor para Assuntos de Desenvolvimento
Pe. Francisco Ivern Simó, S.J.

Decanos
Profª Maria Clara Lucchetti Bingemer (CTCH)
Prof. Luiz Roberto A. Cunha (CCS)
Prof. Reinaldo Calixto de Campos (CTC)
Prof. Hilton Augusto Koch (CCBM)



Em coedição com:
© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225 – Projeto Comunicar
Praça Alceu Amoroso Lima, Casa da Editora
Gávea – Rio de Janeiro – RJ – CEP 22453-900
Telefax: (21)3527-1760/1838
Site: www.puc-rio.br/ediorapucurio
E-mail: edpucurio@puc-rio.br

Conselho Editorial
Augusto Sampaio, Cesar Romero Jacob, Fernando Sá,
José Ricardo Bergmann, Luiz Roberto
Cunha, Maria Clara Lucchetti Bingemer,
Miguel Pereira e Reinaldo Calixto de Campos

Capa e projeto gráfico
José Antonio de Oliveira

Foto de capa
"Milítantes do PT e do PSDB se encontram em
passeatas no RJ", Ricardo Leoni/Agência O Globo

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra
poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma
e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo
fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema
ou banco de dados sem permissão escrita da Editora.

ISBN (Editora Vozes): 978-85-326-4035-2
ISBN (PUC-Rio): 978-85-8006-0034-4

Este livro foi impresso pela Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100 – Petrópolis, RJ – Brasil – CEP 25689-900
Caixa Postal 90023 – Tel.: (24) 2233-9000
Fax: (24) 2231-4676

Sumário

Apresentação	7
1. Introdução	9
2. O sistema eleitoral brasileiro	13
2.1. Eleitorado	13
2.2. Abstenção, votos em branco, nulos e válidos	15
3. Fatores da geografia eleitoral	17
4. As eleições presidenciais de 1989	33
4.1 Fernando Collor	34
4.2 Luiz Inácio Lula da Silva	34
4.3 Leonel Brizola	34
4.4 Mário Covas	34
4.5 O segundo turno	34
5. As eleições presidenciais de 1994	43
5.1 Fernando Henrique Cardoso	43
5.2 Luiz Inácio Lula da Silva	44
5.3 Enéas Carneiro	44
6. As eleições presidenciais de 1998	49
6.1 Fernando Henrique Cardoso	49
6.2 Luiz Inácio Lula da Silva	50
6.3 Ciro Gomes	50

7. As eleições presidenciais de 2002	55
7.1 Luiz Inácio Lula da Silva	55
7.2 José Serra	57
7.3 Anthony Garotinho	58
7.4 Ciro Gomes	59
7.5 O segundo turno	59
8. As eleições presidenciais de 2006	77
8.1 Luiz Inácio Lula da Silva	77
8.2 Geraldo Alckmin	78
8.3 Heloísa Helena	78
8.4 Cristóvam Buarque	79
8.5 O segundo turno	79
9. As eleições presidenciais nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (1998-2006)	97
9.1 Rio de Janeiro	97
9.2 São Paulo	101
10. Conclusão	155
Anexo 1: Estados brasileiros e suas microrregiões geográficas	161
Anexo 2: Zonas Eleitorais do Rio de Janeiro e suas delimitações	163
Bibliografia	168

EM ENTREVISTA PUBLICADA ORIGINALMENTE no nº 1 (janeiro-março de 1976) de *Hérodote*, revista fundada por um grupo de geógrafos franceses, Michel Foucault discute questões como território, campo, deslocamento, domínio, solo, região e horizonte. Embora tenha começado a entrevista reticente com os geógrafos, que cobravam dele uma atitude mais positiva com relação à geografia, ao final do colóquio Foucault muda sua opinião e declara que os problemas que os entrevistadores lhe colocaram sobre a geografia eram essenciais e que “a geografia deve estar bem no centro das coisas de que me ocupo”. Ainda nesta mesma entrevista Michel Foucault discute sobre a evolução histórica do mapa como instrumento de saber-poder e conclui: “Um mapa dos votos expressos ou das opções eleitorais é um instrumento de análise”.

Ao longo dos últimos 10 anos, o grupo de pesquisadores franco-brasileiros que assina este livro, formado por Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez e Violette Brustlein, vem se dedicando a recolher, investigar e analisar não só os números que refletem a vontade política do povo brasileiro, mas também os indicadores de desenvolvimento social e econômico do país. Esses números se transformam em geografia eleitoral quando os autores promovem o cruzamento desses dados e os apresentam em forma de mapas. Dessa forma, a cartografia dos resultados eleitorais para a Presi-

dência da República nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, além de permitir a identificação da distribuição territorial das votações dos candidatos e de seus partidos políticos, permite também que se verifique as migrações de votos entre os candidatos, assim como as principais motivações sociais, econômicas e políticas que as determinaram.

Assim, os números que expressam os resultados eleitorais, que costumam ser indicadores frios e sem alma, passam a ter endereço e a expressar nitidamente os diferentes perfis socioeconômicos e culturais do país. Transformam-se visualmente na expressão da vontade política de cidadãos que habitam cidades, estados e regiões, e que expressam por meio do voto sua maior ou menor satisfação com as políticas públicas desenvolvidas e a serem implementadas pelos diferentes candidatos.

Temos convicção que, por meio do uso adequado da série histórica que agora publicamos, os cientistas políticos, sociólogos, historiadores, jornalistas, geógrafos, antropólogos e profissionais da política possam, na linha da indicação feita por Michel Foucault, não apenas entender melhor o que se passou nas últimas cinco eleições para a Presidência da República no Brasil, mas usá-la como instrumento de análise para entender com mais clareza o momento presente e construir novos cenários, ou melhor, criar teorias sobre o futuro político do país.

Fernando Sá
Professor da PUC-Rio

1. Introdução

A GEOGRAFIA ELEITORAL, ALÉM de possibilitar a realização do mapeamento dos resultados das eleições, logo após o fechamento das urnas, apresenta-se como um importante instrumento de análise das estruturas e das dinâmicas territoriais. Assim, as relações entre a continuidade e a mudança de determinados padrões de comportamento eleitoral podem ser reveladoras de transformações, muitas vezes difíceis de serem apreendidas sem o mapeamento sistemático dos dados eleitorais. Nos países com tradição democrática, a cartografia eleitoral se constitui numa atividade corrente para grande número de cientistas políticos, sociólogos e geógrafos, interessados por esta forma particular de expressão da cidadania: a ação de votar.

No Brasil, as pesquisas no domínio da geografia eleitoral não se constituem, ainda hoje, numa tradição científica. A raridade desse tipo de estudo pode ser explicada pela situação política do país que, durante o longo período da ditadura militar, ficou impedido de realizar eleições livres. Com o restabelecimento das eleições diretas para a Presidência da República e a consolidação do processo democrático, tornou-se possível o desenvolvimento de pesquisas capazes de revelar, na totalidade do território brasileiro, certos padrões de comportamento político.

Neste trabalho, pretende-se realizar uma análise dos padrões de comportamento eleitoral, através do mapeamento sistemático dos resultados das cinco últimas eleições presidenciais, levando-se em consideração o país em seu conjunto¹. A escolha de eleições de caráter nacional, como objeto de estudo, deve-se ao fato de que pleitos dessa natureza possibilitam a identifica-

ção de padrões de comportamento eleitoral em relação às correntes políticas nacionais, ao contrário das de âmbito municipal ou estadual, que se apresentam, frequentemente, impregnadas de questões locais ou regionais.

Com tal objetivo, procura-se investigar, então, a existência de uma geografia eleitoral dos candidatos vitoriosos, dos segundos colocados e daqueles que obtiveram a terceira posição nas eleições de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Em alguns pleitos (1989, 2002 e 2006), foi realizado também o mapeamento do candidato colocado em quarto lugar, em função de questões ligadas à conjuntura política nessas eleições.

Além das variáveis eleitorais, foi mapeado um conjunto de indicadores demográficos e socioeconômicos, baseados nos dados do Censo Demográfico de 2000², do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de ajudar a explicar o comportamento dos eleitores nas diferentes regiões brasileiras. Afinal, num país tão vasto e diversificado como o Brasil, o resultado de uma eleição não deve esconder a extrema diferenciação geográfica da expressão eleitoral ligada a numerosos fatores, tais como os contrastes na ocupação do território, os níveis de desenvolvimento econômico e os desequilíbrios sociais.

O nível de observação adotado para os mapas do Brasil foi o das microrregiões geográficas. Em número de 558, elas foram delimitadas pelo IBGE, a fim de se constituírem numa unidade territorial intermediária entre os 26 Estados da Federação, grandes demais para permitirem uma análise detalhada do território nacional, e os 5.504 municípios, difíceis de serem representados graficamente, para o conjunto do país (Fig. 1).

Acrescenta-se a essa análise do Brasil, por microrregião, um estudo sobre os municípios do Rio de Janeiro e de São Paulo, com base em suas zonas eleitorais³. O objetivo dessa análise é o de realizar um *zoom* sobre as duas cidades mais importantes do país, a fim de se investigar, através de um exame mais detalhado, a diversidade de comportamentos eleitorais aí existentes. Portanto, cabe lembrar que os nomes citados ao longo do texto fazem referência às microrregiões, para os mapas do Brasil, e aos bairros, para os mapas dessas duas cidades.

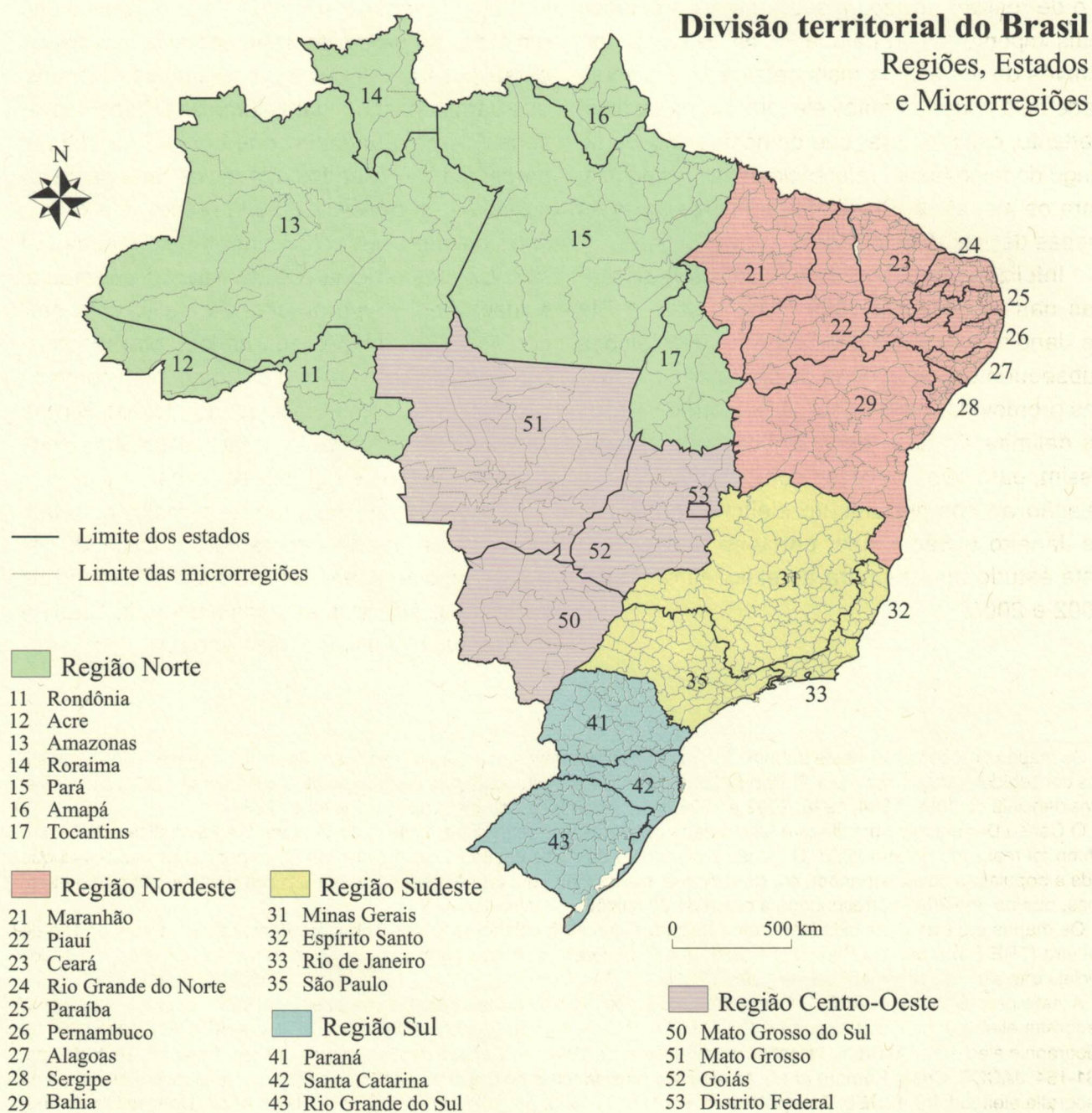
Infelizmente, não foi possível realizar mapas das eleições de 1989 e 1994 para o Rio de Janeiro, comparáveis com os das eleições subsequentes, em função de profundas mudanças promovidas pelo Tribunal Regional Eleitoral na delimitação das zonas eleitorais da cidade. Assim, para que houvesse comparabilidade em relação ao comportamento eleitoral, entre Rio de Janeiro e São Paulo, optou-se por realizar este estudo apenas para as eleições de 1998, 2002 e 2006.

O mapeamento da série histórica das eleições presidenciais ocorridas depois do fim do regime militar utiliza várias formas de representação cartográfica. Para as eleições de 1989, 1994 e 1998 os mapas realizados, para o Brasil como um todo, se valem da representação de dados estatísticos em *círculos proporcionais coloridos*, que permitem combinar valores absolutos, representados pelo tamanho dos círculos, e valores percentuais, mostrados através de uma gama de cores. Já os de 2002 e 2006 recorrem a outros tipos de representação cartográfica: mapas em *círculos proporcionais*, para valores absolutos, e mapas em *gama de cores*, para valores percentuais. Em relação aos dados socioeconômicos, para o Brasil em seu conjunto, bem como os resultados eleitorais para as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram utilizados principalmente mapas em *gama de cores*.

Este trabalho se propõe a realizar, então, uma síntese dos diversos artigos publicados por nossa equipe sobre as eleições presidenciais brasileiras, em revistas acadêmicas do Brasil e da França, nos últimos treze anos⁴.

1. Os mapas apresentados neste trabalho foram realizados através de Philcarto, *software* de cartografia de dados estatísticos concebido e programado por Philippe Waniez. Os dados eleitorais tiveram por base os resultados oficiais das eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006, divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
2. O Censo Demográfico brasileiro é feito a cada dez anos, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o último foi realizado no ano 2000. O Censo é composto de dois questionários: o *Universal*, com perguntas básicas, a que toda a população deve responder, e o da *Amostra*, mais detalhado, que é respondido por um determinado número de pessoas, que no ano 2000 correspondeu a cerca de 20 milhões de informantes.
3. Os mapas para as duas cidades foram realizados graças à colaboração dos Tribunais Regionais Eleitorais do Rio de Janeiro (TRE-RJ) e de São Paulo (TRE-SP), que forneceram as bases cartográficas por zonas eleitorais e os resultados oficiais das eleições presidenciais de 1998 a 2006.
4. A este propósito, ver: JACOB, Cesar Romero *et alii*. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: uma contribuição à geografia eleitoral. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. IV, nº. 3, 1997, pp. 17-86; WANIEZ, Philippe *et alii*. La géographie électorale du Brésil: l'élection présidentielle de 1994. In: *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, nº. 24, 1997, pp. 131-154; JACOB, Cesar Romero *et alii*. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, vol.1, nº.1, 2000, pp. 102-151; WANIEZ, Philippe *et alii*. Une lecture du nouvel Atlas électorale du Brésil. In: *Lusotopie*, Paris, 2000, pp. 537-577; WANIEZ, Philippe *et alii*. Après l'élection de Lula, une nouvelle géographie électorale du Brésil? In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº. 46/47, 2002, pp. 157-177; JACOB, Cesar Romero *et alii*. Eleições Presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº. 6, 2003, pp. 287-327; WANIEZ, Philippe *et alii*. L'élection présidentielle de 2006 au Brésil: continuité politique, nouvelle géographie électorale. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº. 63, 2007, pp. 37-50; JACOB, Cesar Romero *et alii*. A eleição presidencial de 2006 no Brasil: continuidade política e mudança na geografia eleitoral. In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, vol.10, nº. 19, 2009, pp. 232-261.

Figura 1



Ver anexo 1: Estados brasileiros e suas microrregiões

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2. O sistema eleitoral brasileiro

DURANTE OS ANOS DE regime militar (1964 a 1985) o sistema eleitoral existente no país era alterado, através de legislação casuística, com o objetivo de garantir a vitória do partido criado para dar sustentação política aos governos militares e disputar as eleições que ocorreram durante esses 21 anos. Assim, a legislação eleitoral era frequentemente mudada sempre que havia o risco de o partido do governo perder a eleição que se aproximava. Com a redemocratização do país, a nova Constituição promulgada em 1988 adotou uma legislação democrática que se caracteriza, entre outros aspectos, por eleições periódicas para as diferentes esferas de poder:

- Eleição para Presidente da República, Senador da República, Deputado Federal, Governador de Estado e Deputado Estadual, a cada quatro anos, tendo ocorrido em 1994, 1998, 2002 e 2006;

- Eleição para Prefeito Municipal e Vereador, a cada quatro anos, tendo ocorrido em 1992, 1996, 2000, 2004 e 2008;

- Para os cargos do Poder Executivo (Presidente da República, Governador de Estado e Prefeito Municipal) um candidato é considerado eleito se obtiver 50% dos votos mais um; quando isto não acontece, realiza-se o segundo turno, um mês depois do primeiro, entre os dois candidatos mais votados.

Como se pode observar, as eleições para essas diferentes esferas de poder são intercaladas, de modo que a cada dois anos ocorrem eleições no país, de caráter geral (federal/estadual) ou de

caráter local (municipal). As eleições ocorridas em 1989, exclusivamente para Presidente da República, e, em 1990, para Senador, Deputado Federal, Governador de Estado e Deputado Estadual, representaram uma fase de transição na implantação definitiva da nova legislação e, por isso, não foram simultâneas, o que passa a ocorrer somente a partir de 1994.

Os candidatos a qualquer um dos cargos devem pertencer a um partido político devidamente autorizado a funcionar pelo Tribunal Superior Eleitoral, não sendo permitida a existência de candidatos avulsos, sem filiação partidária.

Os detentores de cargos executivos (Presidente, Governador e Prefeito) podem se candidatar à reeleição por mais um mandato, continuando no exercício da função. Porém, se o detentor de cargo executivo se candidatar a uma outra função, ele deve abandonar a que exerce seis meses antes de disputar a nova eleição. Essas restrições não se aplicam, naturalmente, aos detentores de cargos legislativos (Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador), que podem disputar eleições, por quantas vezes desejarem, estando no exercício do mandato parlamentar.

2.1. Eleitorado

Chama a atenção no Brasil, quando se estuda eleições presidenciais, a dimensão do eleitorado, que vem se expandindo de modo acentuado, desde 1985, quando se deu a redemocratização do país: 82 milhões, em 1989; 95 milhões, em 1994; 106 milhões, em 1998; 115 milhões em 2002; e 125 milhões em 2006, o que significa um

aumento de cerca de 43 milhões de eleitores, num período de apenas 17 anos. Essa expansão decorre, além do crescimento natural da população, do direito ao voto, concedido pela Constituição de 1988, aos jovens entre 16 e 17 anos e aos eleitores analfabetos. Convém lembrar que o voto é obrigatório para as pessoas com idade entre 18 e 69 anos, mas é opcional para aquelas com 16 e 17 anos, com 70 anos e mais e para os analfabetos.

Nesse contexto de expansão do número de eleitores, a análise das eleições presidenciais deve ser precedida por um exame da distribuição do eleitorado no país, pelas unidades da Federação e, também, pelos municípios, uma vez que é grande a desigualdade quanto à dimensão do eleitorado entre os estados e os municípios, respectivamente.

Assim, um candidato que tenha alcançado, por exemplo, boas votações no estado de São Paulo, onde se concentram 22% do eleitorado nacional, possui, naturalmente, uma importância muito maior, na disputa presidencial, do que um outro que apresente seu melhor resultado em Roraima, estado que reúne apenas 0,2% dos eleitores do país.

De fato, São Paulo é de longe o estado brasileiro mais importante em termos eleitorais, seguido por Minas Gerais, com 11%, e pelo Rio de Janeiro, com 9% dos eleitores, percentuais que somados não chegam a alcançar, no entanto, a porcentagem de São Paulo. Essa enorme desigualdade entre os diversos estados faz com que as 9 unidades da Federação com maiores percentuais de eleitores, como se pode ver na Tabela 1, concentrem 75% do eleitorado nacional.

Tabela 1
Número de eleitores por estado - 2000

Estados	Eleitores	Eleitores %
São Paulo	24263612	22,11
Minas Gerais	12259469	11,17
Rio de Janeiro	9929655	9,05
Bahia	8205175	7,48
Rio Grande do Sul	7112134	6,48
Paraná	6504490	5,93
Pernambuco	5254515	4,79
Ceará	4623794	4,21
Santa Catarina	3626533	3,30
Pará	3337840	3,04
Maranhão	3169383	2,89
Goiás	3154841	2,87
Paraíba	2166188	1,97
Espírito Santo	2033754	1,85
Rio Grande do Norte	1800359	1,64
Piauí	1702001	1,55
Mato Grosso	1643996	1,50
Alagoas	1522250	1,39
Amazonas	1409210	1,28
Mato Grosso do Sul	1331259	1,21
Distrito Federal	1288501	1,17
Sergipe	1086178	0,99
Rondônia	832513	0,76
Tocantins	724549	0,66
Acre	332781	0,30
Amapá	250077	0,23
Roraima	186049	0,17
Total	109751106	100,00

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Além de se considerar o peso do eleitorado nos diversos estados, uma outra maneira de se analisar a distribuição dos eleitores no país é através de categorias de municípios, baseadas em número de eleitores. Essa abordagem mostra também uma enorme disparidade entre os municípios brasileiros.

Chama a atenção, em primeiro lugar, o fato de a grande maioria dos municípios encontrarem-se nas categorias com reduzido número de eleitores, os chamados *grotões*, como mostra a Tabela 2. Assim, tem-se 3.497 municípios na classe de até 10.000 eleitores e 1.100 na de 10.000 a 20.000. Se considerarmos aqueles com até 100.000 eleitores, vemos que eles englobam 5.367 municípios e correspondem a 56% do eleitorado nacional. Já nos 137 municípios com mais de 100.000, concentram-se 44% dos eleitores brasileiros.

Tabela 2

Categorias de municípios por número de eleitores - 2000

Categorias de municípios	Nº Municípios	Nº Eleitores	%
Até 10 000	3497	16936435	15
10 000 a 20 000	1100	15350078	14
20 000 a 50 000	610	18503886	17
50 000 a 100 000	160	10763738	10
100 000 a 200 000	79	10927618	10
200 000 a 600 000	45	14310845	13
Mais de 600 000	13	22722299	21
Total	5504	109514899	100

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 2000

Essa análise revela, portanto, uma característica importante da distribuição do eleitorado no país, que é a superioridade do número de eleitores dos pequenos e médios municípios (56%) em relação ao das grandes cidades (44%). Assim, numa campanha eleitoral para a Presidência da República, os candidatos precisam, naturalmente, além de ter um bom desempenho nas cidades maiores, obter boas votações nos pequenos e médios municípios distribuídos pelo interior do país.

2.2. Abstenção, votos em branco, nulos e válidos

Além da importância eleitoral dos pequenos e médios municípios, outro aspecto que deve ser destacado, ao se analisar os resultados das

eleições presidenciais, é a taxa de abstenção. O não comparecimento às urnas, que vinha se mostrando crescente no país nas três primeiras eleições presidenciais do período pós-ditadura militar (11,9% em 1989; 17,8% em 1994 e 21,5% em 1998), começa a apresentar uma tendência declinante em seus percentuais, ao se situar em 17,7%, em 2002, e em 16,7%, em 2006.

Tabela 3

Eleições presidenciais no Brasil

Ano	Abstenção %	Votos em branco %	Votos nulos %	Votos válidos %
1989	11,9	1,6	4,8	93,5
1994	17,8	9,2	9,5	81,2
1998	21,5	8,0	10,7	81,3
2002	17,7	3,0	7,4	89,6
2006	16,7	2,7	5,7	91,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Da mesma forma que a abstenção, os votos em branco e nulos, depois de um período com tendência de crescimento, apresentaram redução em seus percentuais nos últimos pleitos. Assim, as porcentagens de votos em branco no país que, em 1994 representavam 9,2% do total de votos, passaram, em 2006, para 2,7%, ao mesmo tempo em que as taxas de votos nulos caíram de 10,7% em 1998 para 5,7% em 2006.

Outro aspecto positivo observado nos resultados das últimas eleições, além do declínio das taxas de abstenção e de votos em branco e nulos, é o aumento dos índices de votos válidos. Na verdade, o percentual de votos válidos, que havia diminuído de 1989 para 1994, ao passar de 93,5% para 81,2%, mantém-se inalterado em 1998. Já em 2002, apresenta acentuado crescimento, ao atingir 89,6%, aumentando novamente, em 2006, ao alcançar 91,6%.

Algumas razões poderiam explicar essa melhoria quanto aos percentuais de votos válidos observada nas duas últimas eleições: a urna eletrônica, de fácil utilização mesmo por eleitores

com baixo nível de escolaridade; a campanha eleitoral, muito disputada entre os dois principais candidatos, e o papel da mídia, sobretudo da televisão, que promoveu um amplo debate sobre as eleições presidenciais de 2002 e 2006. Tais

fatores podem ter reforçado a motivação dos eleitores, reproduzindo uma situação semelhante à de 1989, quando a porcentagem de votos válidos atingiu o seu mais elevado nível.

Tabela 3

Eleições presidenciais no Brasil

Ano	Abstenção %	Votos em branco %	Votos nulos %	Votos válidos %
1989	11,9	1,6	4,8	83,8
1994	17,8	9,2	9,8	81,2
1998	21,5	8,0	10,7	81,3
2002	17,7	3,0	7,4	88,8
2006	18,7	2,7	8,7	91,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

Da mesma forma que a abstenção, os votos em branco e nulos, depois de um período com tendência de crescimento, apresentaram redução em seus percentuais nos últimos pleitos. Assim, as porcentagens de votos em branco no país que, em 1994 representavam 9,2% do total de votos, passaram, em 2006, para 2,7%, ao mesmo tempo em que as taxas de votos nulos caíram de 10,7% em 1998 para 8,7% em 2006.

Outro aspecto positivo observado nos resultados das últimas eleições, além do declínio das taxas de abstenção e de votos em branco e nulos, é o aumento dos índices de votos válidos. Na verdade, o percentual de votos válidos, que havia diminuído de 1989 para 1994, ao passar de 83,8% para 81,2%, manteve-se inalterado em 1998. Já em 2002, apresenta acentuado crescimento, ao atingir 88,8%, aumentando novamente, em 2006, ao alcançar 91,6%.

Algumas razões poderiam explicar esse movimento quanto aos percentuais de votos válidos observados nas duas últimas eleições: a uma eleição, de fácil utilização mesmo por eleitores

Assim, tem-se 3.497 municípios na classe de até 10.000 eleitores e 1.100 na de 10.000 a 20.000. Se considerarmos aqueles com até 100.000 eleitores, vemos que eles englobam 5.387 municípios e correspondem a 56% do eleitorado nacional. Já nos 137 municípios com mais de 100.000 eleitores, concentram-se 44% dos eleitores brasileiros.

Tabela 2

Categorias de municípios por número de eleitores - 2000

Categorias de municípios	Nº Municípios	Nº Eleitores
Até 10.000	3.497	18.938.435
10.000 a 20.000	1.100	12.350.078
20.000 a 50.000	810	18.503.888
50.000 a 100.000	180	10.783.738
100.000 a 200.000	78	10.927.618
200.000 a 500.000	45	14.310.843
Mais de 500.000	13	22.222.299
Total	5.504	108.148.899

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral - 2000

Essa análise revela, portanto, uma característica importante da distribuição do eleitorado no país, que é a superordenação do número de eleitores dos pequenos e médios municípios (56%) em relação ao das grandes cidades (44%). Assim, numa campanha eleitoral para a Presidência da República, os candidatos precisam, naturalmente, além de ter um bom desempenho nas cidades maiores, obter boas votações nos pequenos e médios municípios distribuídos pelo interior do país.

2.2. Abstenção, votos em branco, nulos e válidos

Além da importância eleitoral dos pequenos e médios municípios, outro aspecto que deve ser destacado, ao se analisar os resultados das

3. Fatores da geografia eleitoral

COM O OBJETIVO DE melhor compreender as relações de forças que atuam sobre o território brasileiro, foi escolhida uma série de variáveis socioeconômicas, que contemplam aspectos relativos à demografia, urbanização, atividades econômicas, níveis de educação e de renda. A análise dos mapas resultantes da seleção de indicadores socioeconômicos revela padrões muito diversificados quando se considera o país como um todo.

Apesar disso, observam-se duas importantes clivagens na organização do território brasileiro: uma de orientação leste-oeste, que diferencia áreas de ocupação mais antiga (Regiões Nordeste, Sudeste e Sul), daquelas de ocupação mais recente (Norte e Centro-Oeste); e outra de sentido norte-sul, que distingue as Regiões menos desenvolvidas (Norte e Nordeste) das mais dinâmicas em termos econômicos (Sudeste, Sul e Centro-Oeste).

No Brasil, como o povoamento se fez a partir do litoral, as maiores concentrações demográficas se dão, até hoje, numa extensa faixa mais próxima à orla marítima que se estende do Nordeste ao Sul do país, em oposição à ocupação mais rarefeita do interior observada nas Regiões Norte e Centro-Oeste (Fig. 2). Além das diferenças inter-regionais, verificam-se, também, acentuados contrastes no interior das grandes Regiões como, por exemplo, no Nordeste, entre o interior do Maranhão, Piauí e Bahia, com menores contingentes populacionais, e a faixa litorânea, com altas concentrações demográficas.

Apresentando igualmente grandes contrastes ao longo do território brasileiro, a urbanização vem sofrendo profundas transformações, em função do processo de industrialização e de mo-

dernização da agricultura no país. Acentuou-se a partir da década de 1960, quando o total de habitantes das cidades ultrapassou o da população rural, chegando a representar, em 2000, 81% da população brasileira. Os mais altos índices de urbanização concentram-se no Sudeste (Fig. 3), porção do território nacional onde se localizam as áreas mais industrializadas e mais desenvolvidas do país.

A repartição da população por sexo revela também acentuadas diferenças regionais ligadas, neste caso, às migrações internas. Assim, o mapa da taxa de masculinidade (Fig. 4), que representa o número de homens por 100 mulheres, mostra que os homens predominam nas regiões de ocupação mais recente, para onde têm afluído significativos contingentes populacionais. Como se sabe, a migração é efetuada, num primeiro momento, pelos homens que deixam as suas famílias em seus locais de origem. Nesse sentido, elevadas taxas de masculinidade concentram-se nas Regiões Norte e Centro-Oeste, em função das políticas governamentais que direcionaram para essas áreas de *fronteira agrícola*, desde os anos de 1970, consideráveis fluxos migratórios.

Em contrapartida, as mulheres prevalecem numa grande faixa que se estende do Nordeste ao Sul do país. Na verdade, elas predominam em todas as grandes cidades brasileiras, o que pode ser explicado pelas maiores oportunidades de emprego existentes para o sexo feminino nos centros urbanos. Há, no entanto, algumas exceções a essa regra, como, por exemplo, no interior do Nordeste, pois, apesar de a urbanização ser aí muito reduzida, observa-se nessa área maior

número de mulheres do que de homens. Isto se deve à situação de pobreza dessa Região, que vem provocando, há décadas, fluxos migratórios, sobretudo do sexo masculino, para os centros urbanos, especialmente da Região Sudeste, e para as áreas de *fronteira agrícola* do Norte e Centro-Oeste.

A distribuição espacial das variáveis relativas à repartição da população por faixa etária apresenta também padrões marcados por acentuados contrastes que se relacionam aos níveis de desenvolvimento das diferentes regiões brasileiras. Nesse sentido, observa-se que a maior incidência de jovens ocorre no Norte e Nordeste (Fig. 5), áreas que se caracterizam por níveis mais baixos de desenvolvimento. Assim, o alto grau de analfabetismo, levando ao menor controle da natalidade, poderia explicar a maior presença de jovens nessas Regiões. Além disso, no Nordeste, os elevados percentuais de jovens relacionam-se, também, à saída de pessoas adultas em busca de trabalho noutras partes do país.

Ao contrário do padrão da distribuição de jovens, a presença mais acentuada de adultos se dá nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste (Fig. 6), o que pode ser explicado, em parte, pelas oportunidades de emprego existentes nessas Regiões, que apresentam a maior concentração urbano-industrial do país e uma agricultura em moldes empresariais modernos. Além disso, as taxas de natalidade menores dessas Regiões contribuem para os percentuais mais elevados de adultos no total de sua população.

Ocorrendo sobretudo em áreas de ocupação antiga (Regiões Nordeste, Sudeste e Sul), a distribuição das porcentagens de idosos expressa, no entanto, situações diferenciadas (Fig. 7). Assim, no Sudeste e Sul, com maior grau de desenvolvimento, a concentração de idosos relaciona-se à expectativa de vida mais elevada, enquanto no Nordeste a presença de pessoas com mais idade é consequência da migração de

adultos que deixam, em seus locais de origem, velhos e crianças.

A distribuição da população pela cor da pele baseia-se numa pergunta do Censo Demográfico sobre *cor ou raça*, através da qual os informantes devem declarar a cor da sua pele, escolhendo entre cinco tipos predefinidos: branco, preto, pardo, índio e amarelo. O mapa em questão, que expressa a porcentagem de pessoas não brancas na população total, revela, em linhas gerais, uma grande oposição entre São Paulo, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, com as menores porcentagens de população não branca do país, e o restante do território nacional (Fig. 8).

Tal diferenciação espacial deve-se ao processo de ocupação dessa parte do Brasil que recebeu no século XIX fortes contingentes migratórios de origem europeia, particularmente italianos e alemães. Já na Região Nordeste e parte do Sudeste, onde predomina população de cor não branca, este fato se relaciona às *plantations* e à exploração mineral, ocorridas no país entre os séculos XVI e XIX, com base na mão-de-obra escrava africana.

Quanto à Região Norte, verifica-se que os acentuados percentuais de não brancos estão diretamente ligados à forte presença de população de origem indígena. Já o Centro-Oeste mostra uma situação intermediária entre esses *dois brasis*, o que se deve não só à influência dos migrantes sulistas que para lá se dirigiram nas últimas décadas, mas também à presença de populações de origem indígena que habitam essa Região.

Acompanhando esse mesmo padrão da população não branca, a distribuição das desigualdades de educação apresenta também uma forte oposição entre as Regiões Norte e Nordeste e o Centro-Sul do país (Fig. 9). Para se avaliar tais desigualdades, estabeleceu-se a relação entre o número de habitantes com nível básico de educação para cada pessoa com nível superior. O mapa obtido revela que a metade-norte do país

apresenta os mais altos níveis de desigualdade de educação, ao contrário da metade-sul que se destaca por melhor situação educacional dos seus habitantes.

Porém, no interior de cada uma dessas duas grandes partes em que se divide o país, surgem diferenças significativas. Observa-se, então, que, na metade-norte, todas as capitais estaduais apresentam situação mais favorável do que as demais áreas dos seus respectivos estados, o que é compreensível, já que nas capitais se concentram as principais instituições de ensino, as universidades, os empregos qualificados etc. Da mesma forma, na metade-sul, o norte de Minas Gerais e a parte central do Paraná, com altos graus de discrepâncias educacionais, destoam do restante da região, que apresenta os menores desníveis educacionais do Brasil.

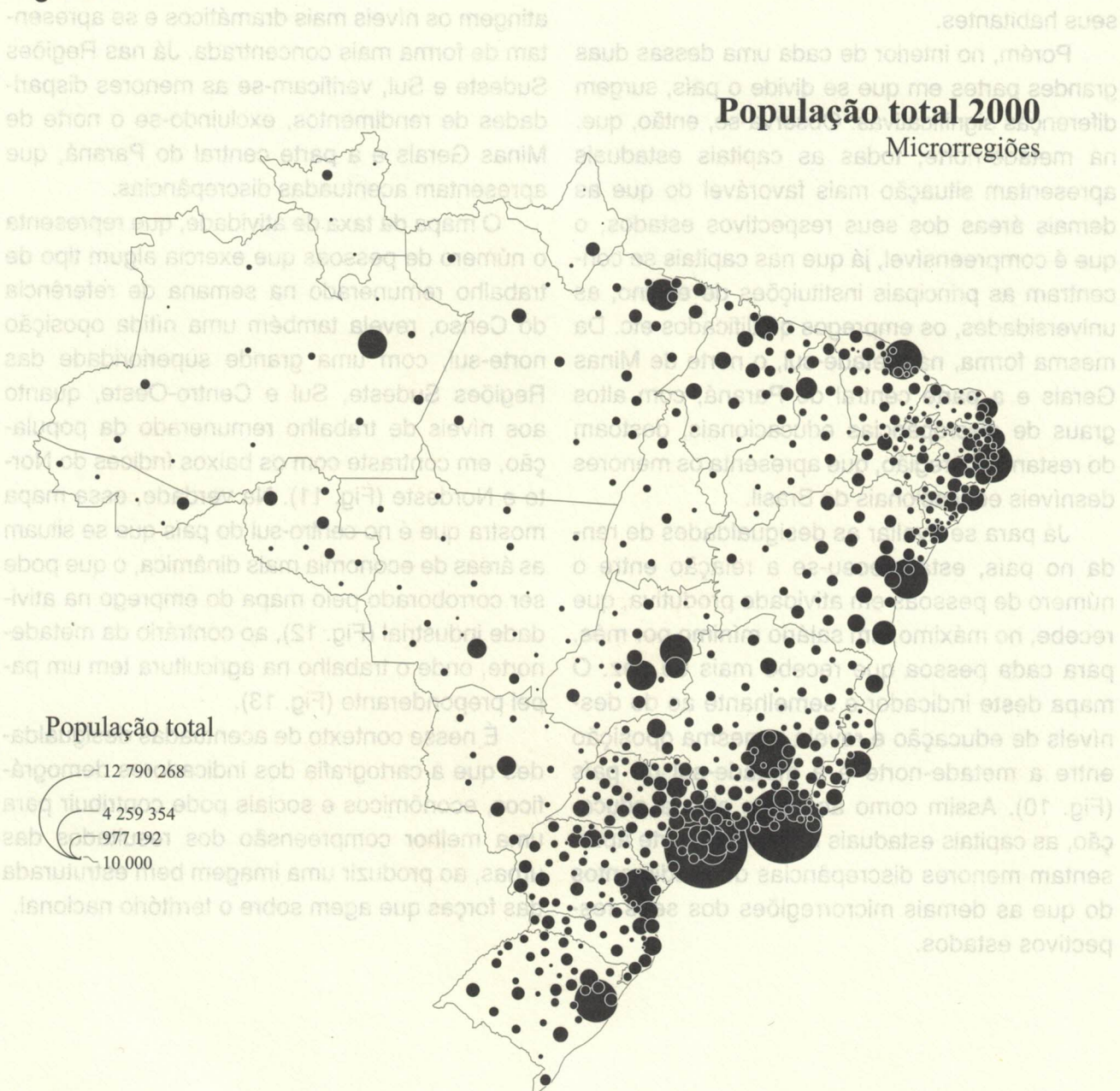
Já para se avaliar as desigualdades de renda no país, estabeleceu-se a relação entre o número de pessoas em atividade produtiva, que recebe, no máximo, um salário mínimo por mês, para cada pessoa que recebe mais de dez. O mapa deste indicador é semelhante ao de desníveis de educação e revela a mesma oposição entre a metade-norte e a metade-sul do país (Fig. 10). Assim como acontece com a educação, as capitais estaduais da metade-norte apresentam menores discrepâncias de rendimentos do que as demais microrregiões dos seus respectivos estados.

Pode-se observar que, apesar de os desníveis de renda estarem presentes em todo o território nacional, é na Região Nordeste que eles atingem os níveis mais dramáticos e se apresentam de forma mais concentrada. Já nas Regiões Sudeste e Sul, verificam-se as menores disparidades de rendimentos, excluindo-se o norte de Minas Gerais e a parte central do Paraná, que apresentam acentuadas discrepâncias.

O mapa da taxa de atividade, que representa o número de pessoas que exercia algum tipo de trabalho remunerado na semana de referência do Censo, revela também uma nítida oposição norte-sul, com uma grande superioridade das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, quanto aos níveis de trabalho remunerado da população, em contraste com os baixos índices do Norte e Nordeste (Fig. 11). Na verdade, esse mapa mostra que é no centro-sul do país que se situam as áreas de economia mais dinâmica, o que pode ser corroborado pelo mapa do emprego na atividade industrial (Fig. 12), ao contrário da metade-norte, onde o trabalho na agricultura tem um papel preponderante (Fig. 13).

É nesse contexto de acentuadas desigualdades que a cartografia dos indicadores demográficos, econômicos e sociais pode contribuir para uma melhor compreensão dos resultados das urnas, ao produzir uma imagem bem estruturada das forças que agem sobre o território nacional.

Figura 2

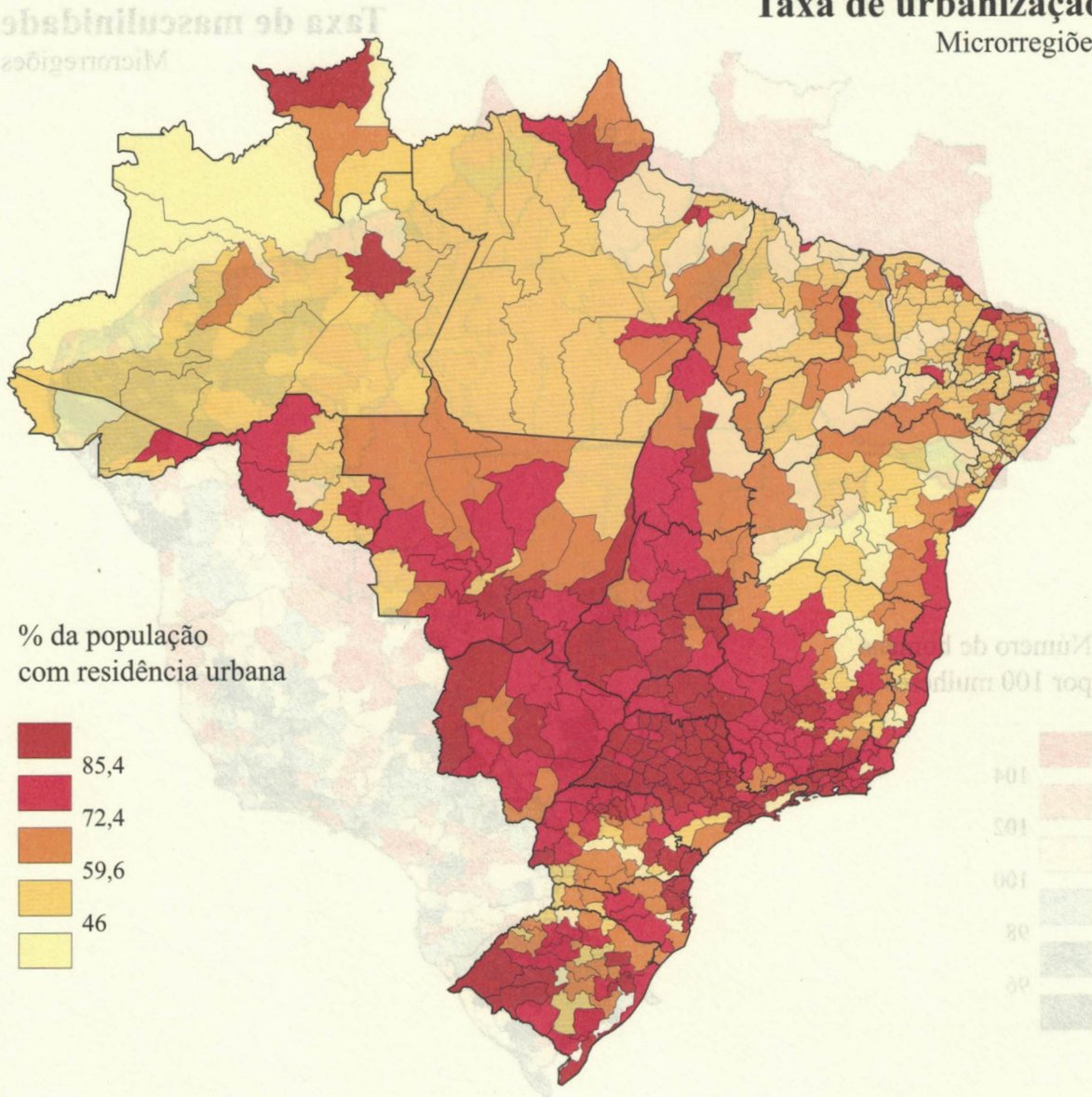


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 3

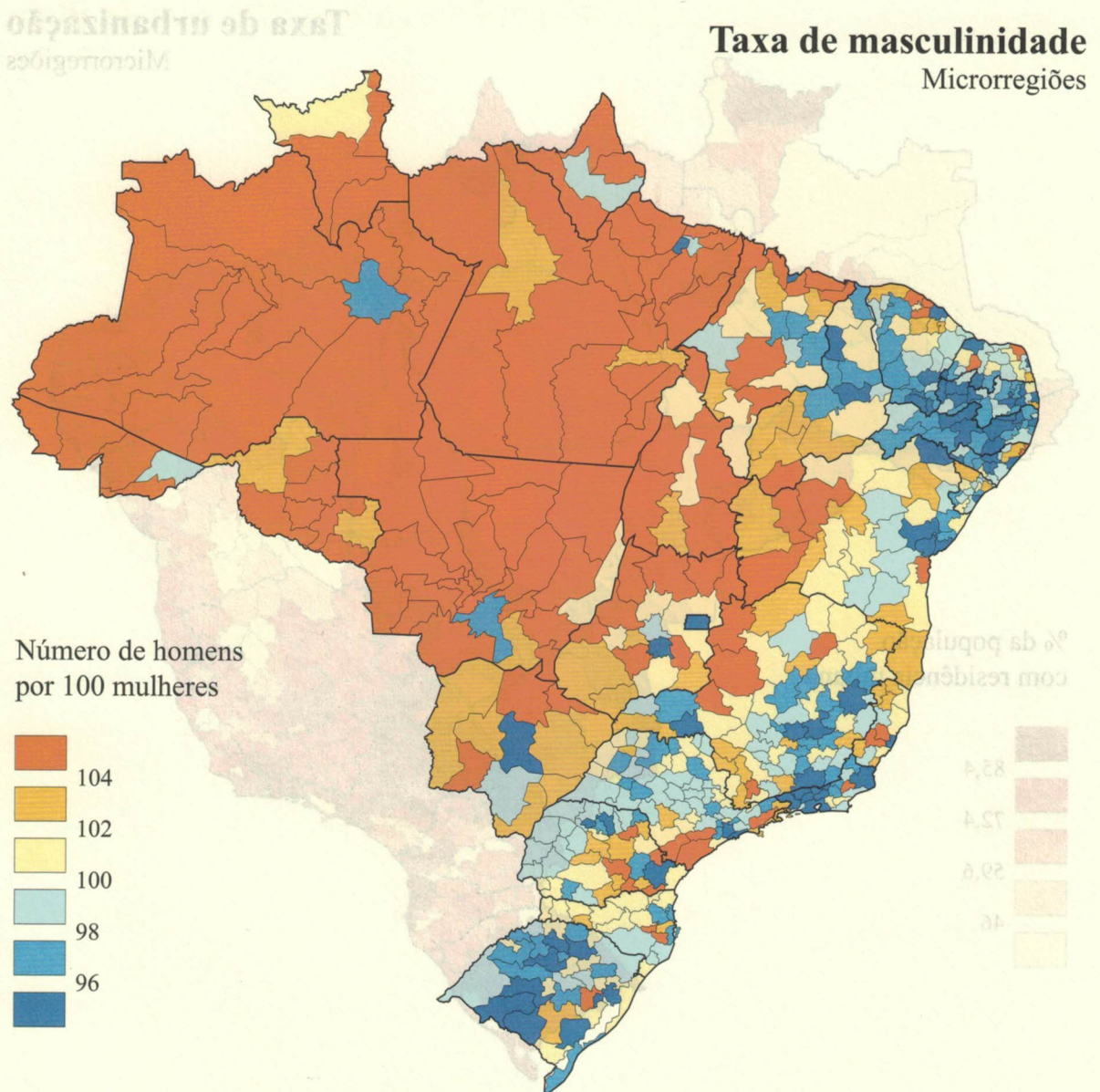
Taxa de urbanização Microrregiões



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 4



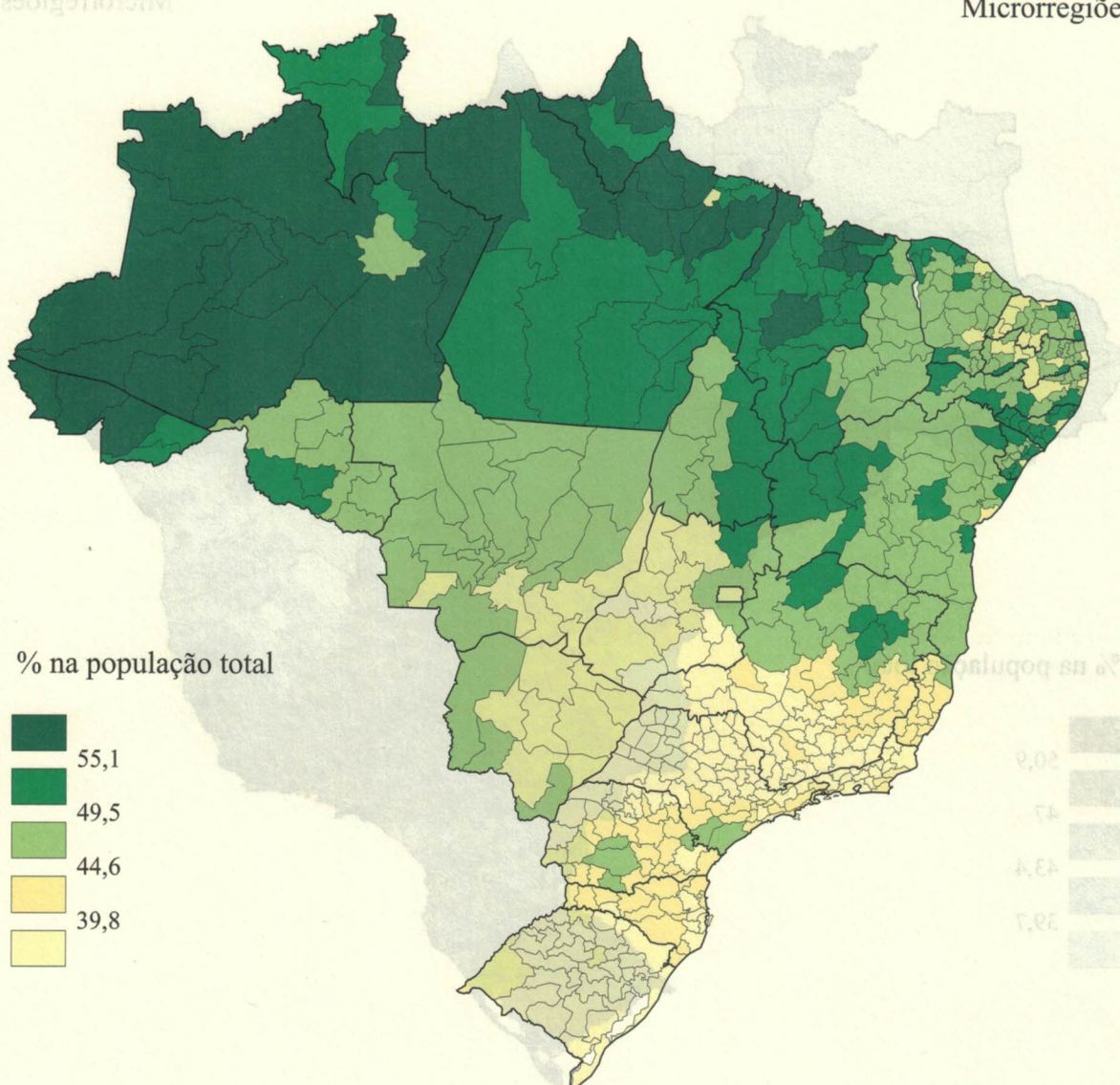
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 5

População com até 15 anos de idade

Microrregiões

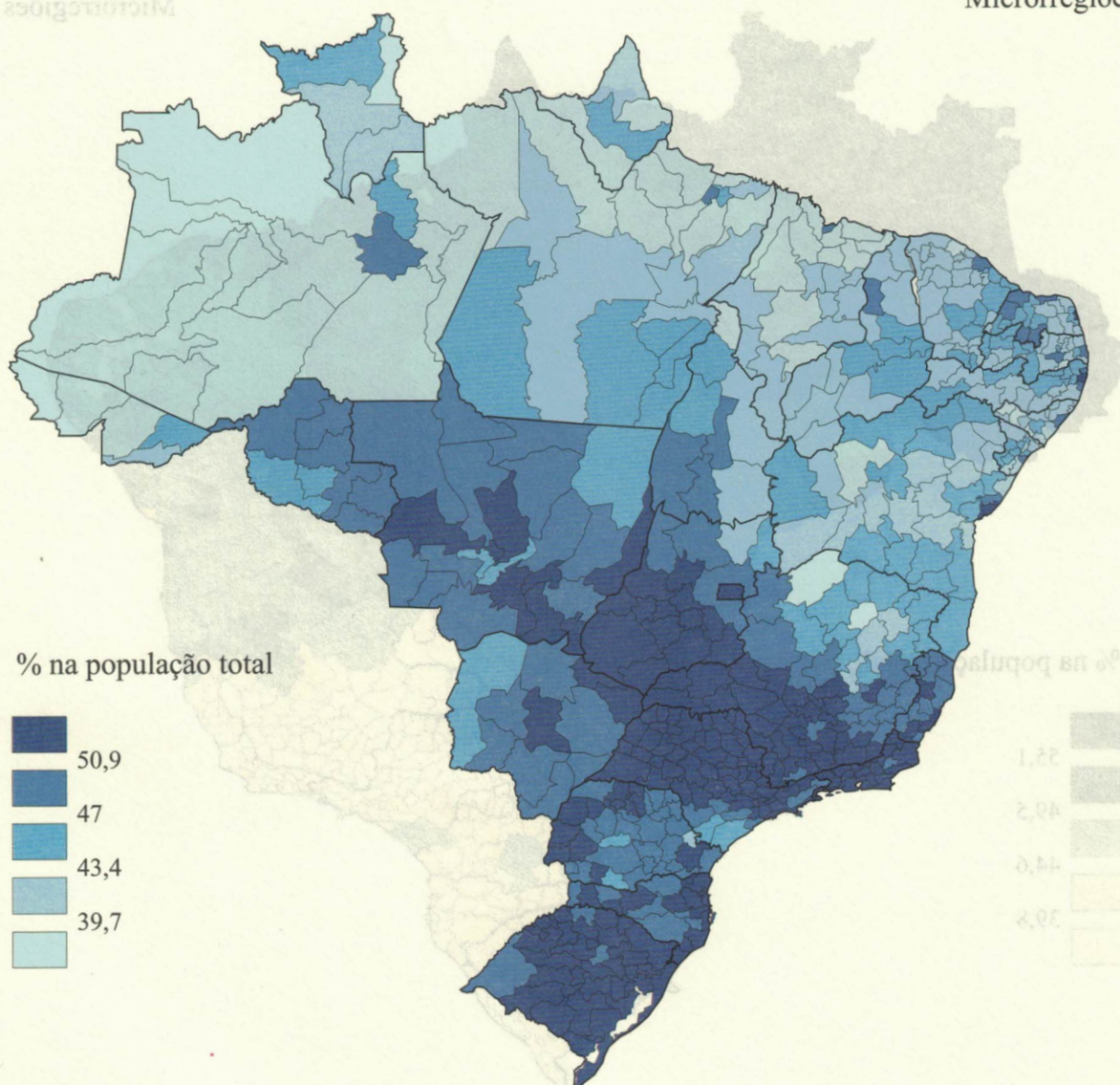


Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 6

População com mais de 15 e até 60 anos de idade
Microrregiões



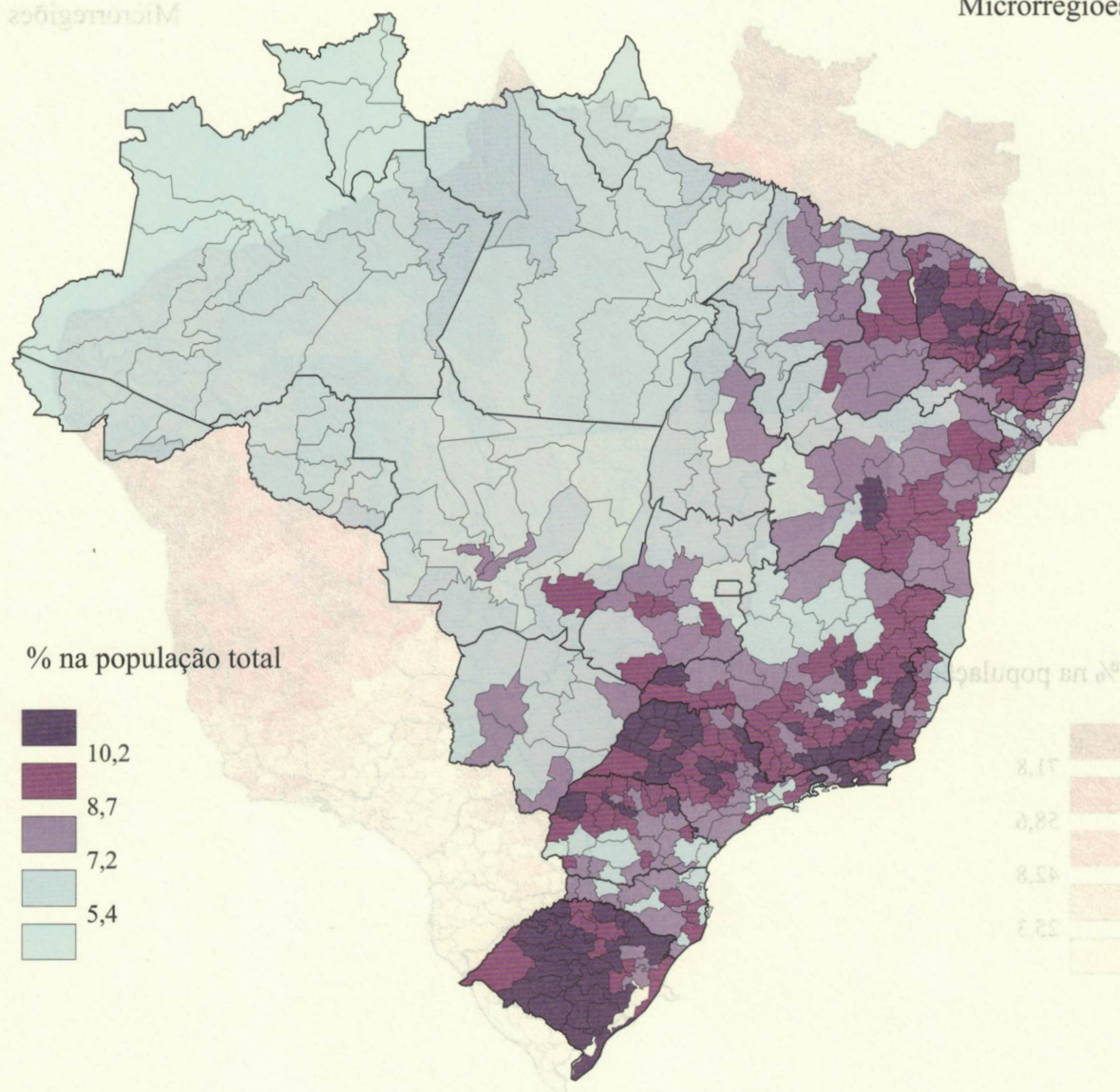
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 7

População com mais de 60 anos de idade

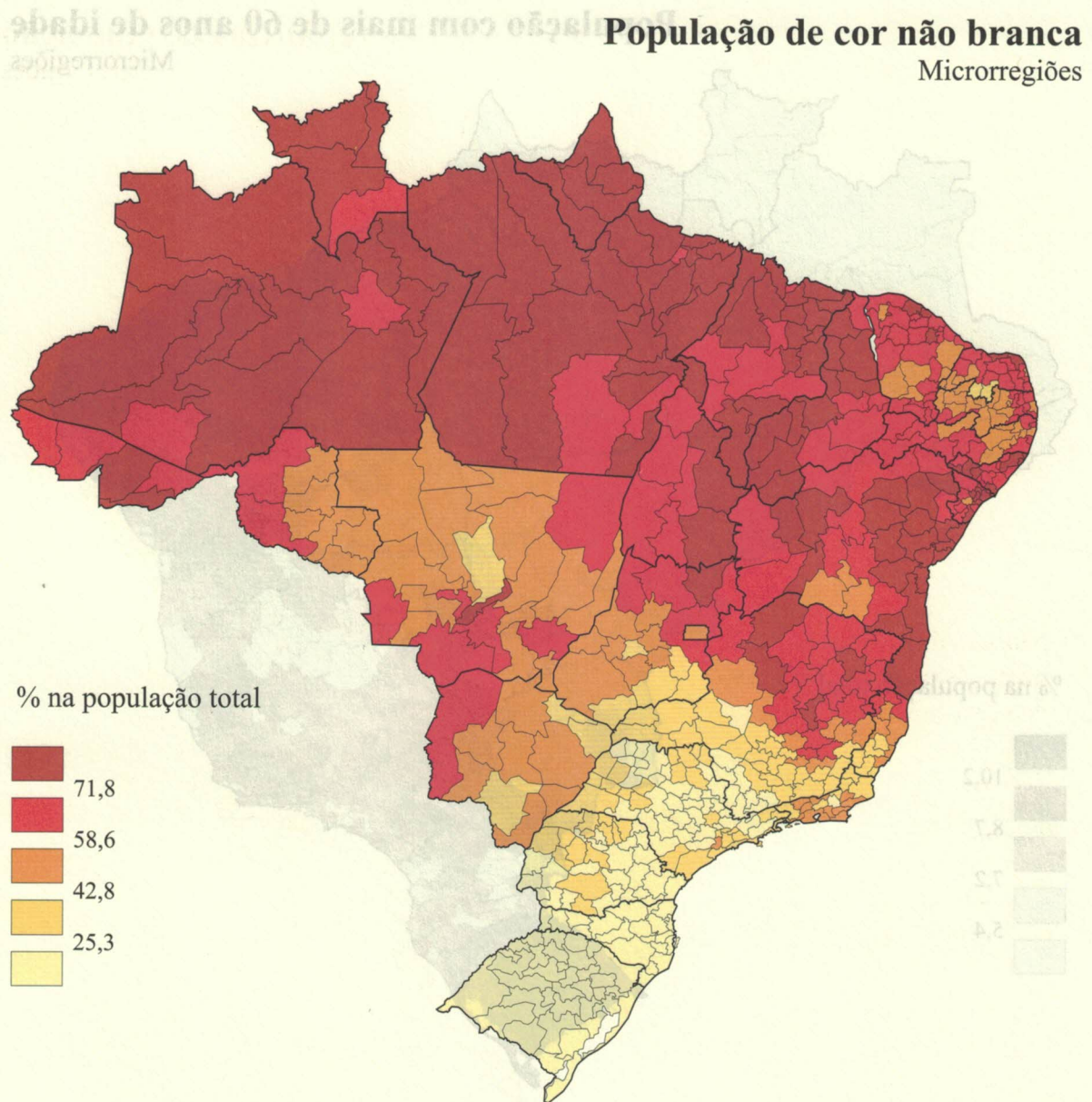
Microrregiões



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

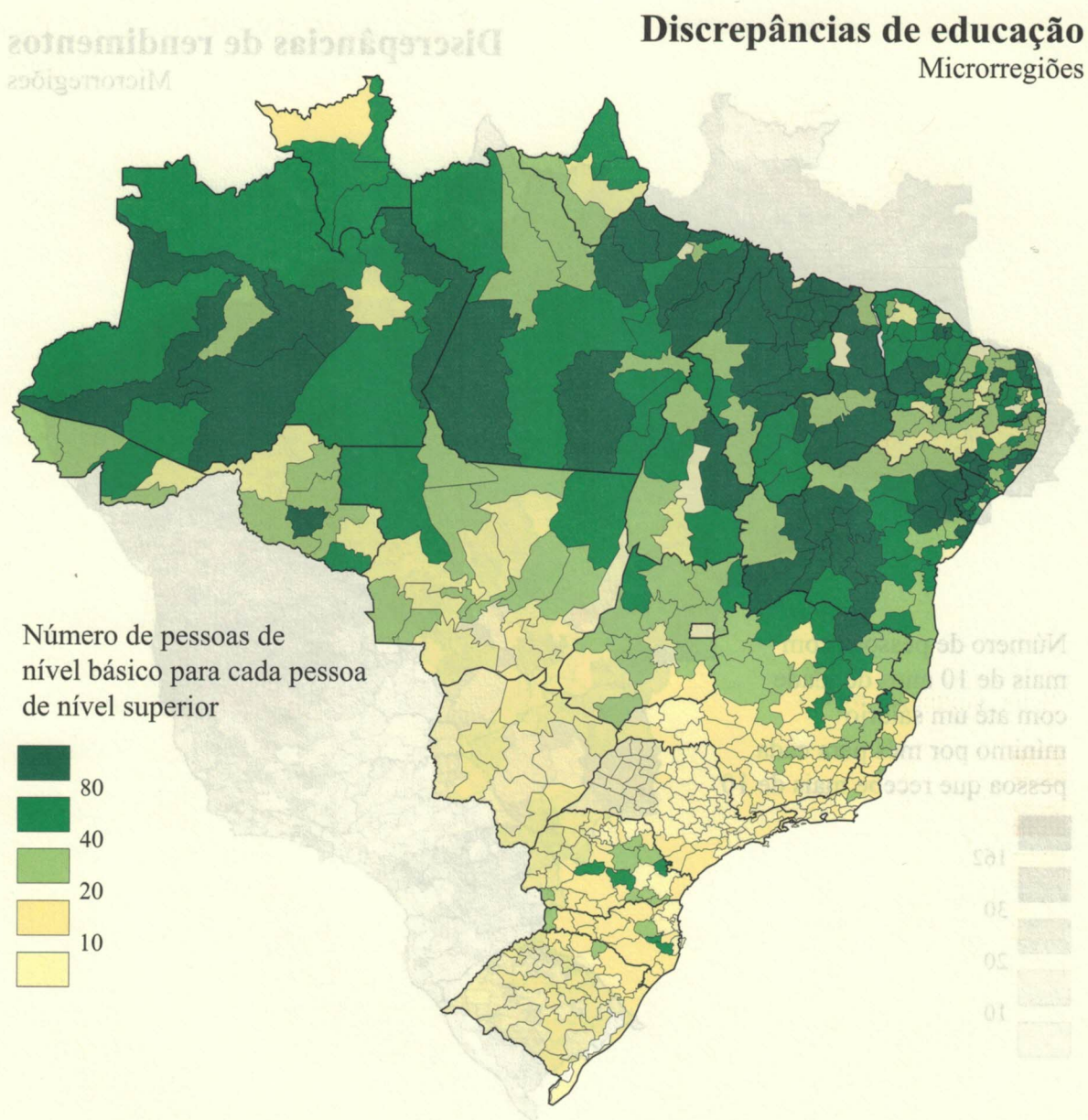
Figura 8



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

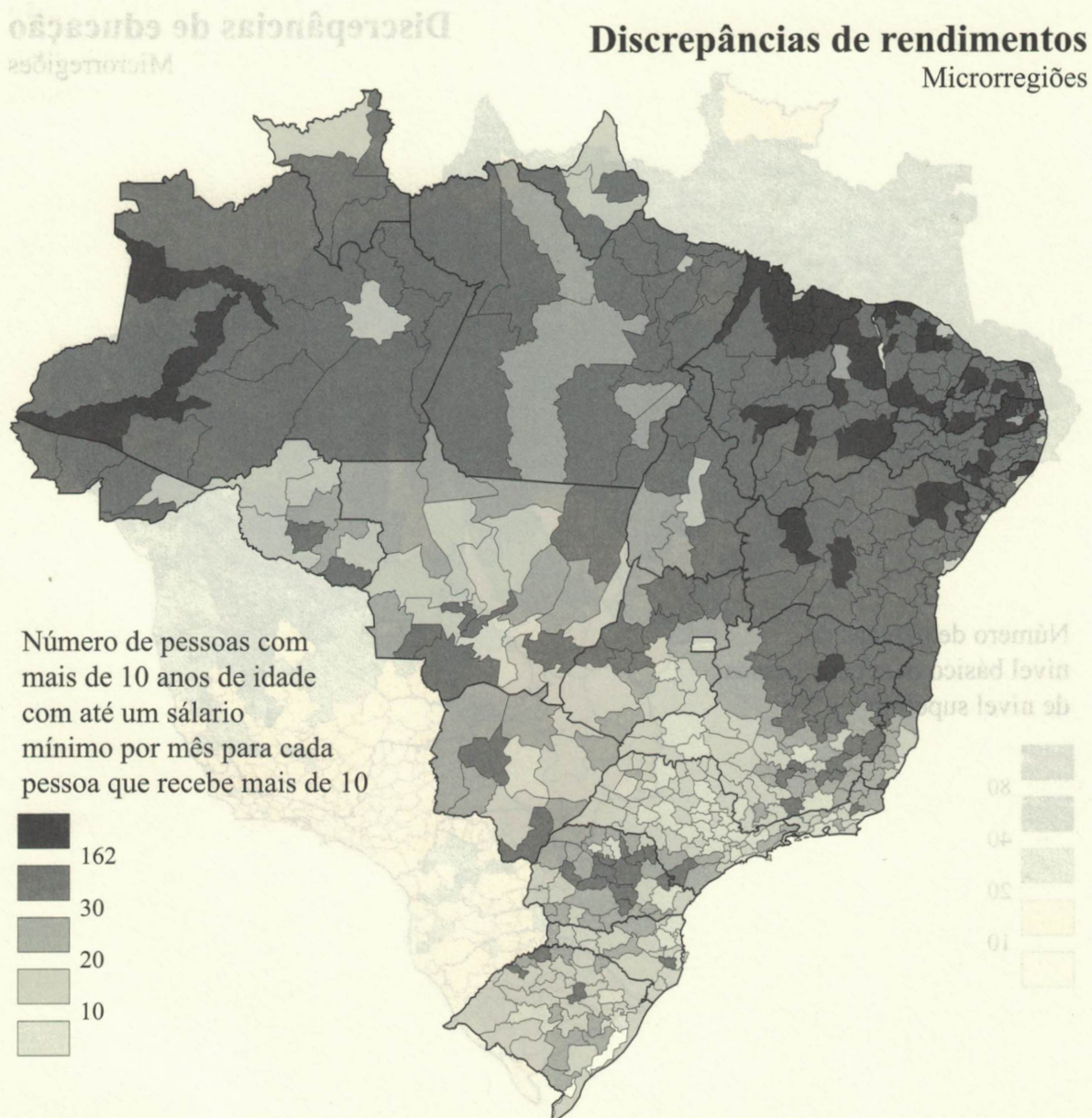
Figura 9



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

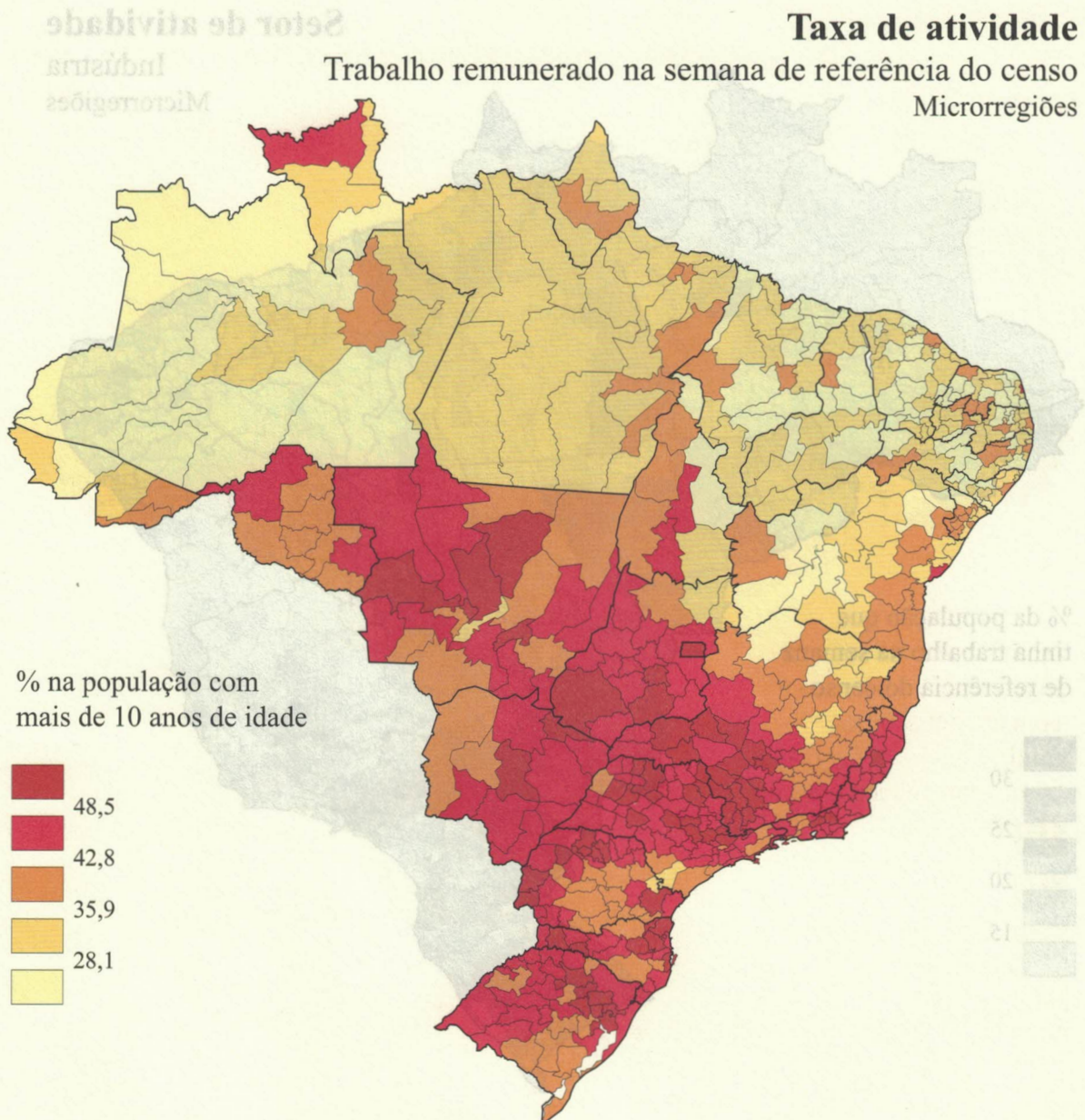
Figura 10



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

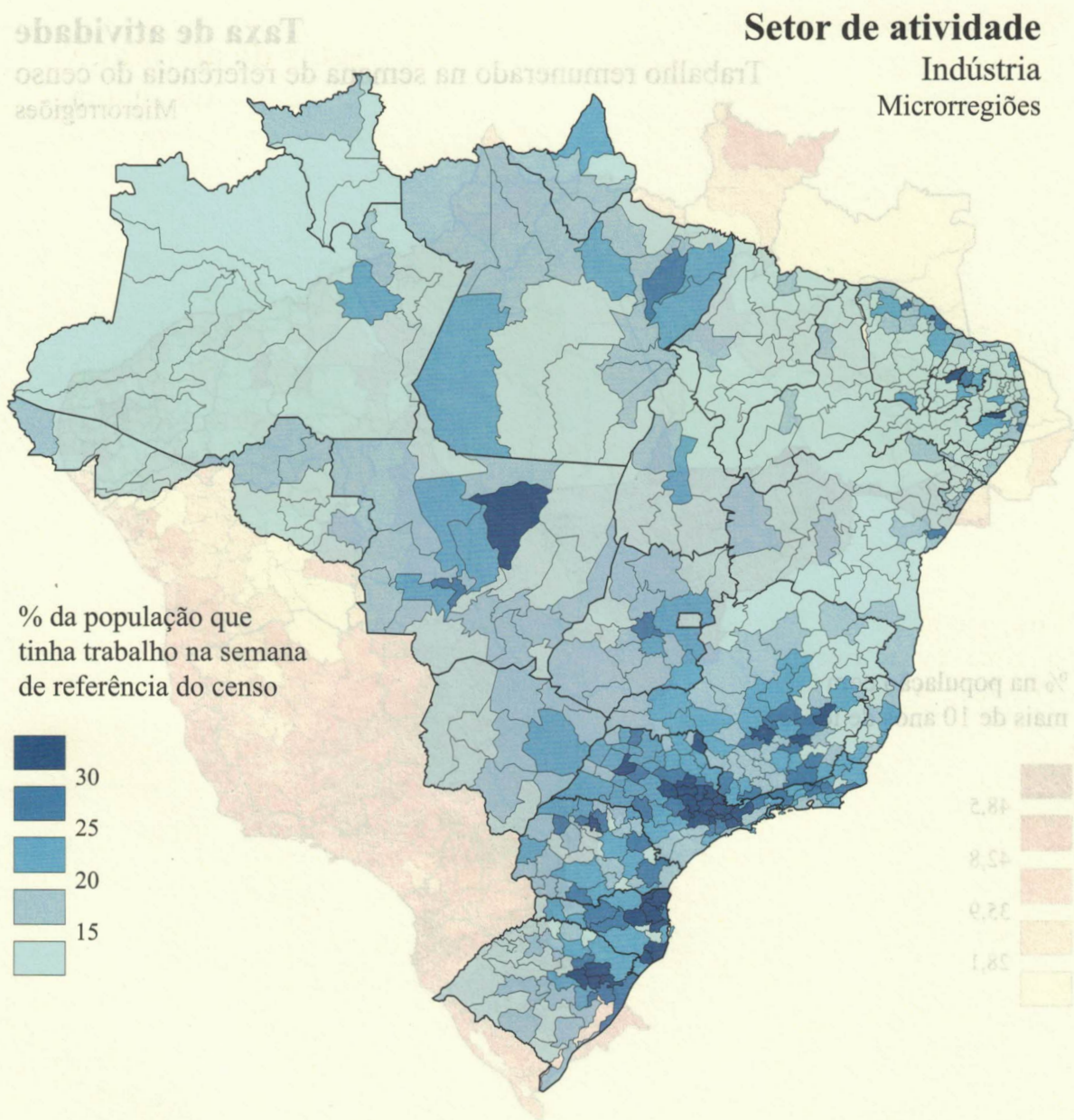
Figura 11



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

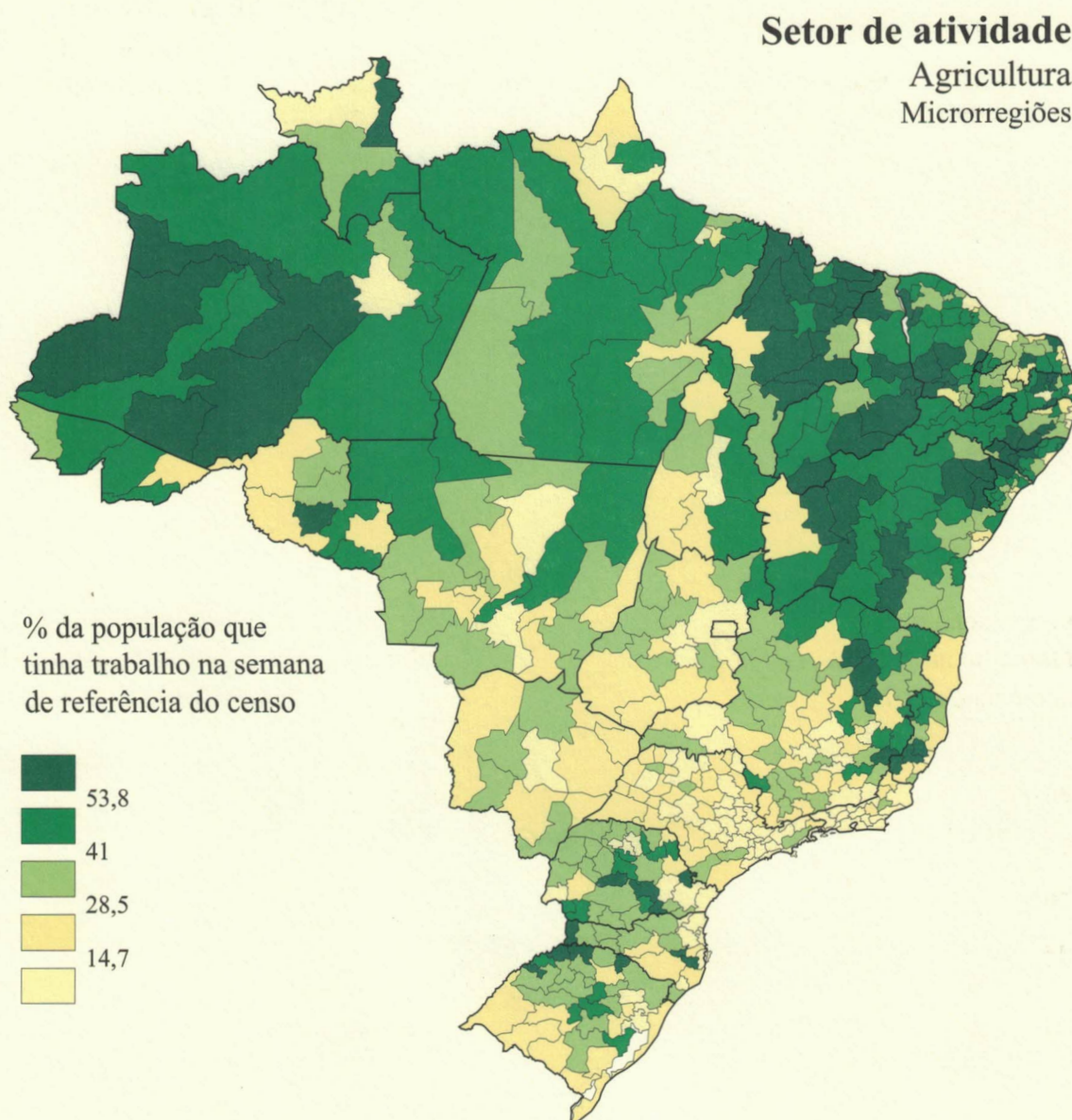
Figura 12



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 13



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

4. As eleições presidenciais de 1989

A ELEIÇÃO PARA A Presidência da República em 1989, realizada após 29 anos sem eleições diretas, apresenta características muito diversas daquelas ocorridas antes do golpe militar de 1964. Assim, os pleitos que se deram nos anos de 1950, 1955 e 1960 foram disputados, sobretudo, por três grandes partidos nacionais, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), que tiveram como candidatos líderes políticos civis, oriundos de importantes estados da Federação (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo), e oficiais das Forças Armadas, de projeção nacional.

Já a eleição de 1989, além de ter sido realizada em dois turnos, ao contrário das anteriores, caracterizou-se, no primeiro turno, pela disputa entre grande número de candidatos (21), exclusivamente civis, numa *eleição solteira*, isto é, desvinculada de eleições para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, os Governos Estaduais e as Assembleias Legislativas. Além disso, dentre os sete candidatos mais importantes, cinco deles possuíam base eleitoral em São Paulo: Ulysses Guimarães, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Mário Covas, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), Paulo Maluf, do Partido Democrático Social (PDS) e Afif Domingos, do Partido Liberal (PL).

Nesse contexto de grande número de candidatos disputando as eleições, sem o estabelecimento de alianças já no primeiro turno, observa-se enorme fragmentação eleitoral. Tal fato deve-se ao realinhamento partidário que ocorre no con-

texto da transição democrática, que se acelera a partir da campanha pelas Diretas Já, em 1984, da eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, para Presidente e Vice-Presidente da República, em 1985, e se consolida com a elaboração e aprovação, em 1988, da Nova Constituição. Assim, a eleição de 1989 ocorre num período de reestruturação partidária, evidenciada pela existência dos 21 candidatos à Presidência da República.

Nesta eleição, os dois candidatos mais bem votados no primeiro turno, Fernando Collor de Melo, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Lula, do PT, apresentam, no entanto, biografias políticas muito distintas.

Collor, membro de tradicional família nordestina, inicia sua carreira política atuando em partidos conservadores que davam sustentação ao regime militar, como a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e PDS, tendo sido Governador de Alagoas, antes de disputar a Presidência. O PRN, pelo qual se candidatou, se constituía num pequeno partido, não implantado nacionalmente, e, nesse sentido, pode ser considerado um partido de conveniência, isto é, legenda utilizada por determinado político para viabilizar sua candidatura, quando não obtém apoio em sua própria agremiação.

Já Lula, migrante nordestino, surge na vida pública como líder das greves operárias, ocorridas no ABCD⁵ paulista em 1978 e 1979. Participa da fundação do PT, em 1980, partido que buscou aglutinar os setores de oposição ao regime militar, à esquerda do PMDB de Ulysses Guimarães e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola.

4.1 Fernando Collor

A distribuição dos votos para Collor (30,5%), no primeiro turno da eleição presidencial de 1989, revela que o candidato obtém suas mais altas votações em microrregiões que integram um vasto espaço no interior do país: o nordeste do Pará, a área central do Maranhão, o Tocantins, Goiás, a metade-oeste de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e o norte do Paraná (Fig.14). Além dessa grande extensão no interior, Collor alcança ainda elevadas votações em áreas mais próximas do litoral, que correspondem a microrregiões do agreste pernambucano e dos estados de Alagoas e de Sergipe.

4.2 Luiz Inácio Lula da Silva

A distribuição espacial dos votos para Lula (17,2%) revela que os seus melhores desempenhos eleitorais no primeiro turno de 1989 concentram-se num bom número de capitais estaduais e em Brasília (Fig.15). Além dessas áreas, verifica-se que o candidato obtém ainda boas votações no Nordeste, numa faixa que engloba o norte do Maranhão, o centro do Piauí, o Rio Grande do Norte, a Paraíba, Pernambuco e o centro-norte da Bahia. No Sudeste, Lula alcança bons resultados no norte do Espírito Santo, leste de Minas Gerais, sul do Rio de Janeiro e leste de São Paulo. Na verdade, muitas das boas votações recebidas pelo candidato nessas áreas devem-se ao eleitorado das capitais estaduais e à existência de zonas industriais, a exemplo do Vale do Aço, em Minas Gerais, de Volta Redonda, no sul do Rio de Janeiro, e do ABCD, na Região Metropolitana de São Paulo.

4.3 Leonel Brizola

O mapa com a distribuição dos votos para Brizola (16,5%), no primeiro turno da eleição

presidencial de 1989, revela que as mais altas votações para o candidato se dão de forma muito localizada. Assim, seus mais elevados percentuais concentram-se no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e na metade-sul do Paraná (Fig.16). Além dos estados da Região Sul, Brizola obtém ainda excelente resultado no Rio de Janeiro. Destacam-se, também, pelas boas votações para o candidato, microrregiões do Nordeste, sobretudo, do Ceará e da Paraíba.

4.4 Mário Covas

Covas, quarto colocado no primeiro turno das eleições presidenciais de 1989, com 11,5% dos votos, apresenta seus mais elevados percentuais, de forma muito concentrada, em microrregiões de São Paulo, seu estado de origem e de atuação política. Além disso, alcança bons resultados ainda no Distrito Federal e em grande parte das capitais estaduais. Porém, na maioria das microrregiões do país, o candidato registra baixas votações (Fig.17).

4.5 O segundo turno

No segundo turno da eleição de 1989, a distribuição de votos para Collor (53%) se mantém praticamente inalterada, verificando-se, entretanto, que o seu padrão de altas votações incorpora microrregiões do oeste de São Paulo (Fig.18). Tal fato parece estar relacionado principalmente à eliminação, no primeiro turno, de Paulo Maluf, que obteve 23,5% dos votos no estado, e no segundo turno apoiou Collor. Na verdade, a inclusão do oeste paulista às áreas que votaram majoritariamente para Collor, no primeiro turno, amplia esse espaço no interior do Brasil, que se estende do nordeste do Pará ao norte do Paraná.

Já em relação a Lula (47%), observam-se acentuadas alterações na geografia eleitoral do

candidato, sobretudo em relação ao Rio de Janeiro, sudoeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Fig.19). Tal mudança deve-se fundamentalmente à transferência de votos de Brizola, terceiro colocado no primeiro turno desta eleição, que obteve elevadas votações nessas áreas, e decidiu apoiar Lula no segundo turno. No mesmo sentido, o apoio de Covas, quarto colocado no primeiro turno, alterou o padrão de votação de Lula em São Paulo, sobretudo no *continuum* urbano que vai de Santos a Ribeirão Preto. Quanto ao Ceará, o aumento das votações para Lula em Fortaleza decorre tanto do apoio de Brizola, quanto do de Covas, que no primeiro turno receberam boas votações nessa capital.

A análise dos resultados da eleição de 1989 permite afirmar que o medo de uma eventual vitória de Lula ou de Brizola, aliado ao fato de não existirem candidatos confiáveis aos conservadores bem situados nas pesquisas, e que representassem estados politicamente importantes da Federação, levou a direita a apoiar Collor. Assim, o candidato, que recebeu o apoio, não só, da *elite tradicional* do Nordeste, mas, também, da *elite moderna* de São Paulo, representou o paradoxo de ser, ao mesmo tempo, um político conservador, mas portador de um discurso moderno. Desta forma, o candidato oriundo de um Nordeste atra-

sado, das práticas clientelísticas e fisiológicas, venceu a eleição como um defensor da economia de mercado, do neoliberalismo e da globalização.

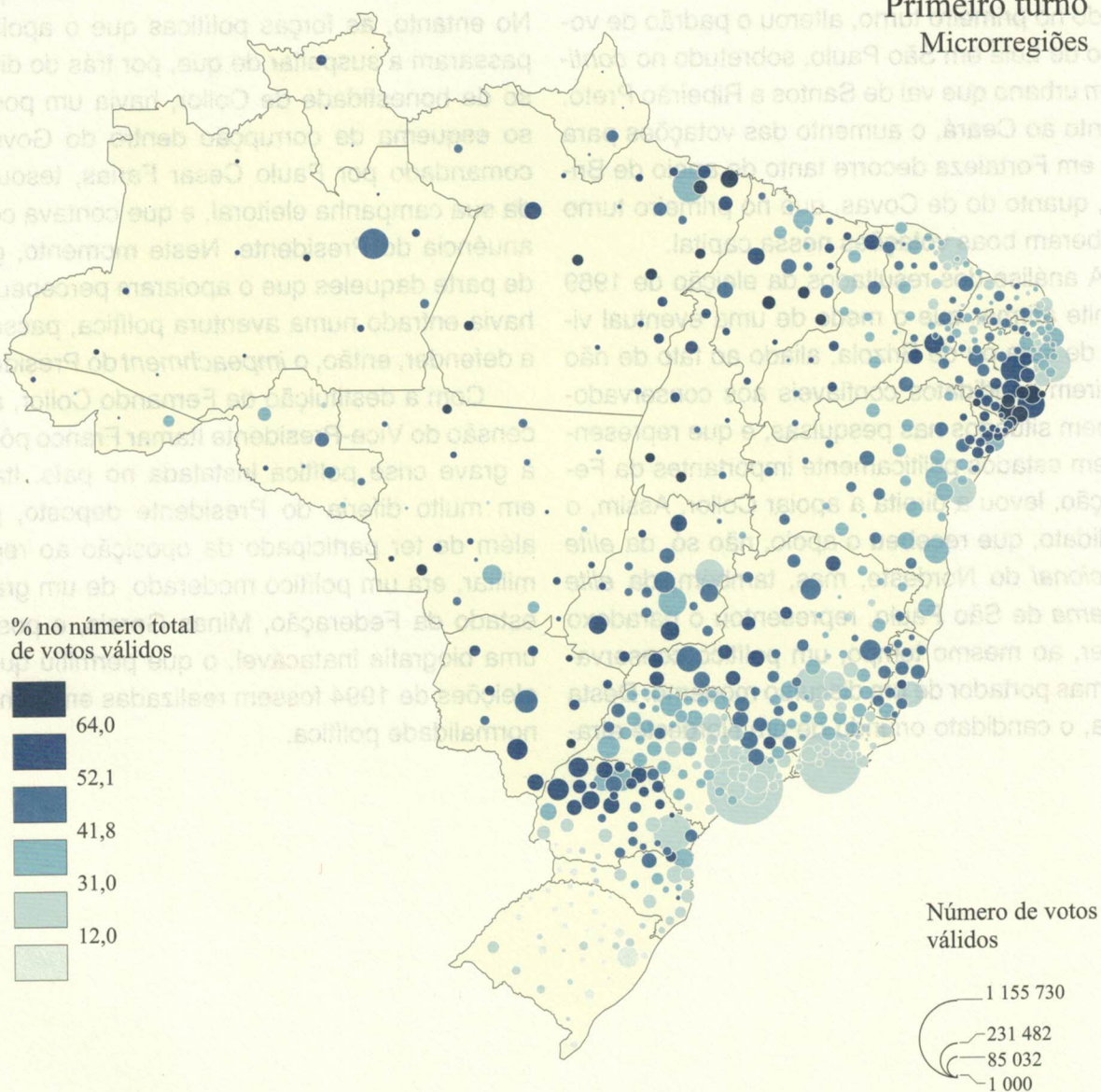
Tal paradoxo pôde ser dissimulado, durante a campanha, em função do perfil que o *marketing* político construiu do candidato: jovem, dinâmico, moderno, de família tradicional, de boa formação educacional e líder da luta contra a corrupção. No entanto, as forças políticas que o apoiaram passaram a suspeitar de que, por trás do discurso de honestidade de Collor, havia um poderoso esquema de corrupção dentro do Governo, comandado por Paulo Cesar Farias, tesoureiro da sua campanha eleitoral, e que contava com a anuência do Presidente. Neste momento, grande parte daqueles que o apoiaram percebeu que havia entrado numa aventura política, passando a defender, então, o *impeachment* do Presidente.

Com a destituição de Fernando Collor, a ascensão do Vice-Presidente Itamar Franco pôs fim à grave crise política instalada no país. Itamar em muito diferia do Presidente deposto, pois, além de ter participado da oposição ao regime militar, era um político moderado, de um grande estado da Federação, Minas Gerais, e possuía uma biografia inatacável, o que permitiu que as eleições de 1994 fossem realizadas em clima de normalidade política.

5. Na Região Metropolitana de São Paulo o parque industrial se encontra localizado, sobretudo, nos municípios do chamado ABCD, isto é, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

Figura 14

Fernando Collor de Melo
Eleição presidencial de 1989
Primeiro turno
Microrregiões

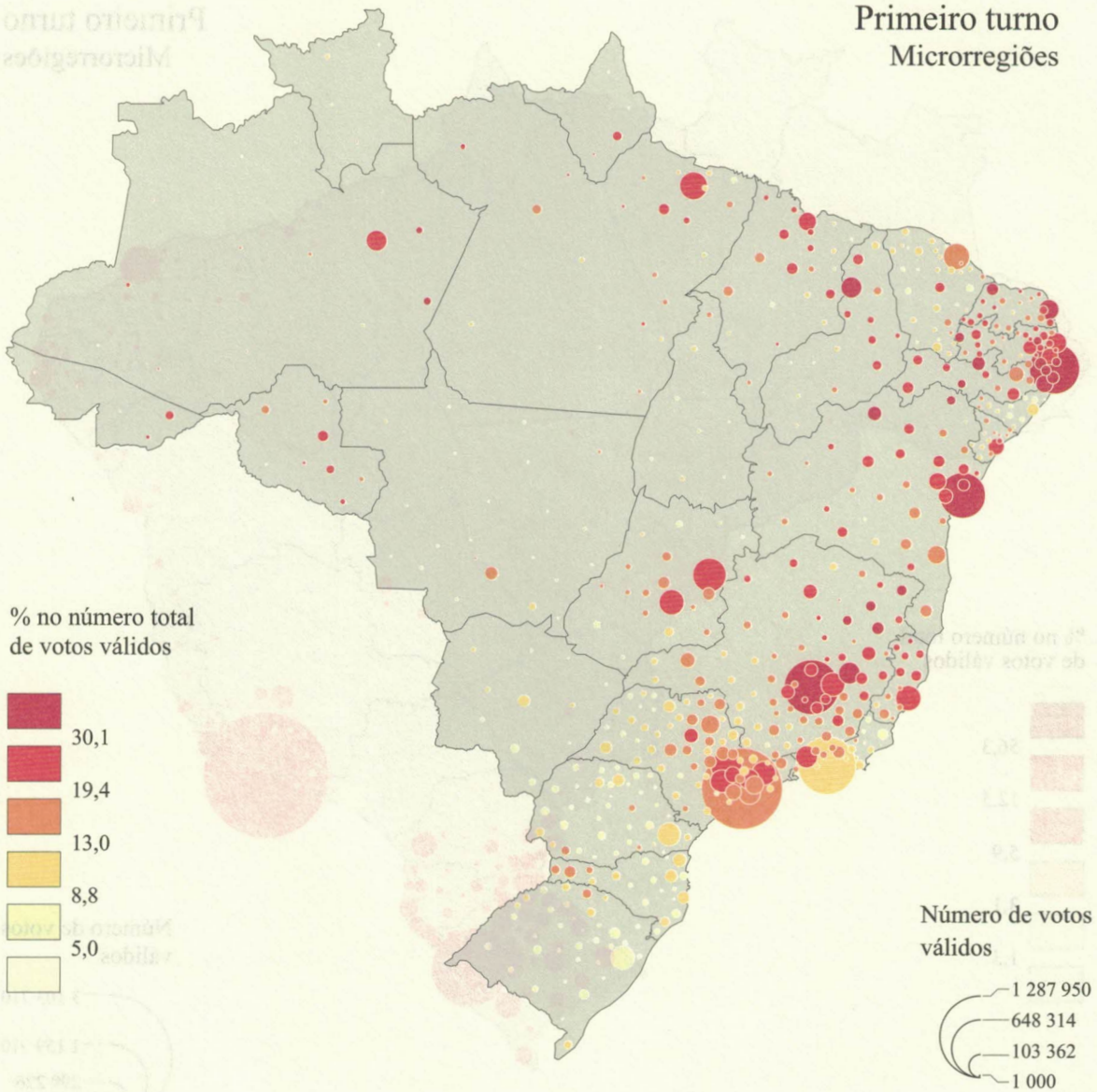


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 15

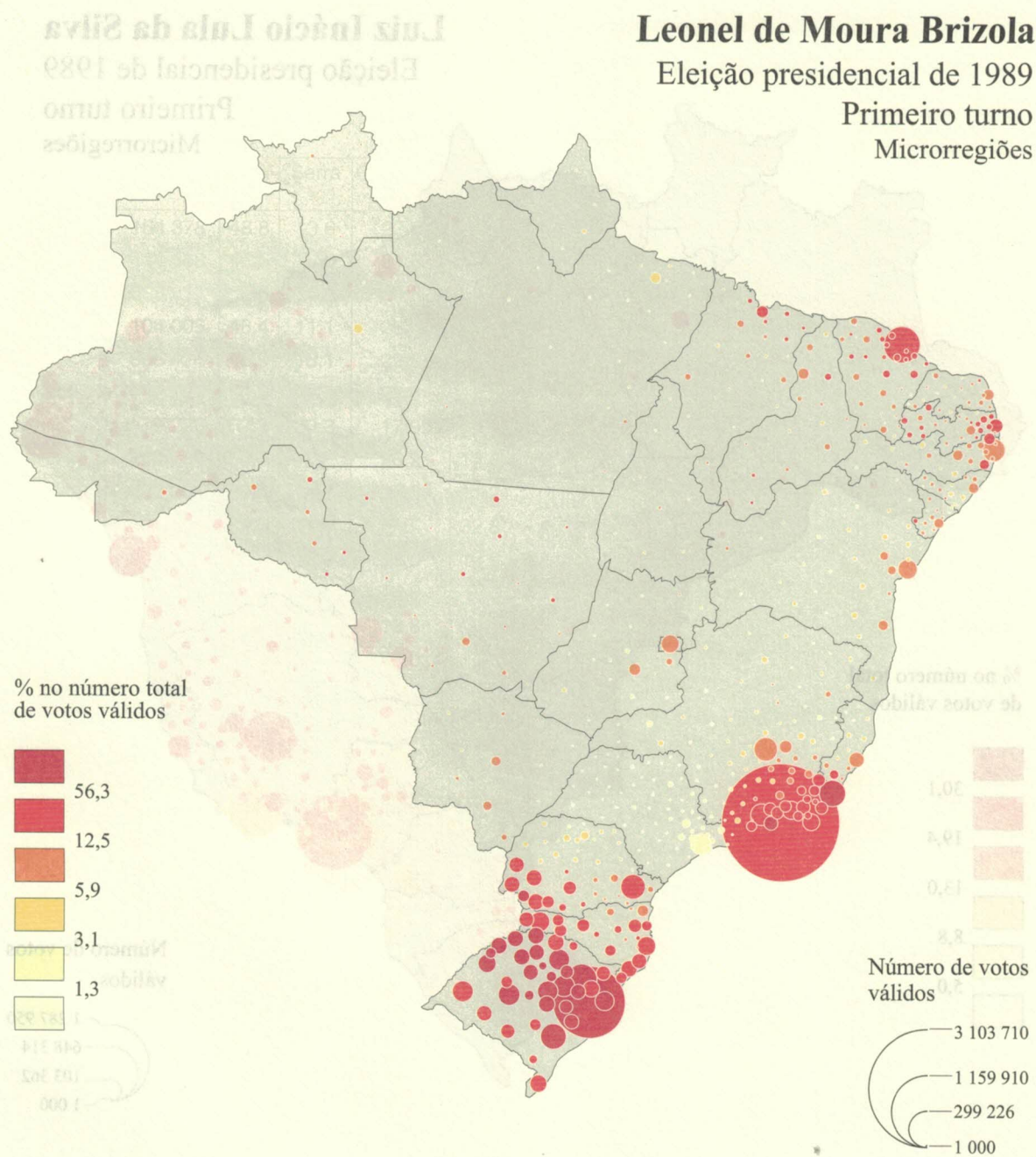
Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial de 1989
Primeiro turno
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

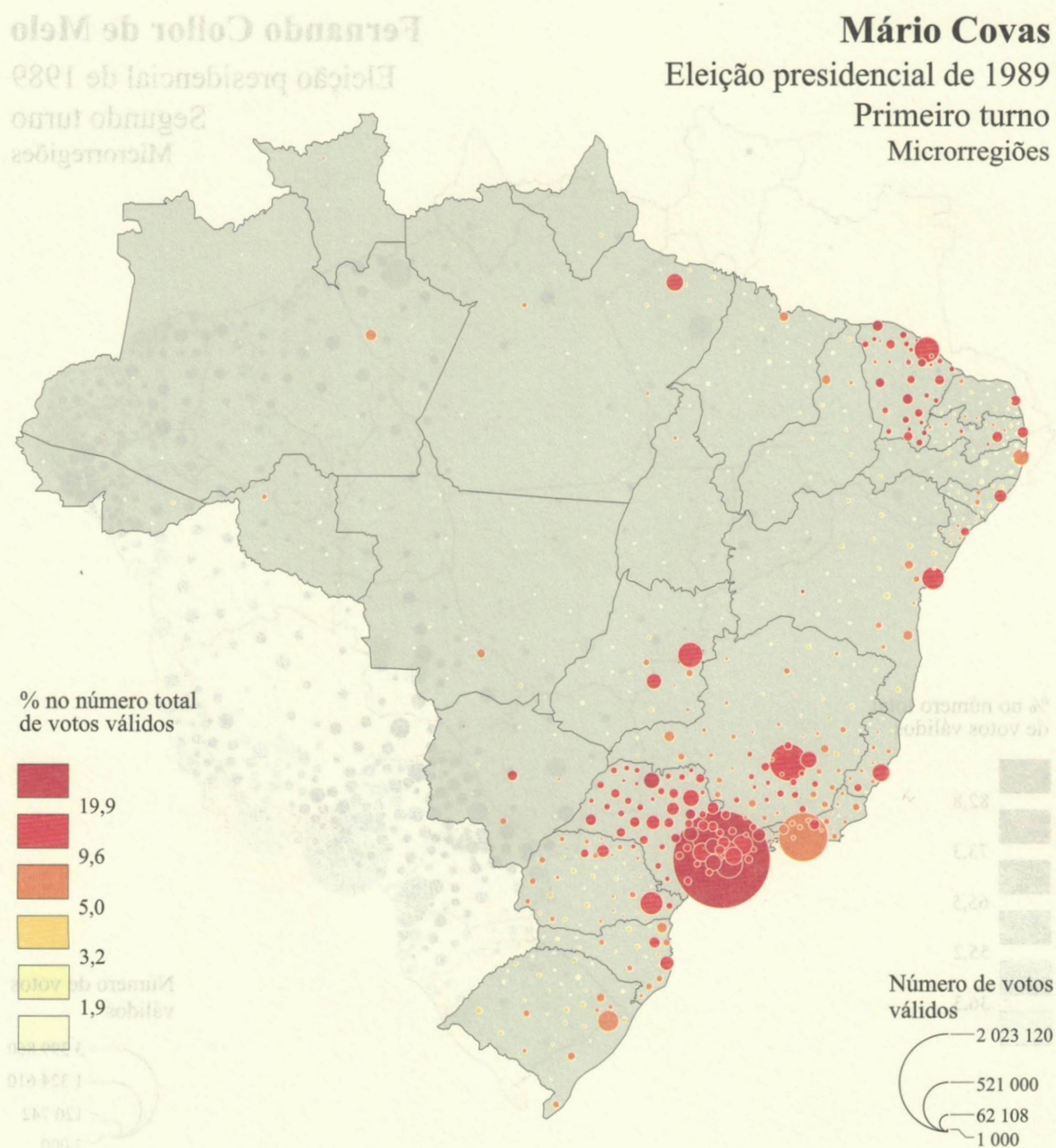
Figura 16



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

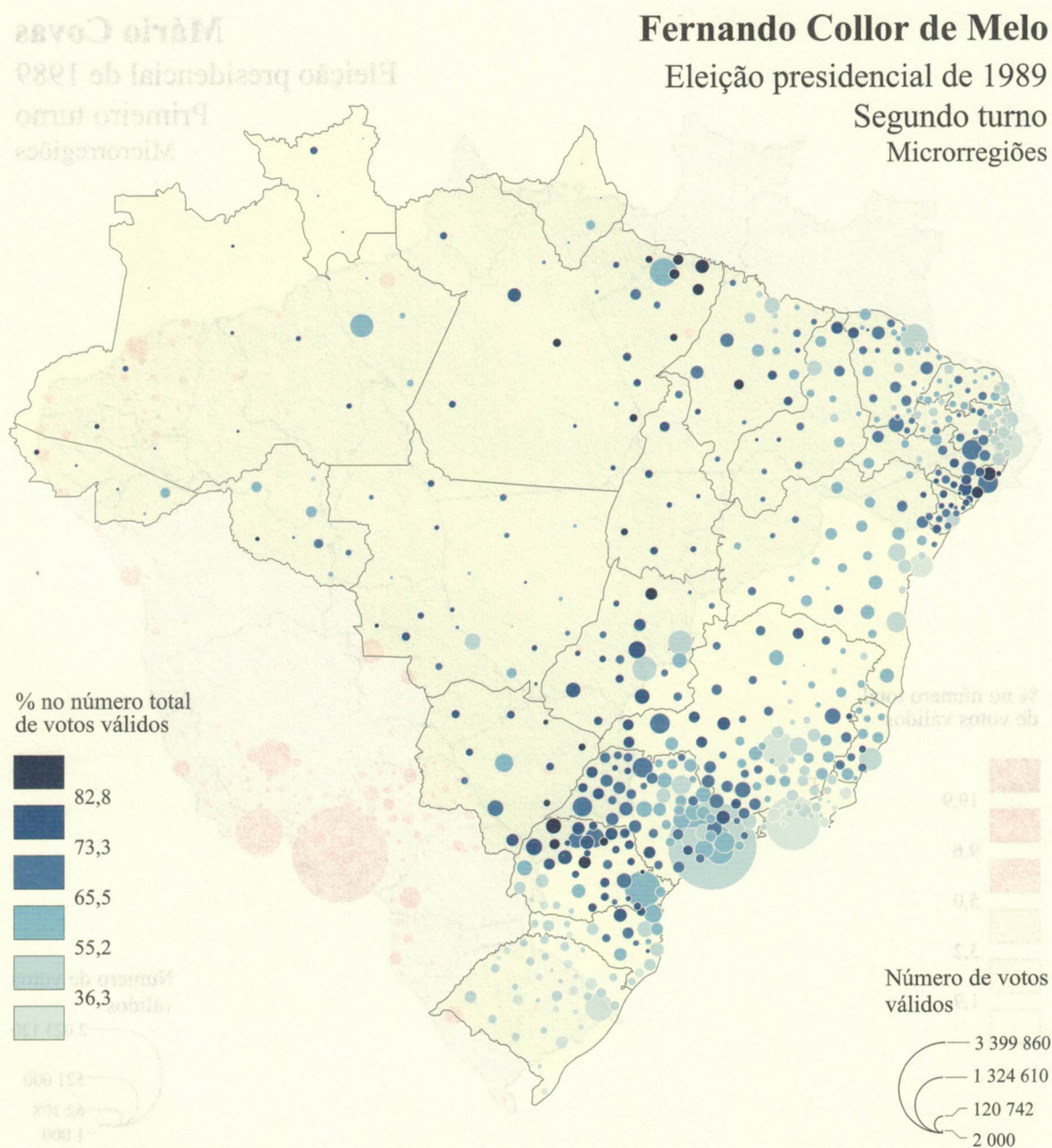
Figura 17



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 18

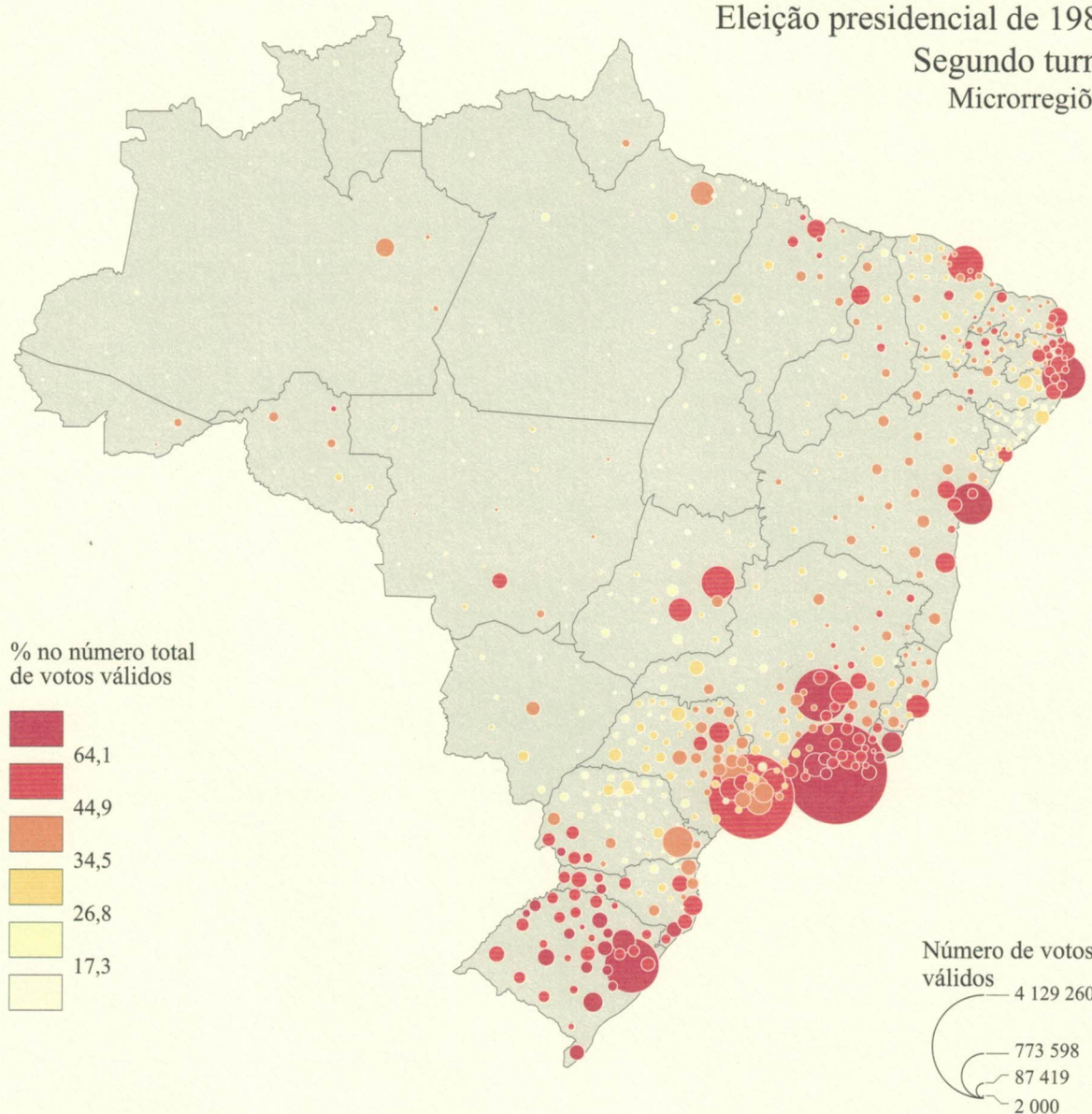


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 19

Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial de 1989
Segundo turno
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

5. As eleições presidenciais de 1994

O PLEITO DE 1994 APRESENTA muitas diferenças em relação ao de 1989, uma vez que foi disputado por um número menor de candidatos (oito), resultado de alianças eleitorais estabelecidas já no primeiro turno, numa *eleição casada*, isto é, vinculada às eleições para o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, os Governos Estaduais e as Assembleias Legislativas. Dentre os candidatos mais importantes, podemos destacar Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Lula (PT), Orestes Quércia (PMDB), Brizola (PDT), Esperidião Amin, do Partido Progressista Reformador (PPR) e Enéas Carneiro, do Partido de Reedificação da Ordem Nacional (PRONA).

Os dois candidatos mais bem situados nas eleições de 1994, FHC e Lula, tiveram suas candidaturas fortalecidas, sobretudo, em função do estabelecimento de alianças políticas. Fernando Henrique lançou-se à política em 1978, quando candidatou-se ao Senado pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Conseguindo eleger-se suplente do Senador Franco Montoro, assume o cargo quando este torna-se Governador de São Paulo, em 1983. Elegeu-se novamente senador, em 1986, pelo PMDB, partido que substituiu o MDB.

Em 1992, após o *impeachment* do Presidente Collor, tornou-se ministro do Governo Itamar Franco, ocupando, sucessivamente, os cargos de Ministro das Relações Exteriores e da Fazenda. Durante o período em que ocupou a pasta da Fazenda, preparou o Plano Real, que viabilizou o lançamento de sua candidatura à Presidência, ao promover a estabilização econômica.

Apesar de sua trajetória política de esquerda, FHC apresentou-se à eleição liderando uma

frente que, além do PSDB, compunha-se de partidos conservadores, tais como o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Popular (PP), o PTB e o PL. Tal coligação representou, principalmente, uma aliança do PSDB, que reúne parte da *elite moderna* de São Paulo, com o PFL, composto por setores da *elite tradicional* do Nordeste. Além disso, FHC contou, também, com o apoio das classes dirigentes mineira e gaúcha que, desde a Revolução de 1930, vinham disputando com São Paulo o comando da Federação. Deve-se lembrar, ainda, que esta ampla composição entre as principais forças políticas do país foi patrocinada pelo Presidente Itamar, que na época da eleição, alcançava índice de aprovação popular ao seu governo de 82,0%, fato raro em final de mandato de um Presidente no Brasil.

Da mesma forma que Fernando Henrique, Lula apresentou-se à eleição liderando uma frente que, além do PT, compunha-se de pequenos partidos de esquerda, tais como o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e o Partido Verde (PV).

5.1 Fernando Henrique Cardoso

O mapa de FHC na eleição de 1994 revela enorme semelhança em relação ao de Collor, no segundo turno de 1989, com o predomínio de altos percentuais no interior do país. Verifica-se, no entanto, que, além de obter excelente desempenho nas mesmas áreas em que Collor se destacou, FHC amplia esse espaço de altas votações, sobretudo em Minas Gerais (Fig. 20). Além do

interior, Fernando Henrique, assim como Collor, obtém elevadas votações em áreas mais próximas do litoral, como o agreste pernambucano e o estado de Alagoas. Expande, no entanto, seu espaço de elevadas votações ao alcançar ótimo desempenho no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Apesar das semelhanças entre a geografia eleitoral dos dois candidatos, percebe-se uma ampliação das áreas com maiores votações para FHC, quando comparadas às de Collor. Isto se deve ao fato de a candidatura de FHC, sustentada por parcela do eleitorado de centro-esquerda, ter recebido também o apoio da direita. Assim, além da força eleitoral do PSDB, evidenciada pelas boas votações de Mário Covas, em 1989, nos estados de São Paulo e Ceará, FHC recebeu expressivo apoio dos partidos conservadores que haviam sustentado Collor em 1989. Portanto, Fernando Henrique consegue expandir seu espaço de boas votações, em relação ao de Collor, uma vez que divide o eleitorado de centro-esquerda com Lula e recebe o apoio irrestrito das forças de direita.

Assim, a vitória de FHC, já no primeiro turno da eleição, com 54,3% dos votos válidos, foi possível graças, não apenas ao sucesso do Plano Real, às alianças com as forças conservadoras, à participação do Presidente Itamar, mas também à divisão do eleitorado de centro-esquerda entre FHC e Lula, ambos com respeitáveis biografias políticas na luta contra a ditadura militar no Brasil.

5.2 Luiz Inácio Lula da Silva

A geografia eleitoral de Lula (27%) na eleição de 1994 guarda muitas semelhanças com o

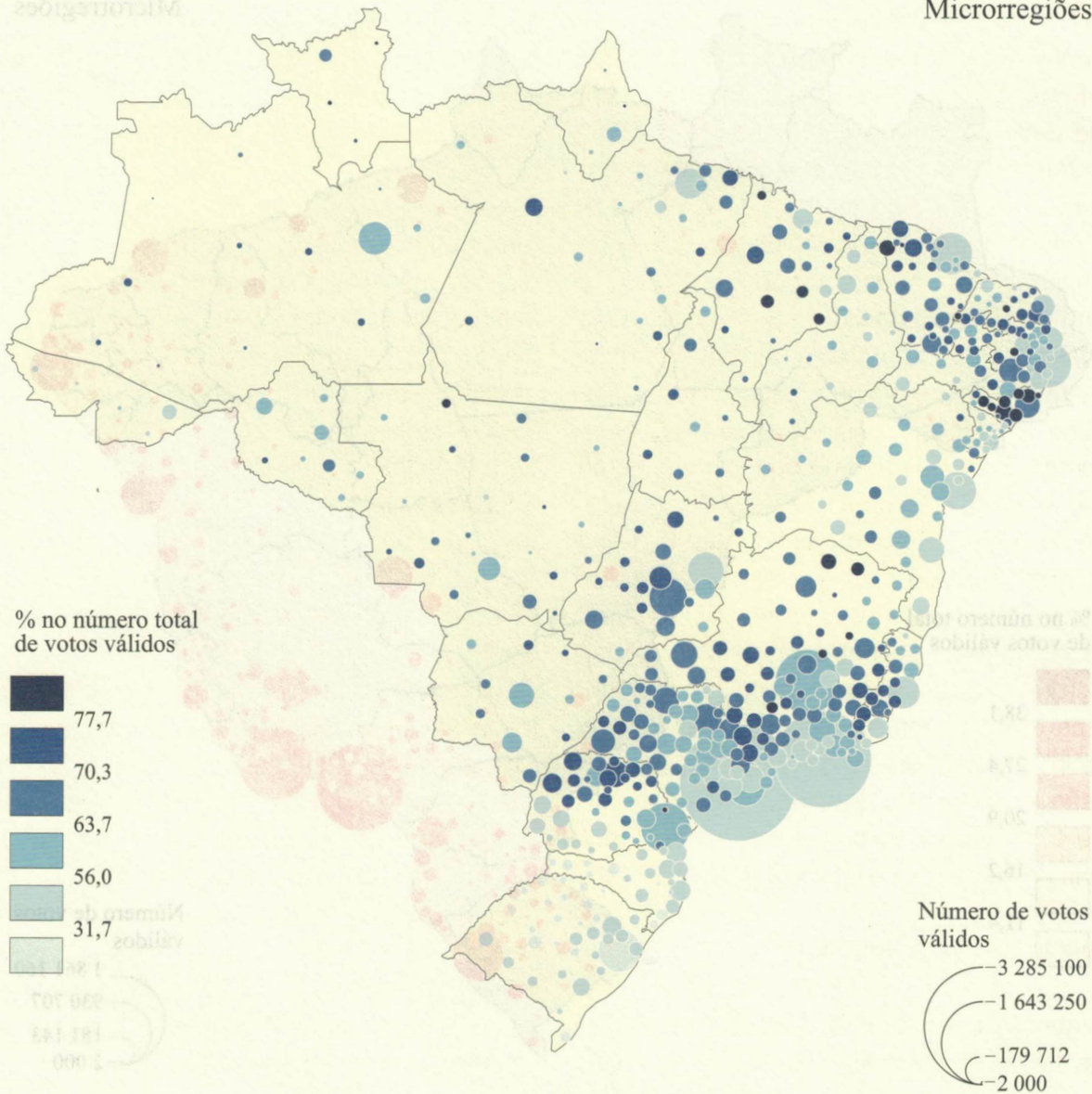
padrão de suas votações no segundo turno de 1989. Chama a atenção, de imediato, o bom desempenho do candidato na Região Sul, revelando que a posição por ele alcançada no segundo turno de 1989 se consolida, em detrimento de Brizola (Fig. 21). Apesar das semelhanças, uma análise mais cuidadosa mostra que algumas modificações importantes ocorreram de 1989 para 1994, sobretudo em função da dinâmica da política de alianças. Assim, Lula amplia suas votações em Sergipe, em função do apoio de Jackson Barreto, expressiva liderança regional. Já em Minas Gerais, reduzem-se as votações para Lula, em decorrência da sustentação que o Presidente Itamar e a elite política mineira conferiram à candidatura de FHC. Da mesma forma, no Rio de Janeiro, o candidato tem seus percentuais reduzidos, uma vez que, nesta eleição, o eleitorado de centro-esquerda encontra-se dividido entre FHC, Brizola e Lula.

5.3 Enéas Carneiro

As melhores votações apresentadas por Enéas (7,4%), na eleição de 1994, se dão no Centro-Sul do país (Fig. 22). Além dessa área, verificam-se ainda boas votações para o candidato nas capitais estaduais do Norte e do Nordeste. Nesse sentido, pode-se afirmar que Enéas é um candidato que tem sua base de sustentação essencialmente no eleitorado urbano. Por se tratar de candidato que nunca exerceu cargo político e por pertencer a um partido sem expressão nacional, Enéas apresentou desempenho surpreendente, superando, inclusive, candidatos com conhecida trajetória política, como Leonel Brizola, Orestes Quécia e Esperidião Amin.

Figura 20

Fernando Henrique Cardoso
Eleição presidencial de 1994
Microrregiões



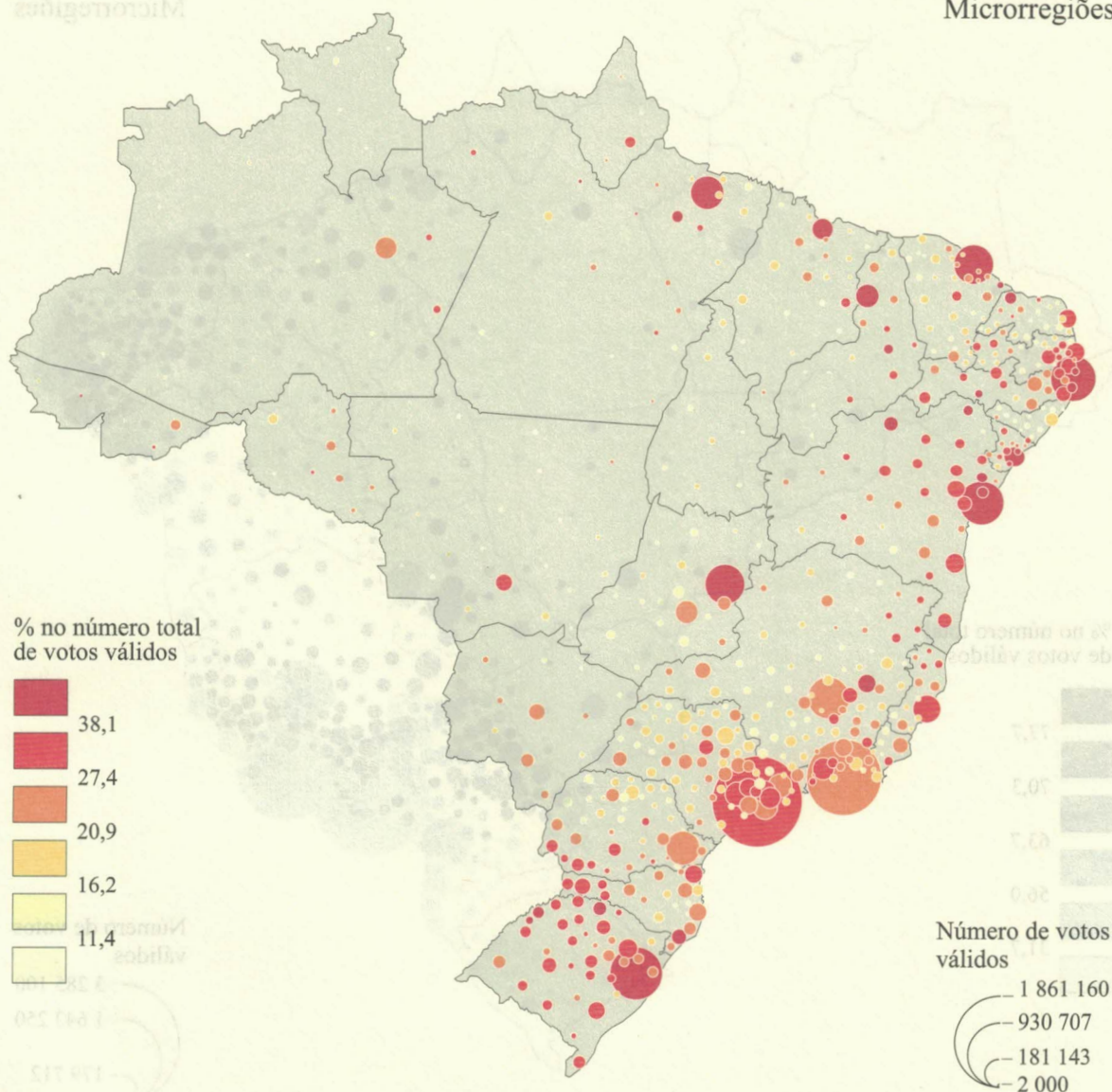
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 21

Fernando Henrique Cardoso
Eleição presidencial de 1994
Microrregiões

Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial de 1994
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

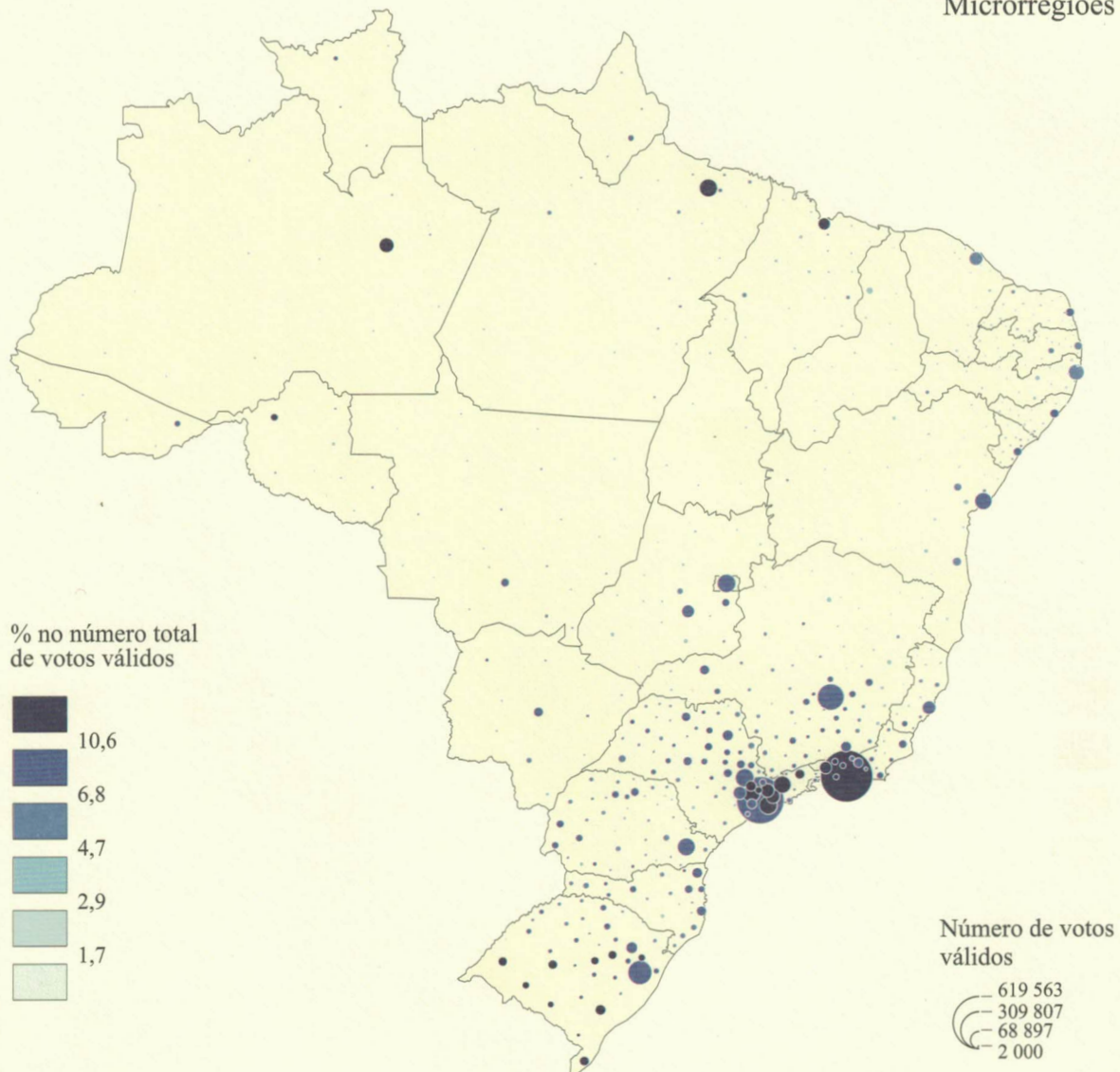
©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 22

Enéas Ferreira Carneiro

Eleição presidencial de 1994

Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

6. As eleições presidenciais de 1998

AS ELEIÇÕES DE 1998 APRESENTARAM, como principal diferença em relação às de 1994, a introdução do direito à reeleição do Presidente da República e de Governadores de Estado, alterando uma norma constitucional que vigorava desde o início da República. Naturalmente, o direito à reeleição favorece aqueles que, na ocasião do pleito, detêm os cargos de Presidente e Governador. Além disso, o fato de as eleições serem *casadas* propicia o fortalecimento dos candidatos de uma determinada coligação partidária, num sistema de apoio mútuo entre o postulante à Presidência e os candidatos aos demais níveis.

Portanto, o direito à reeleição, num contexto de eleições *casadas*, contribuiu para acentuar a aglutinação das forças políticas em 1998, reduzindo para três o número de candidatos com alguma viabilidade eleitoral. Dentre estes, verifica-se, mais uma vez, o predomínio de políticos paulistas disputando a Presidência: FHC e Lula. Já o terceiro candidato, Ciro Gomes, do PPS, possuía sua base eleitoral no Ceará.

Como consequência da aglutinação eleitoral, FHC consolidou ainda mais sua aliança política com o conjunto das forças de direita em 1998, uma vez que Paulo Maluf lhe conferiu apoio, depois do fraco desempenho alcançado por Esperidião Amin, candidato de seu partido em 1994. Através desta aliança com o conjunto da direita, FHC pôde compensar o enfraquecimento de sua candidatura, em decorrência do rompimento político com o ex-Presidente Itamar Franco e seu Ministro da Fazenda, Ciro Gomes, apoios que haviam sido fundamentais para a sua vitória em 1994.

Já Lula fortaleceu sua posição de principal líder de esquerda, pois, além do apoio dos partidos,

que haviam sustentado sua candidatura na eleição anterior, recebeu a adesão de Brizola, que, em 1994, sofrera grande derrota política. Nesse contexto, repete-se, em 1998, a mesma disputa ocorrida em 1994, entre FHC, sustentado por uma aliança de centro-direita, e Lula, liderando as correntes de esquerda.

6.1 Fernando Henrique Cardoso

Em 1998, a geografia eleitoral de FHC se assemelha muito à de 1994, verificando-se, no entanto, algumas alterações, sobretudo em decorrência da política de alianças. Assim, FHC amplia suas áreas de altas votações, ao registrar elevados percentuais em Rondônia, no centro-sul da Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo (Fig. 23). Em contrapartida, tem seus percentuais de votos reduzidos em Minas Gerais, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.

Em São Paulo, FHC expande suas áreas de altas votações em função do apoio que obteve de Maluf, que, como se sabe, concentra sua força eleitoral nesse estado. FHC, que recebera, em 1994, a sustentação de grande parte da direita, consolida, em 1998, sua aliança com o conjunto das forças conservadoras. Já no Espírito Santo, o candidato melhora seu desempenho em relação a 1994, em decorrência da decepção do eleitorado capixaba com o malsucedido governo de Vítor Buaiz, do PT.

Ao contrário do que se verificou em São Paulo e no Espírito Santo, em Minas Gerais as boas votações para FHC restringem-se espacialmente, em consequência do rompimento do ex-Presidente Itamar Franco e de parte da elite

política mineira com o candidato. Da mesma forma, a candidatura de Ciro à Presidência subtrai significativa parcela de votos a FHC, não só no Ceará, mas também em outros estados do Nordeste, tais como o Rio Grande do Norte e a Paraíba. Apesar de tais mudanças na sua geografia eleitoral, FHC vence a eleição de 1998, já no primeiro turno, obtendo 53,1% dos votos válidos, percentual semelhante ao de 1994.

6.2 Luiz Inácio Lula da Silva

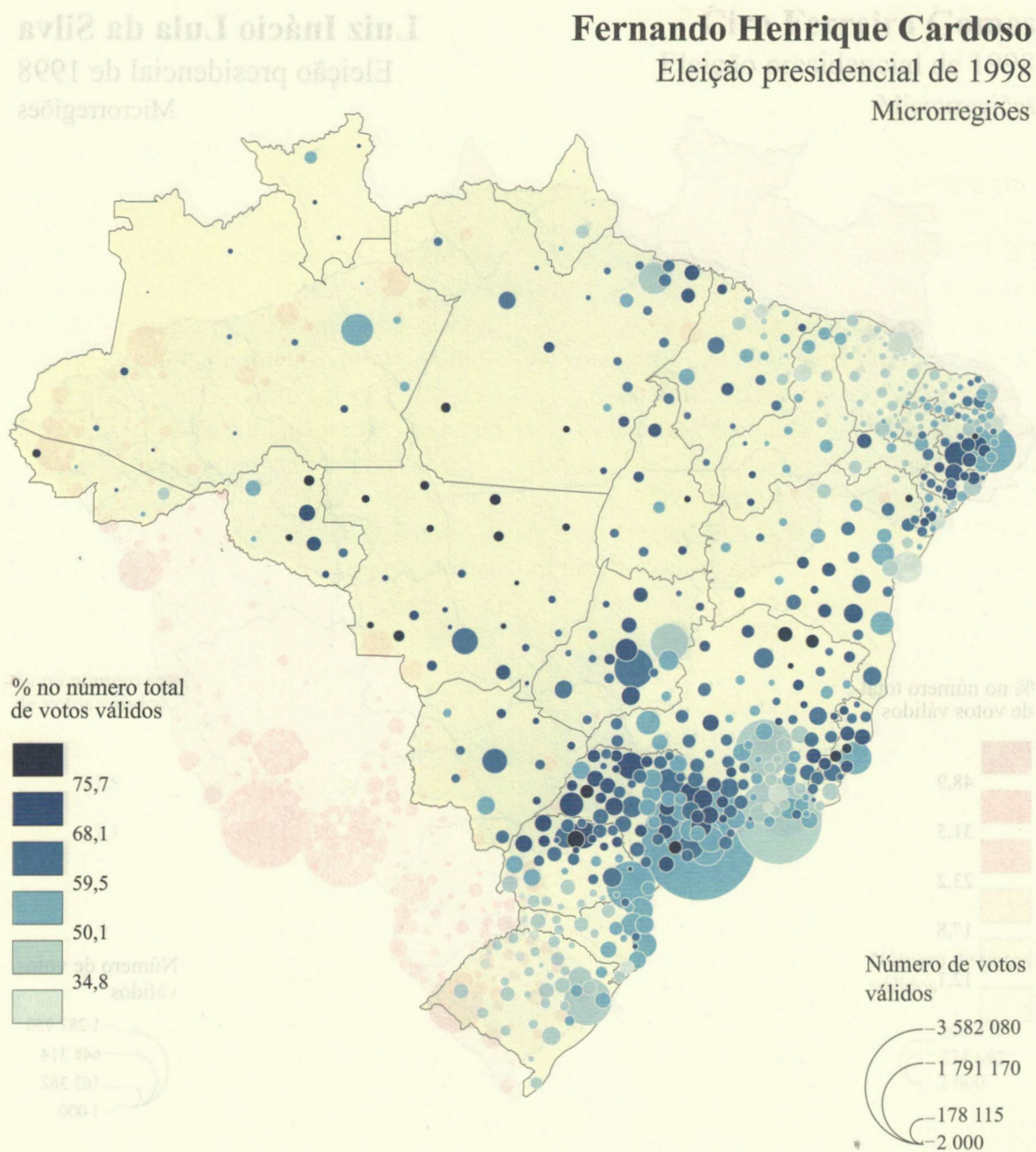
Em 1998, o mapa de votos para Lula (31,7%) revela que ele mantém, em suas grandes linhas, a mesma geografia eleitoral de 1994. Porém, em função de alianças políticas, observam-se algumas modificações. Dessa forma, no Rio de Janeiro, Lula volta a apresentar excelente desempenho, o que pode ser explicado pelo apoio de Brizola, que disputou a eleição na posição de Vice-Presidente na chapa encabeçada por Lula (Fig. 24). Já em Brasília, Lula apresenta acentuada redução nos seus percentuais de vo-

tos, em função da candidatura de Ciro Gomes que, alcançando bom desempenho na Capital Federal, provocou a divisão do eleitorado de centro-esquerda. Observa-se, ainda, diminuição dos votos para Lula no Espírito Santo, onde o desgaste do governo petista de Vítor Buain desestimulou o eleitor a votar novamente num candidato do PT.

6.3 Ciro Gomes

A distribuição espacial dos votos para Ciro Gomes (11%) revela que seus melhores desempenhos eleitorais em 1998 concentram-se em Brasília e na maioria das capitais estaduais das Regiões Norte e Nordeste (Fig. 25). Além dessas áreas, verifica-se que Ciro obtém ainda boas votações no Nordeste, numa faixa mais próxima do litoral, que engloba a metade-norte do Maranhão e do Piauí, o Ceará, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Alagoas. Observam-se, também, boas votações para o candidato no Sudeste, em Vitória, Belo Horizonte e no sul de Minas Gerais.

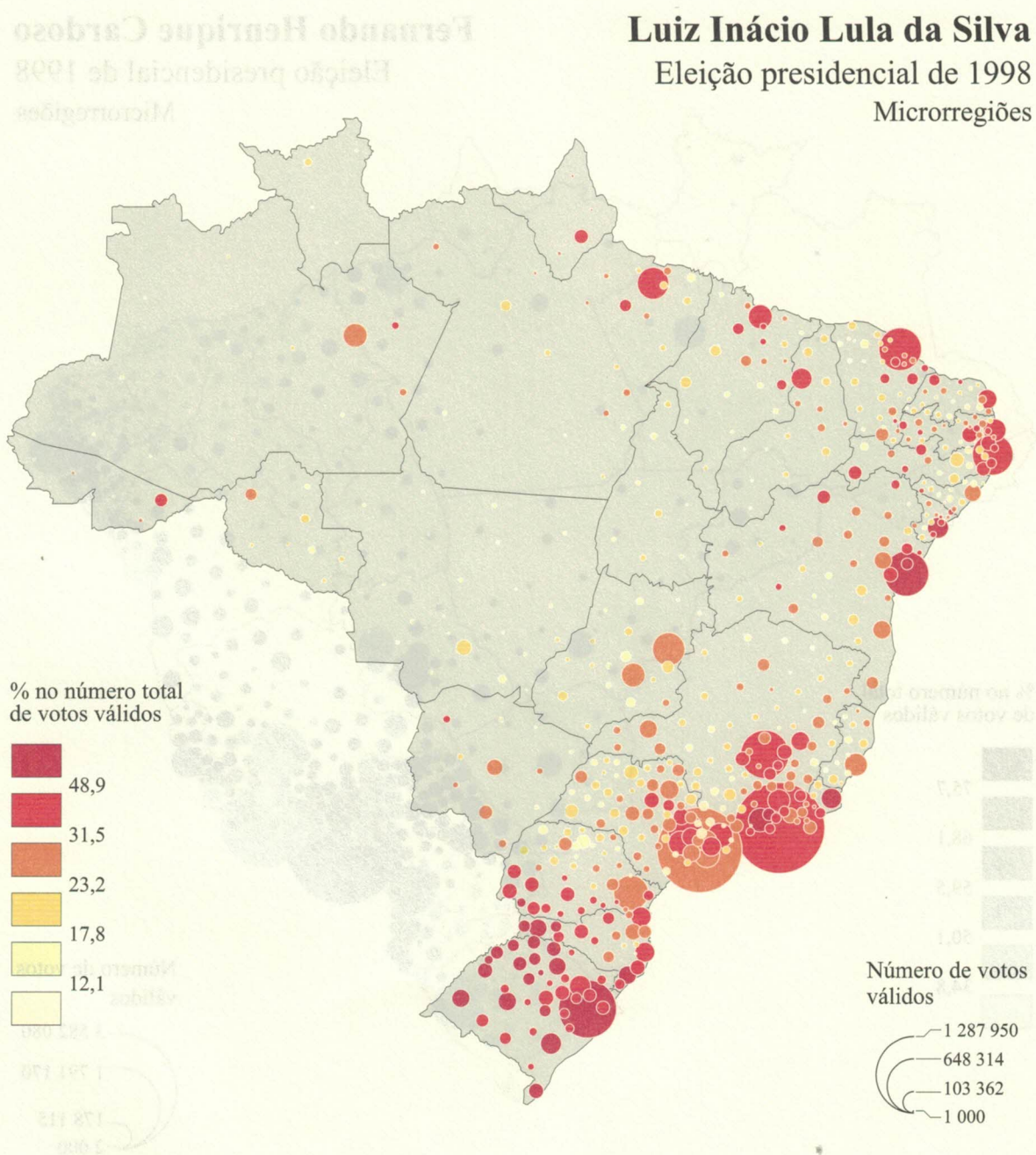
Figura 23



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 24

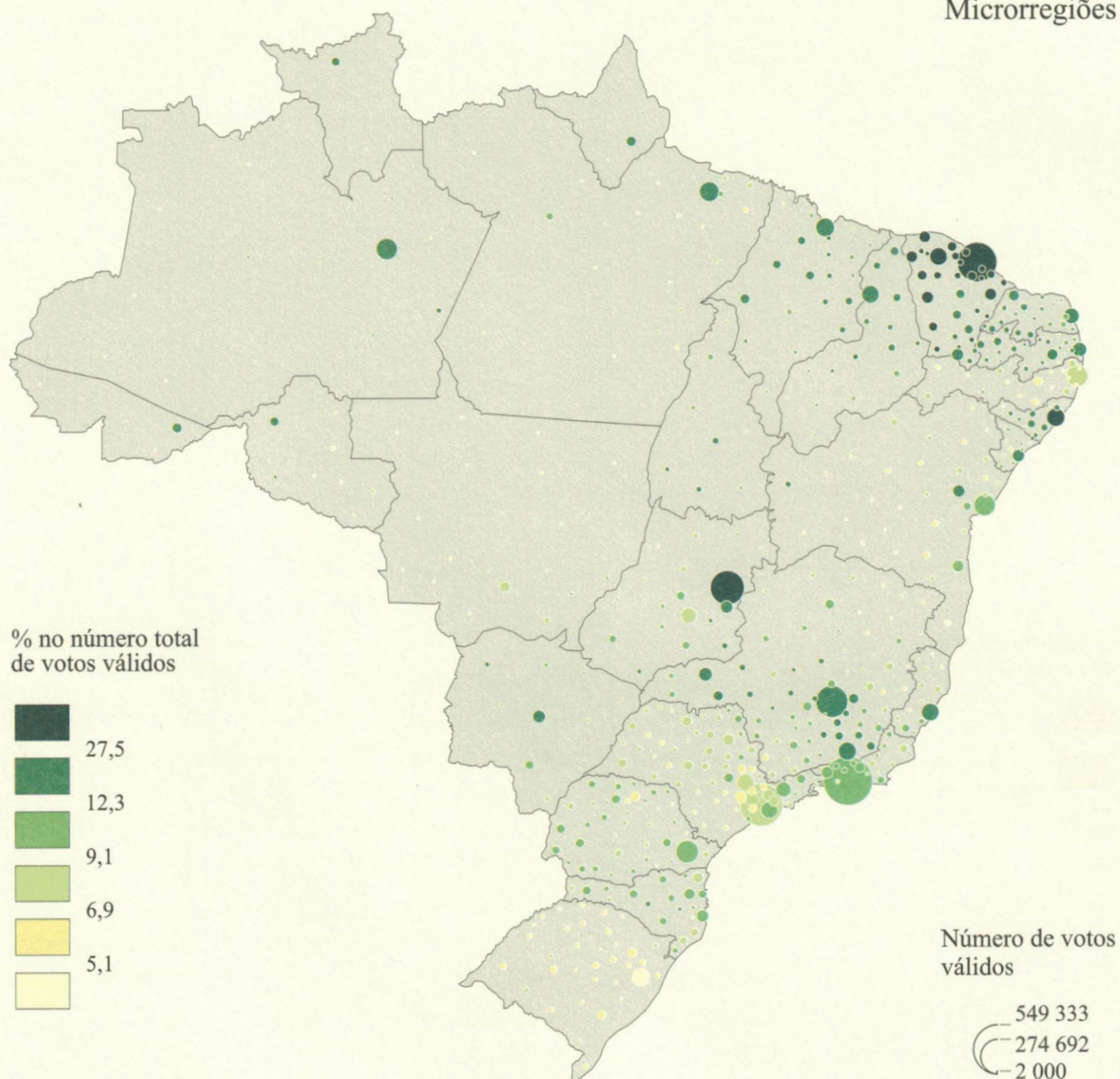


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 25

Ciro Ferreira Gomes
Eleição presidencial de 1998
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©1999 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

7. As eleições presidenciais de 2002

A DISPUTA PRESIDENCIAL DE 2002 apresentava aos dois principais partidos políticos concorrentes, o PSDB e o PT, alguns importantes desafios para que pudessem alcançar a vitória nessas eleições. Para o PSDB, seria indispensável manter as alianças bem-sucedidas com as forças conservadoras, responsáveis pelas vitórias eleitorais de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, e, para o PT, seria fundamental romper o limite de um terço dos votos que os candidatos de esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, obtiveram no país, como rivais ou aliados, nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998⁶.

Além de se pretender analisar os desafios do PSDB e do PT, procurou-se também examinar possíveis modificações na geografia eleitoral brasileira em 2002. Como já vimos, o mapeamento dos resultados das eleições de 1989, 1994 e 1998 demonstrou que determinadas áreas do país apresentaram comportamentos eleitorais que se mantiveram regulares nessas três eleições consecutivas. De fato, a identificação de estruturas territoriais relativas a padrões de comportamento político, ao longo do tempo, foi capaz de revelar tendências ideológicas do eleitorado. Assim, uma vez que Collor e FHC foram apoiados pela direita e Lula pela esquerda, pode-se perceber que, em certas regiões, o eleitorado tende claramente a votar de forma mais *conservadora*, enquanto noutras, de modo mais *progressista*. Nesse sentido, Collor e FHC alcançaram seus mais elevados percentuais, sobretudo num vasto espaço no interior do país, enquanto Lula obteve suas melhores votações, principalmente, num grande número de capitais estaduais.

Assim, neste capítulo, vamos investigar a distribuição espacial dos votos, não só dos can-

didatos do PSDB, José Serra, e do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, mas também dos dois outros concorrentes mais importantes, Anthony Garotinho, do PSB, e Ciro Gomes, do PPS, procurando avaliar, através do mapeamento dos resultados eleitorais de 2002, se houve ou não mudanças na geografia eleitoral brasileira em relação aos padrões já identificados nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998.

7.1 Luiz Inácio Lula da Silva

Na sua quarta tentativa de chegar à Presidência da República, Lula obteve votação expressiva em todas as Regiões do país (Figs. 26 e 27). Venceu em todas as capitais estaduais, como mostra a Tabela 4, obtendo uma confortável maioria no primeiro turno, em Salvador (73,7%), Teresina (60,4%), João Pessoa (60,1%), Florianópolis (59,9%), Belo Horizonte (58,4%), Aracaju (56,2%), Curitiba (55,1%), Fortaleza (54,5%), Manaus (52,6%) e Palmas (52,2%).

Além do seu excelente desempenho nas capitais, Lula obtém igualmente bons resultados no interior dos estados, em várias regiões rurais e em cidades médias, sobretudo de Minas Gerais, Bahia, Santa Catarina e Paraná.

Particularmente no oeste de Santa Catarina e no sudoeste do Paraná, Lula já apresentava boas votações desde o segundo turno da eleição presidencial de 1989. Trata-se de regiões onde a pequena produção agrícola tem sofrido com a concentração da propriedade da terra e com o êxodo rural, resultado, em grande parte, da expansão da cultura da soja. Estas transformações levaram à mobilização política de muitos pequenos produtores agrícolas e traba-

lhadores rurais sem terra, vítimas do processo de modernização da agricultura. Assim, a plataforma eleitoral de Lula, incluindo um importante capítulo dedicado à Reforma Agrária, explicaria o sucesso encontrado pelo candidato nessas regiões.

Tabela 4

Votos válidos para os quatro principais candidatos nas capitais estaduais e no Distrito Federal

Capitais	Válidos	Lula %	Serra %	Garotinho %	Ciro %
Porto Velho	164 378	48,8	13,6	23,8	13,0
Rio Branco	134 508	47,9	13,5	21,6	16,8
Manaus	688 811	52,6	10,2	24,3	12,2
Boa Vista	104 005	46,4	11,1	25,3	16,6
Belém	685 421	46,9	18,1	22,8	11,6
Macapá	142 223	50,0	7,9	25,6	15,8
Palmas	79 228	52,2	20,3	17,9	9,4
São Luís	402 778	56,4	4,1	26,2	12,6
Teresina	337 206	60,4	11,7	16,5	11,2
Fortaleza	1 032 087	54,5	2,8	9,6	32,8
Natal	347 709	51,3	13,3	22,0	12,9
João Pessoa	296 011	60,1	13,5	16,9	9,1
Recife	771 996	50,5	21,7	19,8	7,6
Maceió	320 378	38,5	17,1	29,0	14,8
Aracaju	240 489	56,2	9,3	20,4	13,2
Salvador	1 119 879	73,7	4,6	14,2	7,0
Belo Horizonte	1 335 950	58,4	13,4	17,7	9,9
Vitória	180 851	46,3	20,5	23,3	9,3
Rio de Janeiro	3 443 815	47,2	10,7	30,6	10,6
São Paulo	5 853 886	42,0	30,7	13,8	12,8
Curitiba	940 990	55,1	22,8	12,8	8,7
Florianópolis	211 025	59,9	21,6	8,6	8,9
Porto Alegre	830 140	46,0	31,5	10,0	11,8
Campo Grande	357 245	39,3	25,3	18,6	16,3
Cuiabá	263 936	49,6	20,3	16,6	13,3
Goiânia	611 097	42,7	23,7	21,5	11,7
Brasília	1 208 415	49,1	16,8	18,3	15,3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral – 2002

Já o bom desempenho de Lula em Minas Gerais e na Bahia traduz mudanças no comportamento do eleitorado, uma vez que, nas eleições anteriores, a votação no candidato do PT

se restringia, basicamente, às capitais estaduais e às áreas industriais desses estados. O aumento de sua votação se deve, em grande parte, ao apoio do Governador Itamar Franco, de Minas Gerais, e do Senador Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, ao candidato do PT. Como se sabe, esses dois importantes líderes políticos romperam com FHC, durante o seu segundo mandato (1999-2002), recusando-se assim a dar sustentação ao candidato oficial, José Serra.

Na Amazônia, cabe destacar as boas votações alcançadas por Lula no Acre, onde ocorrem, desde os anos 1980, lutas ecológicas por um desenvolvimento sustentável, lideradas inicialmente pelo seringueiro Chico Mendes, assassinado em 1988. Em decorrência dessas lutas, o PT chegou ao Governo Estadual, com a vitória de Jorge Viana, em 1998, reeleito em 2002.

Para atingir 46,4% dos votos válidos no primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, Lula ampliou suas votações em regiões onde ele obtinha habitualmente resultados medíocres. Assim, em comparação com 1998, ele ganha mais de 25 pontos percentuais de votos válidos em diversas microrregiões de Minas Gerais, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso e Roraima (Fig. 28). O avanço de Lula enfraquece também os feudos da direita em Goiás, Bahia e Piauí, onde os ganhos se situam, frequentemente, entre 15 e 25 pontos. O *efeito Lula* chega também ao sertão de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. De fato, uma característica importante da nova geografia do voto no Brasil é a mudança do comportamento eleitoral em diversas regiões do interior do Nordeste, como, por exemplo, Bom Jesus da Lapa e Barreiras, no oeste da Bahia, que, em 2002, votaram maciçamente em Lula.

Ao contrário dessa tendência de crescimento, que se verifica no conjunto do país, Lula recua na maior parte do Estado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, estados em que ele alcançou boas votações na eleição de 1998. As perdas, no entanto, são desiguais: 2,1 pontos na microrregião do Rio de Janeiro, 4,6 na dos Lagos e 18,6 na de Campos, no Estado do Rio de Janeiro. No Rio

Grande do Sul, o decréscimo ultrapassa, frequentemente, 5 pontos e, às vezes, 10: 12,9 em Pelotas, 11,3 em Santa Maria, 7,2 em Porto Alegre, 5,7 em Passo Fundo e 5,1 em Ijuí. Este movimento, em desacordo com a tendência nacional, exige que se indague sobre as suas causas. Seria uma manifestação de descontentamento proveniente de eleitores decepcionados com a gestão do PT nos governos do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul? Ou, ainda, a mudança de uma parte do eleitorado *progressista* em direção a outros candidatos de esquerda?

A explicação para esse nítido recuo de Lula, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, deve ser buscada na divisão das forças de esquerda. Sabe-se que na campanha eleitoral de 1998, o PDT de Leonel Brizola e o PSB de Miguel Arraes estiveram unidos em torno do candidato do PT. Já, em 2002, enquanto Brizola apoiou Ciro, Arraes sustentou a candidatura de Garotinho, tomando, então, os antigos aliados rumos diferentes na disputa presidencial.

Além da divisão, no plano nacional, entre os principais líderes de esquerda, no Rio de Janeiro a transferência de Garotinho do PDT para o PSB, no começo de 2001, lhe permitiu criar uma poderosa máquina partidária em apoio à sua candidatura, o que enfraqueceu, naturalmente, o desempenho de Lula no território fluminense. Já no Rio Grande do Sul, o retrocesso de Lula está ligado não só ao apoio de Brizola a Ciro, mas também a problemas locais do PDT com o PT. Com efeito, o partido de Brizola integrou uma ampla frente, que reuniu tanto partidos de esquerda quanto de direita, com o objetivo de impedir mais uma vitória de um candidato do PT ao governo gaúcho.

7.2 José Serra

José Serra, candidato do Presidente Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 2002, obtém somente 23,2% dos votos válidos no primeiro turno, ou seja, a metade do percentual alcançado por Lula. O mapa dos votos

alcançados por Serra (Fig. 29), quando comparado com o do candidato do PT, revela uma fraca votação, que traduz o seu mau desempenho no conjunto do país. Serra sai-se bem, basicamente, no Agreste de Pernambuco e da Paraíba, no sul do Piauí e no nordeste de Minas Gerais, regiões rurais de modo geral estagnadas economicamente (Fig. 30). Obtém bons resultados ainda nas áreas de *frente pioneira* de Mato Grosso, Tocantins e Pará, tradicionalmente conservadoras.

Em contrapartida, Serra apresenta percentuais muito fracos em estados que antes haviam dado sustentação a candidatos apoiados pela direita, como Collor e FHC, sobretudo Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e, de uma maneira geral, a Amazônia. Em relação às votações alcançadas por FHC em 1998, o declínio de Serra se manifesta em todo o país: ele perde pontos em todas as microrregiões, com exceção de uma, Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul. É principalmente nos estados mencionados acima que ele apresenta as maiores reduções em seus percentuais (Fig. 31).

Este resultado traduz não só a incapacidade de Serra de obter o apoio de líderes políticos regionais, mas também as dificuldades de FHC em manter as alianças com as forças conservadoras que viabilizaram a sua eleição em 1994 e 1998. Apesar de FHC ter ganho as eleições em 1998, o decréscimo nas suas médias em 17 estados, de uma eleição para outra, já indicava a existência de problemas com algumas elites regionais, como as de Minas Gerais e do Ceará.

Assim, se, em 1994, a vitória de FHC foi facilitada, em grande parte, pelo excelente desempenho que conseguiu nesses dois importantes colégios eleitorais do país, em 1998 verificam-se fortes reduções dos seus percentuais em Minas Gerais e no Ceará, em decorrência das suas divergências políticas com Itamar Franco e Ciro Gomes. Em 2002, o candidato de FHC à Presidência, além de não ter conseguido superar tais divergências, encontrou forte resistência ao seu nome, por parte de lideranças conservadoras de vários estados, como os Senadores Antônio Carlos Ma-

galhães, da Bahia, e José Sarney, do Maranhão. Esses problemas enfrentados por Serra durante a sua campanha explicam, de certa forma, o seu fraco desempenho nas eleições de 2002.

7.3 Anthony Garotinho

Com 17,9% dos votos válidos, Anthony Garotinho, ex-governador do Estado do Rio de Janeiro, representa um fenômeno político importante, na medida em que seu desempenho eleitoral está associado, em grande parte, a um fato novo que vem ocorrendo, hoje, no Brasil: o crescimento dos evangélicos pentecostais. Com efeito, Garotinho, evangélico declarado, que recebeu o apoio explícito dos pentecostais, soube aproveitar a importância crescente dos grupos evangélicos no país para aumentar o seu peso político.

Sabe-se que o número de pentecostais mais do que dobrou entre os recenseamentos demográficos de 1991 e 2000, passando de 8,2 para 18 milhões de habitantes. Ainda que se possa questionar sobre a capacidade da *galáxia* pentecostal de se organizar politicamente, não se pode deixar de reconhecer que ela fez de Garotinho o seu candidato, na eleição presidencial de 2002.

Se o número de pentecostais em idade de votar é avaliado em cerca de 10 milhões, e sem se afirmar que todos os pentecostais votaram em Garotinho, nem que todos os votos de Garotinho foram provenientes dos pentecostais, observa-se que o candidato foi muito além de sua base confessional, ao obter mais de 15 milhões de votos. Seu principal reduto eleitoral, o Estado do Rio de Janeiro, lhe deu, nessas eleições, quase 2,5 milhões de votos, ou seja, 16% desse total nacional. O Estado de São Paulo lhe trouxe um milhão de votos e o resto ele obteve, principalmente, nas capitais estaduais (Fig. 32).

Em termos relativos, Garotinho está presente na maior parte do país (Fig. 33), mas é no interior do Nordeste, com forte presença de católicos

(Fig. 34), que ele se mostra mais fraco. O mapa da distribuição dos seus votos guarda muita semelhança com o dos pentecostais (Fig. 35), sobretudo nas Regiões Centro-Oeste e Norte, onde a boa implantação das igrejas pentecostais se traduz numa expressiva votação em Garotinho, acima de sua média nacional. Observa-se um fenômeno dessa mesma natureza no leste de Minas Gerais e no nordeste do Paraná.

Além da coincidência entre as boas votações para Garotinho e os elevados percentuais de pentecostais no Norte e Centro-Oeste, cabe observar o fato de ser exatamente nessas Regiões que a Rede Record, da Igreja Universal do Reino de Deus, se apresenta mais bem instalada, com maior número de repetidoras (Fig. 36).

No entanto, o sucesso de Garotinho no Rio de Janeiro não se explicaria somente pela presença dos grupos pentecostais no estado. Sabe-se que Garotinho, antes de ser candidato à Presidência, foi Prefeito de Campos, no norte fluminense, Secretário de Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, no Governo de Leonel Brizola, no começo dos anos 1990, e Governador de 1999 a 2002. Eleito Governador em 1998, pelo PDT, Garotinho rompe com Leonel Brizola no começo de 2001 e se transfere para o PSB, com o objetivo de viabilizar a sua candidatura à Presidência da República. Ao se transferir, além de levar para o PSB 32 dos 34 prefeitos eleitos pelo PDT, em 2000, conquista para a sua nova agremiação prefeitos eleitos por outras legendas, criando, desta forma, uma sólida máquina partidária no território fluminense.

Assim, pode-se pensar que uma parte do eleitorado, fiel a Brizola até as eleições de 2000, tenha votado em Garotinho, seguindo a orientação de ex-líderes pedetistas, que se transferiram para o PSB, e sustentaram o candidato no seu projeto de chegar à Presidência. Portanto, o apoio dos pentecostais e de antigos pedetistas fez, sem dúvida, de Garotinho o homem-chave da eleição de 2002 no Estado do Rio de Janeiro.

7.4 **Ciro Gomes**

Ciro Gomes obteve 12% dos votos válidos, em 2002, percentual semelhante ao de 1998 (11%), expressando um aumento modesto na sua votação, de uma eleição para outra. O antigo Governador do Ceará não conseguiu estender a sua influência além das fronteiras do seu estado (Fig. 37), particularmente em direção às Regiões Sudeste e Sul do país, onde se concentram 60% do eleitorado brasileiro. Na maior parte do Ceará, ele obtém um amplo apoio, com porcentagens que atingem, às vezes, 70% dos votos válidos (Fig. 38), como em Sobral, sua principal base eleitoral no estado. Já em Fortaleza, capital da qual foi prefeito, ele tem seu percentual reduzido em relação ao de 1998 (Fig. 39).

O candidato do PPS conseguiu ainda obter boas votações no interior do Nordeste, particularmente na Bahia e no Maranhão, estados onde contou, respectivamente, com o apoio dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Sarney, que, rompidos com FHC, recusaram-se a dar sustentação ao candidato oficial, José Serra. Além do Nordeste, Ciro alcança boas votações ainda no Amazonas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, estados que, no entanto, apresentam fracas densidades de população e, por isso, não são muito expressivos em termos eleitorais. As boas votações obtidas por Ciro no Amazonas e em Mato Grosso, devem-se, em grande parte, ao bom desempenho de Eduardo Braga e Blairo Maggi, que se elegeram Governadores desses estados, pelo PPS, em 2002.

A comparação entre os mapas de 1998 e 2002 revela um recuo relativo de Ciro em importantes Estados da Federação, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Todas essas perdas fizeram com que Ciro, que se apresentava como uma *terceira via*, quer dizer, uma alternativa às forças políticas dominantes, representadas, de um lado, por FHC e o

PSDB, e, de outro, por Lula e o PT, seja um dos grandes perdedores da eleição presidencial de 2002, ao lado de José Serra.

7.5 **O segundo turno**

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito, de forma espetacular, por ocasião do segundo turno, com 61,3% dos votos válidos, apresentando uma diferença confortável de 22,6% pontos percentuais em relação a José Serra, que obteve 38,7%. O mapa de Lula no segundo turno se assemelha, naturalmente, ao do primeiro, mas observam-se algumas diferenças importantes (Fig. 40). O norte do Ceará e a maior parte do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, se colocaram fortemente a favor de Lula, atendendo assim aos apelos de Ciro e Garotinho, respectivamente, para que os seus eleitores votassem no candidato do PT.

Se a transferência de votos fosse perfeita, o segundo turno seria uma mera formalidade, e Lula poderia chegar a 76,8% dos votos válidos, uma vez que os quatro candidatos derrotados lhe declararam apoio. No entanto, o candidato do PT teve 61,3%, ou seja, registrou uma diferença a seu favor de apenas 15 pontos percentuais, em relação ao primeiro turno. Mas, ainda que isto não altere o resultado final da eleição, a não-transferência de votos no segundo turno é uma questão que merece ser mais bem examinada.

Assim, os números mostram que os 30% de votos obtidos por Garotinho, Ciro, José Maria do PSTU e Rui Costa, do Partido da Causa Operária (PCO), se dividiram em duas partes mais ou menos iguais, uma vez que cada um dos candidatos, Lula e Serra, obteve um aumento na sua votação, no segundo turno, em torno de 15 pontos percentuais. Poder-se-ia pensar que parte dos eleitores que votaram em Garotinho e Ciro se decidiu, no segundo turno, com independência em relação à orientação dos seus candidatos, no primeiro.

O mapa da diferença entre a transferência de votos teórica e a transferência real, do primeiro para o segundo turno (Fig. 41), mostra com clareza que o comportamento dos eleitores nesta situação de segundo turno, pouco frequente no Brasil, é diferenciada do ponto de vista geográfico. As Regiões Sudeste e Sul aparecem bem disciplinadas no conjunto do país, acompanhando os apoios de Garotinho e Ciro a Lula. Apesar disso, algumas microrregiões do Estado do Rio de Janeiro não seguiram essa orientação, mas isto não parece muito relevante, mesmo se comparado ao rigor das transferências que se observaram, por exemplo, em Minas Gerais.

Ao contrário do Sudeste e do Sul, a maior parte do Nordeste e da Região Norte se destacou do resto do país pela grande volatilidade dos votos, do primeiro para o segundo turno, o que acabou beneficiando Serra. Este é principalmente o caso do Maranhão e de grande parte do Ceará e da Bahia. Rondônia e Amazonas mostraram também essa mesma tendência.

A diferenciação espacial da transferência de votos, entre o primeiro e o segundo turno, encontra sua explicação em fatores políticos diversos. Assim, a situação do Maranhão, estado controlado pelo Senador José Sarney, há cerca de 40 anos, mostra a persistência do peso das oligarquias nordestinas. Sabe-se que Sarney rompeu com FHC, no começo do ano de 2002, em razão dos acontecimentos que inviabilizaram a candidatura à Presidência de sua filha, Roseana Sarney.

No primeiro turno, a família Sarney repartiu o seu apoio entre os candidatos mais importantes, com exceção de Serra. Já no segundo, apesar de José Sarney ter declarado apoio ao candidato do

PT, os demais membros da sua família não seguiram, aparentemente, a orientação do *chefe do clã* de votar em Lula. Assim, como Serra ganhou 29 pontos percentuais, de um turno a outro, pode-se pensar que parte da família Sarney tenha sustentado o candidato *tucano*, ainda que de maneira não explícita. Desse modo, o *clã* dos Sarney, *não colocando todos os ovos na mesma cesta*, garantiria a possibilidade de uma recomposição com o PSDB, em caso de vitória de Serra.

Nos estados do Ceará e da Bahia, onde Ciro havia obtido boas votações no primeiro turno, os eleitores não acompanharam a orientação do candidato do PPS de dar o seu apoio a Lula. No Ceará, a disputa acirrada pelo governo estadual, entre Lúcio Alcântara, do PSDB, e José Airton, do PT, contribuiu, sem dúvida, para a divisão do eleitorado de Ciro. Tal situação pode ser atribuída à própria posição ambígua de Ciro, pois, ao mesmo tempo em que apoiava o candidato do PT à Presidência da República, sustentava o candidato do PSDB, ao Governo do Estado.

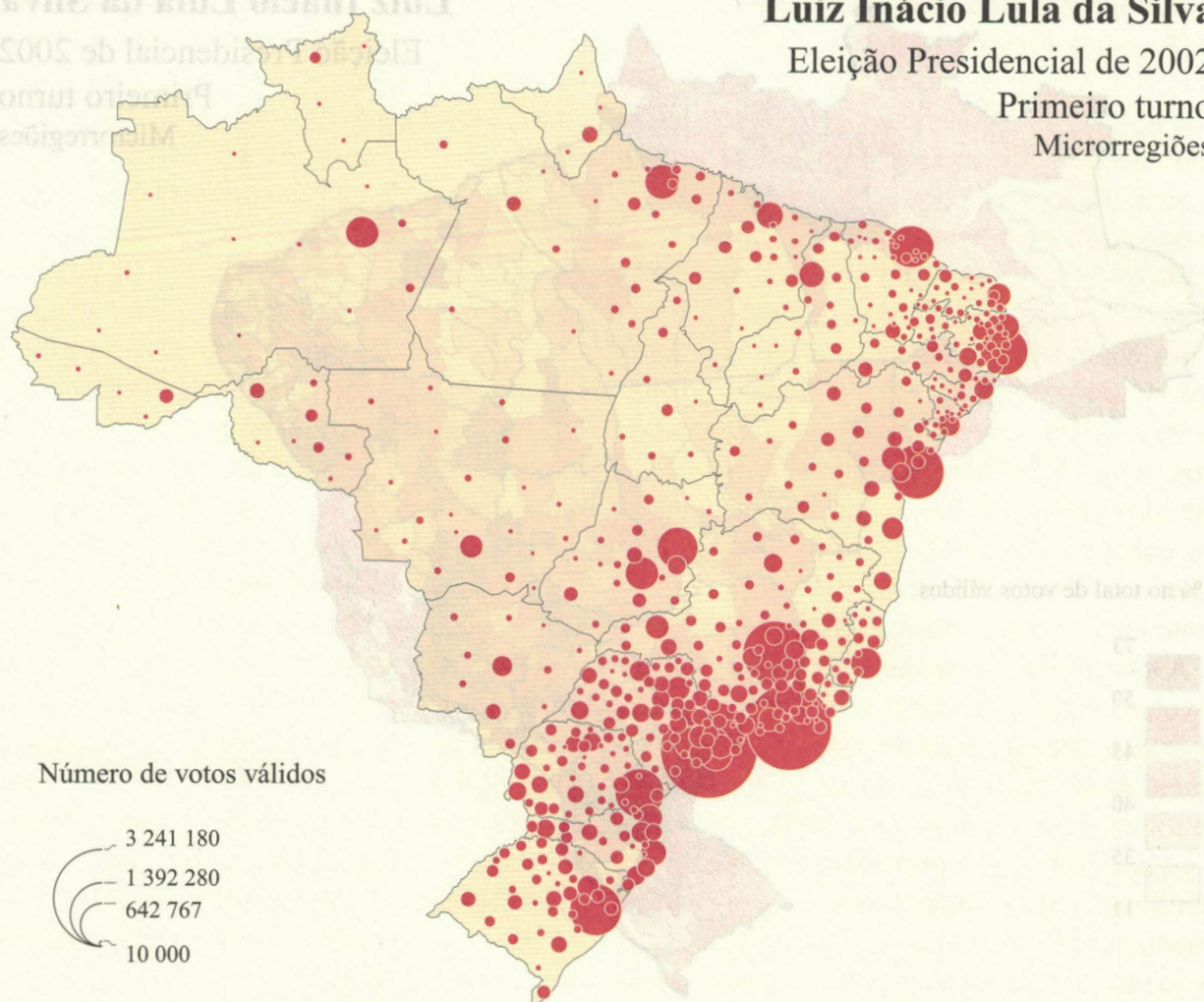
Na Bahia, parte do eleitorado *conservador* não seguiu as recomendações do Senador Antônio Carlos Magalhães em favor de Lula, não aceitando assim votar numa personalidade de esquerda, mesmo que na sua versão moderada, o *Lula light*. Portanto, os avanços esperados por Lula na Bahia não se confirmaram.

Em relação a Rondônia e Amazonas, estados onde Garotinho obteve bom desempenho eleitoral, a reduzida transferência de votos para Lula parece corresponder às divergências de opinião entre o candidato do PSB e pastores de algumas igrejas pentecostais que, no segundo turno, aderiram a Serra, como é o caso da Assembleia de Deus.

6. Lula apresentou sistemático crescimento, ao passar de 17,1%, no primeiro turno de 1989, para 27,0%, em 1994, e 31,7%, em 1998. Já Brizola recuou de 16,5% em 1989, para 3,2% em 1994. Em 1998, Brizola foi candidato a Vice-Presidente na chapa liderada por Lula.

Figura 26

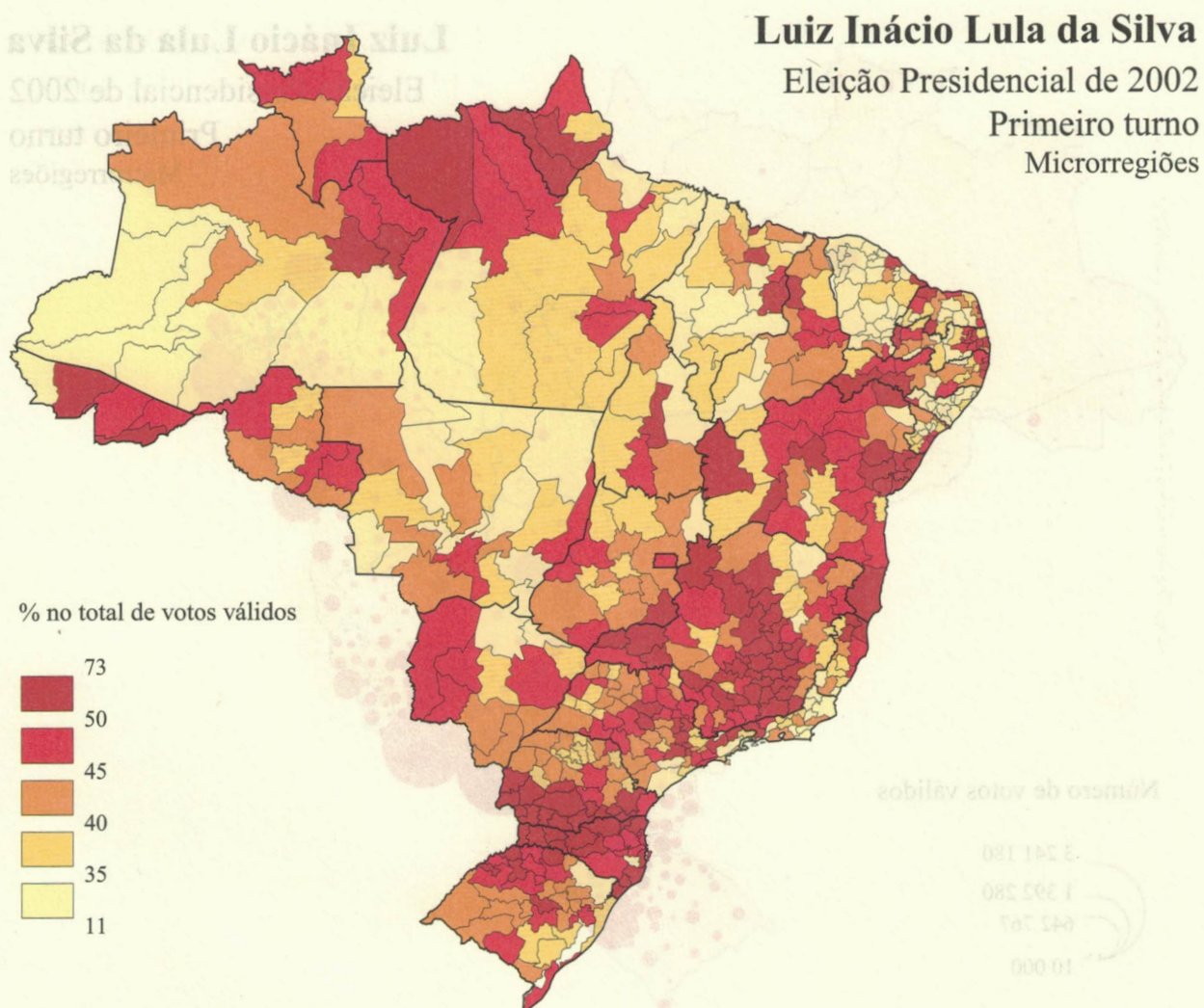
Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição Presidencial de 2002
Primeiro turno
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

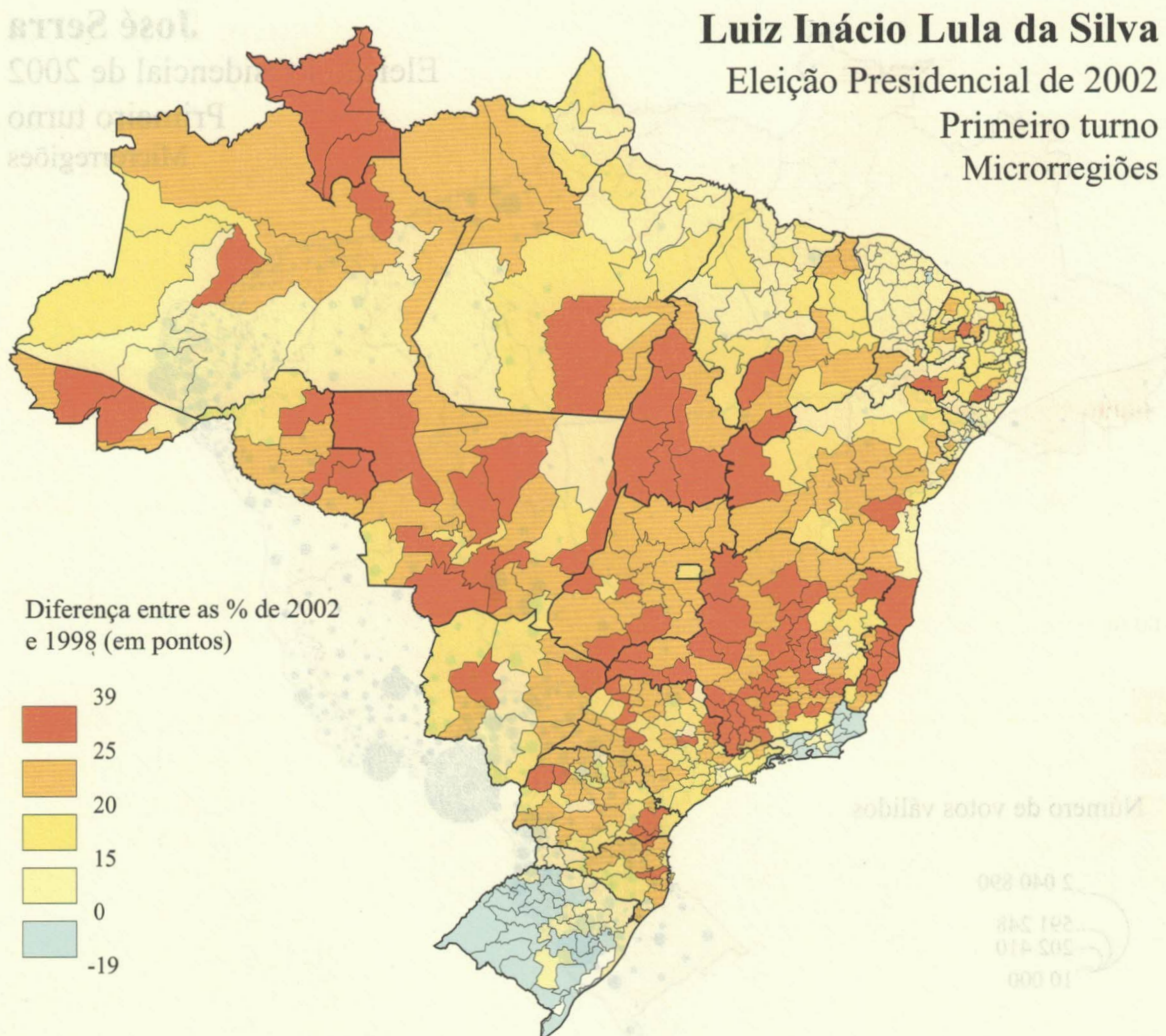
Figura 27



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

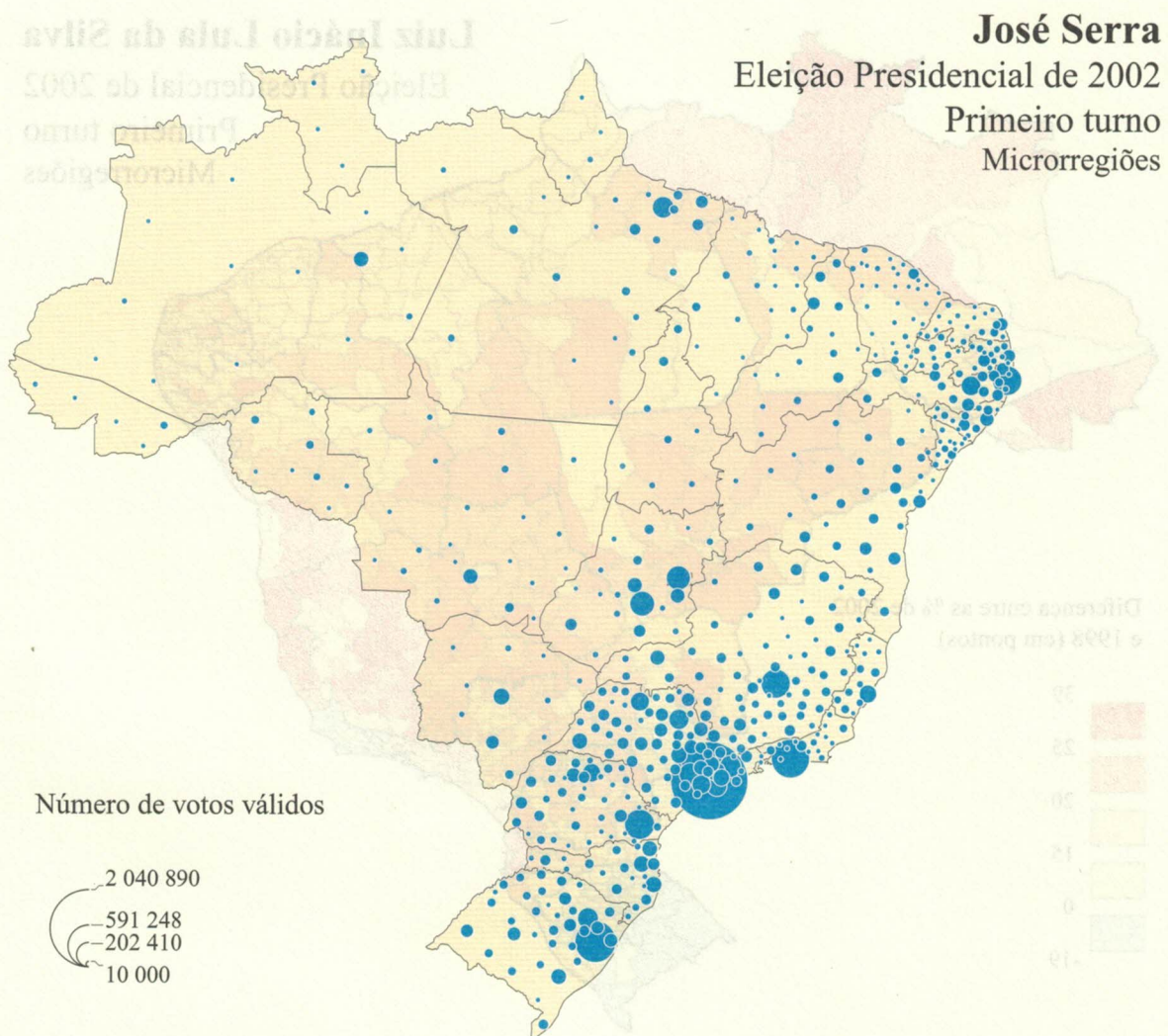
Figura 28



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 29

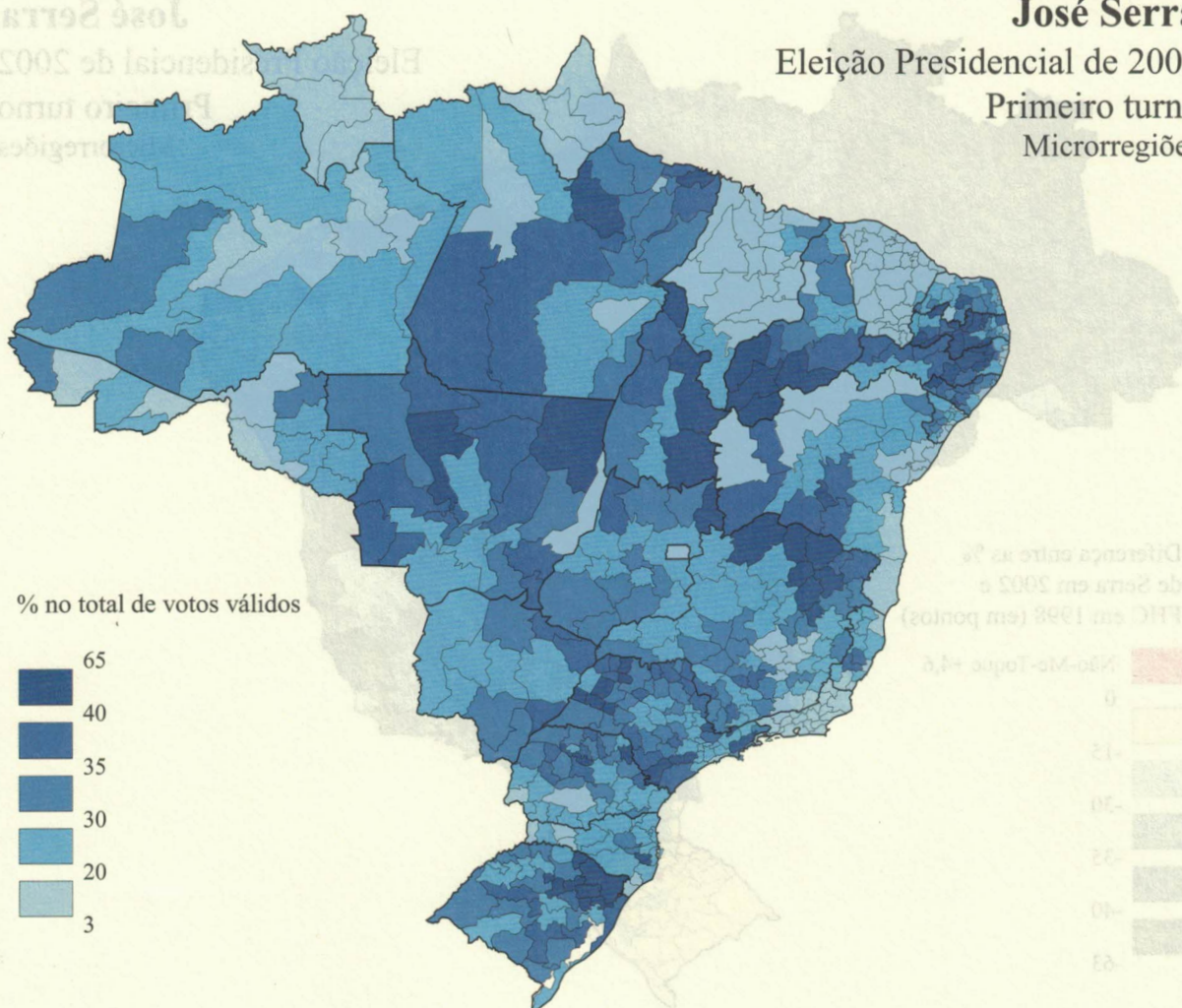


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 30

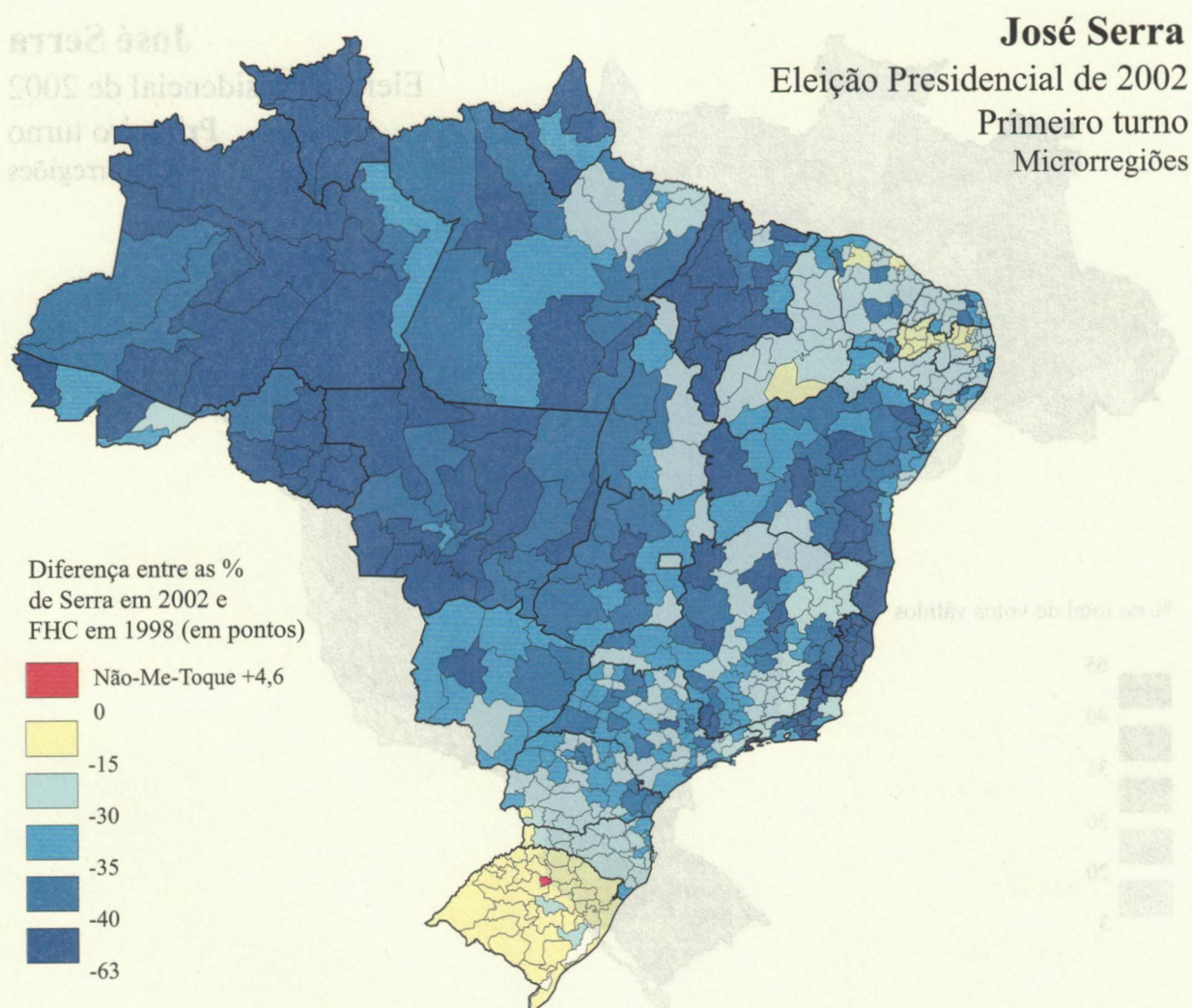
José Serra
Eleição Presidencial de 2002
Primeiro turno
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 31

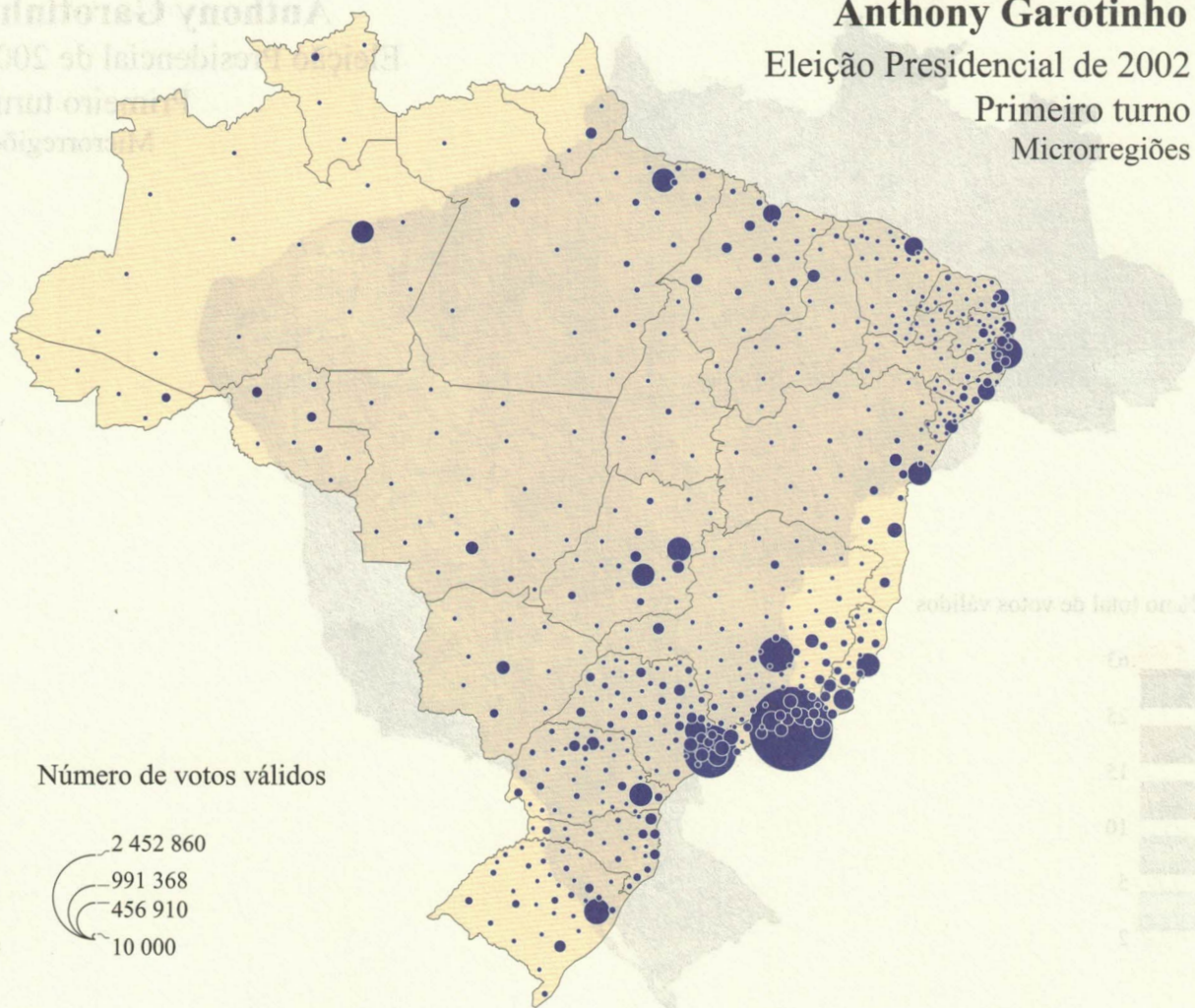


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 32

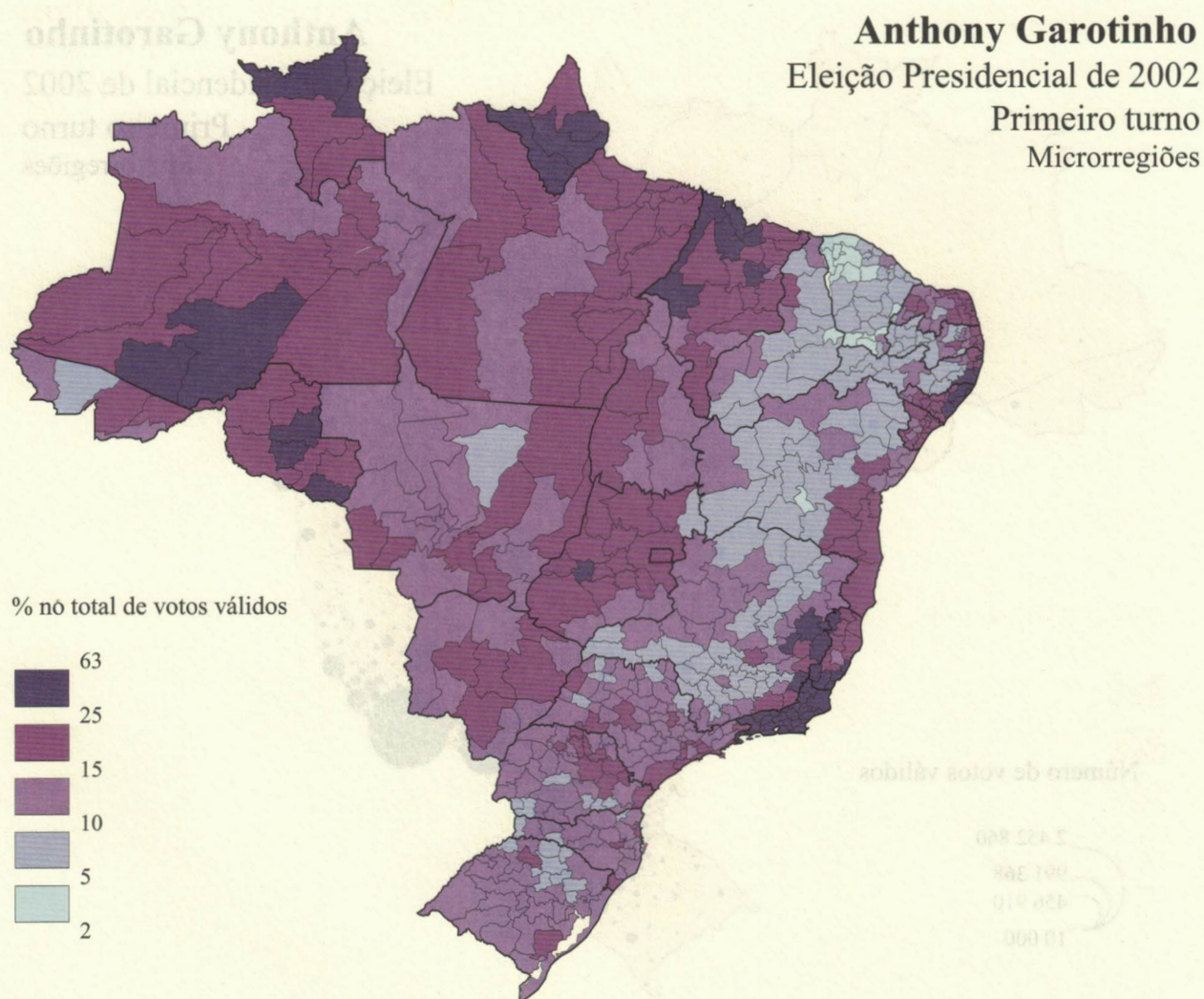
Anthony Garotinho
Eleição Presidencial de 2002
Primeiro turno
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 33



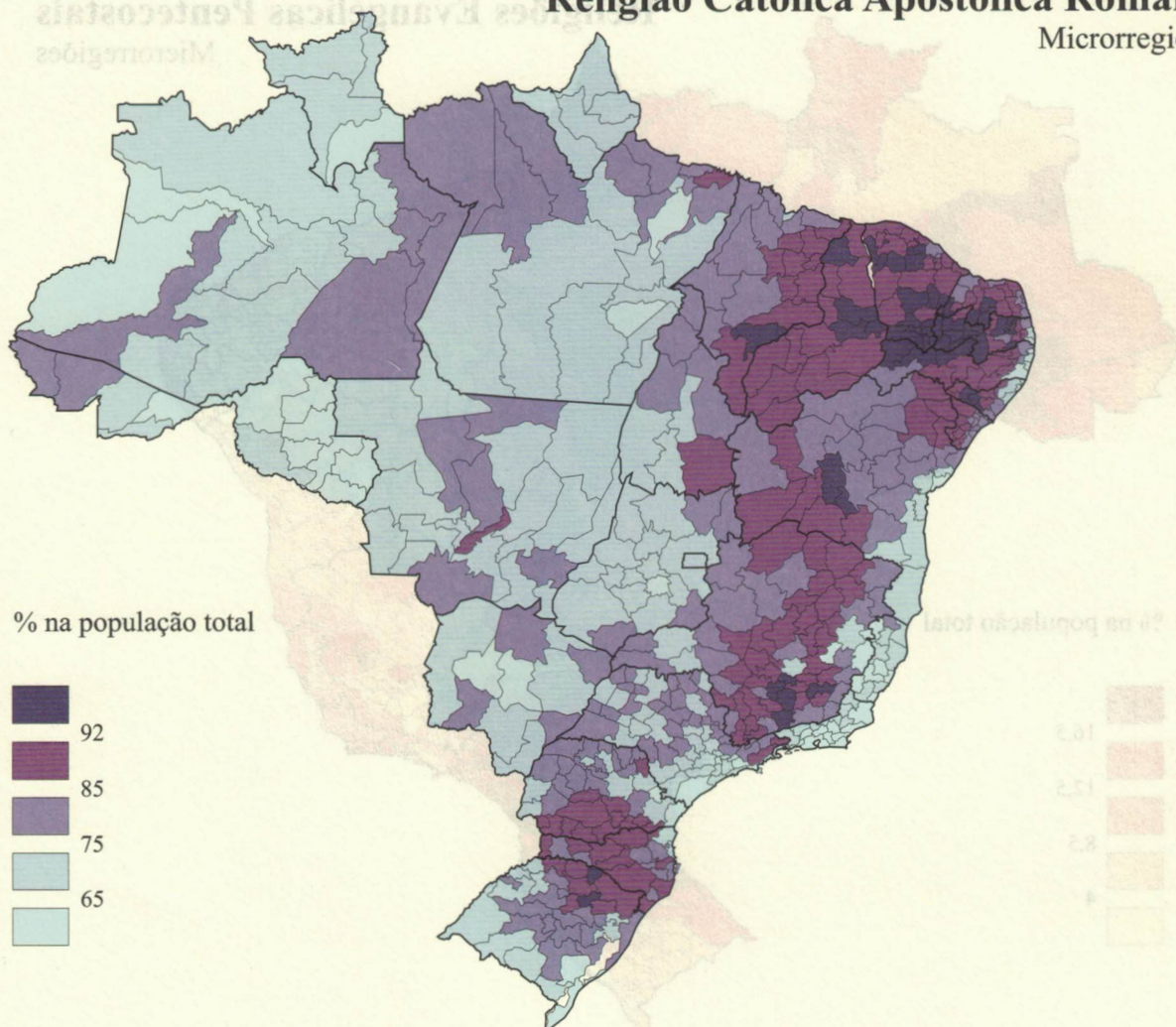
Fontes: Tribunal Superior Eleitoral
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Censo Demográfico de 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 34

Religião Católica Apostólica Romana

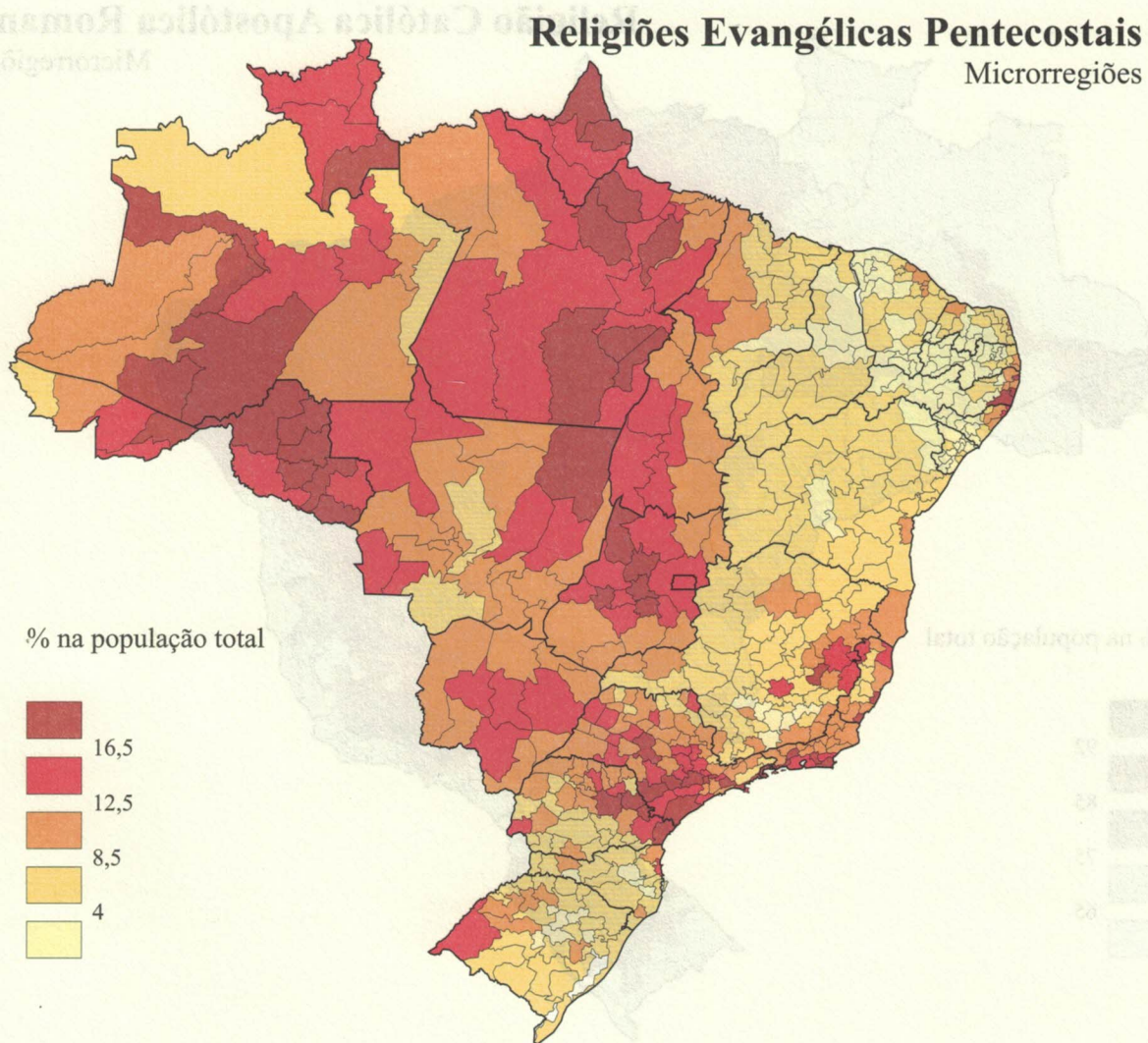
Microrregiões



Fonte: Censo Demográfico de 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 35



Fonte: Censo Demográfico de 2000

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

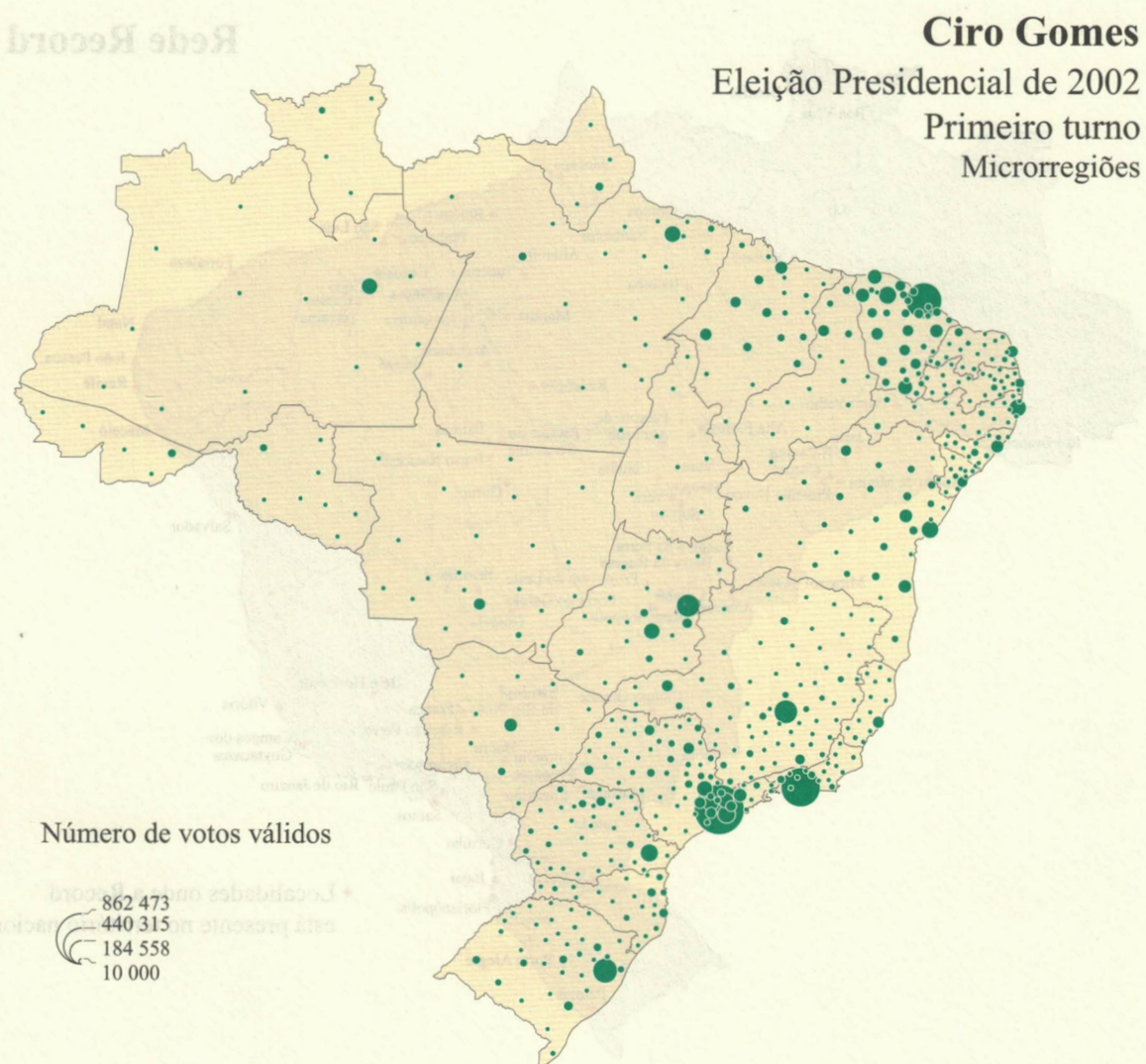
Figura 36

Rede Record



Fonte: Rede Record

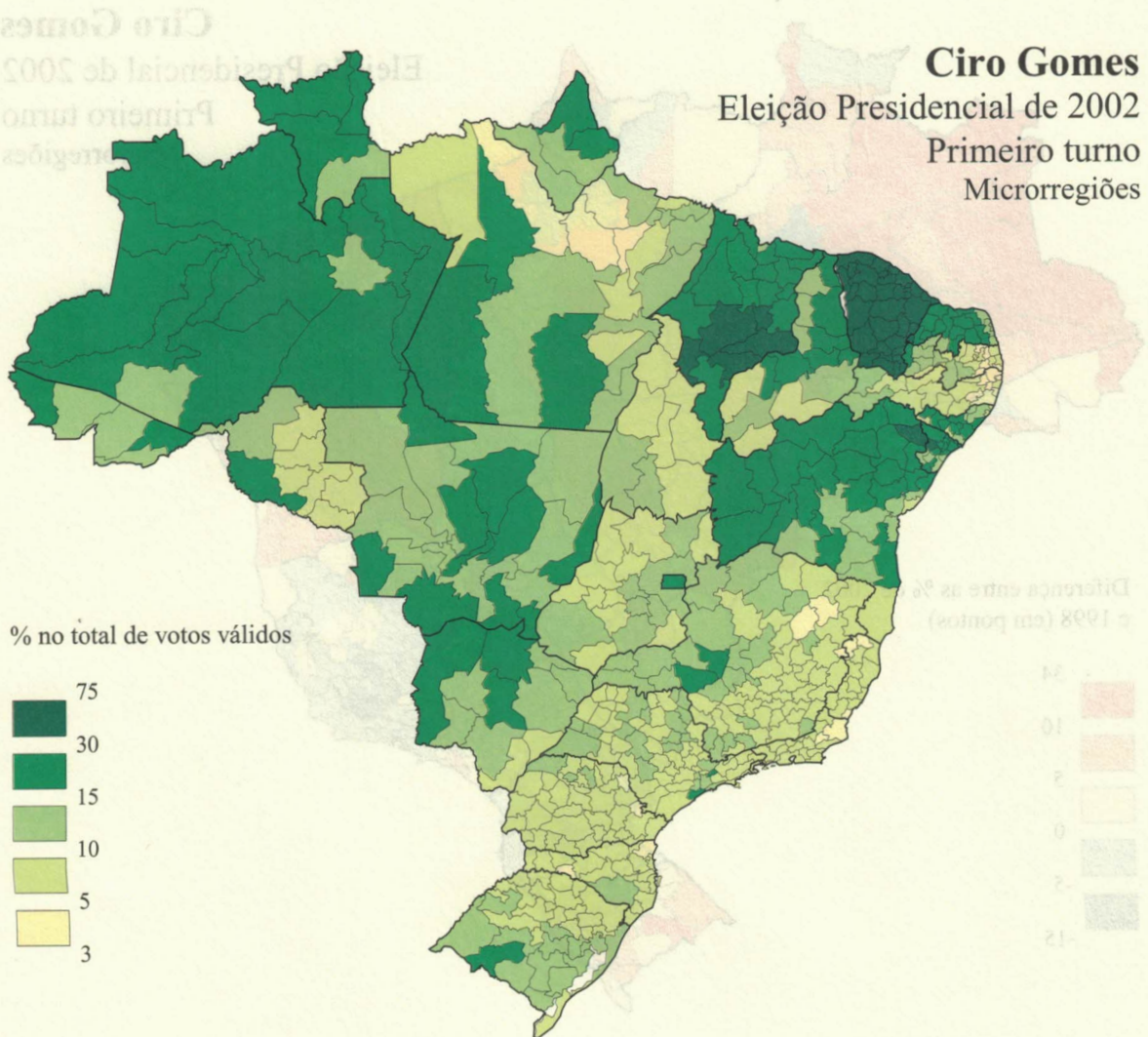
Figura 37



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

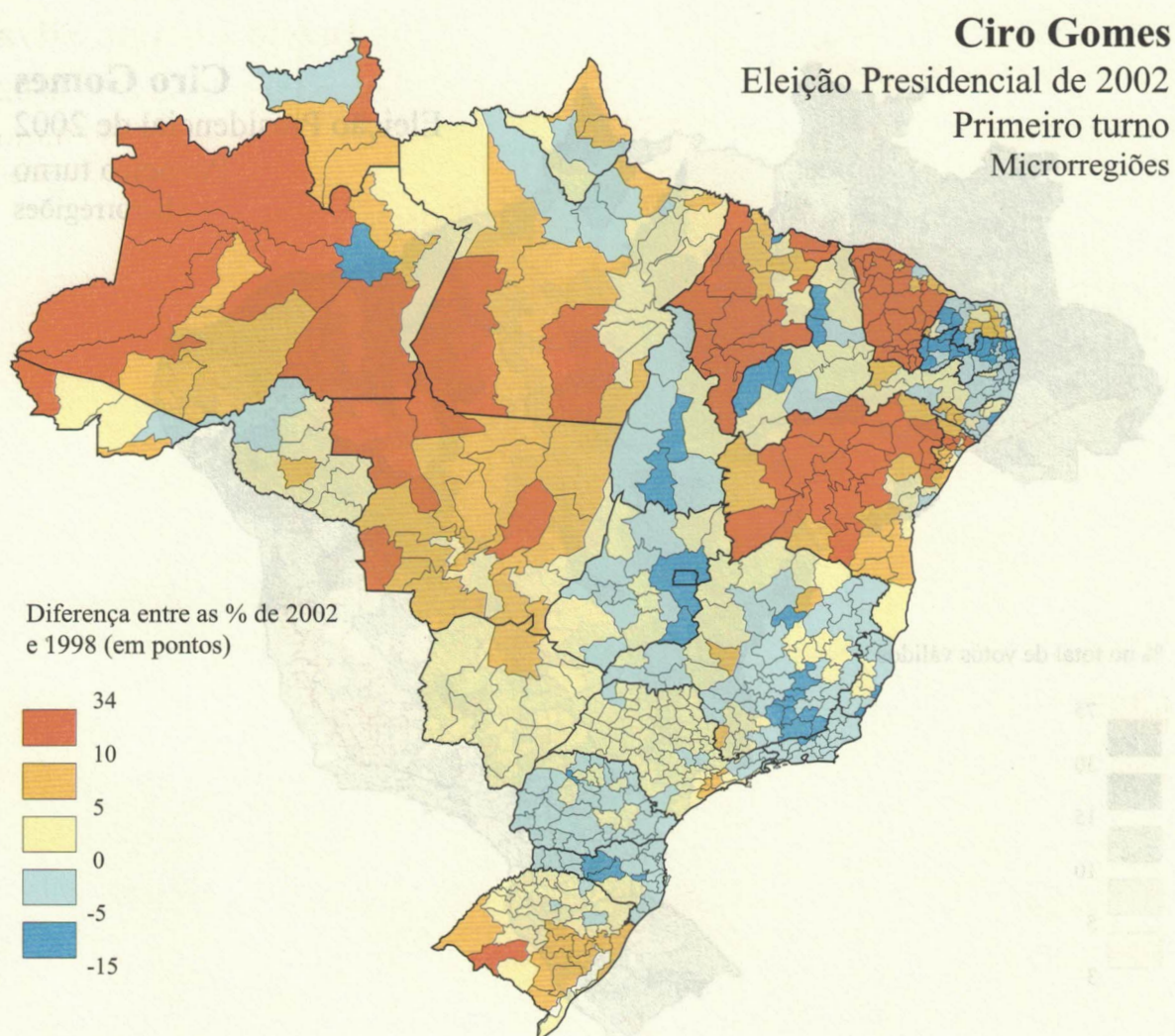
Figura 38



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 39



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

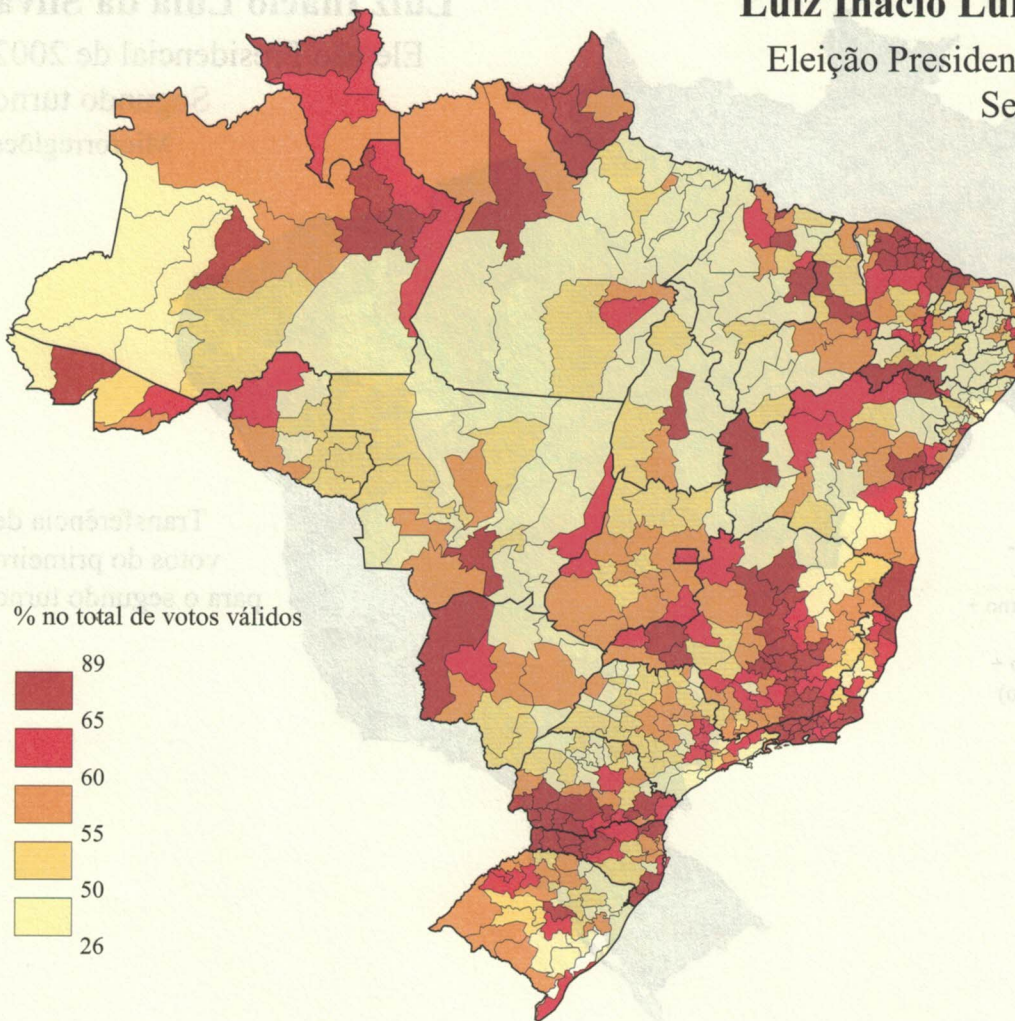
Figura 40

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição Presidencial de 2002

Segundo turno

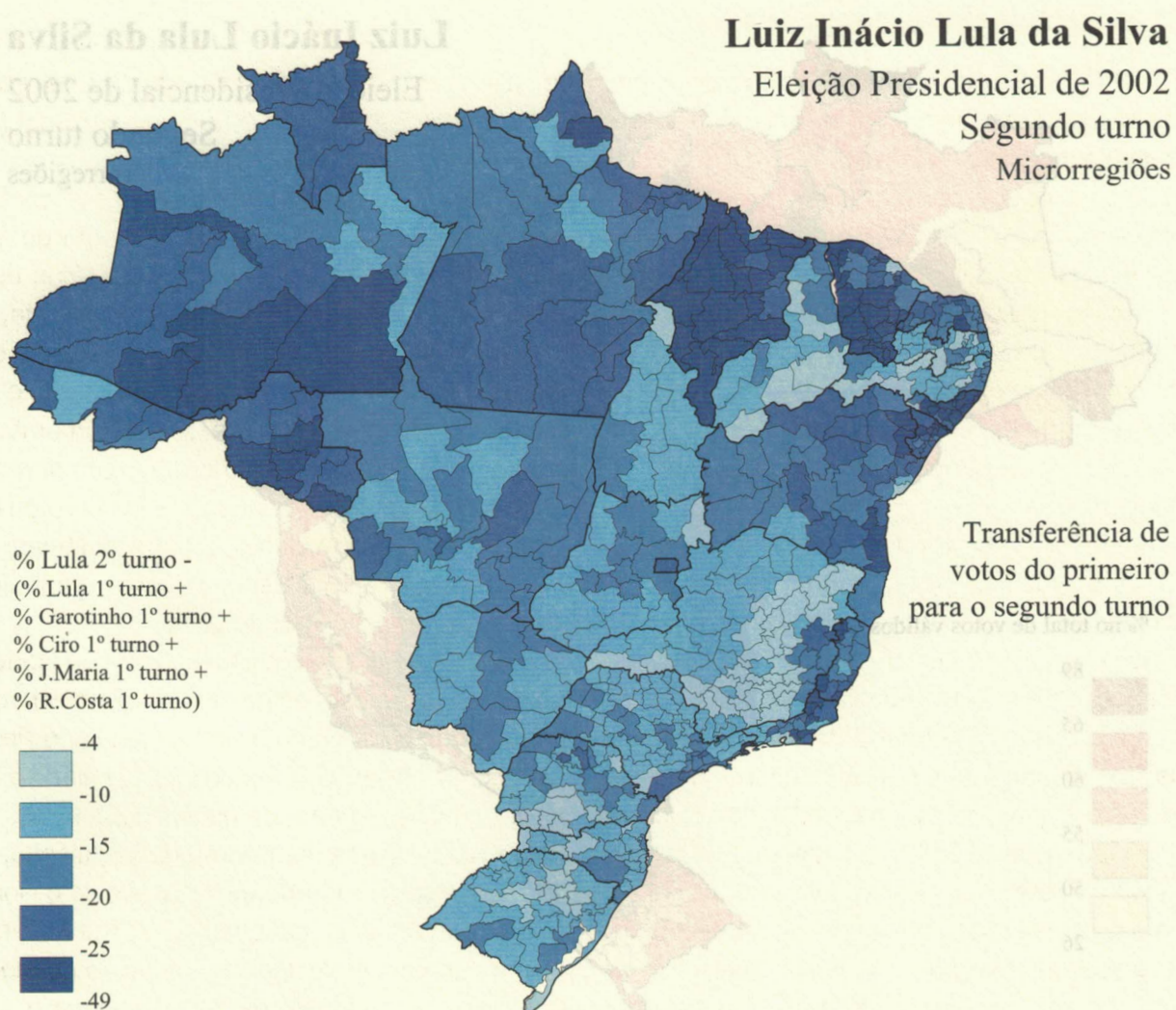
Microrregiões



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 41



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2003 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

8. As eleições presidenciais de 2006

NA DISPUTA PRESIDENCIAL DE 2006 os dois principais candidatos, Luiz Inácio Lula da Silva do PT, que buscava a reeleição, e Geraldo Alckmin do PSDB, que se candidatava pela primeira vez, tinham pela frente importantes desafios para que pudessem ter êxito nessas eleições. Lula precisaria manter as alianças estabelecidas em 2002, que lhe garantiram a vitória, enquanto Alckmin necessitaria recompor os acordos com as forças conservadoras, que muito contribuíram para os sucessos eleitorais de Fernando Henrique Cardoso, em 1994 e 1998.

Além de se pretender analisar os desafios de Lula e Alckmin, procurou-se também examinar possíveis modificações na geografia eleitoral brasileira em 2006. Desse modo, neste capítulo, vamos investigar a distribuição espacial dos votos, não só dos candidatos do PT e do PSDB, mas também dos dois outros concorrentes mais importantes, Heloísa Helena, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e Cristóvam Buarque, do PDT, procurando avaliar, através do mapeamento dos resultados eleitorais, se houve ou não mudanças na geografia eleitoral brasileira em 2006, em relação aos padrões já identificados nos pleitos anteriores.

As eleições presidenciais de 2006 foram disputadas por oito candidatos, porém a análise dessas eleições levará em conta apenas os quatro mais votados no país: Luiz Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin, Heloísa Helena e Cristóvam Buarque.

8.1 Luiz Inácio Lula da Silva

O mapa com o desempenho de Lula, que obteve 48% dos votos no primeiro turno, revela, de

imediatamente, que o candidato demonstrou ter bases de sustentação em todo o território nacional (Fig. 42). Apesar disso, ao se analisar os seus percentuais de votos, verificam-se acentuados contrastes regionais, com votações que variam de 19% a 86% (Fig. 43). Assim, as mais elevadas estão concentradas nas Regiões Nordeste e Norte, em oposição ao Sul e Centro-Oeste. Na verdade, é na Região Nordeste que o candidato alcançou o seu melhor desempenho, sobretudo em Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão. Já o Sudeste apresentou-se dividido, uma vez que São Paulo votou majoritariamente em Alckmin, enquanto Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo contribuíram para o sucesso eleitoral de Lula.

As elevadas votações no Nordeste e Norte se devem, em grande medida, aos programas sociais do Governo Lula, como o Bolsa Família, o Pronaf (programa de apoio à agricultura familiar), o Luz para Todos (programa de eletrificação rural), que beneficiaram camadas pobres da população, em sua maior parte, moradores do Nordeste e Norte⁷.

Já as votações mais baixas do Sul e Centro-Oeste parecem estar ligadas à cotação da moeda brasileira, que naquele momento afetava a atividade agrícola, especialmente as grandes explorações ligadas à exportação. Assim, o agronegócio do Sul e do Centro-Oeste vinha sofrendo perdas financeiras, com a valorização do real frente ao dólar. Embora de naturezas diferentes, tanto no caso do Nordeste e Norte, quanto no Sul e Centro-Oeste, foram fatores econômicos que contribuíram para as altas e baixas votações de Lula nessas Regiões. Ou seja, para um lado ou para o outro, o *bolso* influenciou as escolhas do eleitor no primeiro turno. Portanto, não hou-

ve nesta eleição uma divisão simplista entre a metade-norte e a metade-sul do país, entre um Brasil pobre e um Brasil rico, como poderia parecer, mas sim entre interesses específicos de diferentes grupos de eleitores.

Ao se analisar o mapa da diferença das votações de Lula, do primeiro turno de 2006 para o primeiro de 2002, pode-se observar que se deu uma inversão na geografia eleitoral do candidato: do bom desempenho alcançado nas Regiões Sul e Sudeste, na eleição de 2002, tem o foco de suas votações deslocado, em 2006, para o Nordeste e Norte (Fig. 44).

Assim, a nova geografia eleitoral do candidato à reeleição poderia indicar que, enquanto os eleitores das Regiões Nordeste e Norte teriam dele a percepção de um presidente que estaria governando para os habitantes pobres das regiões mais pobres do país, os eleitores das Regiões Sul e Centro-Oeste pensariam que o Presidente Lula não estaria dando a devida atenção aos efeitos negativos sobre a economia regional decorrentes da valorização da moeda brasileira frente à americana.

8.2 Geraldo Alckmin

A distribuição dos votos de Alckmin, no primeiro turno, quando ele obteve 42% dos votos válidos, revela que o principal adversário de Lula demonstrou ter também, nestas eleições, bases de sustentação em todo o território nacional (Fig. 45). Apesar disto, ao se analisar os seus percentuais de votos, observam-se acentuados contrastes regionais, uma vez que eles variaram de 10% a 75% (Fig. 46). O candidato do PSDB alcançou as suas maiores votações nas Regiões Sul e Centro-Oeste. Na Região Sudeste, apresentou excelente desempenho apenas em São Paulo, onde esteve na direção do governo por 6 anos. Além disso, obteve ainda boas votações na Região Norte, sobretudo no Pará e em Roraima, unidades da Fe-

deração em que o seu partido tem comandado os governos estaduais.

Ao contrário de Lula, Alckmin foi beneficiado eleitoralmente em São Paulo e nas Regiões Sul e Centro-Oeste exatamente por causa dos problemas decorrentes do câmbio que vinham afetando a agricultura dessas Regiões. Como se sabe, essas áreas, onde o agronegócio voltado para a exportação é muito forte, estavam sendo prejudicadas pela valorização do real face ao dólar. Chama a atenção o fato de que mesmo numa parte do Sul do país, que abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, área onde Lula obtinha frequentemente elevadas votações, Alckmin teve aí um bom desempenho.

Ao contrário dos beneficiados pelo programa de agricultura familiar do Nordeste e Norte, os pequenos produtores rurais dessas áreas do Sul, que integram o complexo do agronegócio de exportação, foram também prejudicados pelo câmbio, o que levou a um crescimento das votações do candidato do PSDB e a uma redução do apoio a Lula.

O mapa que mostra a diferença de votação entre Alckmin e José Serra, candidatos do PSDB em 2006 e em 2002, respectivamente, revela importantes mudanças na geografia eleitoral de um candidato em relação ao outro (Fig. 47). Assim, Alckmin cresceu até 41 pontos percentuais em áreas da Região Sul, ao passo que na Região Nordeste registrou decréscimos de até 66 pontos. Essas mudanças no desempenho de Alckmin em relação ao de Serra poderiam ser atribuídas, além dos problemas decorrentes do câmbio, no centro-sul do país, aos programas sociais do governo Lula para o Nordeste e Norte.

8.3 Heloísa Helena

A candidata Heloísa Helena, que obteve 6% dos votos nacionais, situando-se em terceiro lu-

gar nestas eleições, apresentou votações significativas apenas em Brasília e nas capitais estaduais, revelando desse modo a falta de apoio à sua candidatura no interior do país (Fig. 48). Já em termos percentuais, percebe-se um melhor desempenho de Heloísa Helena nos estados do Rio de Janeiro e de Alagoas, onde recebeu votações entre 13% e 22%, muito superiores à sua média nacional (Fig. 49).

Pode-se pensar que a boa *performance* nas capitais deva-se à sua campanha de forte conteúdo moral, com críticas contundentes aos desvios éticos ocorridos no governo Lula. Como se sabe, Heloísa Helena, que tinha sido eleita senadora pelo PT, em 1998, por Alagoas, foi expulsa do partido, em 2003, por votar contra importantes propostas de reformas enviadas por Lula ao Congresso Nacional. Naturalmente, este tipo de discurso de oposição tem mais eco junto à classe média escolarizada dos grandes centros urbanos. Já no interior das Regiões Nordeste e Norte, ela apresentou um fraco desempenho, o que se deveu à forte adesão dos eleitores dessas Regiões mais pobres à candidatura do Presidente Lula.

8.4 Cristóvam Buarque

O candidato do PDT, Cristóvam Buarque, que recebeu 3% dos votos nesta eleição presidencial, situando-se em quarto lugar, apresentou, em termos absolutos, votações significativas em Brasília e num reduzido número de capitais estaduais, revelando assim a falta de sustentação à sua candidatura na maior parte do território nacional (Fig. 50). Ao se analisar os seus percentuais, observa-se uma distribuição de votos concentrada nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde ele obteve votações superiores à sua média nacional num grande número de microrregiões (Fig. 51).

Os mais altos percentuais obtidos pelo candidato do PDT no Rio de Janeiro e no Rio Grande

do Sul devem-se ao fato de aí se encontrarem as bases políticas remanescentes de Leonel Brizola, fundador desse partido. Cabe lembrar que Cristóvam Buarque, que foi eleito senador pelo PT do Distrito Federal, em 2002, e nomeado por Lula seu Ministro da Educação, abandonou o partido, em 2004, com críticas ao que ele considerava pouco investimento do Governo Federal na educação fundamental. Em sua campanha teve, então, como bandeira política a melhoria do ensino fundamental no país.

8.5 O segundo turno

Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito, por ocasião do segundo turno, com 58 milhões de votos, correspondentes a 61% do total de válidos, com uma diferença de 22 pontos percentuais em relação a Alckmin, que recebeu 39%. Assim, Lula apresentou um enorme crescimento, do primeiro para o segundo turno, de 11,5 milhões de votos, o que significou 13 pontos percentuais a mais.

O mapa com os números absolutos de votos para Lula, no segundo turno, se assemelha ao da distribuição da população brasileira, com grande destaque para as duas capitais mais importantes do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e a metade-leste do Brasil, que é a sua parte mais densamente habitada (Fig. 52).

A distribuição dos seus percentuais de votos no segundo turno se assemelha, naturalmente, à do primeiro, observando-se um aumento das suas votações em todo o território nacional, que variaram de 28% a 92% (Fig. 53). De fato, ao se analisar o mapa da diferença dos percentuais entre o primeiro e o segundo turno, constata-se que Lula cresceu em todas as 558 microrregiões brasileiras, com aumentos mais acentuados, porém, no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Alagoas e Roraima (Fig. 54).

Ao contrário de Lula, a distribuição dos números absolutos de votos para Alckmin, no se-

gundo turno, se apresenta muito concentrada nas Regiões Sudeste e Sul, sobretudo no estado de São Paulo (Fig. 55). A distribuição dos percentuais de votos para Alckmin, no segundo turno, se mostra muito parecida com a do primeiro, observando-se, no entanto, uma redução dos seus percentuais na quase totalidade do território nacional, que variaram de 8% a 72% (Fig. 56).

Assim, ao se analisar o mapa com a diferença dos percentuais entre o primeiro e o segundo turno, constata-se que Alckmin sofreu perdas

em 535 das 558 microrregiões brasileiras, o que se deu principalmente em Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Ceará (Fig. 57). Ele registrou crescimento em apenas 23 microrregiões⁸, das quais 10 são capitais estaduais, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em termos globais, no entanto, o candidato do PSDB, que recebeu no segundo turno 37 milhões de votos, perdeu em relação ao primeiro cerca de 2,4 milhões de votos, o que significou menos 3 pontos percentuais de um turno a outro.

8.5 O segundo turno

Lula cresceu em 535 das 558 microrregiões brasileiras, o que se deu principalmente em Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Ceará (Fig. 57). Ele registrou crescimento em apenas 23 microrregiões⁸, das quais 10 são capitais estaduais, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Em termos globais, no entanto, o candidato do PSDB, que recebeu no segundo turno 37 milhões de votos, perdeu em relação ao primeiro cerca de 2,4 milhões de votos, o que significou menos 3 pontos percentuais de um turno a outro.

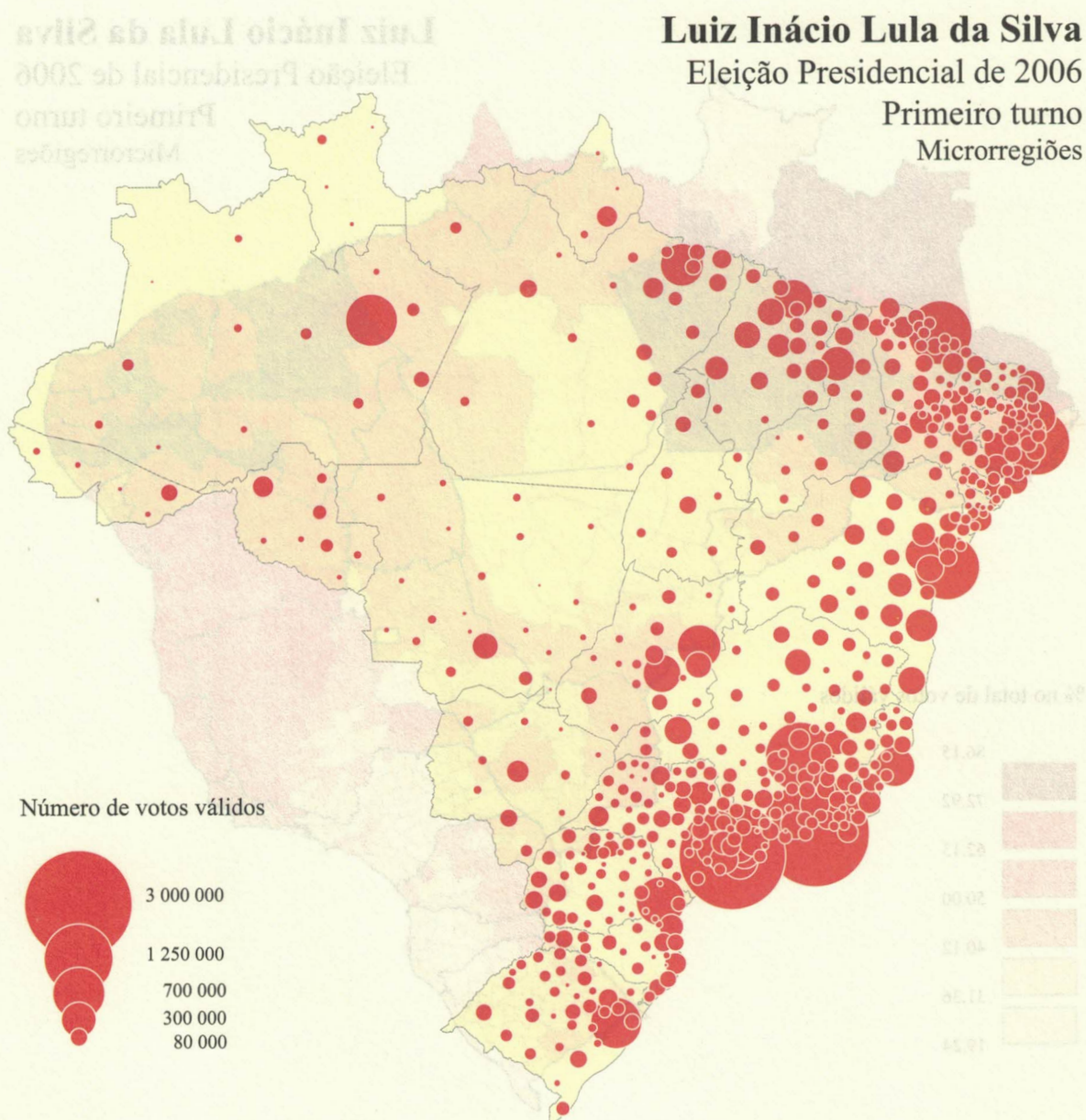
O mapa com os números absolutos de votos para Lula, no segundo turno, se assemelha ao da distribuição da população brasileira, com grande destaque para as duas capitais mais importantes do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e a metade leste do Brasil, que é a sua parte mais densamente habitada (Fig. 52).

A distribuição dos seus percentuais de votos no segundo turno se assemelha, naturalmente, à do primeiro, observando-se um aumento das suas votações em todo o território nacional, que variaram de 28% a 92% (Fig. 53). De fato, ao se analisar o mapa da diferença dos percentuais entre o primeiro e o segundo turno, constata-se que Lula cresceu em todas as 558 microrregiões brasileiras, com aumentos mais acentuados nas

7. É nessas Regiões do país que os níveis de desigualdade social são mais elevados, o que pode ser visto através de uma série de mapas apresentados no capítulo Fatores da geografia eleitoral.

8. As microrregiões em que Alckmin cresceu, no segundo turno das eleições de 2006, são as seguintes: Boa Vista (RR), Manaus e Rio Preto da Eva (AM), Belém e Tucuruí (PA), Natal e Macau (RN), Catolé do Rocha (PB), Recife (PE), Maceió (AL), Rio de Janeiro, Serrana, Lagos e Campos (RJ), São Paulo (SP), Londrina (PR), Florianópolis e Blumenau (SC), Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Pelotas e Litoral Lagunar (RS).

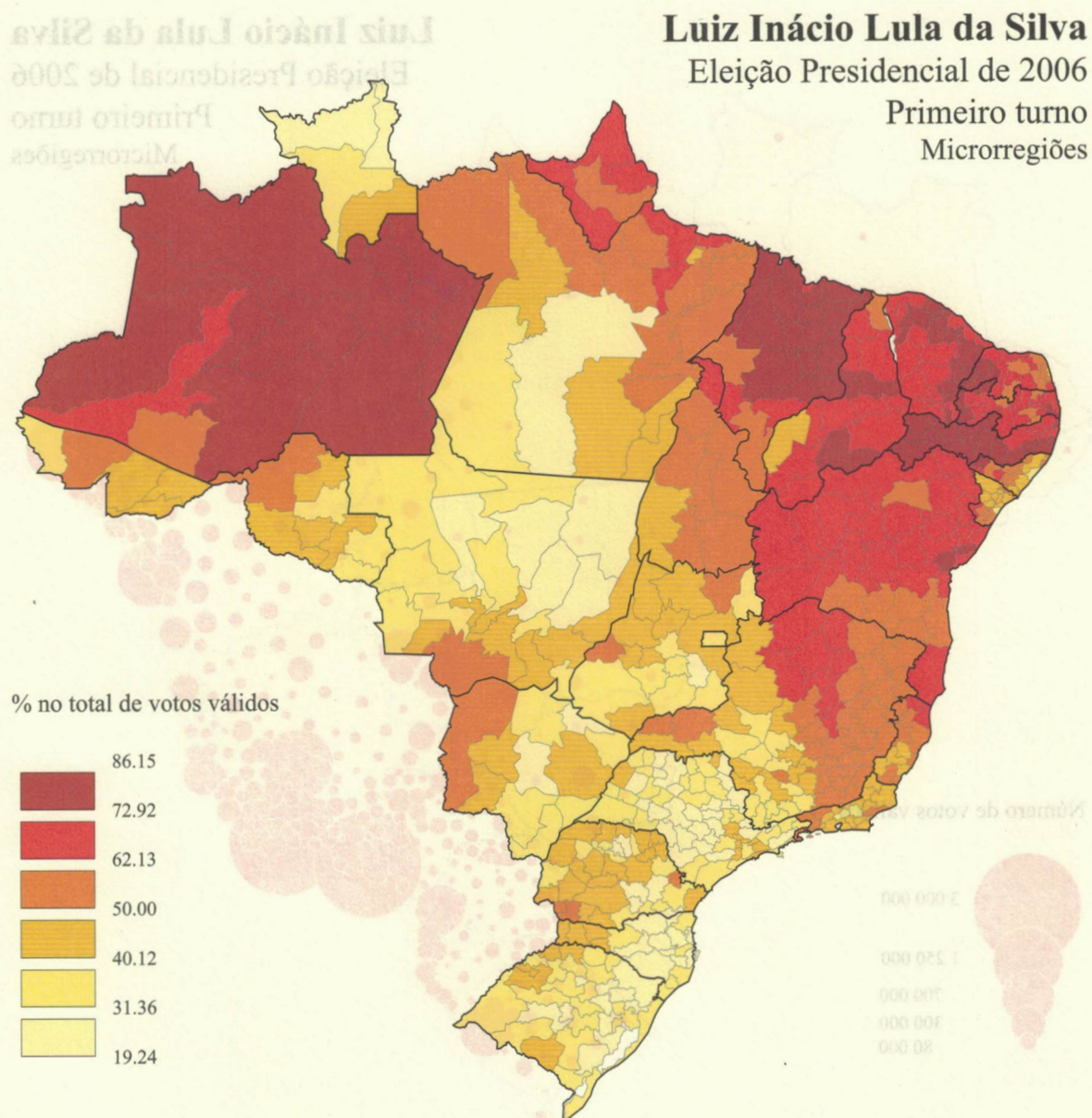
Figura 42



Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

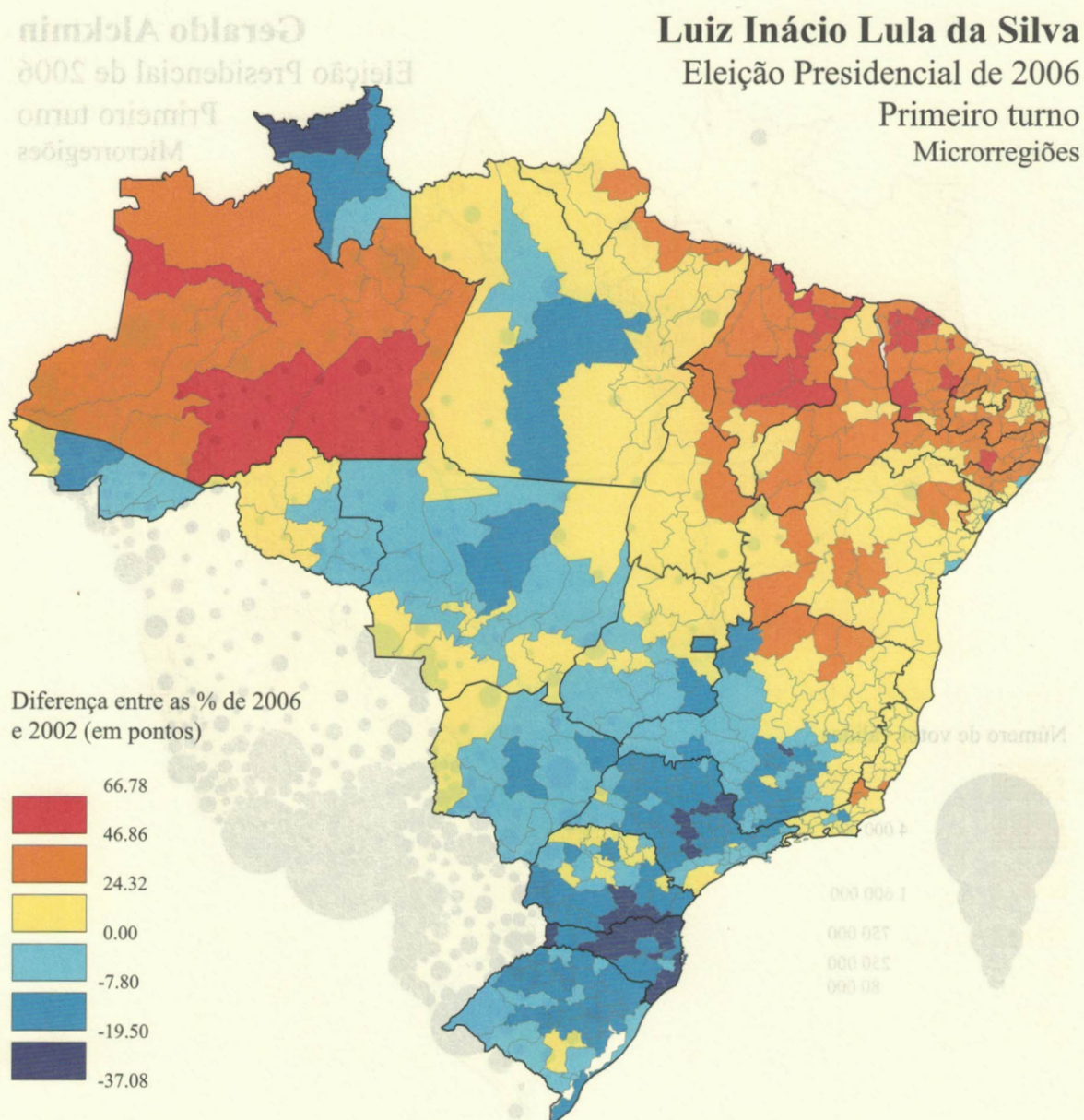
Figura 43



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

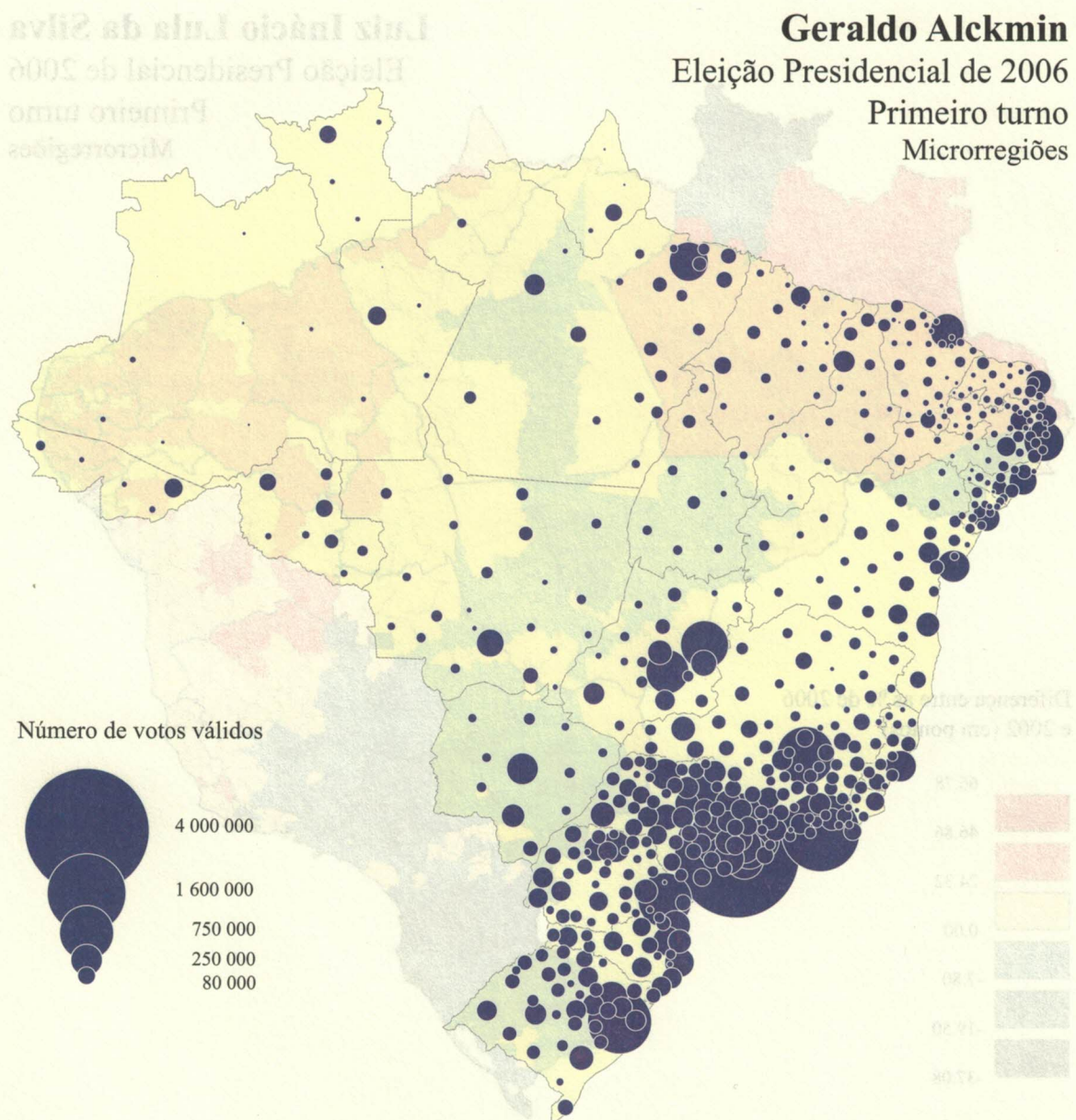
Figura 44



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

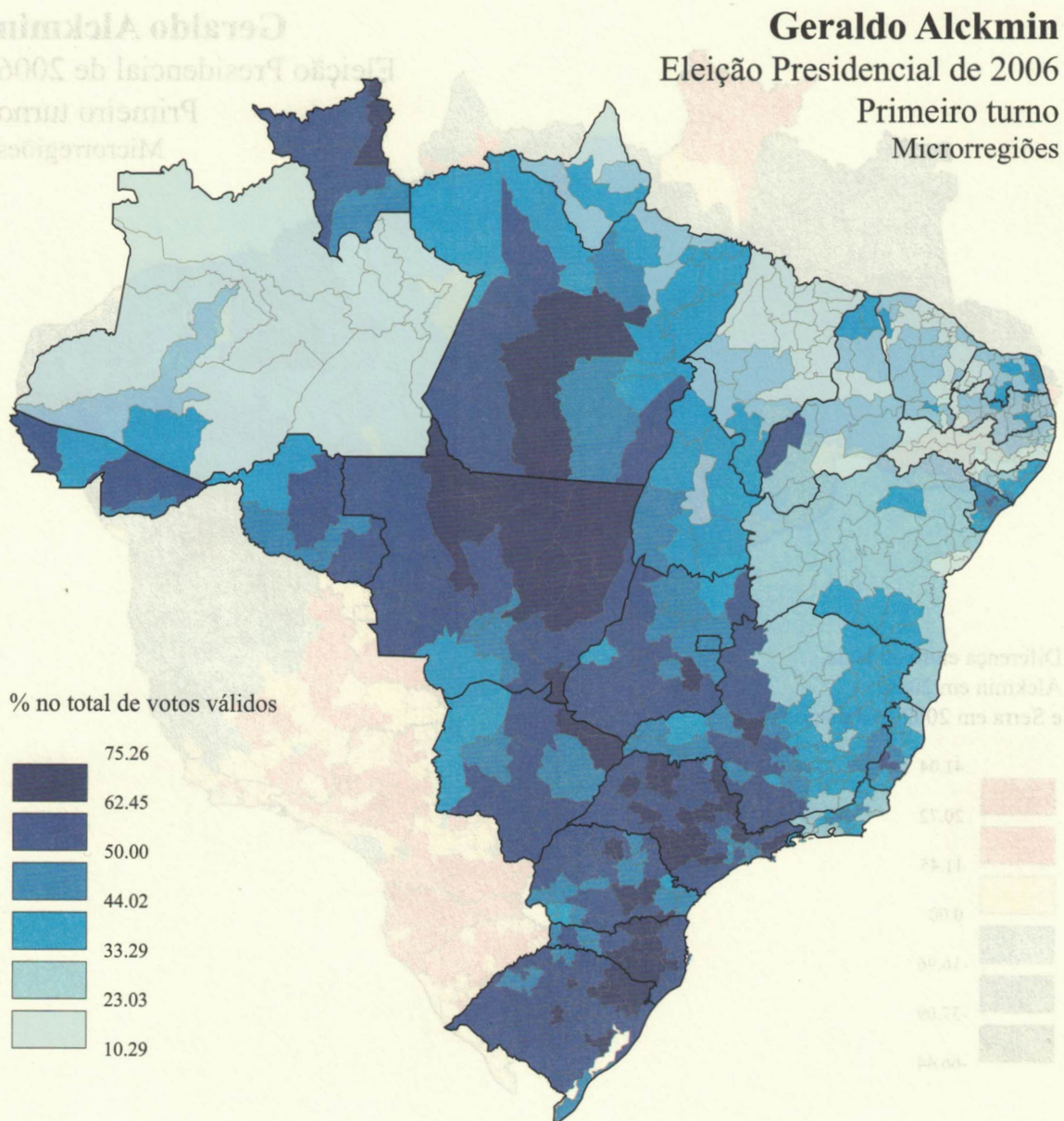
Figura 45



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

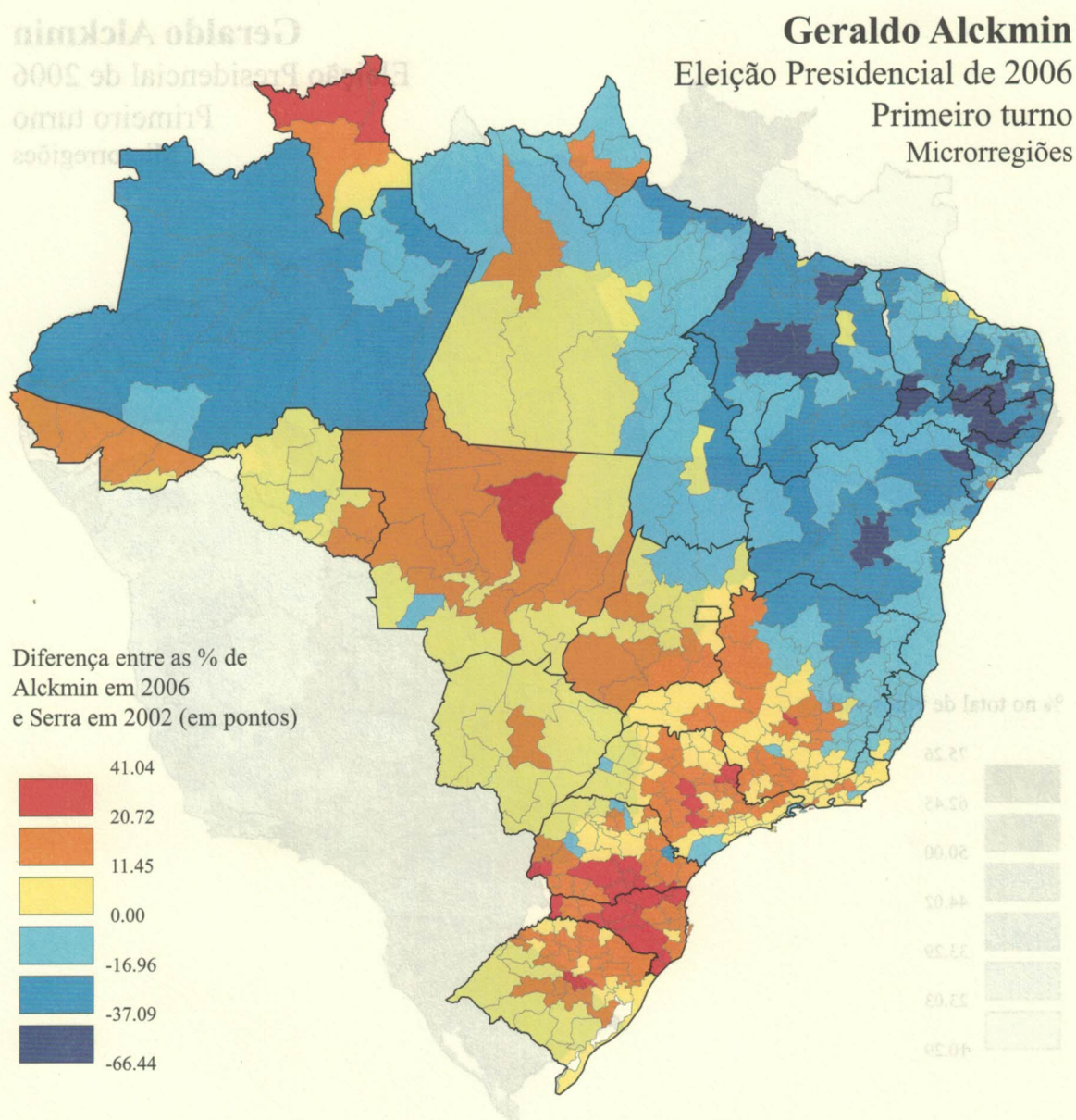
Figura 46



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

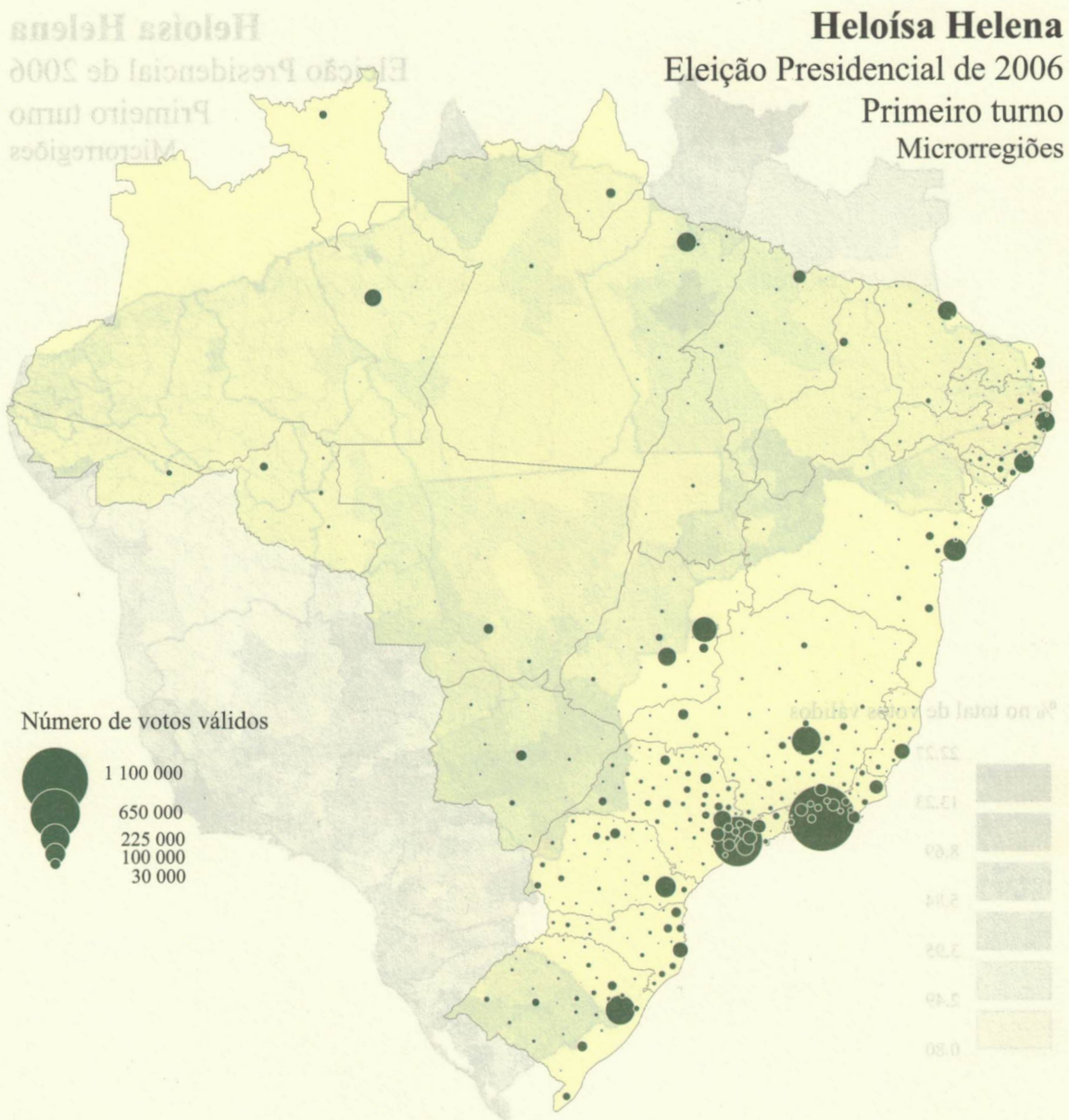
Figura 47



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

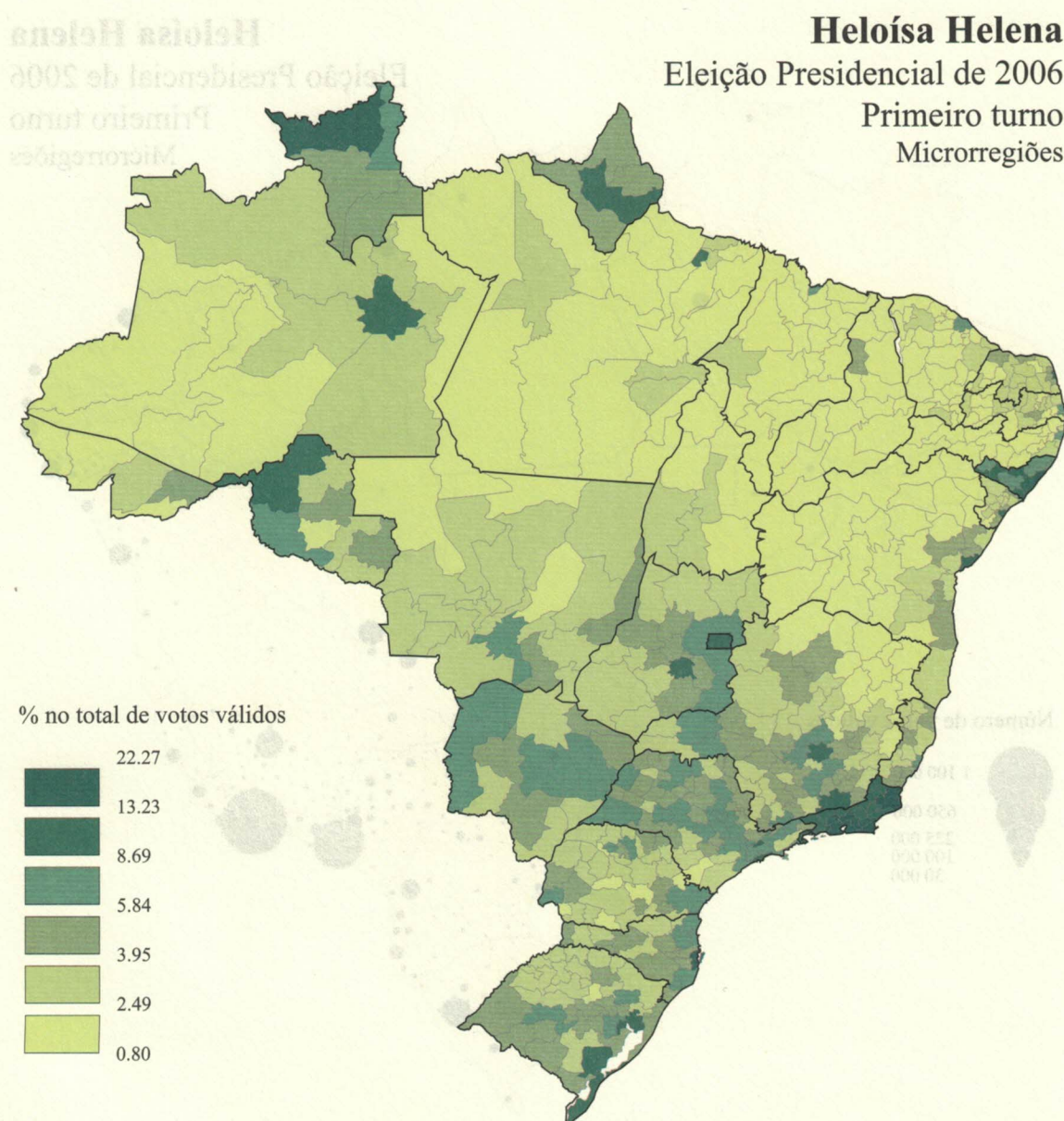
Figura 48



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

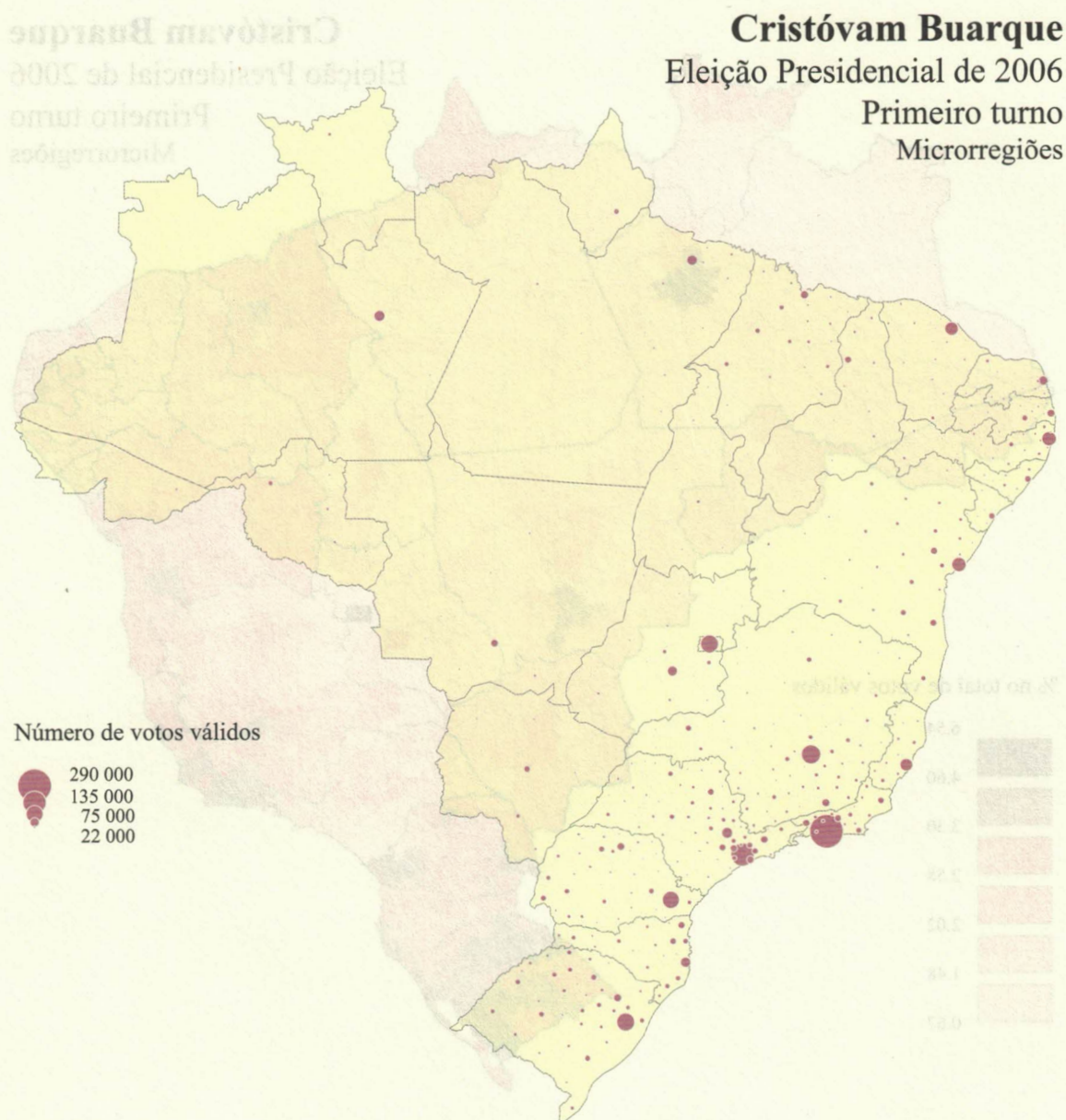
Figura 49



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

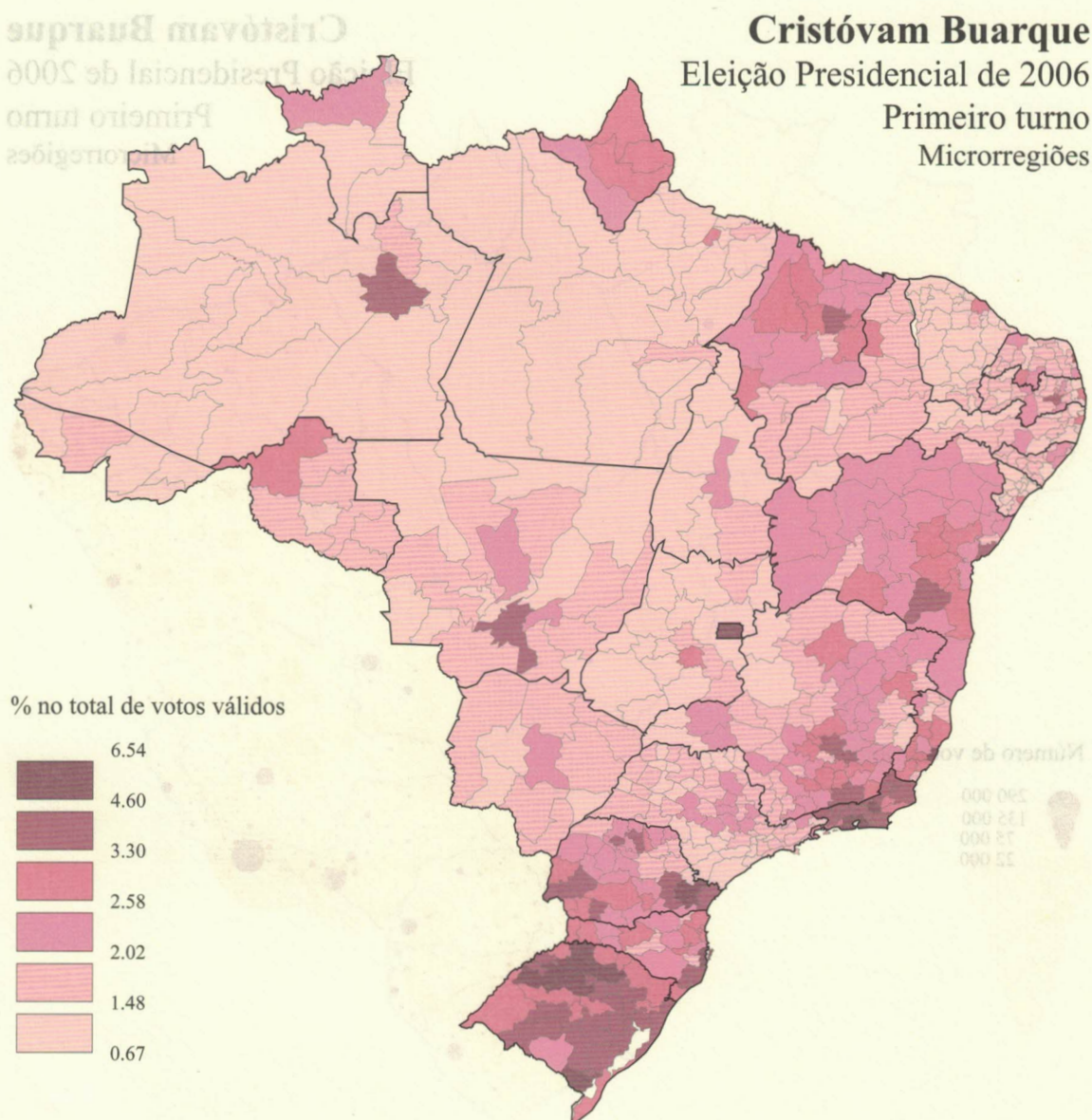
Figura 50



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

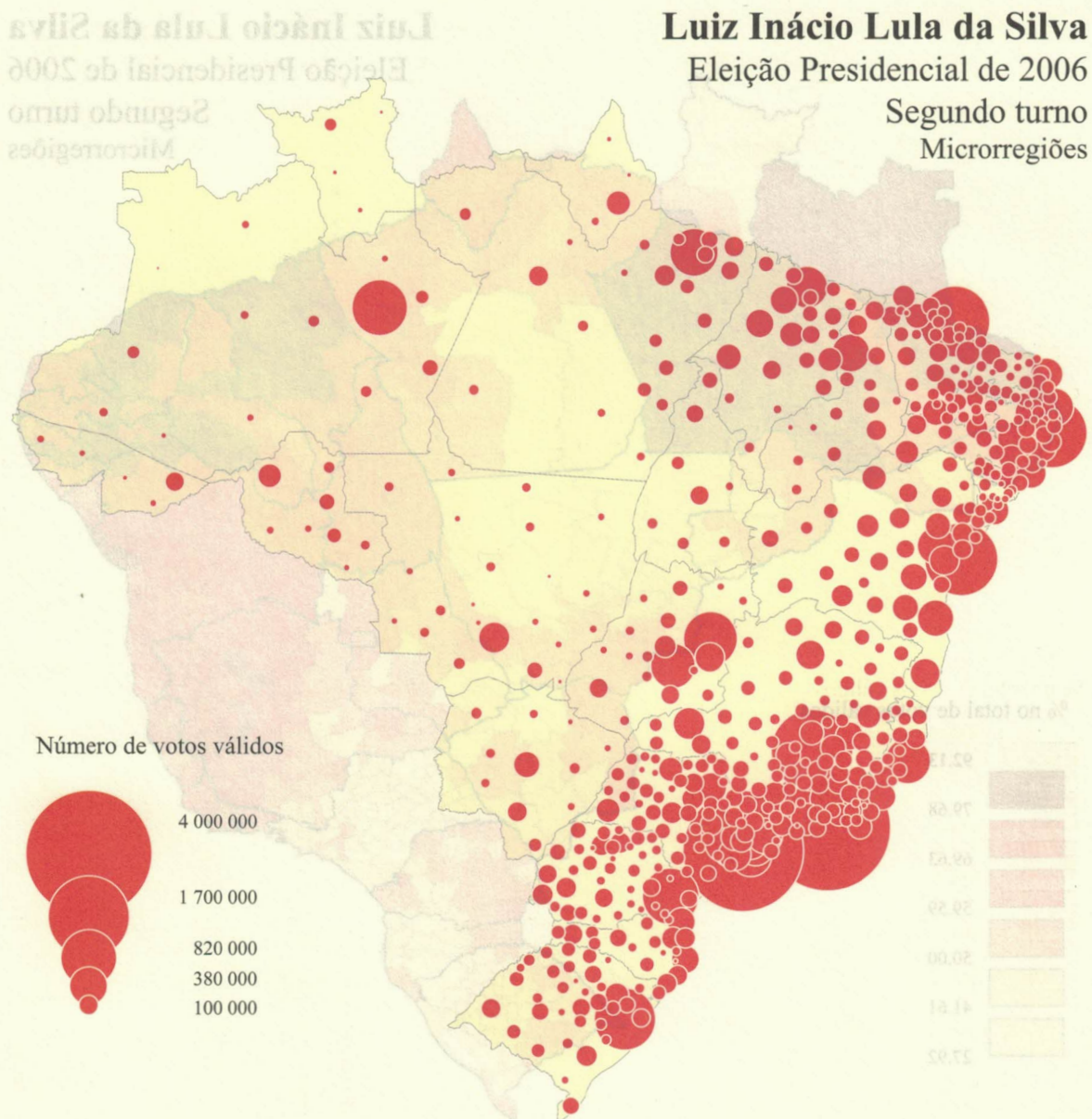
Figura 51



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

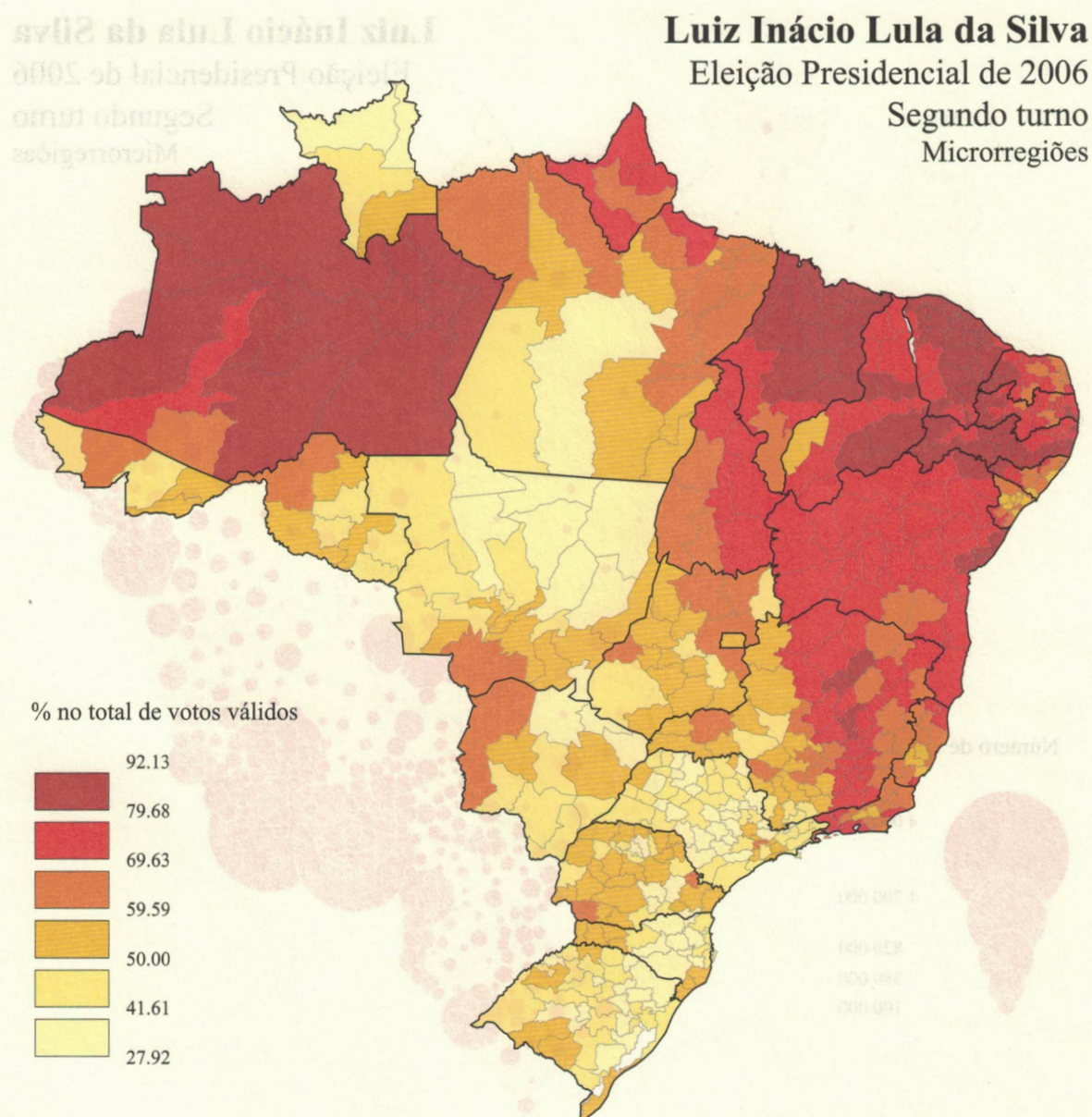
Figura 52



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

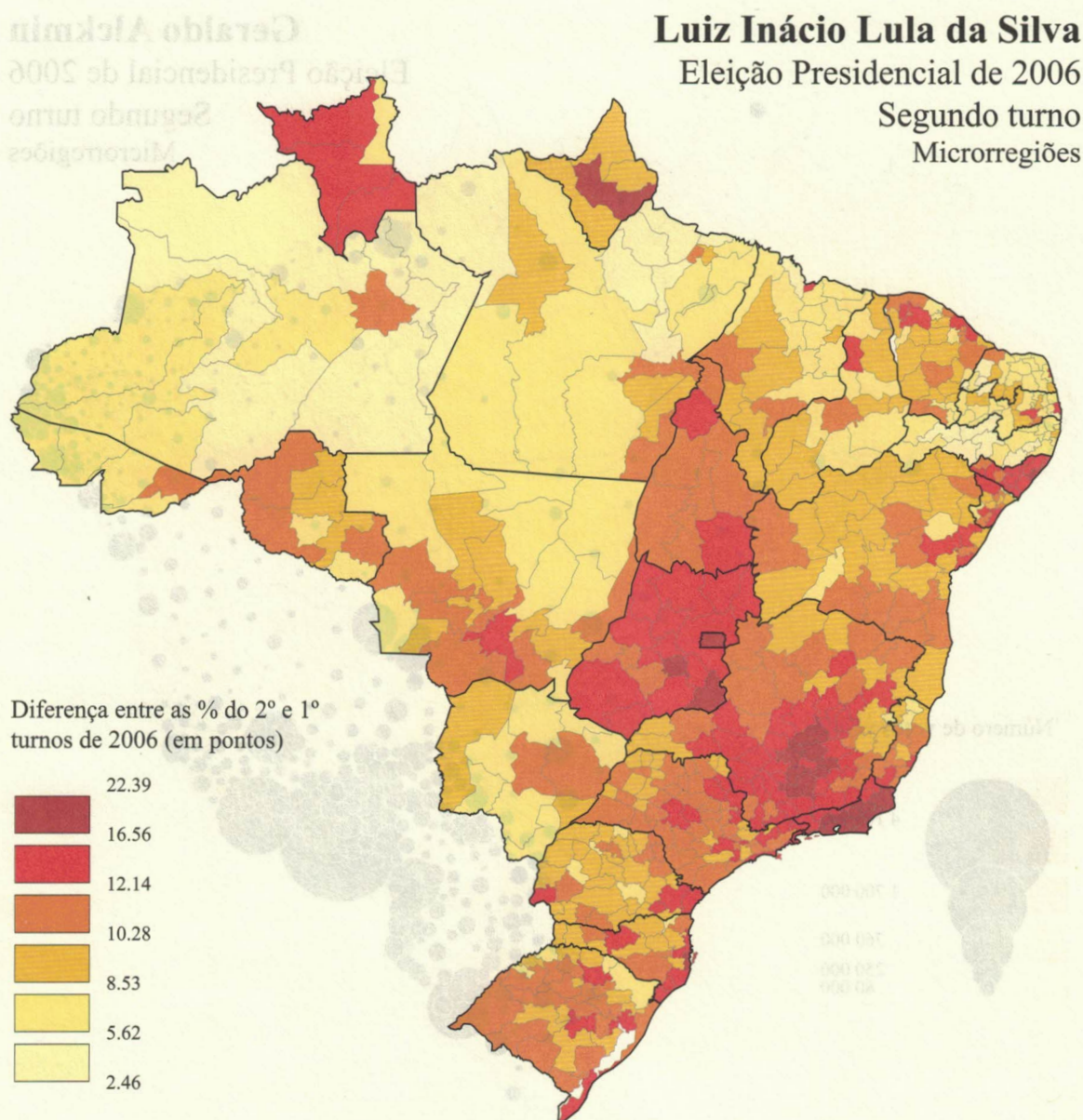
Figura 53



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

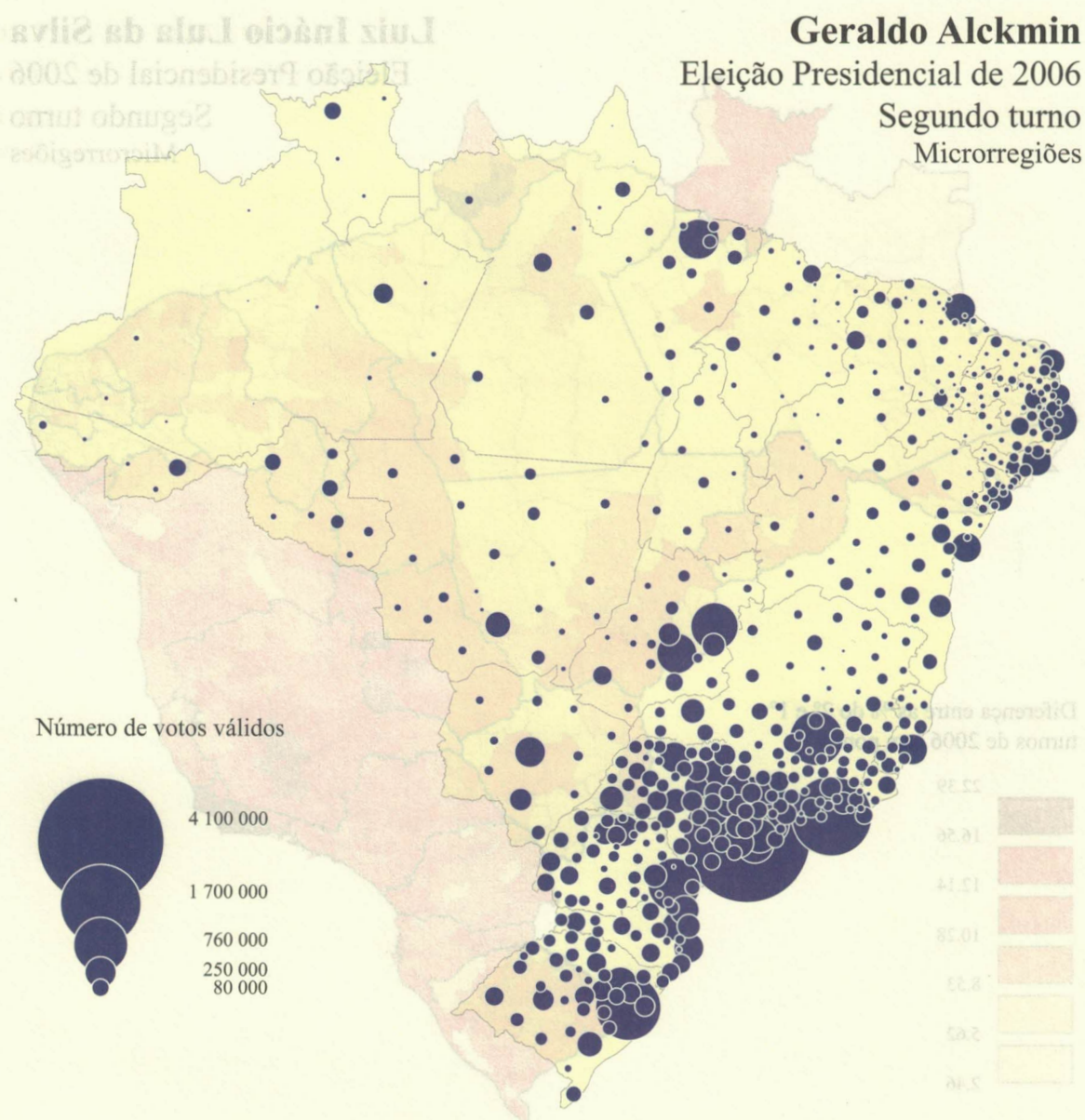
Figura 54



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

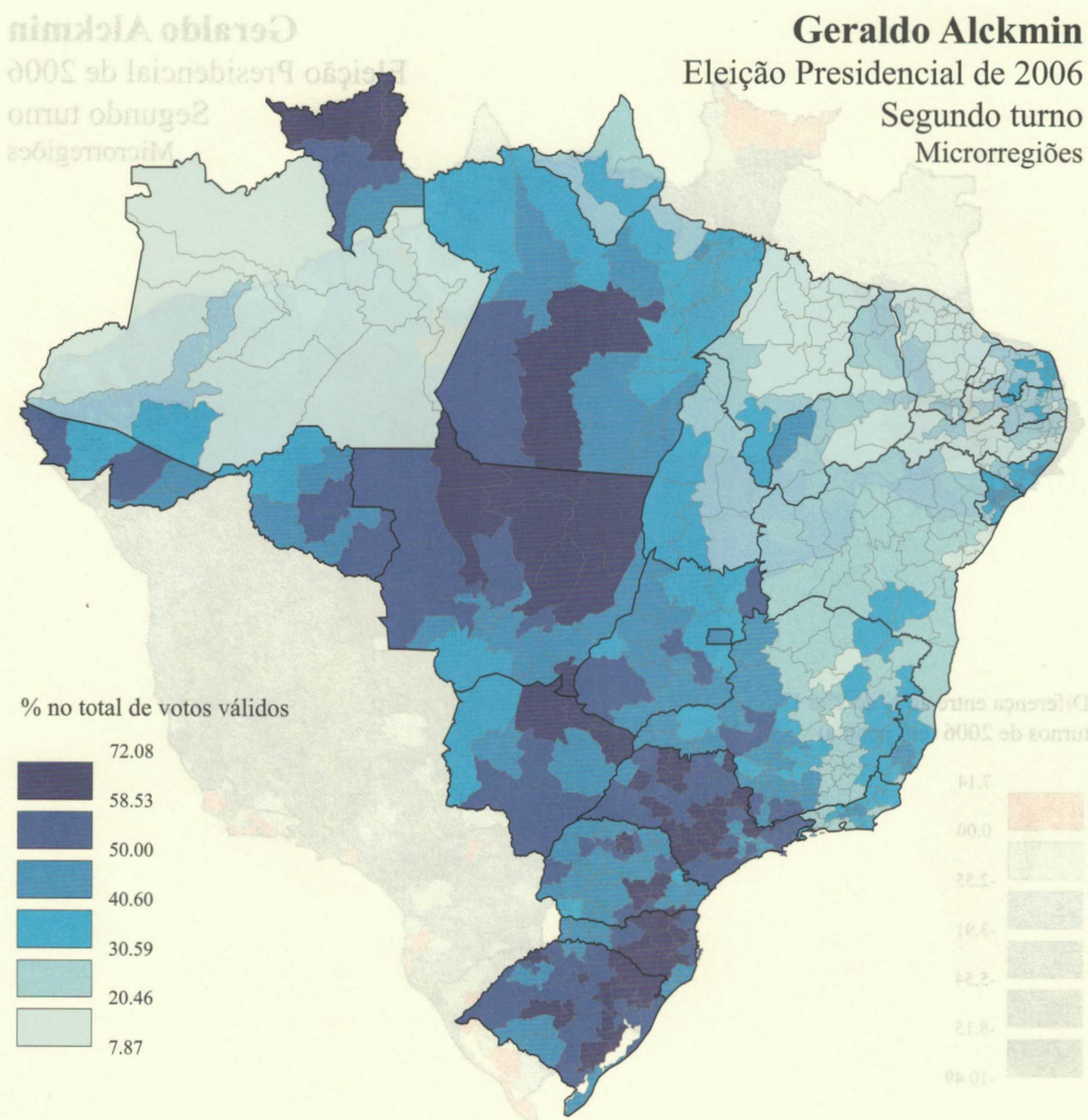
Figura 55



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

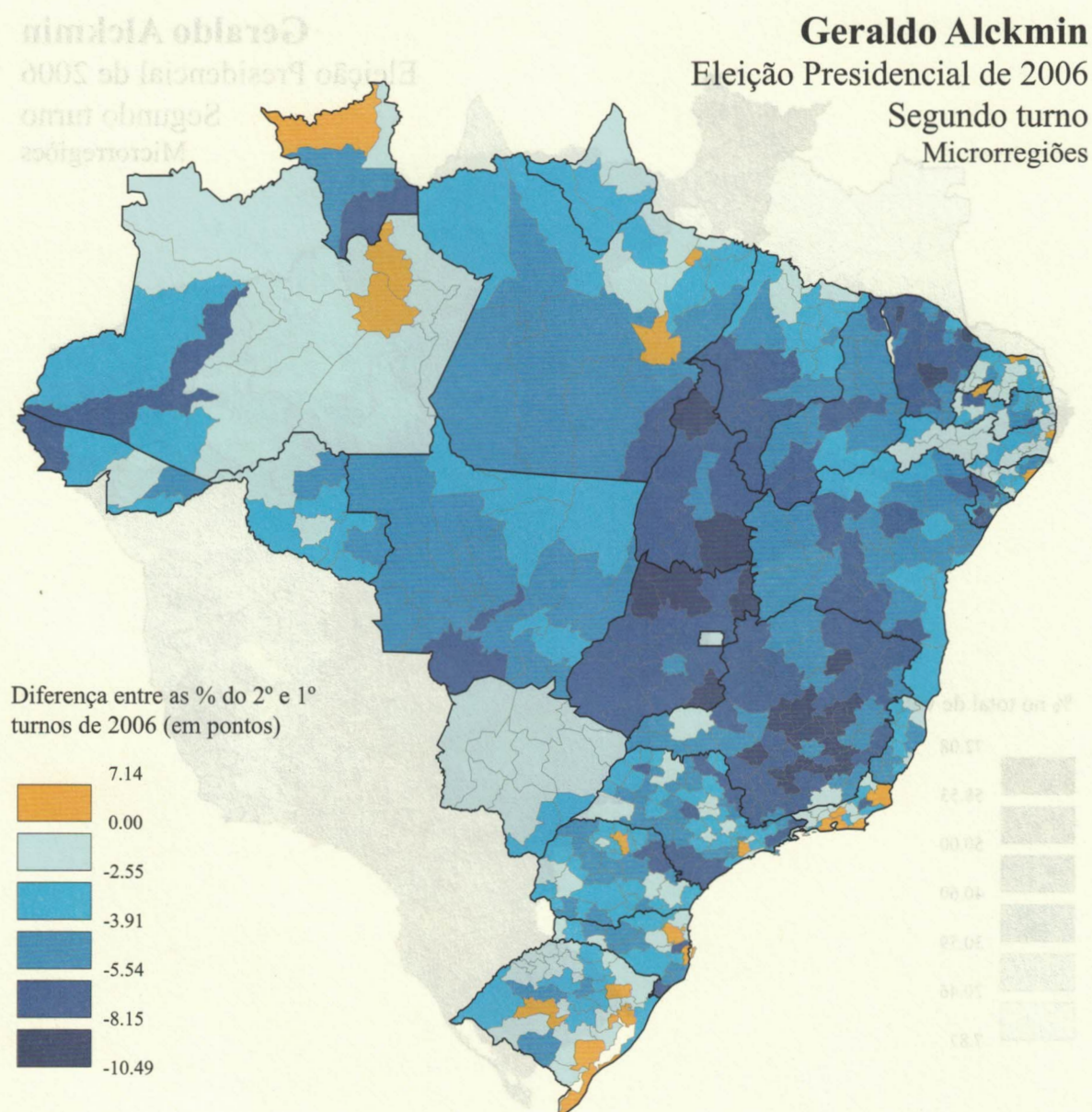
Figura 56



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

Figura 57



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

@2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Philippe Waniez, Violette Brustlein

9. As eleições presidenciais nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (1998-2006)

NESTA PARTE DO TRABALHO, pretende-se realizar uma análise das eleições presidenciais para as duas cidades mais importantes do país, a fim de se identificar a distribuição geográfica dos votos obtidos pelos principais candidatos, nas diversas áreas dessas capitais. Além disso, busca-se investigar também se as escolhas dos eleitores possuem alguma relação com o perfil de escolaridade, renda e filiação religiosa da população, utilizando-se mais uma vez a cartografia como instrumento de análise. Assim, os mapas dos resultados das eleições foram realizados com base nas zonas eleitorais definidas pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro e de São Paulo⁹. Já os mapas de escolaridade, renda e filiação religiosa foram feitos a partir da malha das Áreas de Ponderação da Amostra (AREAP), do Censo Demográfico de 2000, do IBGE¹⁰.

Assim, através dessa abordagem, pretende-se estudar a eventual relação entre o espaço social e os resultados eleitorais. Desse modo, procura-se investigar as possíveis correlações entre o voto para Presidente e dados socioeconômicos, nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Apesar das diferenças existentes entre as malhas dos TREs (Figs. 58 e 59) e do IBGE (Figs. 60 e 61), isto não nos impediu de identificar, em espaços socialmente complexos, padrões de comportamento eleitoral que podem estar ligados a características desses espaços.

9.1 Rio de Janeiro

Com a vitória de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro em 1982, iniciou-se no estado um longo período de domínio político de

líderes oriundos dos quadros do PDT. Assim, dos 7 pleitos realizados desde então para o governo estadual, 5 foram ganhos por políticos pedetistas ou que atuaram, em algum momento de sua vida política, nesse partido: Brizola (1982 e 1990), Marcelo Alencar (1994), Anthony Garotinho (1998) e Rosinha Garotinho (2002). Portanto, com exceção de Moreira Franco (1986) e Sérgio Cabral (2006), ambos do PMDB, os demais poderiam ser considerados integrantes da *família brizolista*.

Assim, se durante a década de 1980 esse grupo político se manteve unido em torno da figura de Leonel Brizola, a partir dos anos 1990 ele começa a se fragmentar, com a saída do PDT de diversos líderes partidários, tais como: Cesar Maia, em 1992, Marcelo Alencar, em 1994, e Anthony Garotinho, em 2001. Desse modo, cada uma dessas lideranças que deixava a agremiação partidária levava consigo uma parte da máquina pedetista, não obstante adotarem um novo discurso político.

Naturalmente, este processo de fragmentação da *família brizolista* irá se refletir nas eleições para Presidente da República na cidade do Rio de Janeiro, com a transferência desses líderes para outros partidos¹¹. Como se sabe, Cesar Maia ingressa, primeiro, no PMDB e, mais tarde, no PFL, Marcelo Alencar no PSDB e Anthony Garotinho, inicialmente, no PSB e depois no PMDB.

Assim, na eleição presidencial de 1994, o Prefeito Cesar Maia e o candidato a Governador, Marcelo Alencar, vão compor a base de sustentação eleitoral de FHC no Rio, o que permitiu ao postulante *tucano* obter 47,0% dos votos, desempenho muito diferente do de Mário Covas que em 1989 obteve somente 11,6%.

Esta mesma situação de apoio do então Governador Marcelo Alencar e do ex-prefeito Cesar Maia se repetiu em 1998, o que contribuiu para que FHC alcançasse 40,0% dos votos (Fig. 62). A distribuição dos seus percentuais mostra que ele obteve boas votações em diversas áreas da cidade, o que expressa os diferentes apoios recebidos: tanto de Cesar Maia, cuja base eleitoral se encontrava principalmente na Barra da Tijuca e em bairros da Zona Sul, quanto de Marcelo Alencar, cujo reduto eleitoral se concentrava em bairros *populares* da Zona Oeste.

O mesmo desempenho de FHC não foi conseguido, em 2002, pelo candidato do PSDB, José Serra, que obteve apenas 10,7% dos votos, resultado muito inferior ao do seu correligionário *tucano*, em 1998. Analisando-se a distribuição de suas votações pelas zonas eleitorais da cidade, observa-se que Serra apresenta seu melhor desempenho em bairros *ricos*, como Ipanema e Leblon, onde alcança percentuais acima de 25% (Fig. 63). Além desses, ele se destaca ainda por votações superiores à sua média municipal no Flamengo e em Copacabana.

É nesses bairros da Zona Sul que Serra perde menos em relação aos resultados de FHC, em 1998, uma vez que ele apresenta percentuais inferiores aos do ex-Presidente em todas as zonas eleitorais da cidade (Fig. 64). Chega mesmo a registrar diferenças negativas de mais de 30 pontos percentuais, tanto em bairros de *alta classe média*, como a Barra da Tijuca, quanto em bairros *populares* da Zona Oeste.

O mau desempenho do candidato na Zona Oeste decorre certamente das boas votações obtidas por outro membro dissidente da *família brizolista* nessa área, o ex-governador Anthony Garotinho. Além disso, Serra não contou, aí, com a máquina eleitoral das igrejas pentecostais, que, nessas eleições, deu o seu apoio a Garotinho, diferente do que havia feito, em 1994 e 1998, sustentando FHC.

Ao contrário de Serra, nas eleições de 2006, Geraldo Alckmin com 30,2% apresentou expressivo crescimento no Rio, interrompendo assim a trajetória de queda que os candidatos *tucanos* vinham registrando na cidade, desde as boas votações de FHC nas eleições de 1994.

A análise do mapa das votações de Alckmin revela que ele é mais bem votado na Barra da Tijuca, Zona Sul e Tijuca, onde atinge percentuais em torno de 50%, num acentuado contraste com os bairros *populares* da Zona Oeste, Central do Brasil e Leopoldina, cujas votações se situam ao redor de 25% (Fig. 65).

Apesar de Alckmin ter alcançado votações muito superiores às de Serra, constata-se que a geografia eleitoral desses dois candidatos é muito semelhante, uma vez que os seus maiores percentuais se dão basicamente nas mesmas áreas da cidade. Assim, embora Alckmin tenha crescido em todas as zonas eleitorais do Rio, quando comparado ao desempenho de Serra em 2002, é nos bairros de *classe média* que o candidato registra os maiores aumentos em suas votações, de até 27 pontos percentuais (Fig. 66).

Ao contrário dos candidatos *tucanos*, Lula apresenta uma trajetória ascendente na cidade, ao passar de 12,1%, no primeiro turno de 1989, para 27,2%, em 1994, 42,1%, em 1998, e 47,2%, no primeiro turno de 2002. A sua geografia eleitoral revela, no entanto, fortes alterações, a cada eleição, em função das alianças políticas realizadas pelo candidato. Desse modo, em 1998, os percentuais mais altos obtidos por Lula ocorreram, sobretudo, em bairros *populares* do Centro da cidade e da Zona Oeste, em decorrência de acordos políticos feitos com Brizola, que tinha nessas áreas os seus redutos eleitorais mais importantes (Fig. 67).

Cabe lembrar ainda que, além da chapa Lula-Brizola para Presidente e Vice-Presidente da República, compunham a aliança PT-PDT, em

1998, os candidatos evangélicos a Governador, Anthony Garotinho, e a Vice-Governador, Benedita da Silva. Como se sabe, os bairros *populares* da Zona Oeste, além de tradicional reduto eleitoral do *brizolismo*, são também áreas que apresentam os percentuais de população evangélica pentecostal mais elevados da cidade.

Já em 2002, o padrão das votações de Lula se altera novamente, pois os seus maiores percentuais se deslocam da parte oeste para a parte leste da cidade (Fig. 68). Assim, são os bairros de *classe média*, como Laranjeiras, Maracanã e Vila Isabel, que deram, nessas eleições, as maiores votações para Lula, em torno de 55%. Essa mudança na sua geografia eleitoral se deve ao rompimento dos acordos entre o PDT e o PT, bem como ao apoio dos evangélicos pentecostais ao candidato Garotinho.

Em outros bairros de *classe média* do Rio de Janeiro, como Copacabana, as suas votações são um pouco menos elevadas, entre 45% e 50%, apesar do expressivo avanço de mais de 15 pontos percentuais, da eleição de 1998 para a de 2002 (Fig. 69). Chama a atenção, ainda, o crescimento do candidato de esquerda em bairros *ricos* da cidade, como Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca, onde Lula registra igualmente aumentos superiores a 15 pontos percentuais, de uma eleição a outra.

Já no segundo turno, Lula vence de modo espetacular, ao registrar 81% dos votos, superando, inclusive, o seu excelente desempenho do segundo turno de 1989, quando, com o apoio de Brizola, no auge do seu prestígio político, alcançou no município do Rio 73% dos votos válidos.

O crescimento dos percentuais de Lula no segundo turno de 2002 traz, em relação ao primeiro, profundas mudanças na sua geografia eleitoral (Fig. 70). Assim, destaca-se a maciça votação obtida pelo candidato na Zona Oeste, nos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina, ao contrário do primeiro turno, quando o candidato do PT

obteve seus melhores percentuais em bairros de *classe média* das Zonas Sul e Norte da cidade.

No entanto, apesar da excelente votação obtida por Lula, no segundo turno, a transferência de votos dos quatro candidatos derrotados, que lhe declararam apoio, não foi completa, embora muito elevada. Desse modo, o mapa das diferenças entre as porcentagens que Lula poderia esperar e as que ele efetivamente obteve, no segundo turno, mostra que a não-transferência de votos ocorre em toda a cidade (Fig. 71). Em bairros de *classe média*, como Copacabana e São Conrado, por exemplo, o eleitorado mais *conservador* que apoiou Ciro não seguiu as suas recomendações de votar em Lula, provavelmente, porque o candidato do PT, mesmo em sua versão moderada, continuava sendo visto como um radical de esquerda.

Já nos bairros *populares* da Zona Oeste da cidade, apesar dos apelos de Garotinho, Lula também não consegue a transferência total de votos. Isto se deve, em grande parte, às divergências que se verificaram entre os evangélicos pentecostais, que, no segundo turno, se dividiram em relação aos dois candidatos: enquanto a Igreja Universal do Reino de Deus apoiou Lula, a Assembleia de Deus sustentou Serra.

Nas eleições de 2006, apesar de ter sido o candidato vitorioso na cidade, ao obter 43,3% dos votos, Lula interrompe a trajetória ascendente que vinha apresentando nos pleitos anteriores. A análise do mapa de suas votações revela acentuados contrastes entre as diversas áreas do município. Desse modo, Lula obtém elevadas votações, em torno de 50% dos votos, em bairros *populares* da Zona Oeste, Central do Brasil e Leopoldina, ao contrário da Barra da Tijuca, Zona Sul e Tijuca, onde seus percentuais se situam ao redor de 25% dos votos (Fig. 72).

Tal padrão expressa, mais uma vez, uma mudança na geografia eleitoral do candidato, quando comparado ao da eleição anterior, a

de 2002. Assim, o mapa da diferença de votos entre 2006 e 2002 mostra que Lula cresce até 21 pontos percentuais nas áreas *populares*, enquanto nas de *classe média* ele sofre perdas de até 28 pontos (Fig. 73).

No segundo turno das eleições, Lula vence na cidade com 65,9% dos votos, enquanto Alckmin, seu adversário, recebe 34,1%. Apesar de vitorioso, Lula não alcança o mesmo sucesso nas urnas que em 2002, quando atingiu a marca de 81% e o seu concorrente, José Serra, 19%.

Quando se analisa o mapa de Lula no segundo turno, chama a atenção a enorme semelhança com o padrão eleitoral do primeiro, havendo apenas uma grande diferença quanto aos seus percentuais que aumentaram significativamente (Fig. 74). Assim, constata-se que Lula cresce em todas as zonas eleitorais da cidade, entre 10 e 27 pontos percentuais, verificando-se que os maiores aumentos se dão, no entanto, na Zona Oeste (Fig. 75).

Da mesma forma que Lula, o padrão de votação de Alckmin no segundo turno muito se parece com o do primeiro (Fig. 76), apresentando o candidato crescimento de até 13 pontos percentuais em bairros de *classe média* (Fig. 77). Apesar disso, surpreende não ter havido crescimento da votação de Alckmin, do primeiro para o segundo turno, em algumas áreas da cidade, como os bairros *populares* da Zona Oeste, onde o candidato perdeu até 4 pontos percentuais.

A análise dos mapas eleitorais de Alckmin e Lula, tanto no primeiro quanto no segundo turno de 2006, demonstra a existência, na cidade, de uma clivagem de caráter socioeconômico, uma vez que o candidato do PSDB é vitorioso em bairros com perfil de rendimento e educação altos, enquanto o do PT é consagrado nas urnas em áreas que apresentam níveis médios e baixos quanto a esses indicadores (Figs. 78 e 79). Provavelmente esta clivagem, que não existiu nas eleições de 2002, relaciona-se, de um lado,

aos escândalos do *mensalão* que desgastaram o Presidente Lula junto à classe média e, de outro, aos programas sociais do governo que beneficiaram os eleitores mais pobres.

Já no que diz respeito à filiação religiosa, observa-se que Lula é bem votado tanto em áreas com altos percentuais de evangélicos, como em bairros *populares* da Zona Oeste, com baixos níveis de renda e escolaridade, quanto em áreas com forte presença de católicos, a exemplo de bairros da Zona da Leopoldina, que apresentam renda e escolaridade médias (Figs. 80 e 81). Ao contrário de Lula, Alckmin atinge o seu melhor desempenho nos bairros com os mais elevados percentuais de católicos, os mais altos níveis de renda e de escolaridade da cidade, notadamente, Barra da Tijuca e Zona Sul.

Quanto aos candidatos situados em terceiro lugar na cidade do Rio de Janeiro, nas eleições presidenciais que ocorreram após o fim do regime militar, observa-se que, apesar de resultados eleitorais assemelhados, não há nada em comum entre eles em relação à filiação partidária: Lula (PT) obteve 12,1% dos votos, em 1989; Enéas (PRONA) 11,7%, em 1994; Ciro (PPS) 12,6%, em 1998; Serra (PSDB) 10,7%, em 2002; e Heloísa Helena (PSOL) 20,4%, em 2006.

Quanto às candidaturas de Lula em 1989 e de Serra em 2002, as suas trajetórias eleitorais na cidade já foram analisadas, enquanto a votação de Enéas em 1994 dispensa comentários, por se tratar de um voto de protesto de eleitores decepcionados com as denúncias de corrupção que ocorreram logo no primeiro governo eleito pelo povo, depois de 29 anos sem eleições diretas para Presidente da República.

Assim, vamos analisar Ciro Gomes, situado em terceiro lugar no Rio de Janeiro, em 1998, cuja candidatura buscou representar uma *terceira via*, entre FHC e Lula. A análise do mapa de suas votações revela que ele obtém seus melhores percentuais em bairros de *classe média* da Zona Sul,

como Copacabana e Flamengo, e da Zona Norte, a exemplo de Tijuca e Maracanã (Fig. 82).

Em relação à candidata situada em terceiro lugar em 2006, Heloísa Helena, o mapa de suas votações revela que ela alcançou os seus melhores percentuais nos subúrbios da Leopoldina e da Central do Brasil (Fig. 83).

Pode-se concluir da análise dos candidatos situados em terceiro lugar, nas eleições de 1998 e 2006, que a tentativa de Ciro e Heloísa Helena de representarem uma *terceira via*, entre os candidatos do PSDB e do PT, não teve êxito na cidade do Rio de Janeiro.

9.2 São Paulo

O estado de São Paulo tem sido dirigido, desde a volta das eleições diretas para governador, em 1982, por políticos que militaram no PMDB, na época da ditadura militar: Franco Montoro (1982), Orestes Quércia (1986), Luiz Antônio Fleury Filho (1990), Mário Covas (1994 e 1998), Geraldo Alckmin (2002) e José Serra (2006).

No entanto, apesar do prestígio do PMDB — evidenciado pelas vitórias dos seus candidatos nas eleições para Governador em 1982 e 1986 — o partido acabou se dividindo, em 1988, com a criação do PSDB. Naturalmente, este processo irá se refletir nas eleições para Presidente da República na cidade de São Paulo, com a transferência de alguns dos políticos mais expressivos do PMDB, como Franco Montoro, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Geraldo Alckmin para a nova agremiação partidária.

Assim, nas eleições presidenciais de 1989, Mário Covas foi o candidato mais votado na capital paulista, ao obter 32,9% dos votos, numa disputa que envolveu 21 candidatos a Presidente. Da mesma forma, FHC foi o campeão das urnas na cidade, atingindo a marca de 57,8%, em 1994, e 61,8%, em 1998, votações verdadeiramente consagradoras.

Ao se analisar o mapa com a distribuição dos votos de FHC em 1998, observa-se que o candidato apresenta excelentes resultados em praticamente todas as zonas eleitorais da cidade, mas é sobretudo em Pinheiros, Butantã, Jardim Paulista e Indianópolis que ele alcança as suas votações mais espetaculares (Fig. 84).

Já o candidato José Serra, apesar de ter recebido uma boa votação no primeiro turno de 2002 (30,7%), apresenta um desempenho muito inferior ao de FHC, em 1998 (Fig. 85). No entanto, o seu mapa revela que ele alcançou os melhores percentuais nos mesmos bairros em que FHC havia tido mais sucesso junto aos eleitores. Não obstante, quando se comparam as porcentagens de votos dos candidatos *tucanos* em 2002 e em 1998, constata-se que Serra perde em todas as zonas eleitorais da cidade em relação a FHC, chegando mesmo em algumas delas a recuar 33 pontos percentuais (Fig. 86). No segundo turno, apesar do acentuado crescimento dos seus percentuais, a distribuição geográfica dos votos se mostra muito semelhante à do primeiro (Fig. 87).

Em 2006, no primeiro turno das eleições, o PSDB volta a apresentar com Geraldo Alckmin (55,9%), percentuais semelhantes aos obtidos por FHC na capital paulista, nas eleições de 1994 e 1998. O mapa por zonas eleitorais, com os resultados do candidato vencedor em São Paulo, revela um padrão de altas votações na parte central da cidade e uma diminuição progressiva à medida que se avança em direção às áreas periféricas (Fig. 88). Assim, ele recebe as suas mais elevadas votações, de 70% a 80%, em bairros *abastados* como, Jardim Paulista, Pinheiros, Perdizes e Indianópolis. Numa outra extensa área, que forma uma espécie de anel em torno do centro, ele também é muito bem votado, com percentuais que vão de 60% a 70% dos votos. As menores votações para o candidato situam-se em torno de 30% e ocorrem nas partes extremas do município, no leste, sul e norte.

Com efeito, Alckmin alcança melhor desempenho do que José Serra, nas eleições de 2002, o que pode ser visto através do mapa com a diferença de votos entre eles. Assim, Alckmin cresce em relação a Serra em todas as zonas eleitorais da capital paulista, com variações que vão de 9 a 35 pontos percentuais (Fig. 89). É, no entanto, em bairros situados a leste do centro, como Vila Maria, Moóca e Vila Prudente, e ao norte, a exemplo de Santana e Pirituba, que ele registra os seus maiores avanços, de 30 a 35 pontos.

O principal concorrente dos candidatos do PSDB nas eleições presidenciais na cidade de São Paulo tem sido o candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, com exceção de 1989, quando Paulo Maluf (PDS) foi o segundo colocado, ao obter 24,2% dos votos. Na verdade, no primeiro turno de 1989, Lula situou-se em quarto lugar com 15,7% e passa à condição de segundo colocado nas eleições de 1994 (27,2%) e de 1998 (27,7%), ocasiões em que FHC alcançou excelentes votações na capital paulista.

O mapa dos percentuais de Lula, em 1998, mostra que o candidato tem seus redutos eleitorais localizados, sobretudo, nas Zonas Leste e Sul da cidade (Fig. 90). Pode-se pensar que as boas votações do candidato do PT nessas áreas estejam relacionadas à sua proximidade com os municípios industriais do ABCD, entre a Zona Leste e Sul da cidade de São Paulo.

Já em 2002, Lula amplia muito as suas votações nas Zonas Leste e Sul e conquista novos eleitores no noroeste da cidade (Fig. 91). Aliás, esta eleição foi a única em que o candidato do PT venceu o do PSDB, no primeiro turno, na capital paulista, quando Lula obteve 42% dos votos.

Ao se estabelecer a comparação entre os percentuais de votos recebidos por Lula na eleição de 2002 em relação à de 1998, verifica-se que o candidato cresce em todas as zonas eleitorais da cidade (Fig. 92). Porém, é em Rio Pequeno, a oeste, e em Grajaú, no sul, que ele expan-

de mais as suas votações, chegando a aumentar 16 pontos percentuais de uma eleição a outra. No segundo turno, numa disputa acirrada, Lula (51%) vence Serra (49%), mantendo a tendência de crescimento já verificada no primeiro turno de 2002 (Fig. 93).

Em 2006, os mais altos percentuais de Lula continuam a ocorrer em seus redutos eleitorais da Zona Leste e Sul da cidade e suas votações diminuem, progressivamente, à medida que se avança em direção à parte central da capital (Fig. 94). Assim, ele registra percentuais entre 50% e 60% dos votos, por exemplo, em Guaianases e São Mateus, no leste, e Grajaú, no sul.

Candidatando-se à reeleição, Lula não consegue o mesmo sucesso das eleições de 2002, quando conquistou a Presidência pela primeira vez. Com efeito, o mapa que expressa a diferença de votos de 2006, em relação a 2002, mostra muito bem a diminuição de suas votações na grande maioria das zonas eleitorais da cidade (Fig. 95). Ele só consegue crescer, e pouco, nas áreas que lhe são mais fiéis, como o leste e o sul. Nas demais, ele perde muito, chegando a registrar reduções de até 20 pontos percentuais.

No segundo turno, Geraldo Alckmin, com 56,7% dos votos, vence as eleições na capital paulista ao derrotar Lula que obteve 43,3%. Apesar de vitorioso, chama a atenção o reduzido crescimento das votações de Alckmin do primeiro para o segundo turno, de apenas 0,8 ponto percentual.

Observa-se que a distribuição de seus votos no segundo turno guarda enorme semelhança com a do primeiro, uma vez que ele alcança suas maiores e menores votações praticamente nas mesmas áreas da cidade (Fig. 96). O mapa com a diferença de votos entre os dois turnos mostra que ele amplia ligeiramente seus percentuais nos bairros de *classe média* da parte central da cidade e apresenta pequenas reduções nas áreas periféricas do município (Fig. 97).

Apesar do crescimento de 9,6 pontos percentuais, do primeiro para o segundo turno, quando se analisa o mapa de Lula, observa-se a enorme semelhança com o padrão eleitoral do primeiro, havendo apenas diferenças quanto aos seus percentuais que aumentaram (Fig. 98). Assim, constata-se que Lula cresce em todas as zonas eleitorais da cidade, entre 4 e 14 pontos, verificando-se, no entanto, que os maiores aumentos se dão na Zona Leste e Sul da cidade (Fig. 99).

Portanto, as áreas que mais apoiaram Alckmin e Lula mostraram fidelidade partidária, pois quer no primeiro, quer no segundo turno, os eleitores da parte central da cidade, mais abastada, deram forte apoio ao candidato do PSDB, enquanto os da Zona Leste e Sul, de perfil mais popular, mostraram sua preferência pelo postulante do PT.

A análise dos mapas eleitorais de Alckmin e Lula demonstra a existência, na cidade, de uma clivagem de caráter socioeconômico, uma vez que o candidato do PSDB é vitorioso em bairros com perfil de rendimento e educação altos, enquanto o do PT é consagrado nas urnas em áreas que apresentam níveis médios e baixos quanto a esses indicadores (Figs. 100 e 101).

Já no que diz respeito à filiação religiosa, observa-se que Lula é mais bem votado em áreas com altos percentuais de evangélicos (Fig. 102), que apresentam também baixos níveis de renda e escolaridade nas zonas Leste e Sul de São Paulo. Ao contrário de Lula, Alckmin atinge o seu melhor desempenho nos bairros com os mais elevados percentuais de católicos (Fig. 103), os mais altos níveis de renda e de escolaridade, localizados a oeste do centro da cidade.

Quanto aos candidatos situados em terceiro lugar na cidade de São Paulo, nas eleições presidenciais de 1989 a 2006, observa-se que a polarização entre o PSDB e o PT, partidos que têm suas origens em São Paulo, não deixa espaço para outras candidaturas que não possuam ba-

ses eleitorais sólidas na capital paulista. Assim, Collor (PRN) obteve 17,5% dos votos, em 1989; Enéas (PRONA) 8,4%, em 1994; Ciro (PPS) 7,0%, em 1998; Garotinho (PSB) 13,8%, em 2002, e Heloísa Helena (PSOL) 8,3%, em 2006.

A única exceção a esse quadro de polarização entre candidatos com bases eleitorais em São Paulo se deu no segundo turno da eleição de 1989, quando Fernando Collor (56,7%), que recebeu a adesão de Paulo Maluf, vence Lula (43,3%), que contou com o apoio de Mário Covas. Nas eleições de 1994, 1998, 2002 e 2006, com a realização ou não de segundo turno, os candidatos que se situaram em primeiro e segundo lugar, na disputa pela Presidência, eram políticos que possuíam bases eleitorais em São Paulo.

Desse modo, em 1998, apesar de Ciro Gomes ter se situado em terceiro lugar no país, registra um fraco desempenho na capital paulista, apresentando melhores votações, no entanto, em Bela Vista, Vila Mariana, Santa Ifigênia e Moóca (Fig. 104), áreas da cidade que fazem parte de tradicionais redutos de Paulo Maluf.

Da mesma forma que Ciro, Anthony Garotinho (PSB) não possui bases eleitorais consistentes na capital paulista, tendo sido melhor sucedido em bairros das Zonas Leste e Sul, e do noroeste da cidade (Fig. 105). Convém observar que é nessas áreas que Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo e correligionária de Garotinho, tem os seus redutos políticos. Além disso, o bom desempenho do candidato socialista, em tais áreas, deve-se ao apoio das igrejas evangélicas pentecostais, mais bem implantadas nessas partes da cidade (Fig. 102).

A terceira colocada nas eleições de 2006 na capital paulista, Heloísa Helena, apresentou também fraco desempenho, assim como Ciro e Garotinho. Seus maiores percentuais provêm de zonas eleitorais situadas fora da parte central da cidade (Fig. 106), num padrão que lembra o das votações do candidato do PT. Pode-se pensar que tal si-

tuação se deva à decepção de eleitores de Lula descontentes com os rumos do seu governo.

Assim como se observou para o caso do Rio de Janeiro, a tentativa de Ciro, Garotinho e He-

lôisa Helena de se apresentarem como uma *terceira via*, entre os candidatos do PSDB e do PT, não teve êxito na cidade de São Paulo.

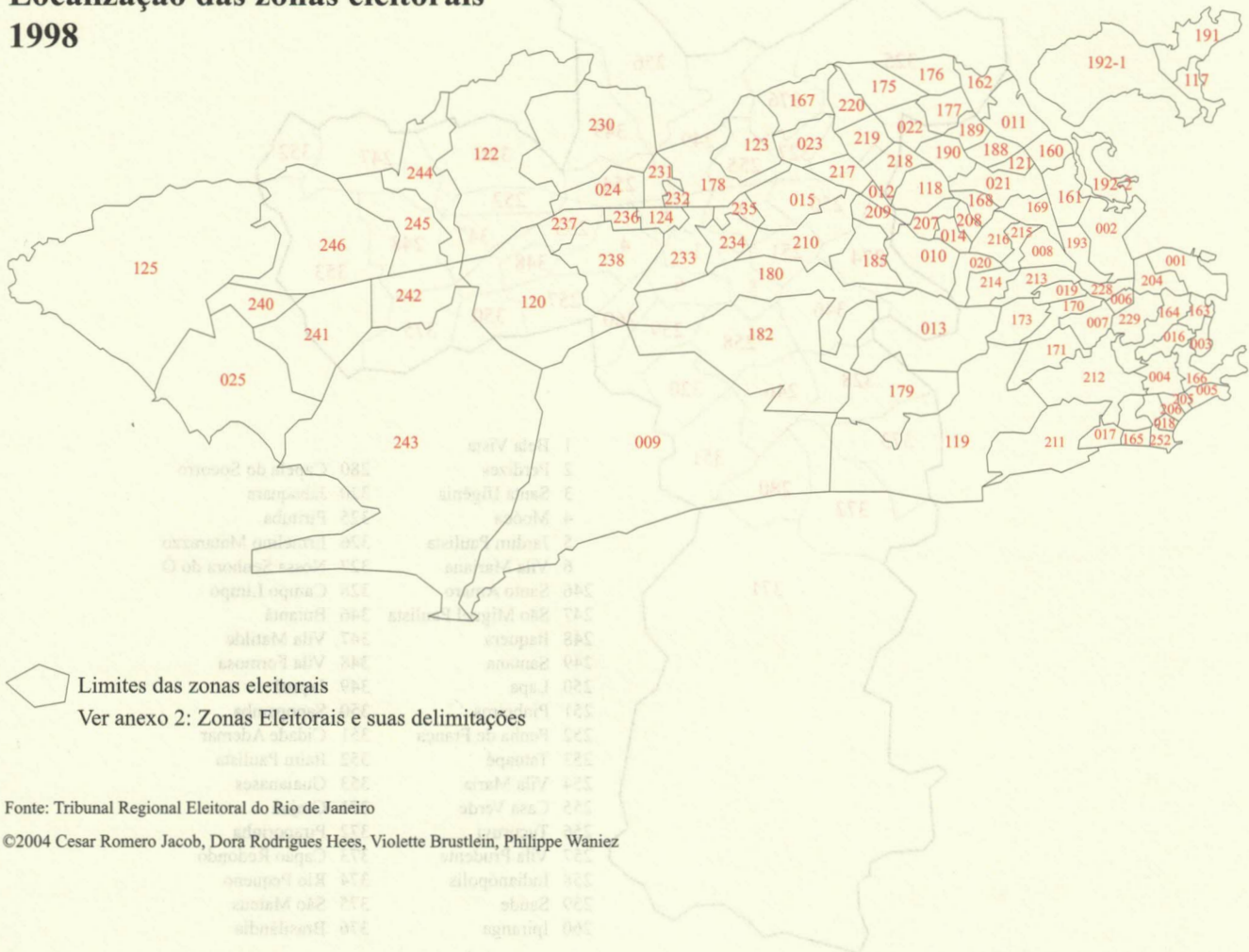
9. Para a identificação das zonas eleitorais da cidade do Rio de Janeiro ver anexo 2: Zonas Eleitorais do Rio de Janeiro e suas delimitações.

10. Os autores agradecem ao IBGE o acesso aos microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2000, o que possibilitou a elaboração destes mapas. Em 2004, o IBGE divulgou, pela primeira vez na história dos censos brasileiros, informações num recorte territorial mais detalhado, o das Áreas de Ponderação da Amostra (AREAPs). De acordo com este Censo, uma AREAP se define como uma unidade geográfica formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários.

11. Na primeira eleição direta para Presidente, em 1989, Brizola foi o candidato mais votado no primeiro turno, na cidade do Rio de Janeiro, quando atingiu a marca de 50,0% dos votos. Já em 1994, Brizola obtém apenas 9,8% dos votos na campanha presidencial, no município do Rio; conforma-se com a posição de candidato a Vice-Presidente na chapa encabeçada por Lula, em 1998, e na eleição de 2002 se limita a apoiar o candidato a Presidente, Ciro Gomes, do PPS, que obteve somente 10,5% dos votos, na cidade.

Figura 58

Município do Rio de Janeiro
Localização das zonas eleitorais
1998



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 59

Município de São Paulo Localização das zonas eleitorais 1996



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 60

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Localização das Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 61

Região Metropolitana de São Paulo

Localização das Áreas de Ponderação da Amostra



São Paulo

- | | | |
|---------------------|-----------------------|--------------------|
| 1 Água Rasa | 25 Cidade Tiradentes | 50 Limão |
| 2 Alto de Pinheiros | 26 Consolação | 51 Mandaqui |
| 3 Anhangüera | 27 Cursino | 53 Moema |
| 4 Aricanduva | 28 Ermelino Matarazzo | 54 Mooca |
| 5 Artur Alvim | 29 Freguesia do Ó | 55 Morumbi |
| 6 Barra Funda | 31 Guaianases | 57 Pari |
| 7 Bela Vista | 32 Iguatemi | 58 Parque do Carmo |
| 8 Belém | 33 Ipiranga | 59 Pedreira |
| 9 Bom Retiro | 34 Itaim Bibi | 60 Penha |
| 10 Brás | 35 Itaim Paulista | 61 Perdizes |
| 11 Brasilândia | 36 Itaquera | 62 Perus |
| 12 Butantã | 37 Jabaquara | 63 Pinheiros |
| 13 Cachoeirinha | 38 Jaçanã | 64 Pirituba |
| 14 Cambuci | 39 Jaguará | 65 Ponte Rasa |
| 15 Campo Belo | 40 Jaguaré | 66 Raposo Tavares |
| 16 Campo Grande | 41 Jaraguá | 67 República |
| 17 Campo Limpo | 42 Jardim Ângela | 68 Rio Pequeno |
| 18 Cangaíba | 43 Jardim Helena | 69 Sacomã |
| 19 Capão Redondo | 44 Jardim Paulista | 70 Santa Cecília |
| 20 Carrão | 45 Jardim São Luís | 71 Santana |
| 21 Casa Verde | 46 José Bonifácio | 72 Santo Amaro |
| 22 Cidade Ademar | 47 Lajeado | 73 São Domingos |
| 23 Cidade Dutra | 48 Lapa | 74 São Lucas |
| 24 Cidade Líder | 49 Liberdade | 75 São Mateus |

Barueri

- 1 Aldeia
- 2 Barueri
- 3 Jardim Belval
- 4 Jardim Silveira

Carapicuíba

- 1 Aldeia de Carapicuíba
- 2 Carapicuíba
- 3 Vila Dirce

Ferraz de Vasconcelos

- 1 Ferraz de Vasconcelos
- 2 Santa Margarida Paulista
- 3 Santo Antônio Paulista

Guarulhos

- 1 Guarulhos
- 2 Jardim Presidente Dutra

Poá

- 1 Cidade Kemel
- 2 Poá

Santo André

- 1 Capuava
- 2 Santo André

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

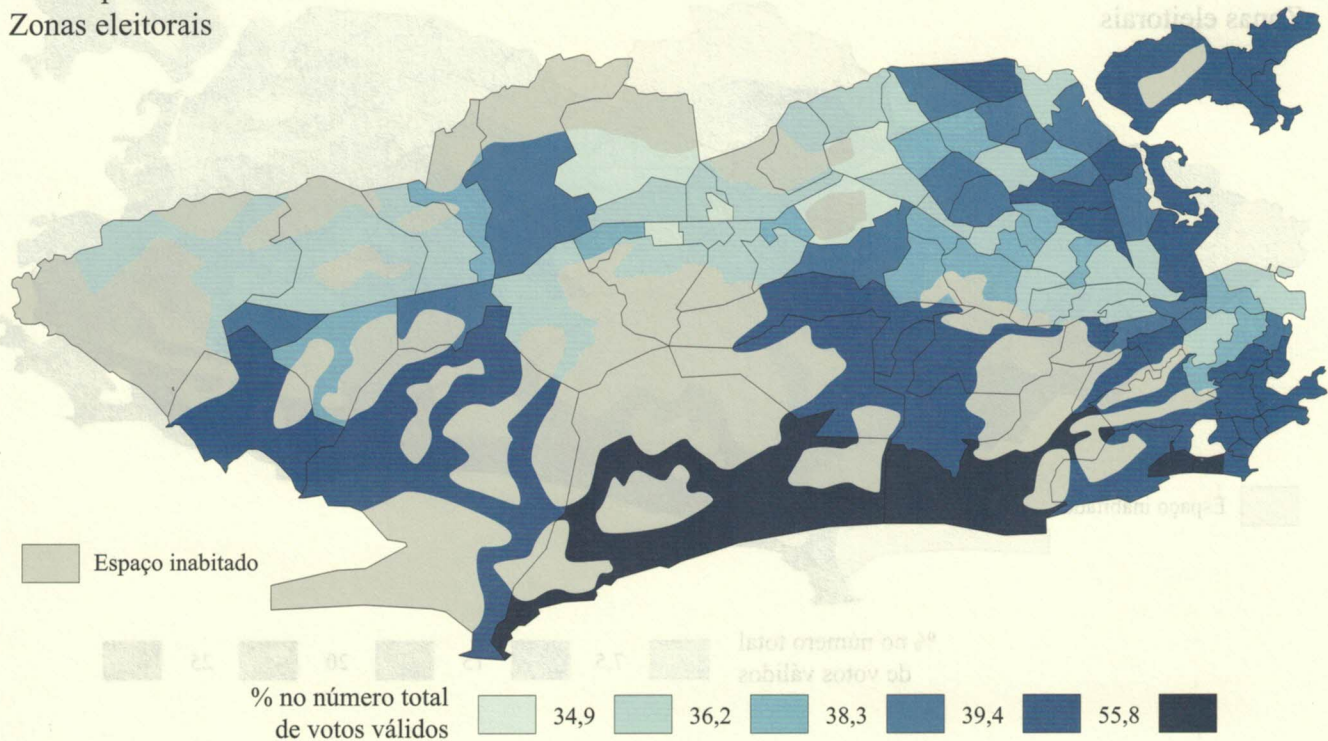
Figura 62

Fernando Henrique Cardoso

Eleição presidencial 1998

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

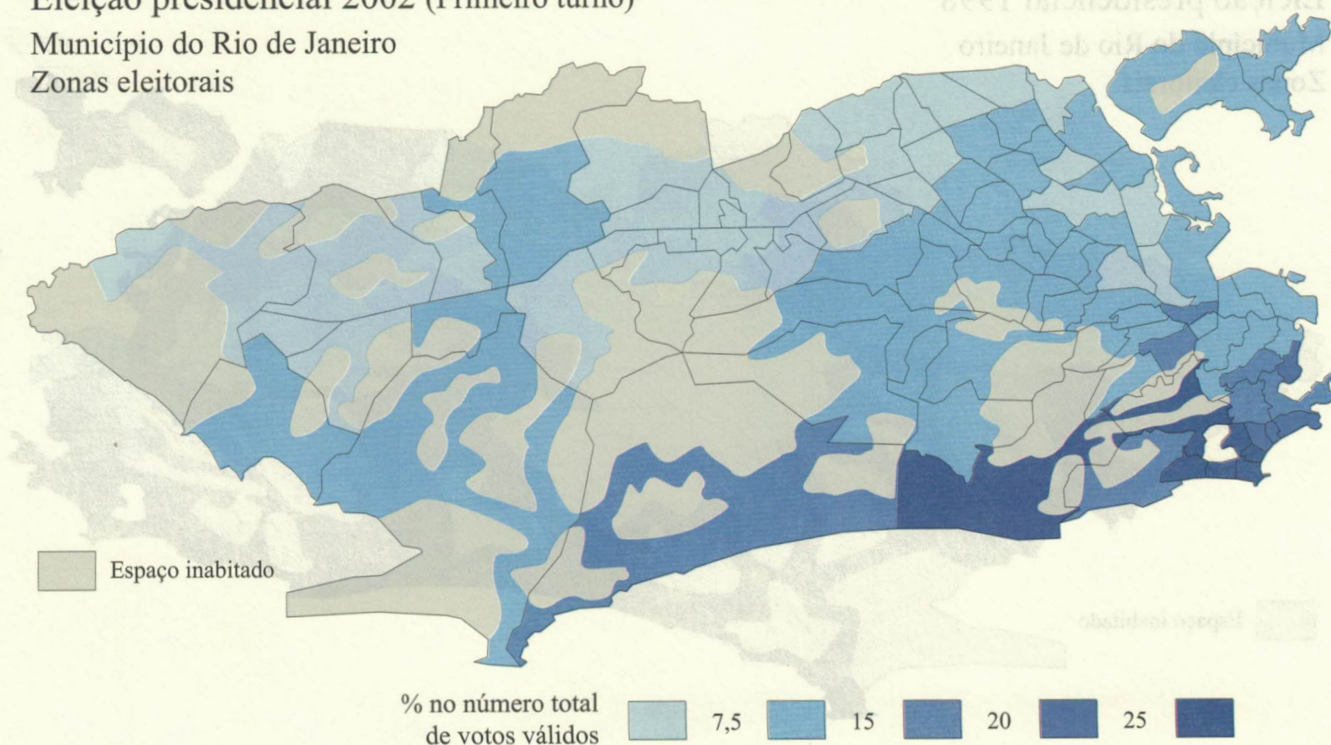
Figura 63

José Serra

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

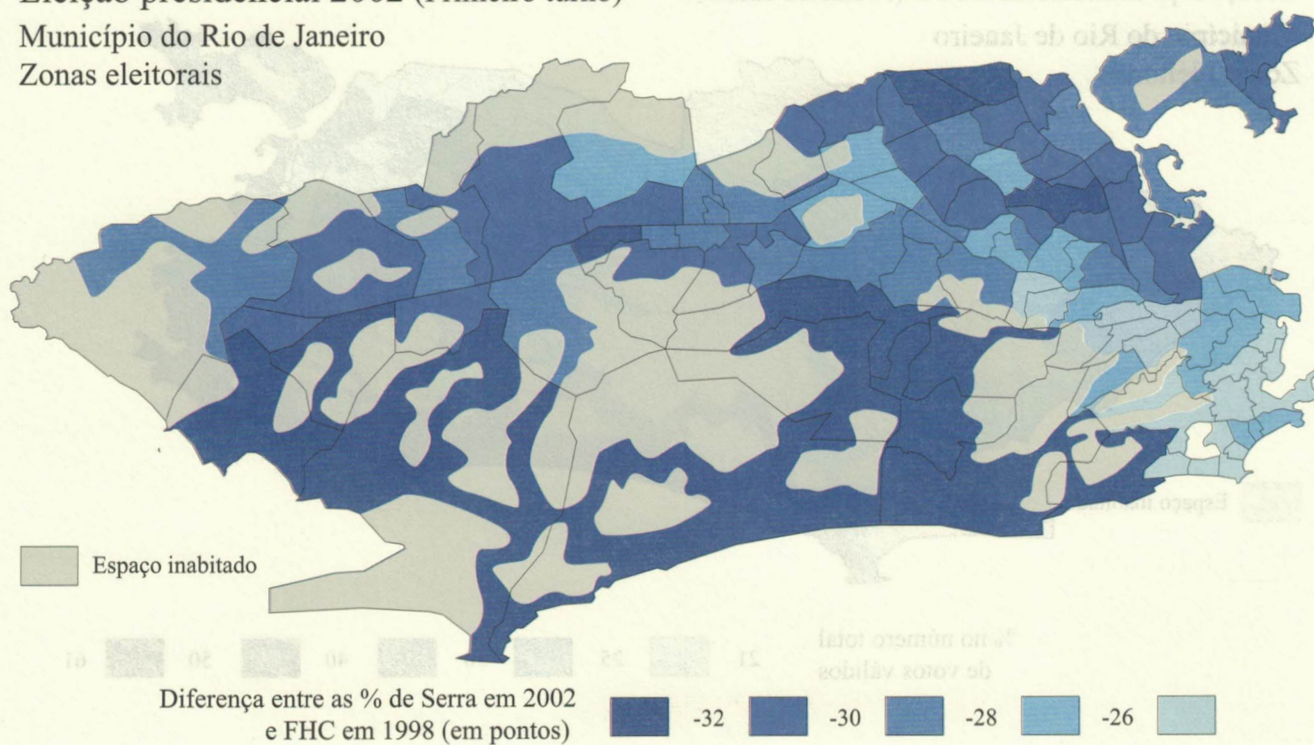
Figura 64

José Serra

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, 1998 e 2002

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

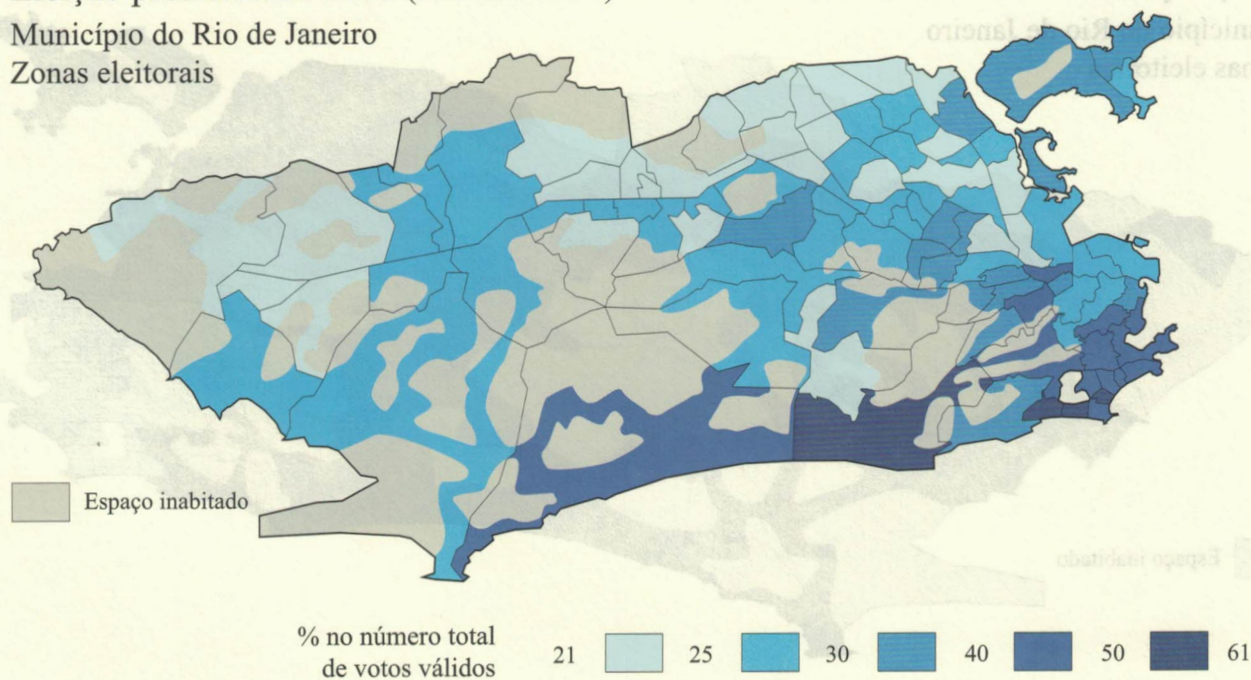
Figura 65

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

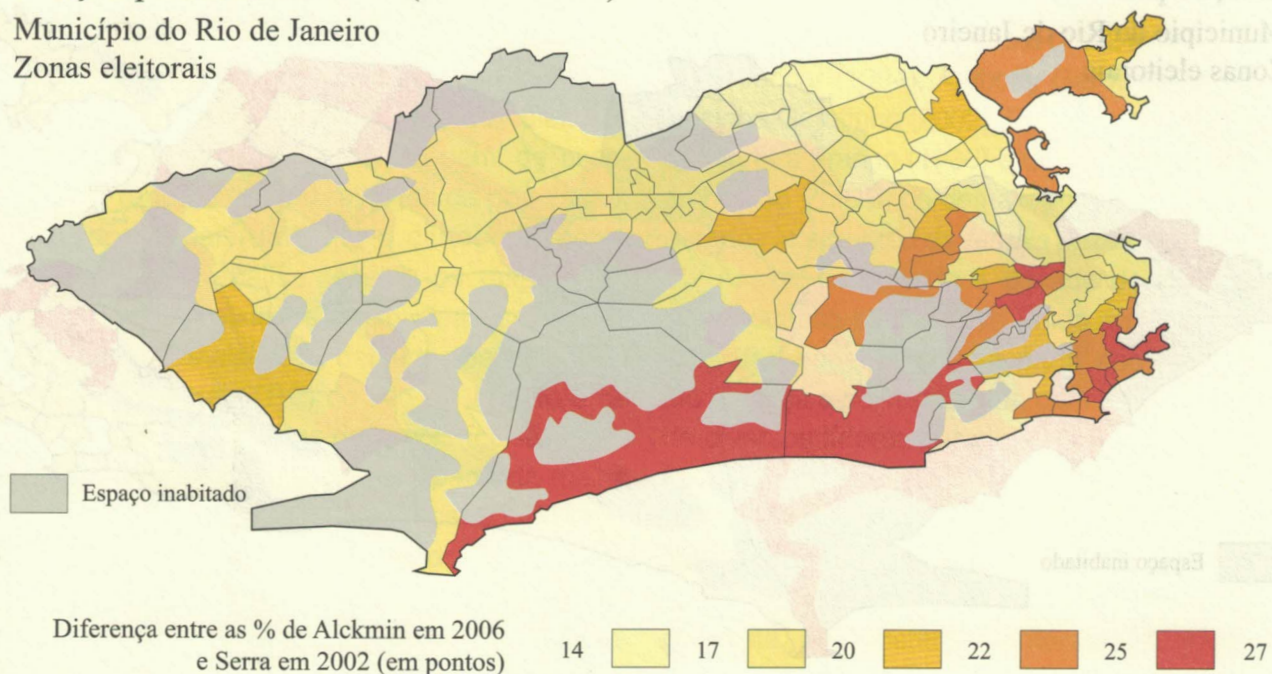
Figura 66

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

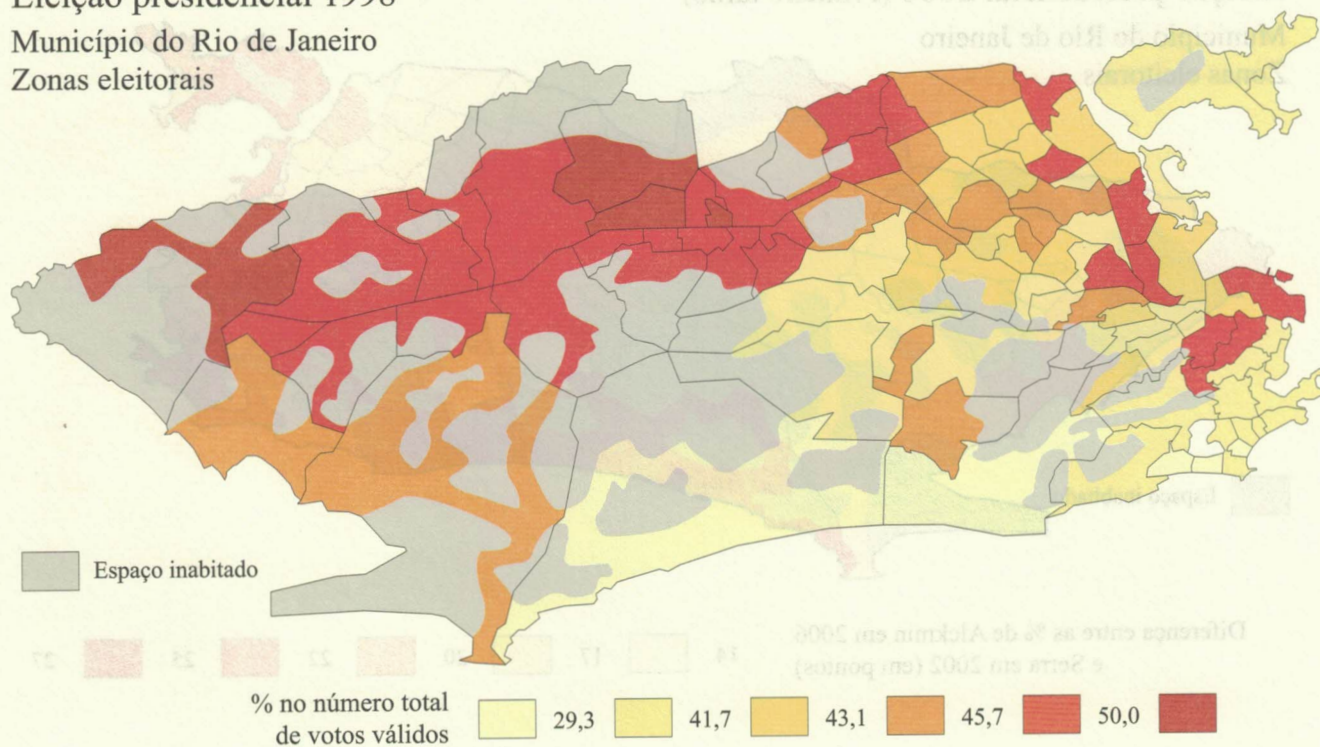
Figura 67

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 1998

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

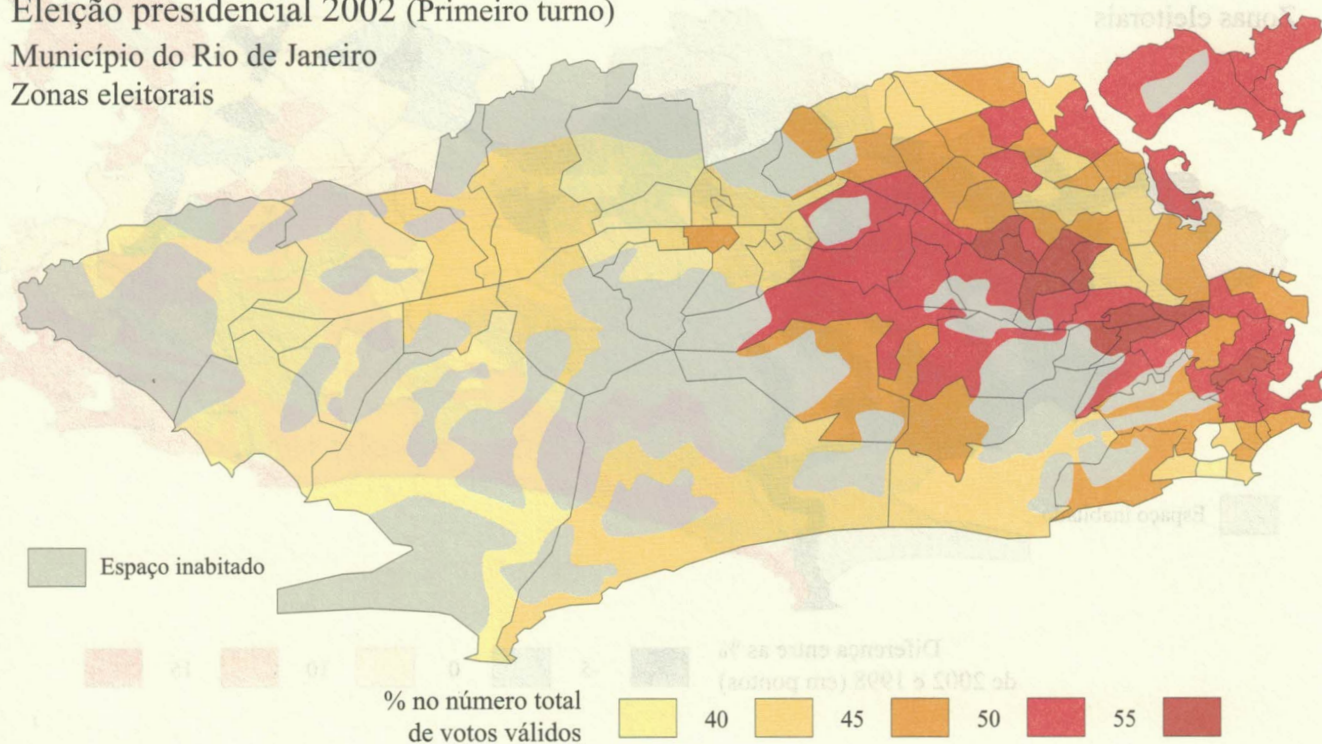
Figura 68

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

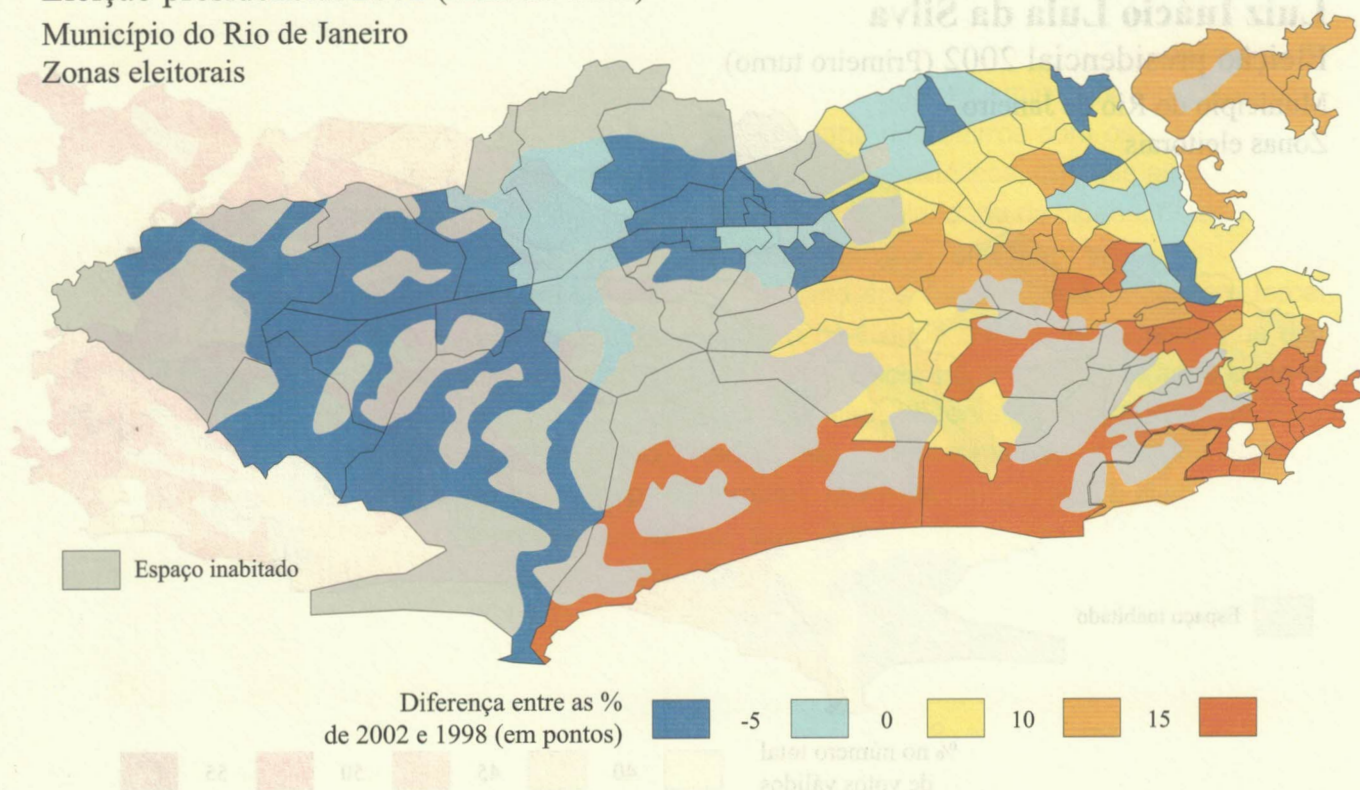
Figura 69

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, 1998 e 2002

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

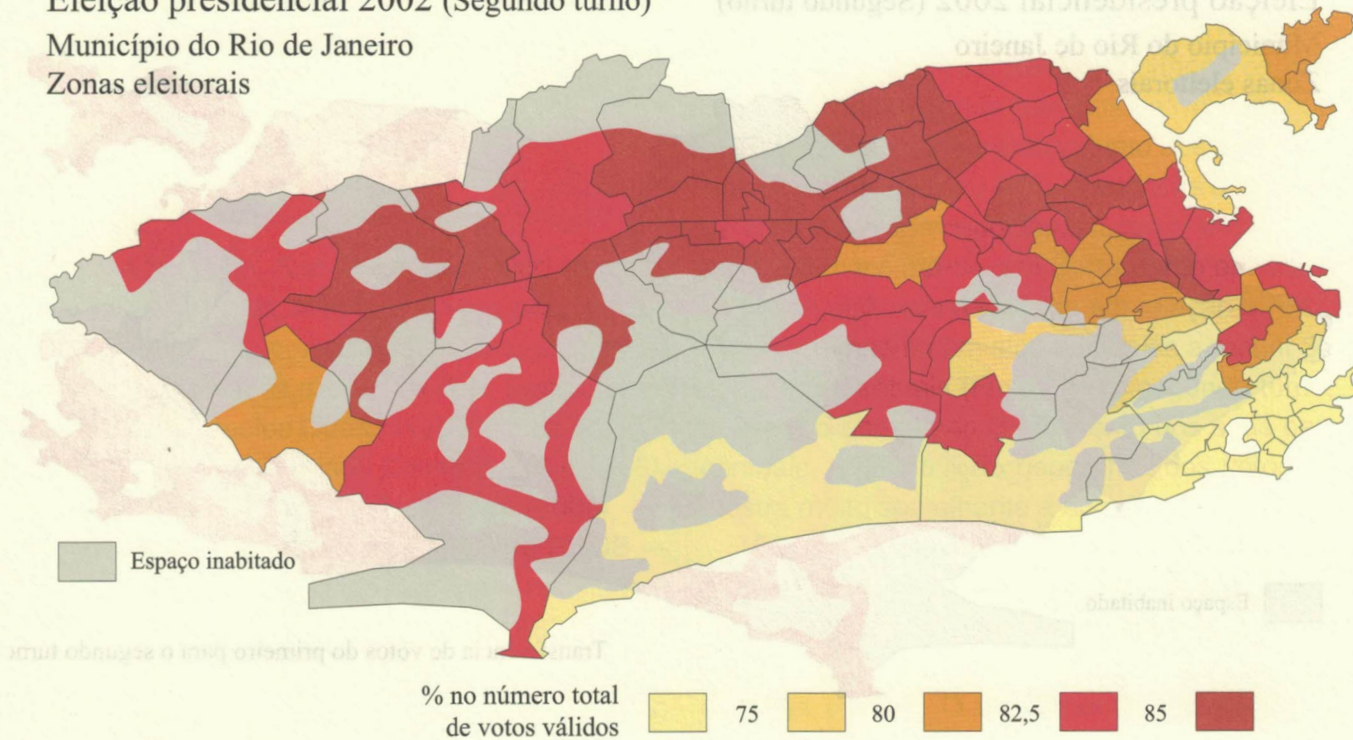
Figura 70

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2002 (Segundo turno)

Município do Rio de Janeiro

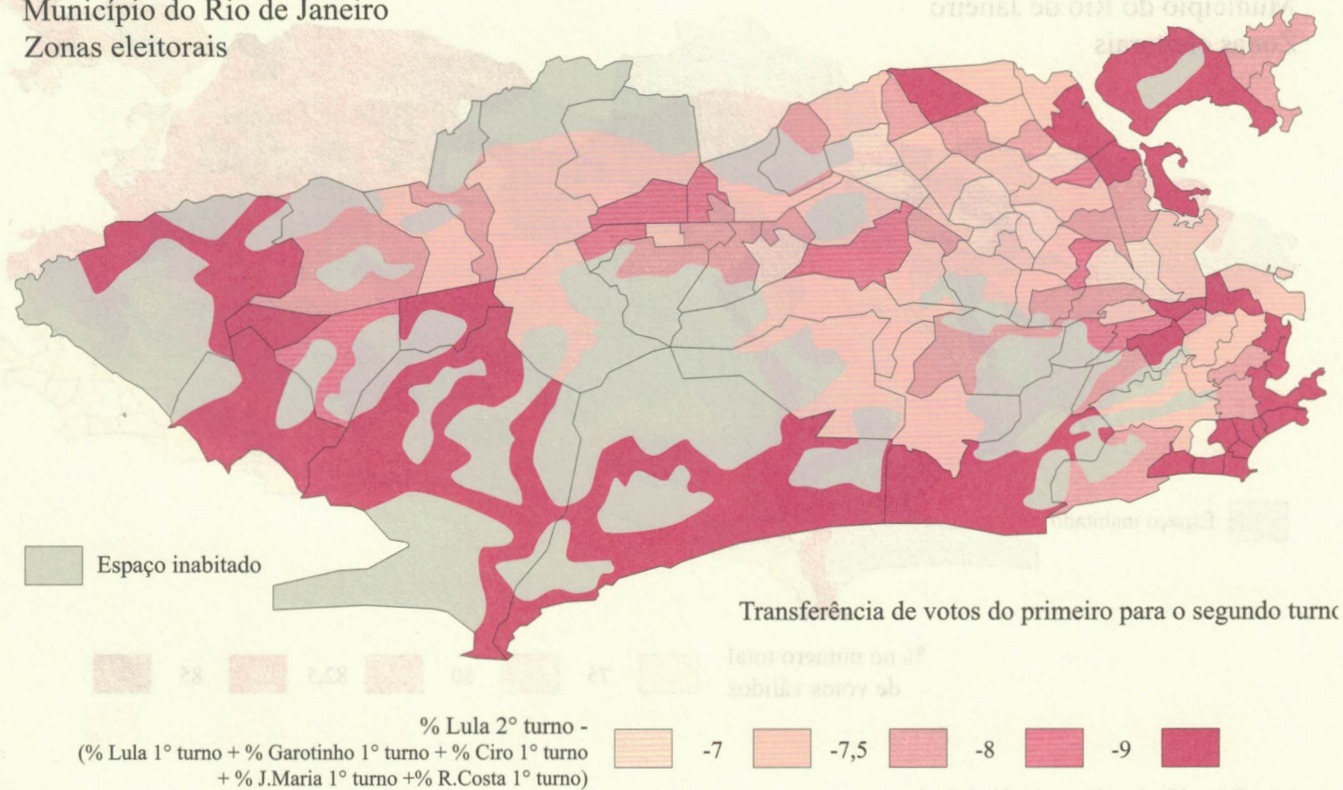
Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Zonas eleitorais



©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

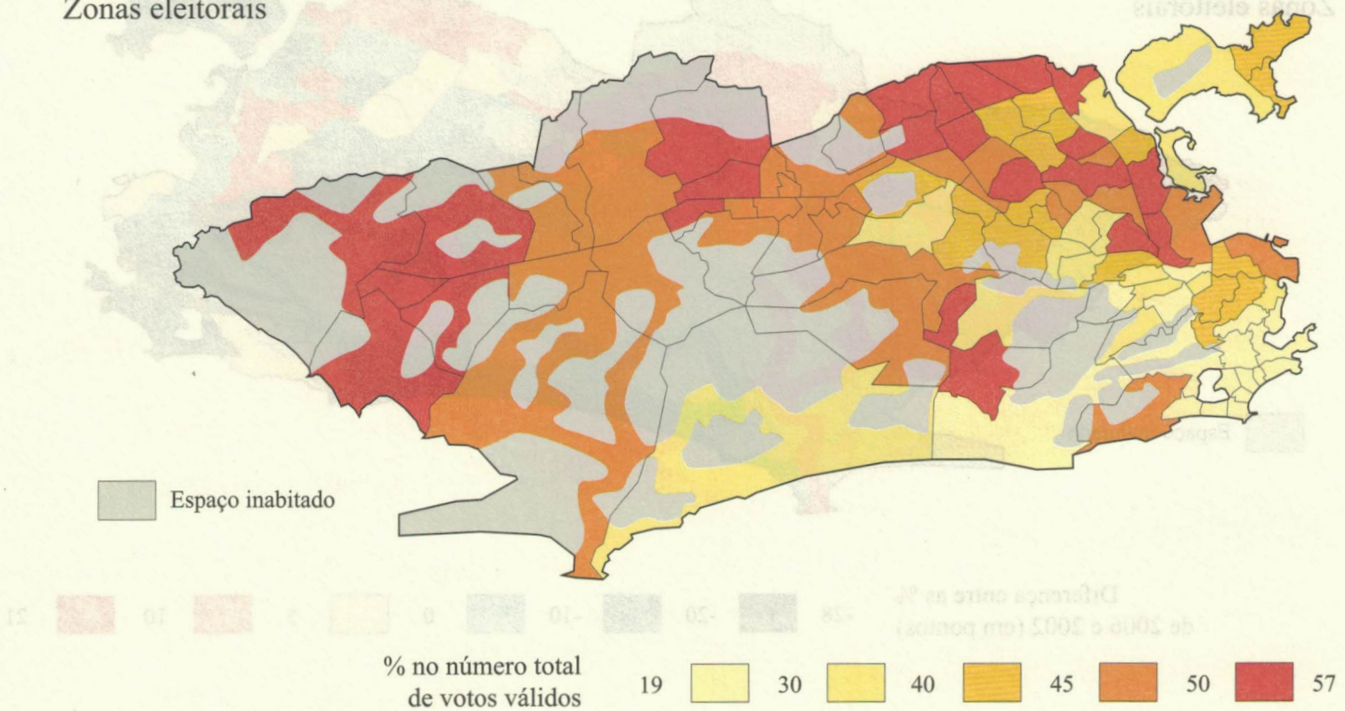
Figura 72

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

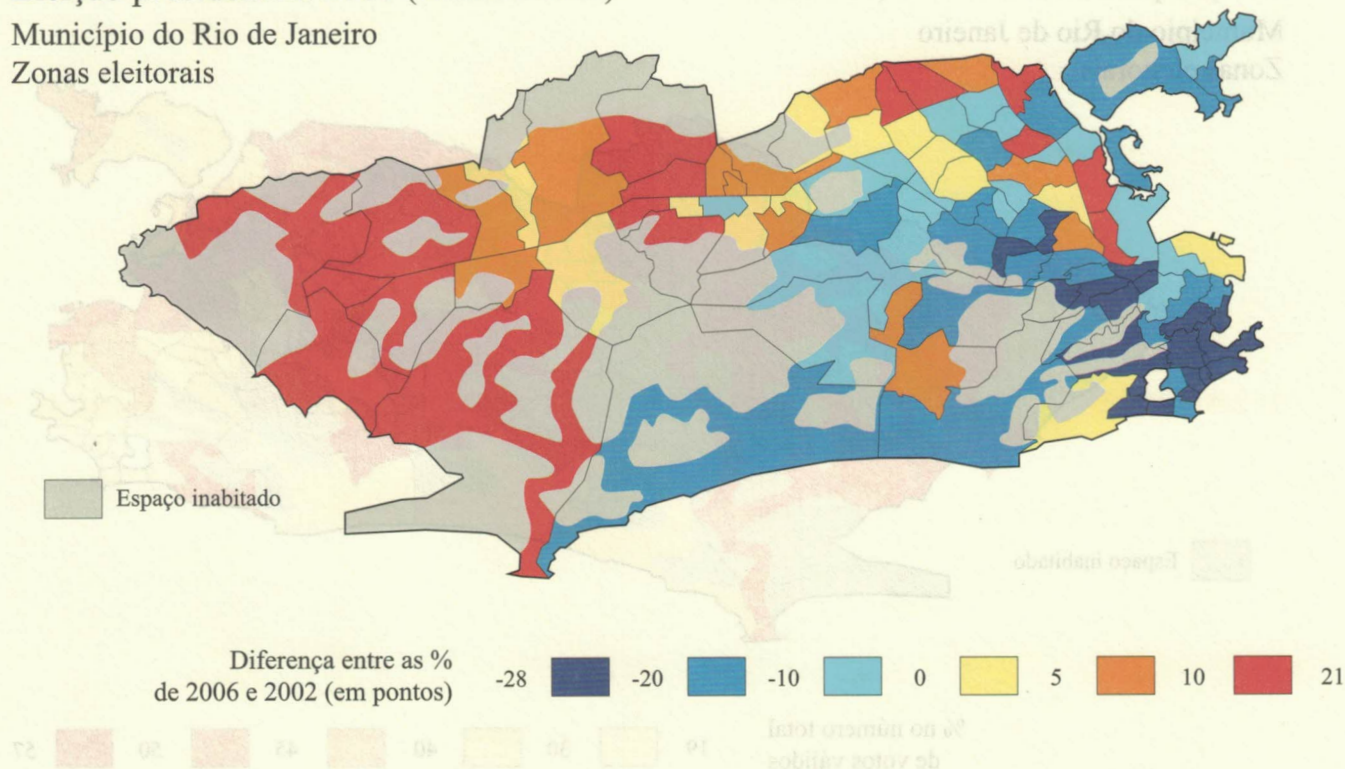
Figura 73

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

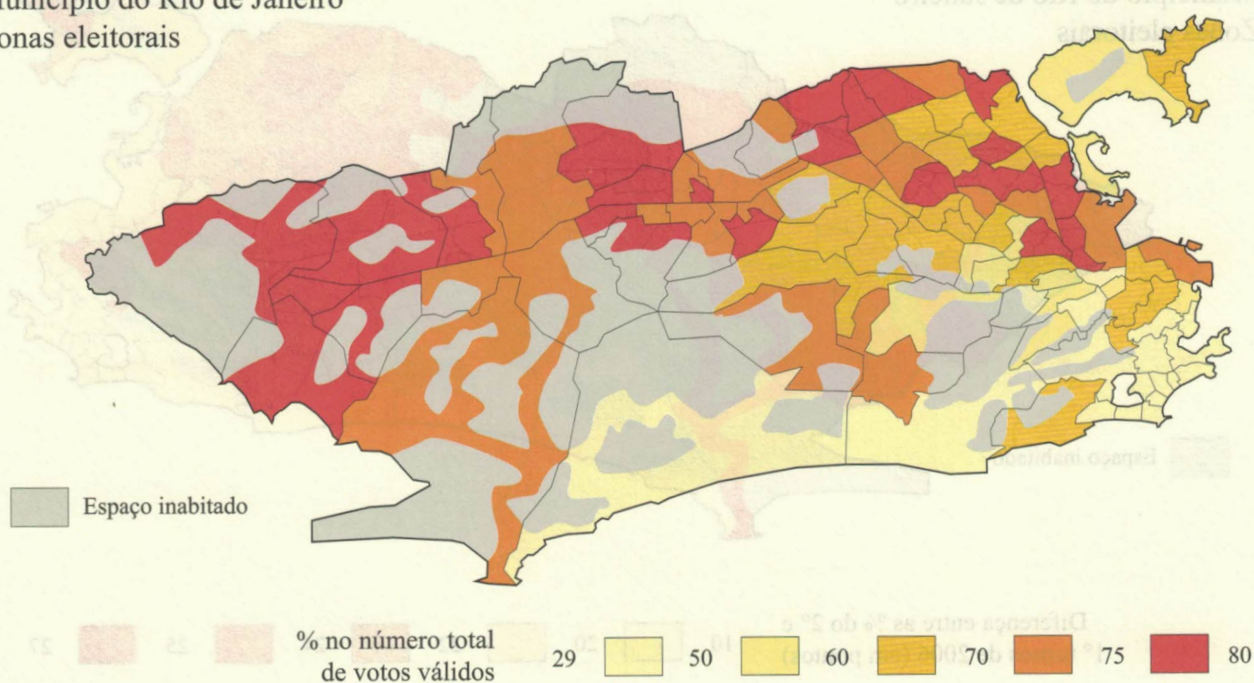
Figura 74

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

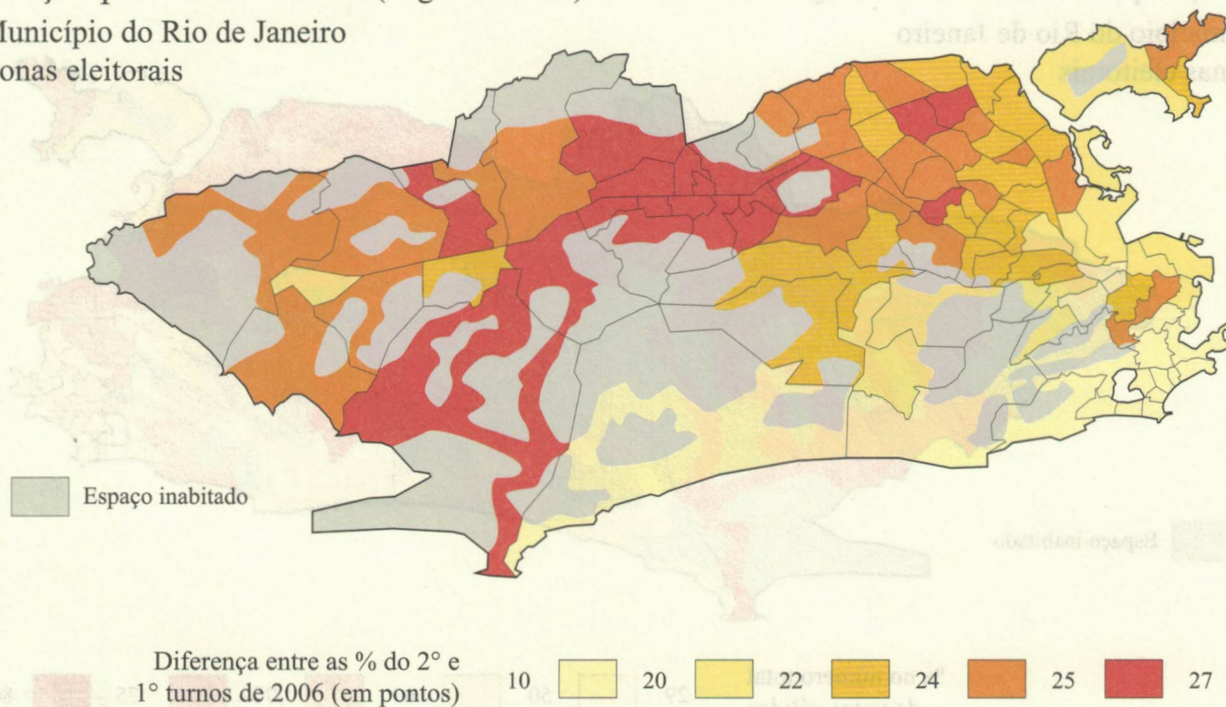
Figura 75

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

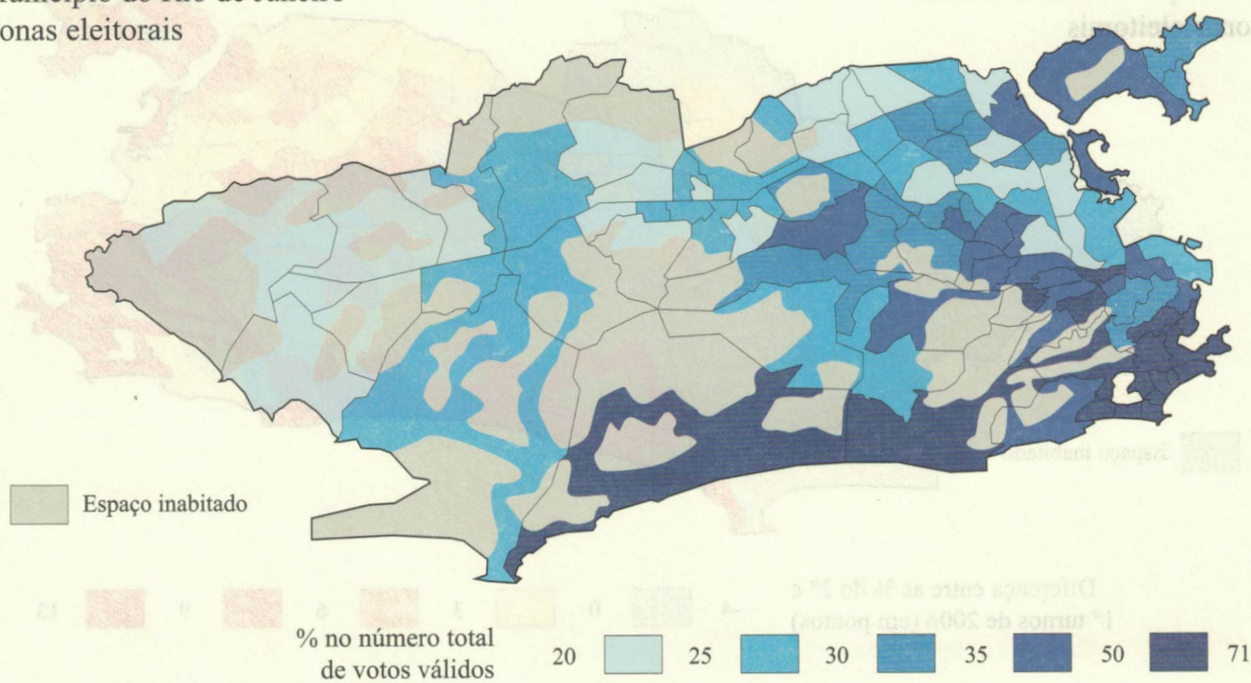
Figura 76

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

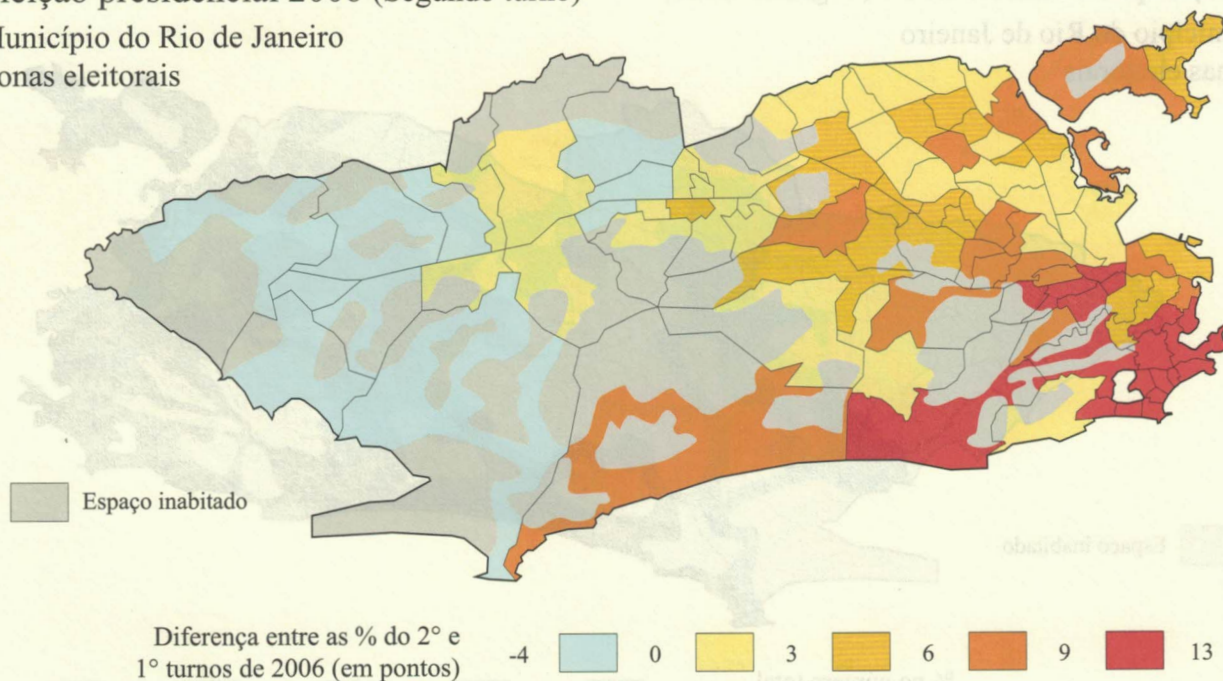
Figura 77

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

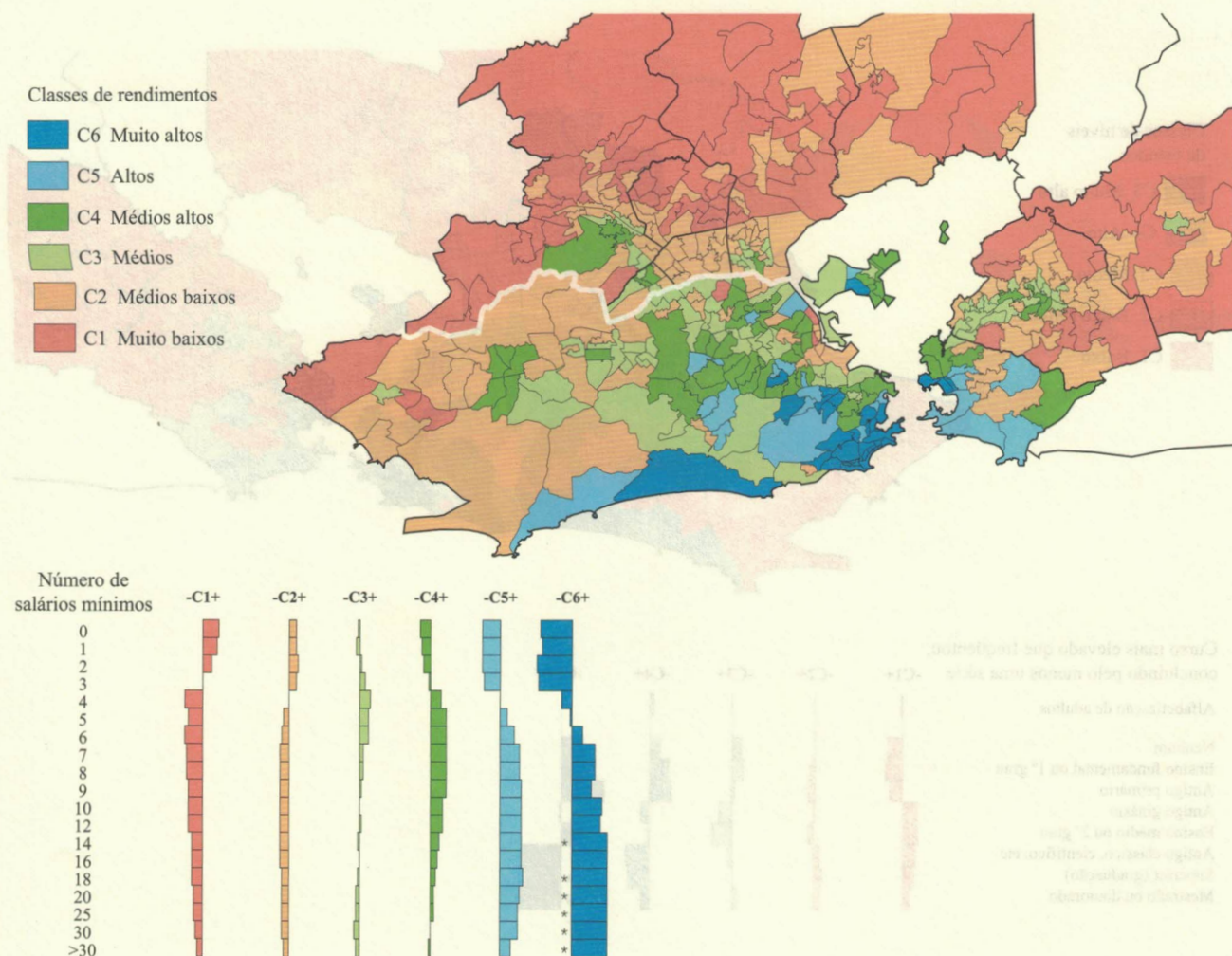
©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 78

Rendimentos

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 79

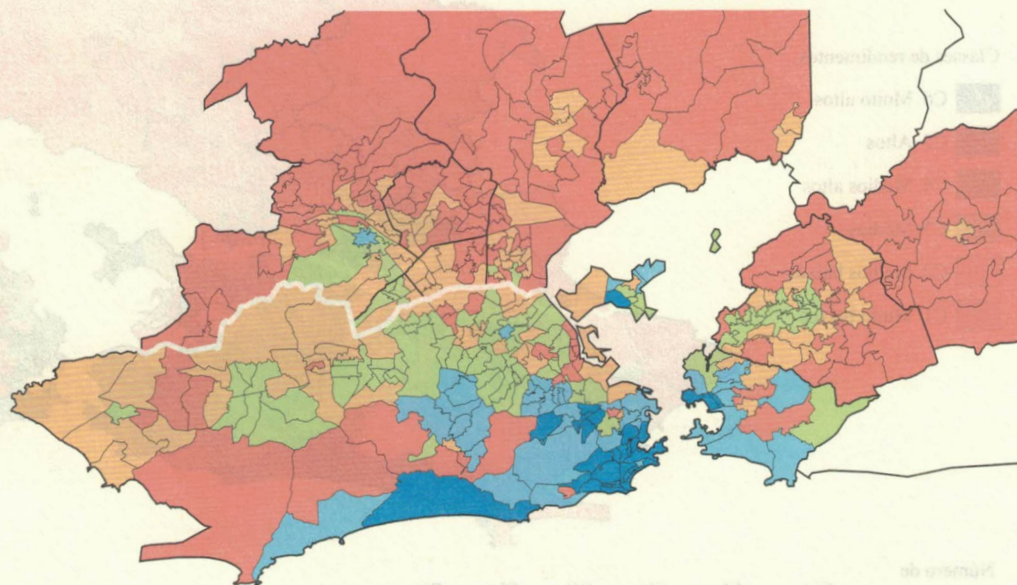
Níveis de estudos

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Áreas de Ponderação da Amostra

Classes de níveis de estudos

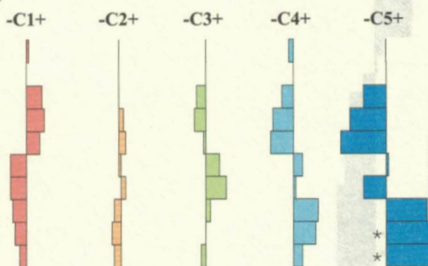
- C5 Muito alto
- C4 Alto
- C3 Médio
- C2 Baixo / Médio
- C1 Baixo



Curso mais elevado que frequentou, concluindo pelo menos uma série

Alfabetização de adultos

Nenhum
 Ensino fundamental ou 1º grau
 Antigo primário
 Antigo ginásio
 Ensino médio ou 2º grau
 Antigo clássico, científico, etc.
 Superior (graduação)
 Mestrado ou doutorado



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

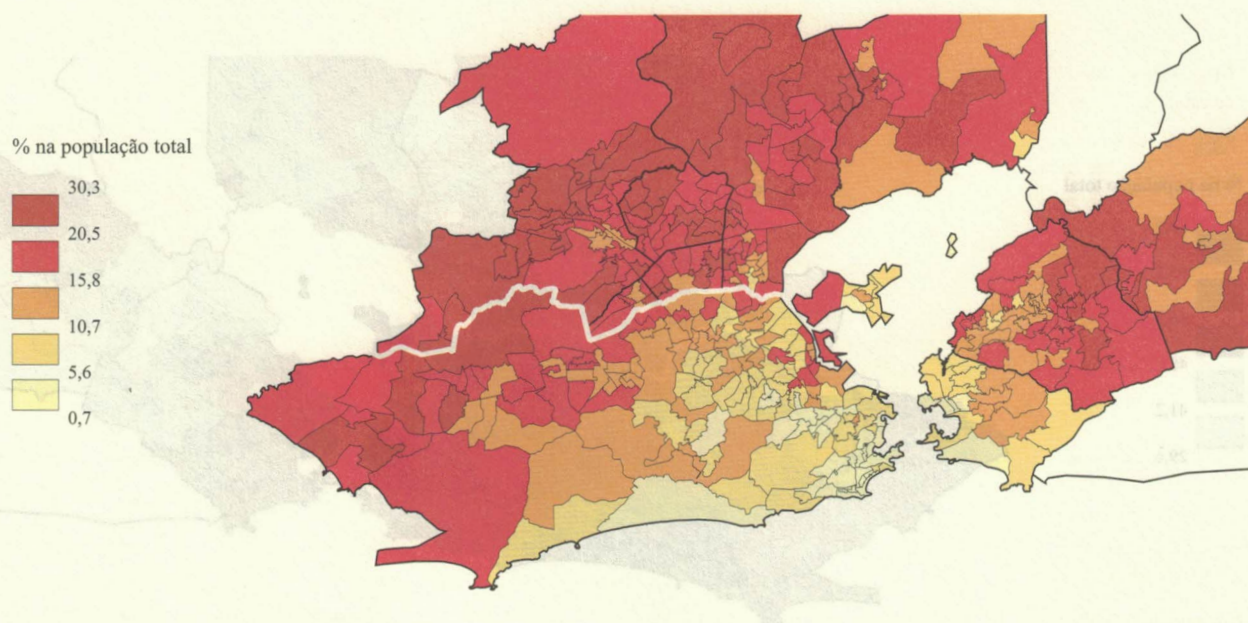
©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 80

Religiões Evangélicas Pentecostais

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

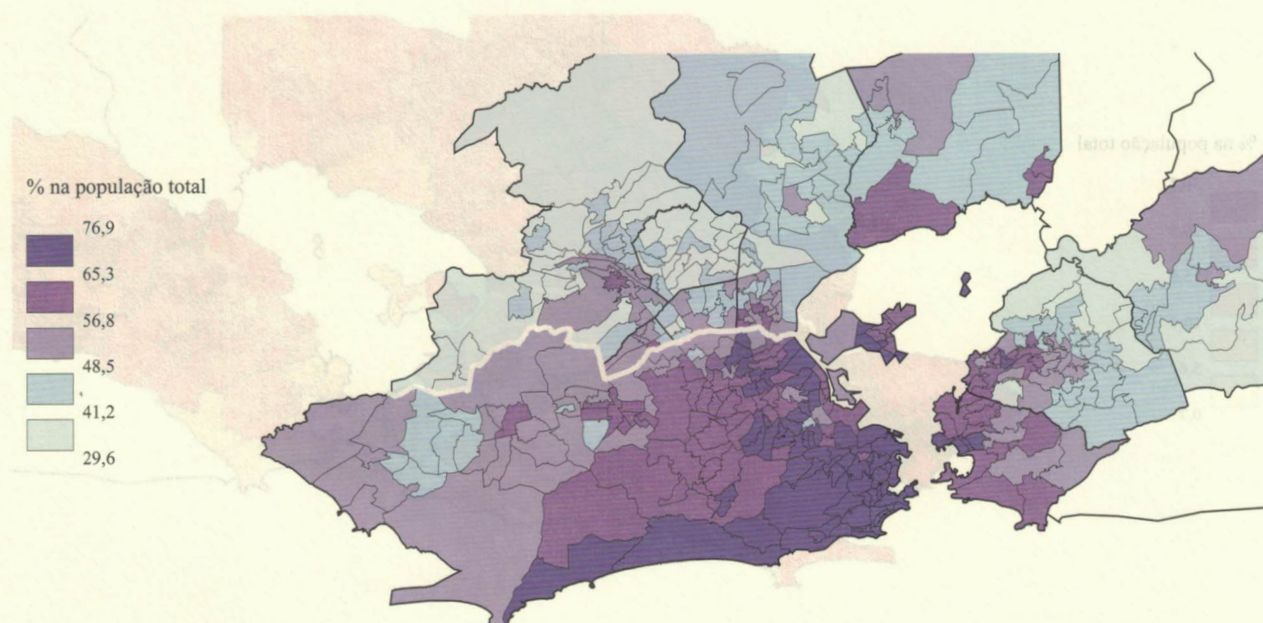
©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 81

Religião Católica Apostólica Romana

Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

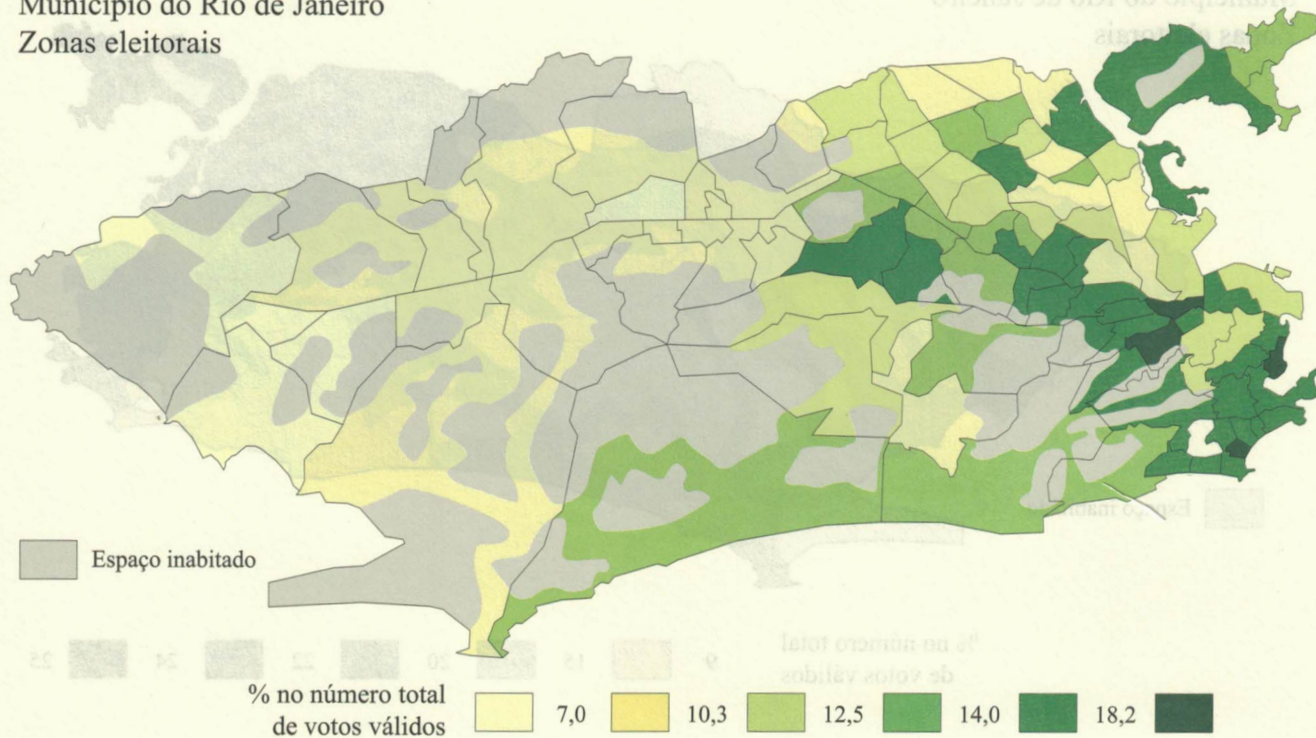
Figura 82

Ciro Gomes

Eleição presidencial 1998

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

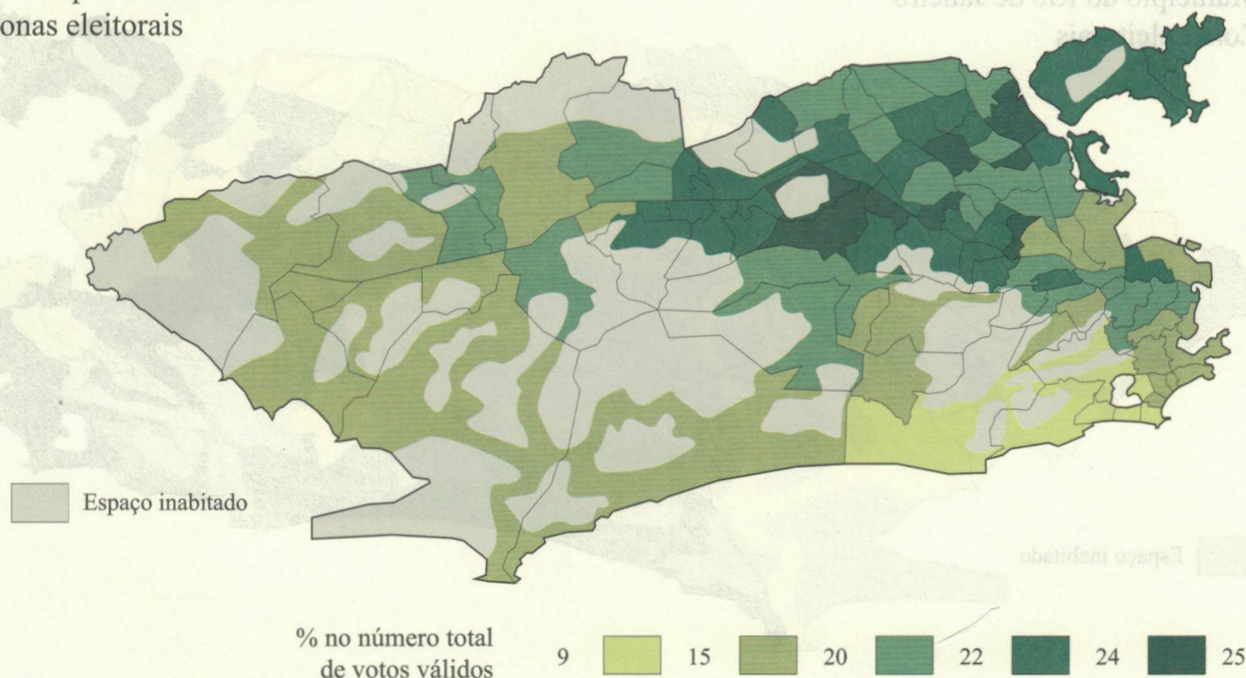
Figura 83

Heloísa Helena

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município do Rio de Janeiro

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

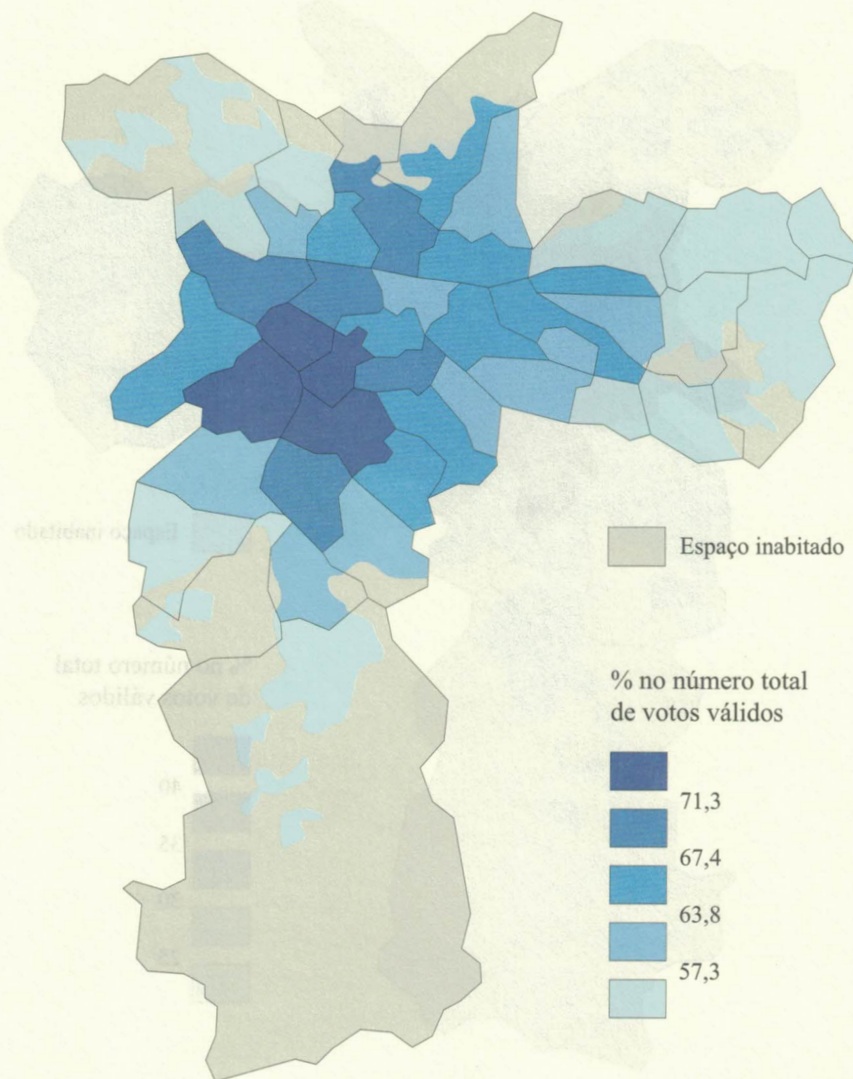
Figura 84

Fernando Henrique Cardoso

Eleição presidencial 1998

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

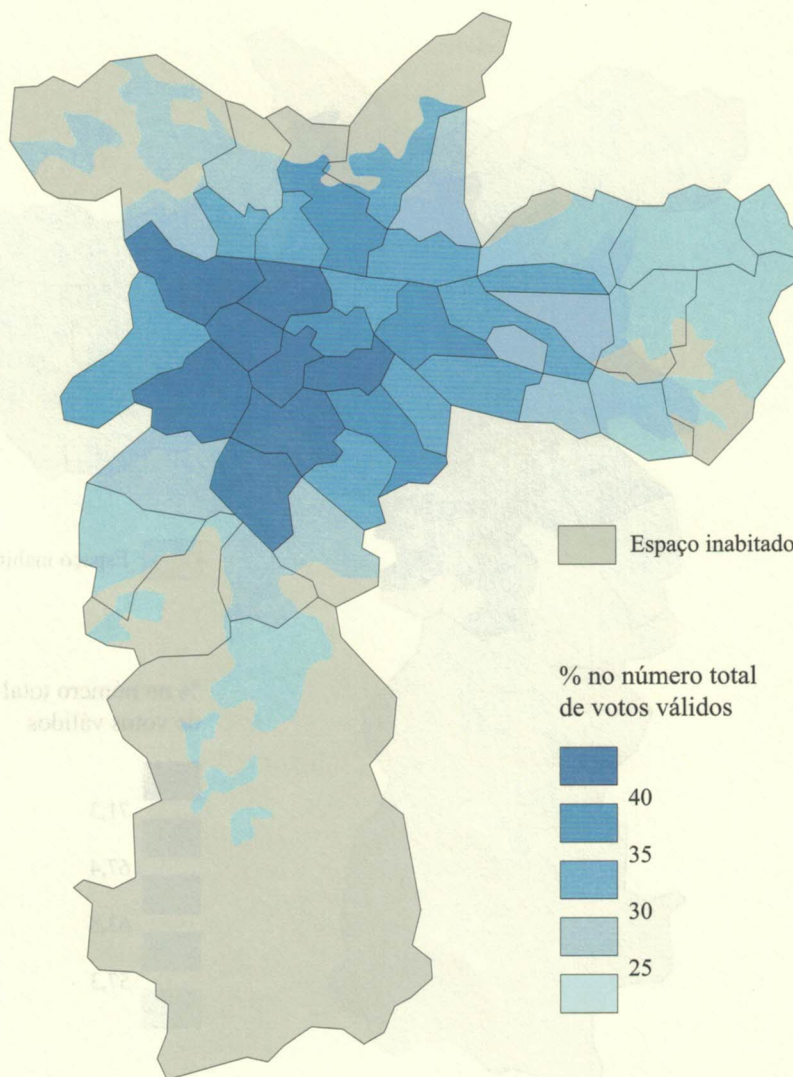
Figura 85

José Serra

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

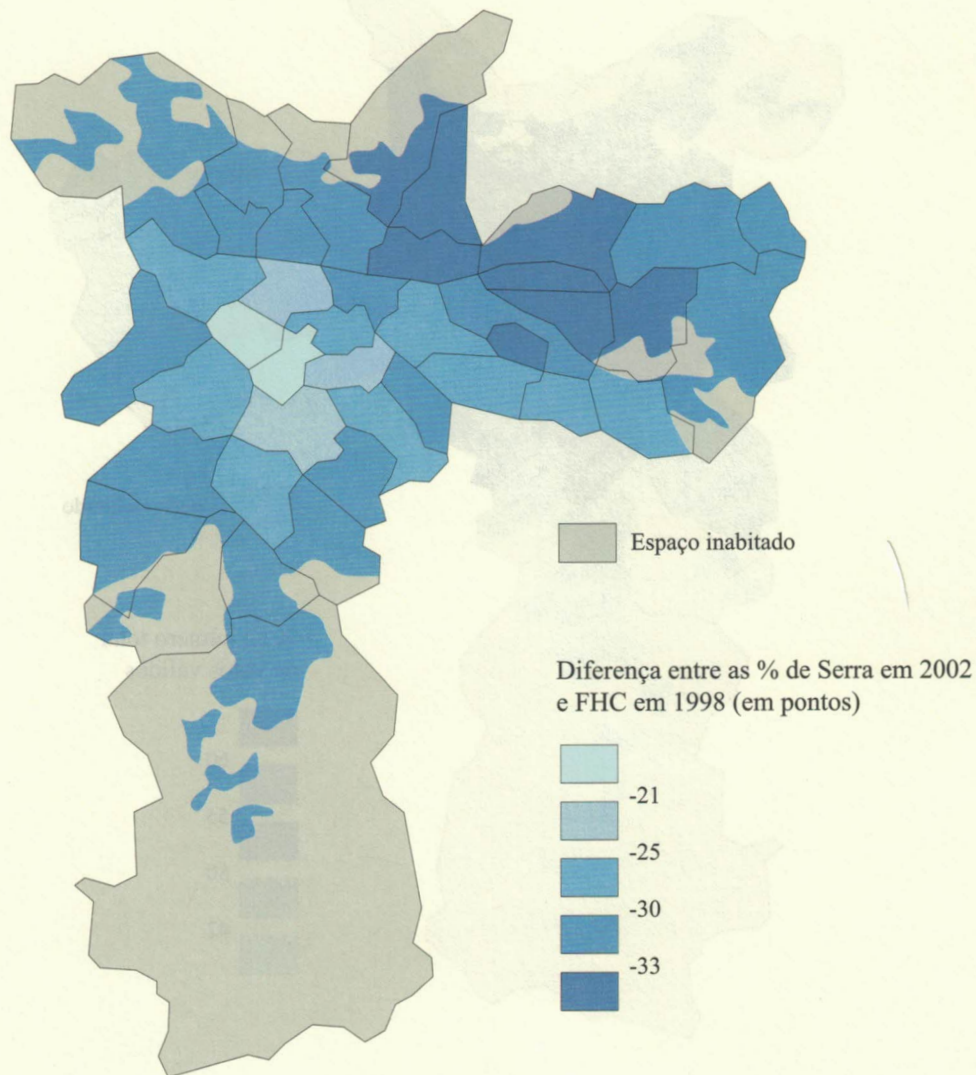
Figura 86

José Serra

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

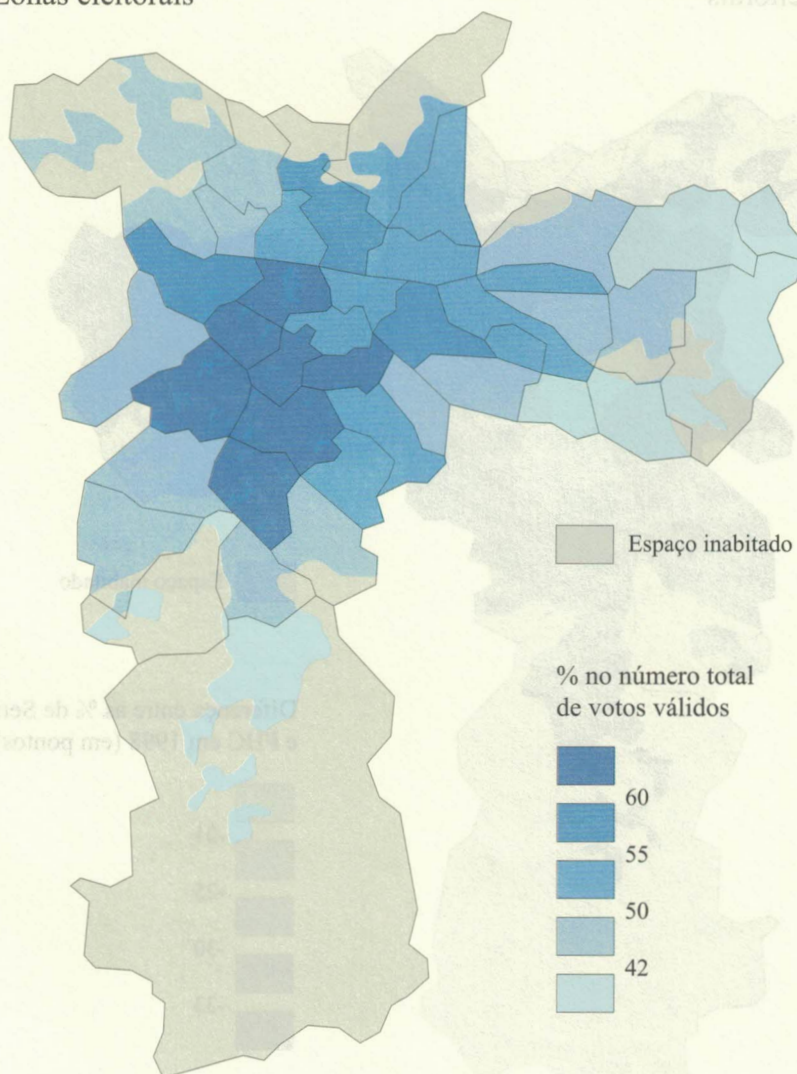
Figura 87

José Serra

Eleição presidencial 2002 (Segundo turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

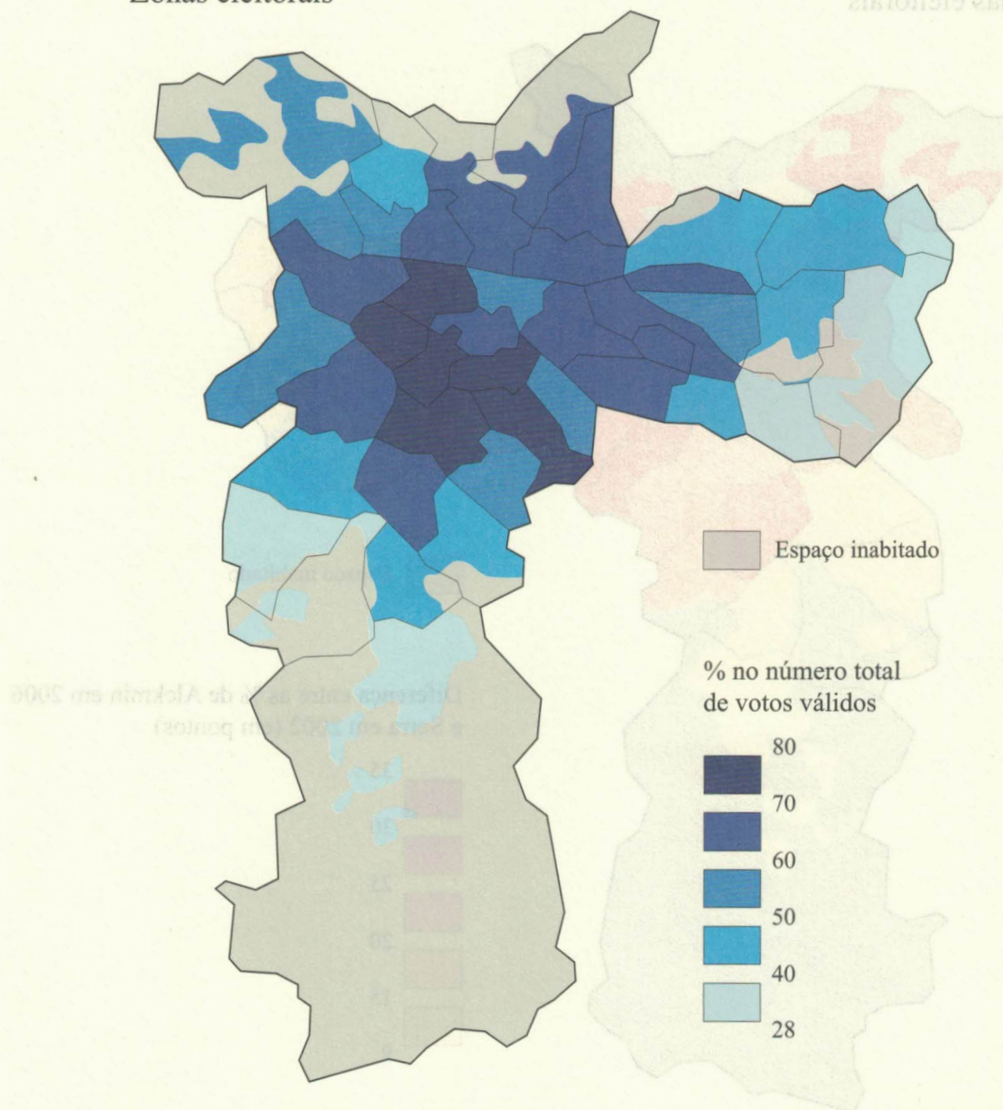
Figura 88

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dorá Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

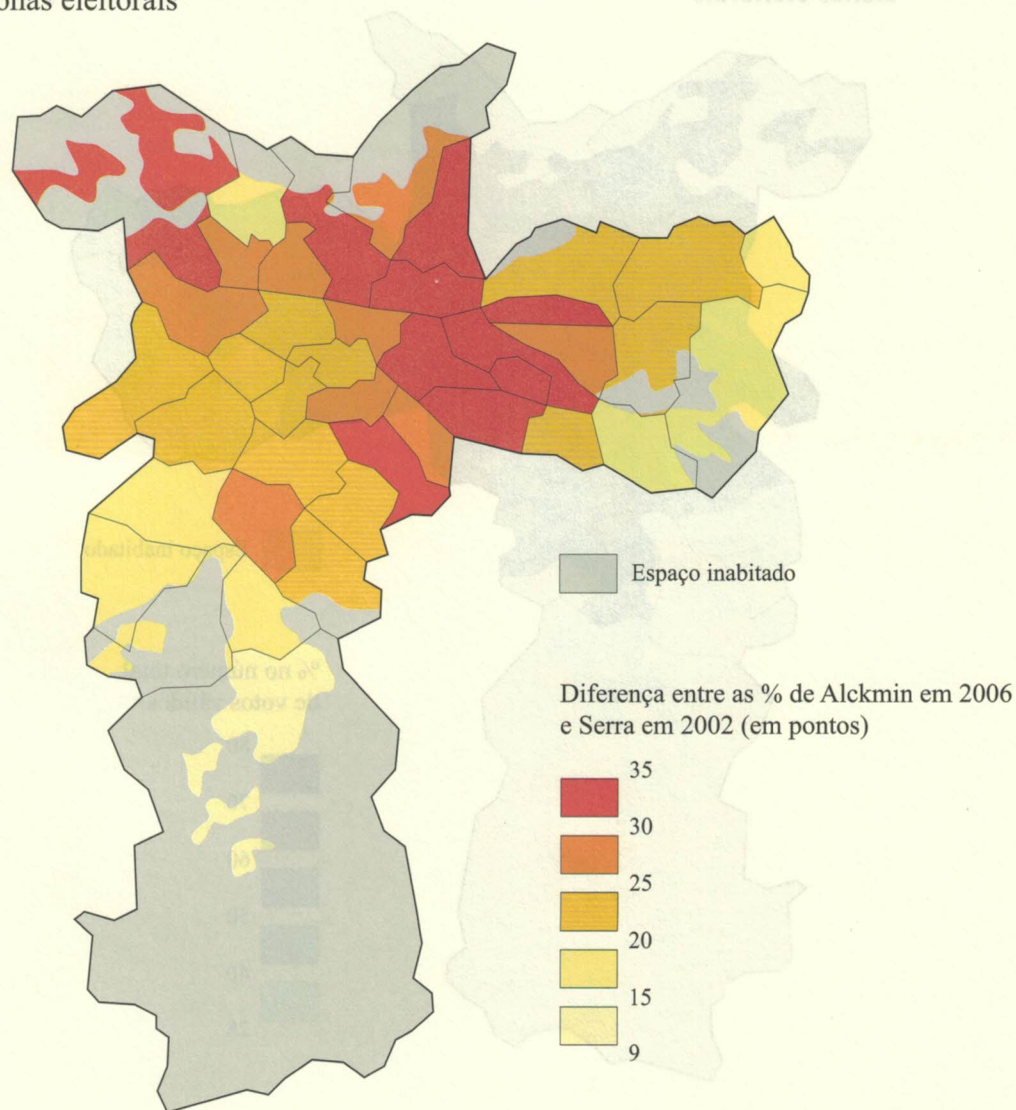
Figura 89

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

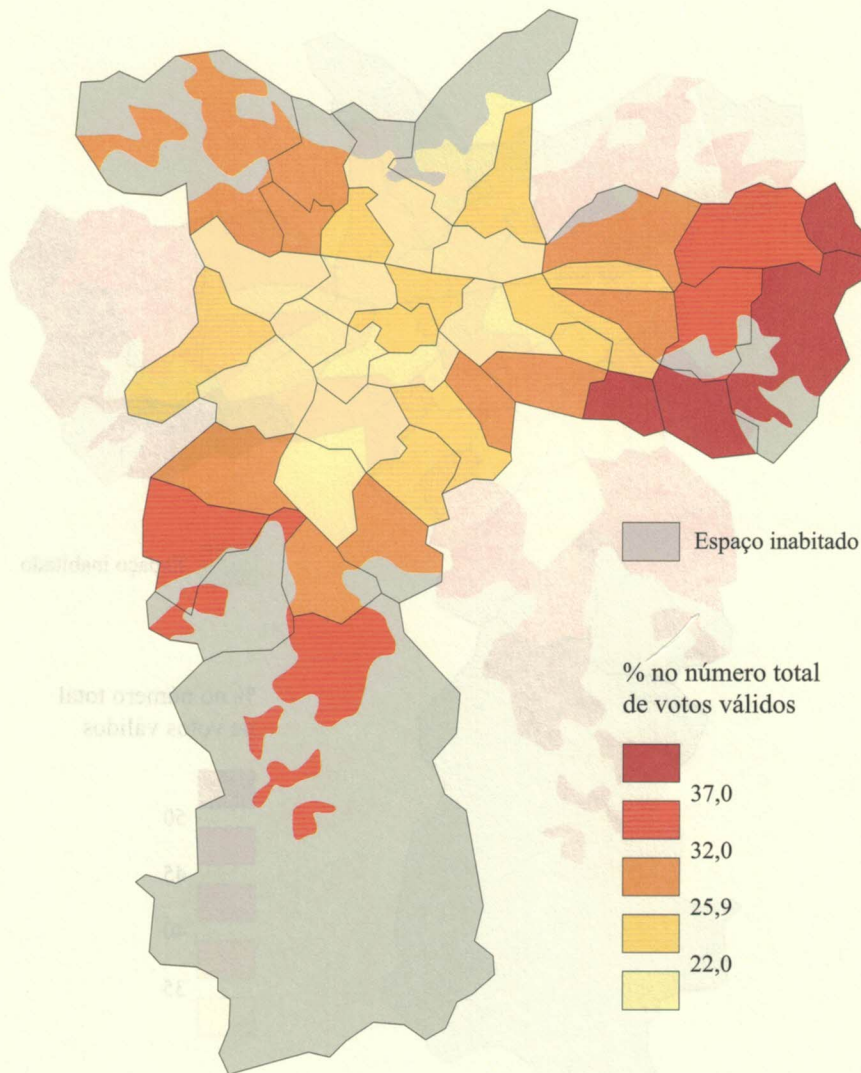
Figura 90

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 1998

Município de São Paulo

Zonas eleitorais

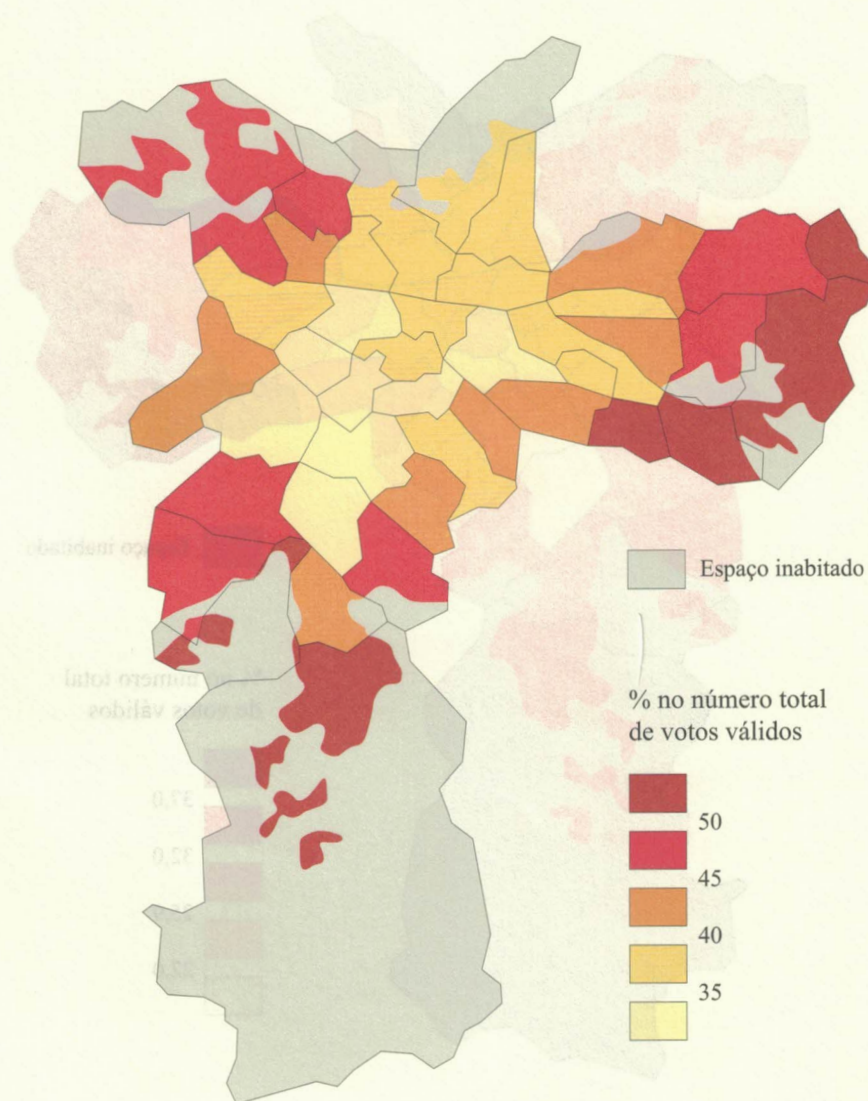


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 91

Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)
Município de São Paulo
Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

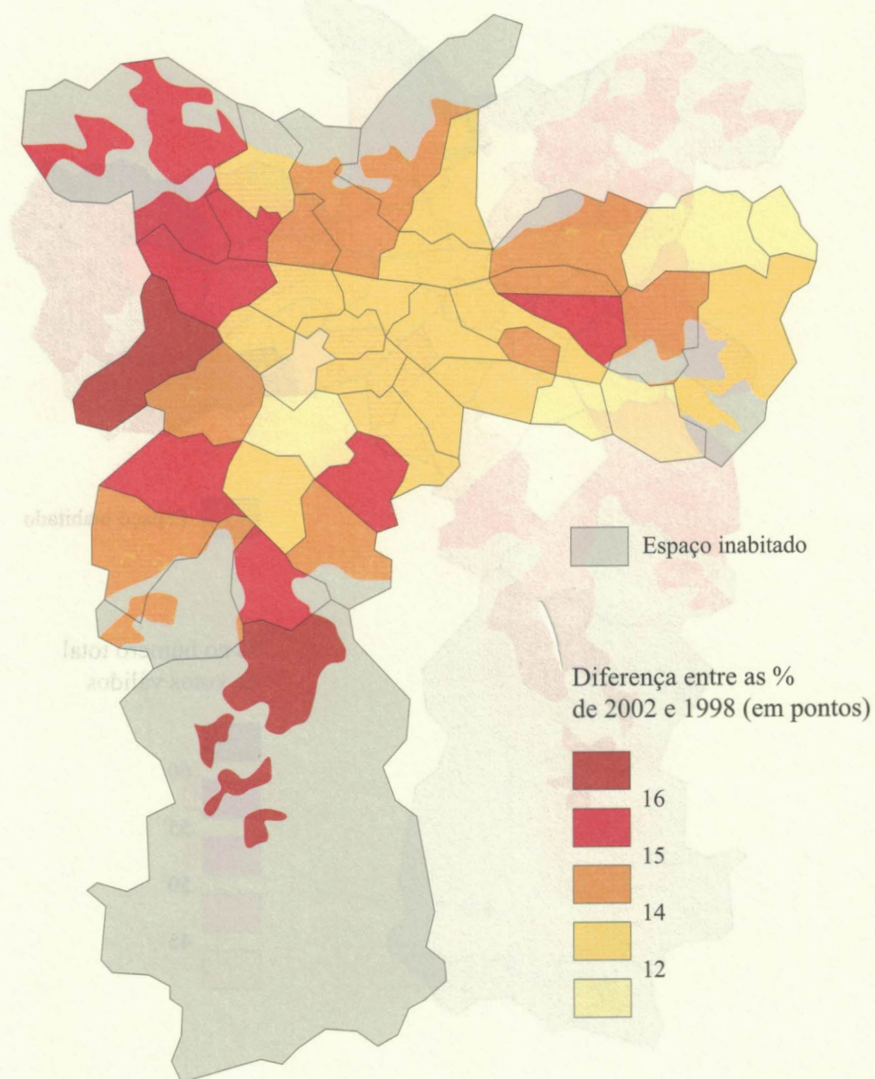
Figura 92

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais

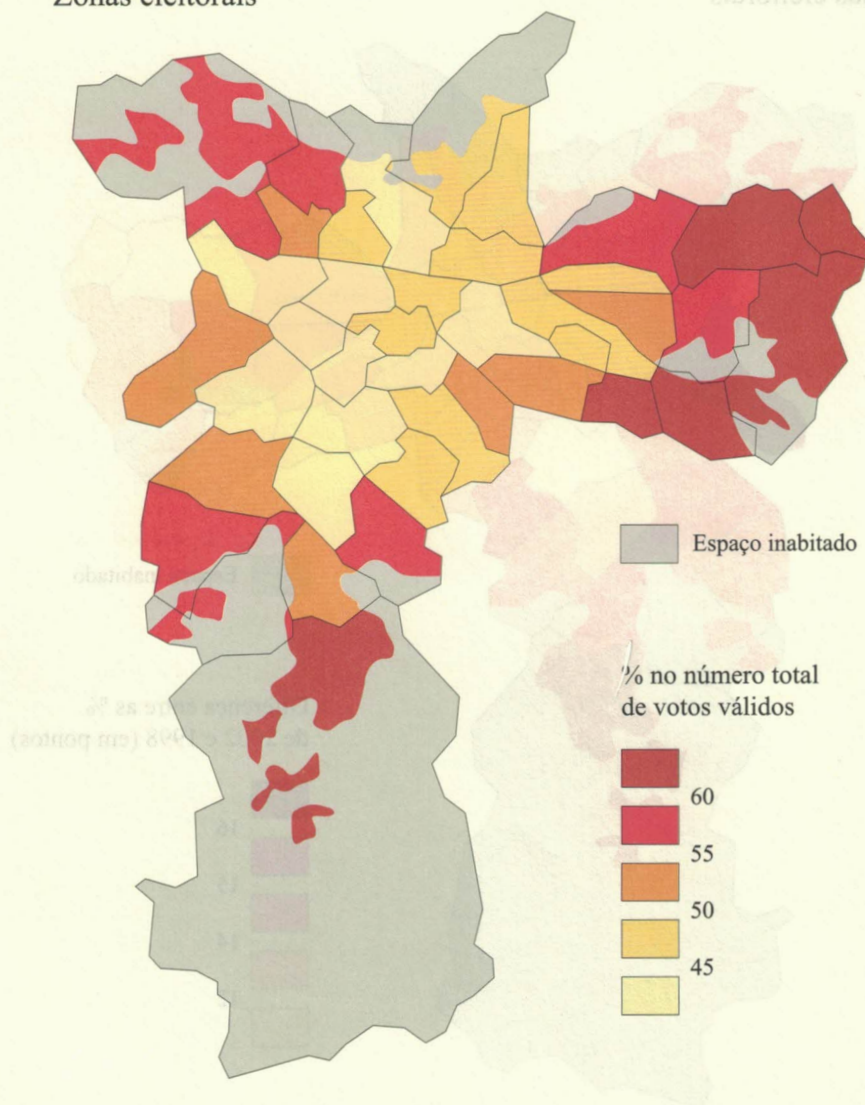


Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 93

Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial 2002 (Segundo turno)
Município de São Paulo
Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

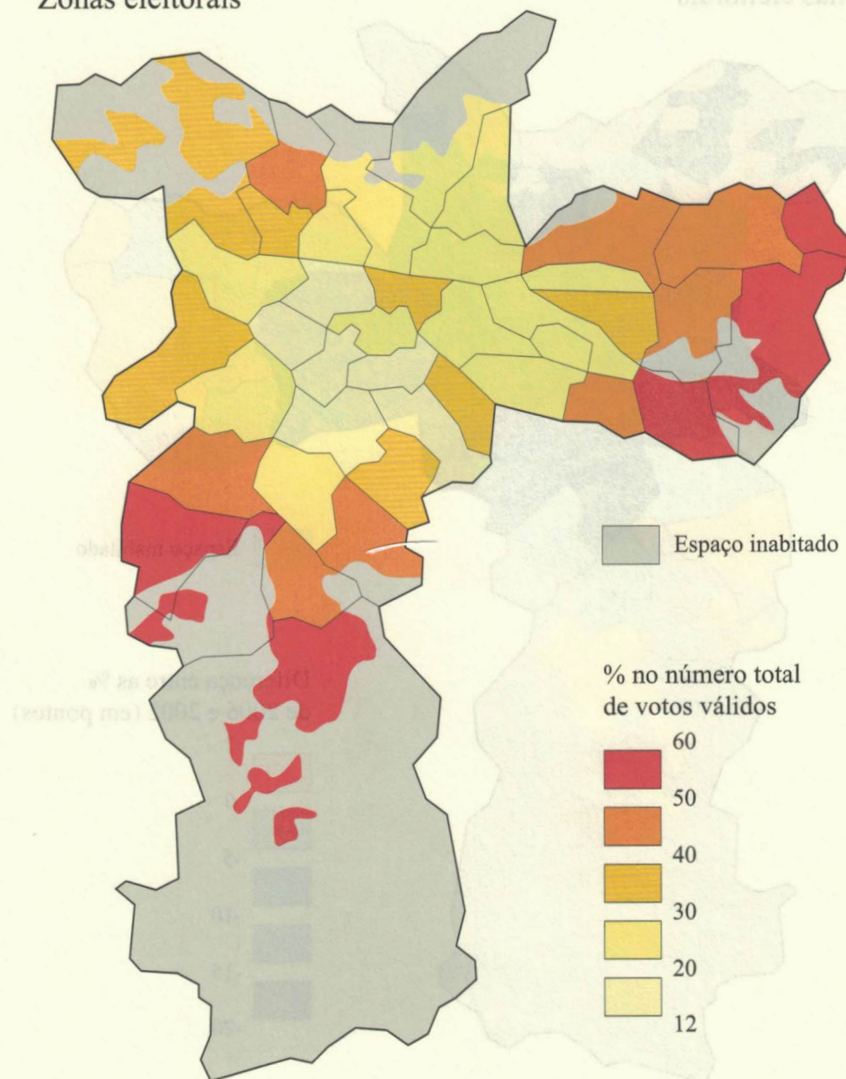
Figura 94

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais

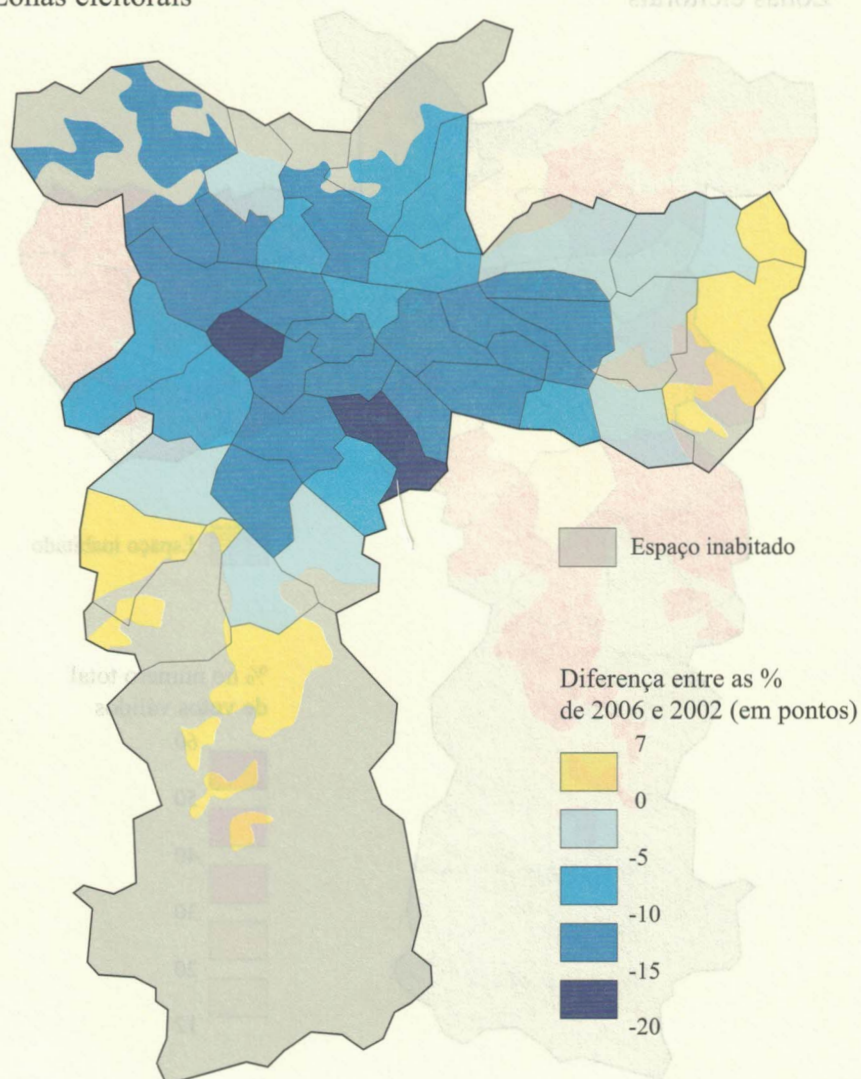


Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 95

Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)
Município de São Paulo
Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

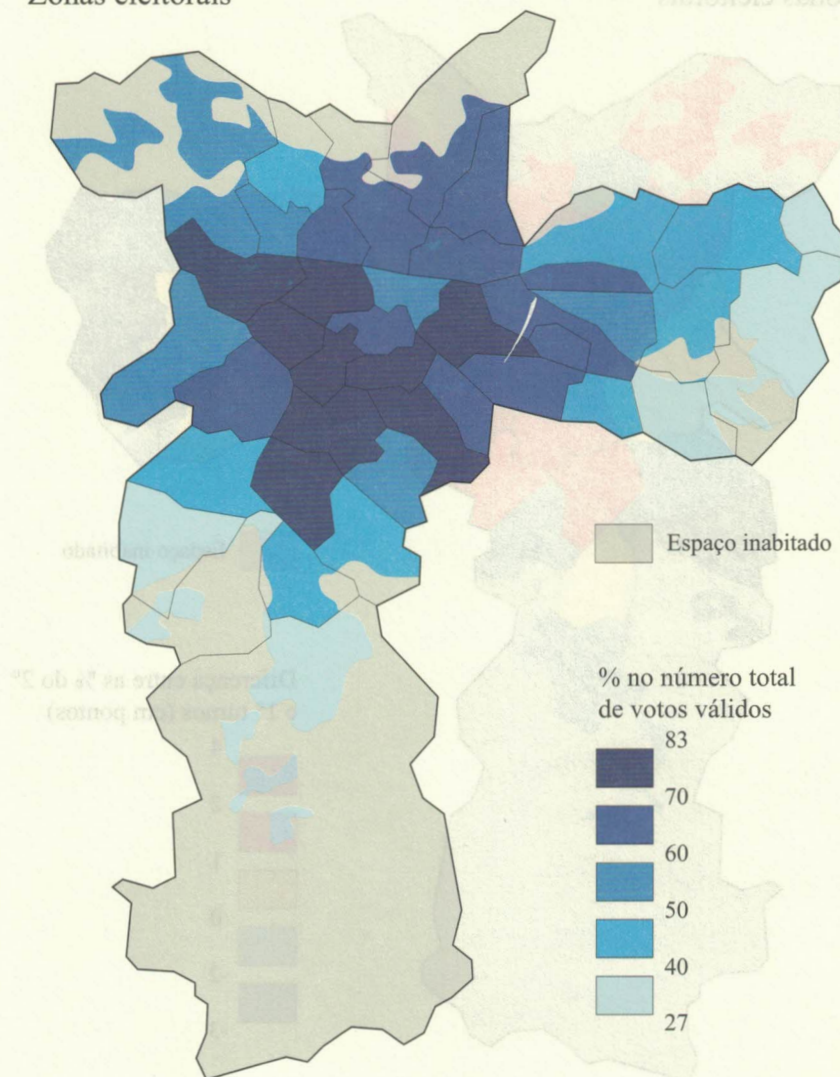
Figura 96

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

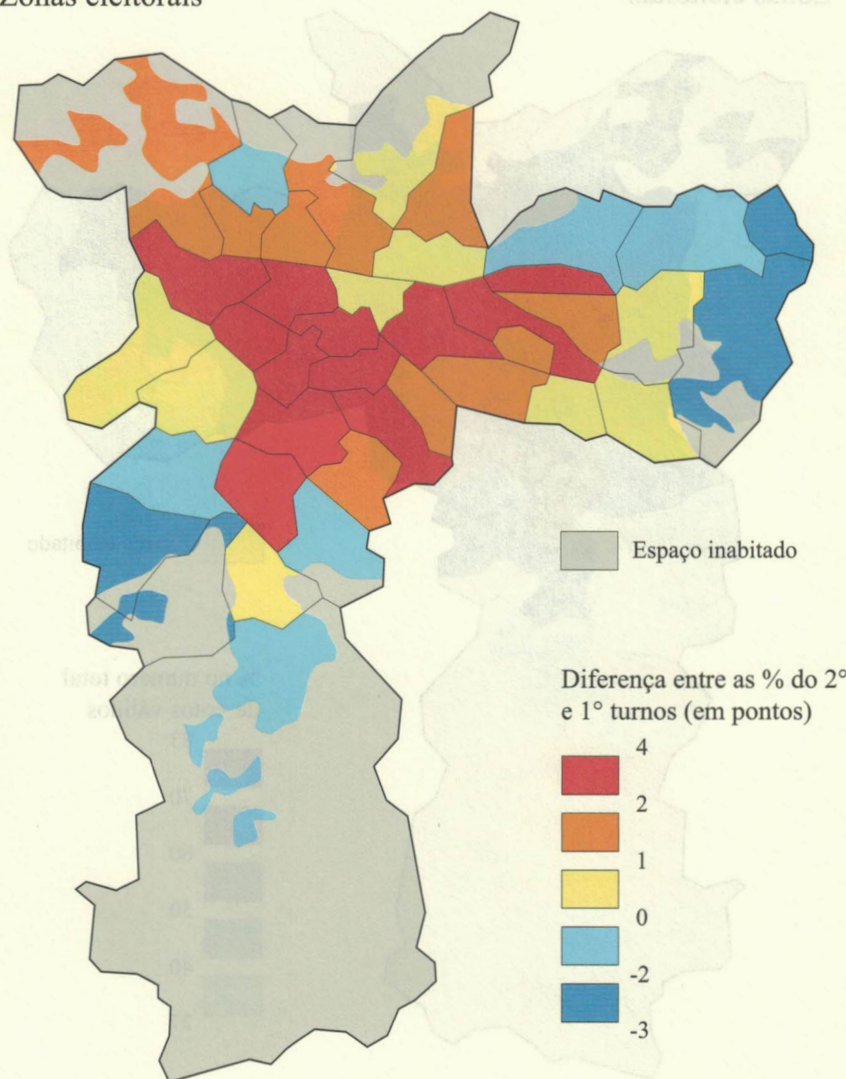
Figura 97

Geraldo Alckmin

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

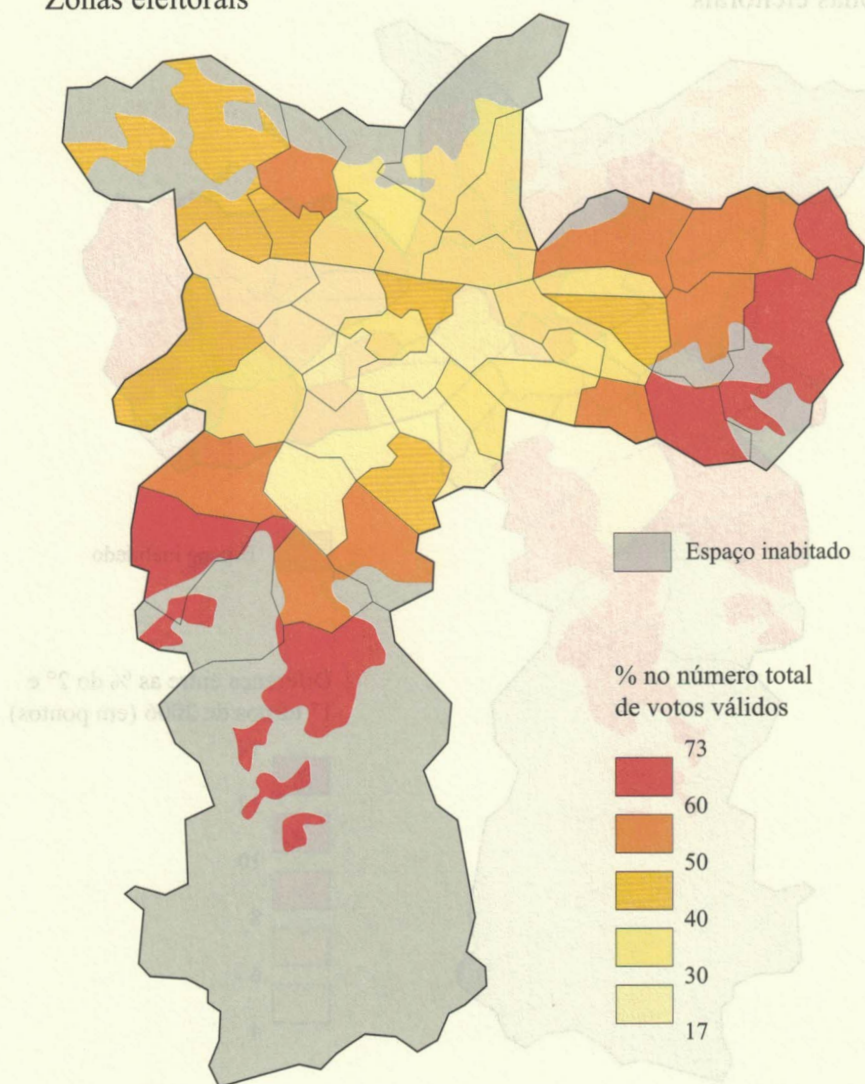
Figura 98

Luiz Inácio Lula da Silva

Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais

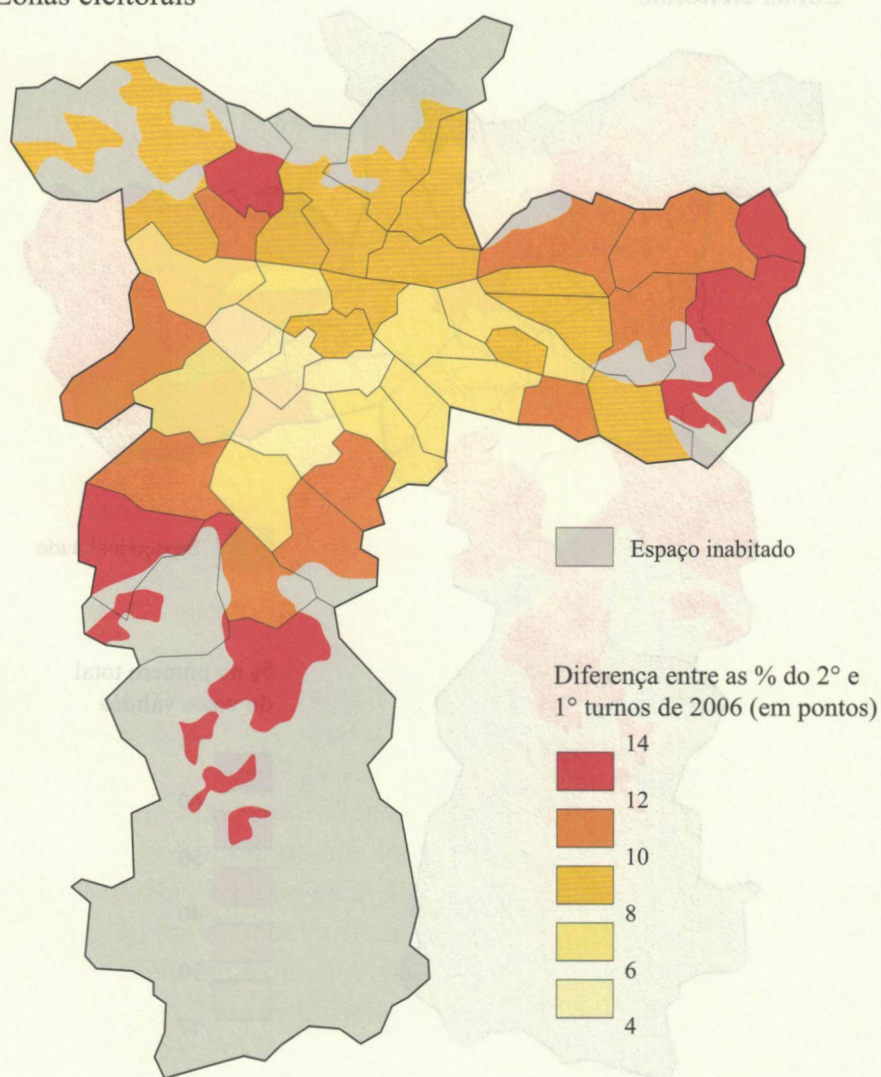


Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 99

Luiz Inácio Lula da Silva
Eleição presidencial 2006 (Segundo turno)
Município de São Paulo
Zonas eleitorais



Fonte : Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 100

Rendimentos

Região Metropolitana de São Paulo
Áreas de Ponderação da Amostra

Classes de rendimentos

- C5 Muito altos
- C4 Altos
- C3 Médios
- C2 Baixos
- C1 Muito baixos

Número de
salários mínimos

0
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
12
14
16
18
20
25
30
>30

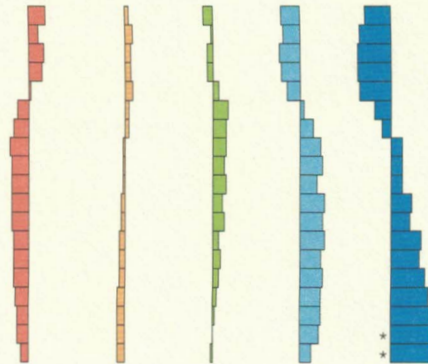
-C1+

-C2+

-C3+

-C4+

-C5+



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

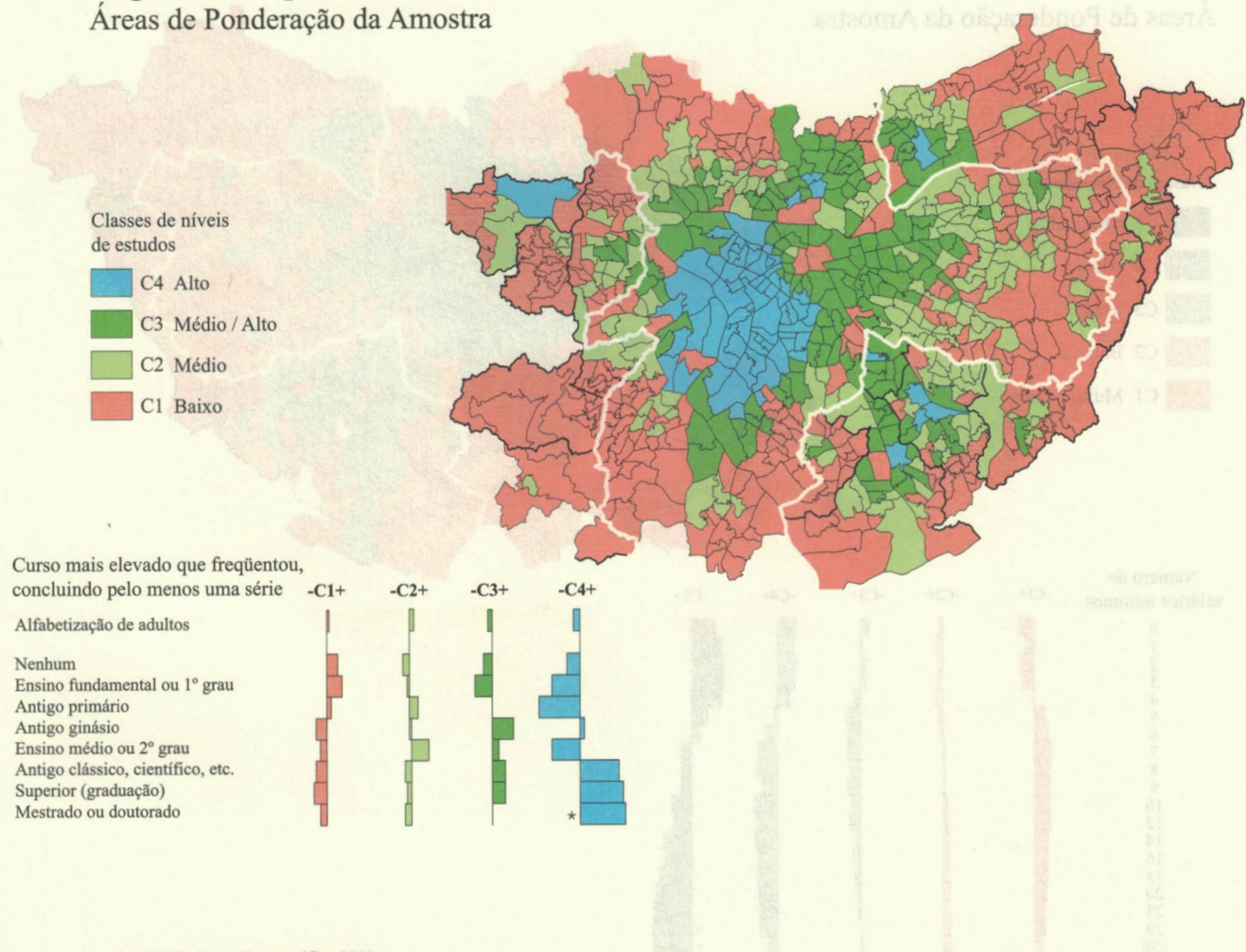
©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 101

Níveis de estudos

Região Metropolitana de São Paulo

Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

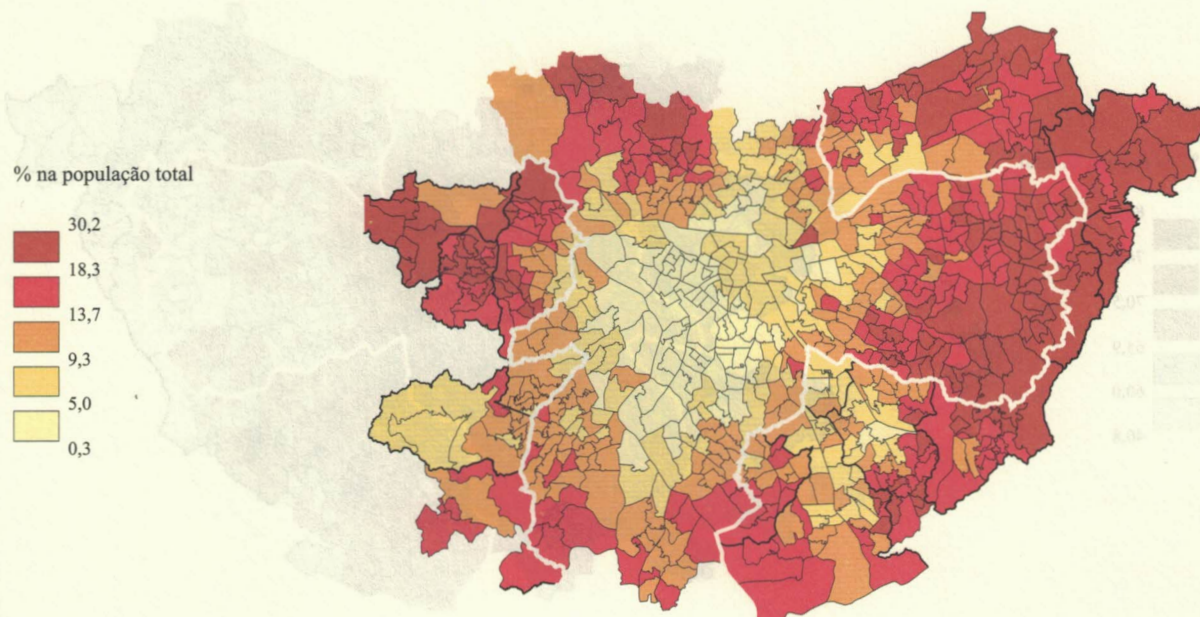
©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 102

Religiões Evangélicas Pentecostais

Região Metropolitana de São Paulo

Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

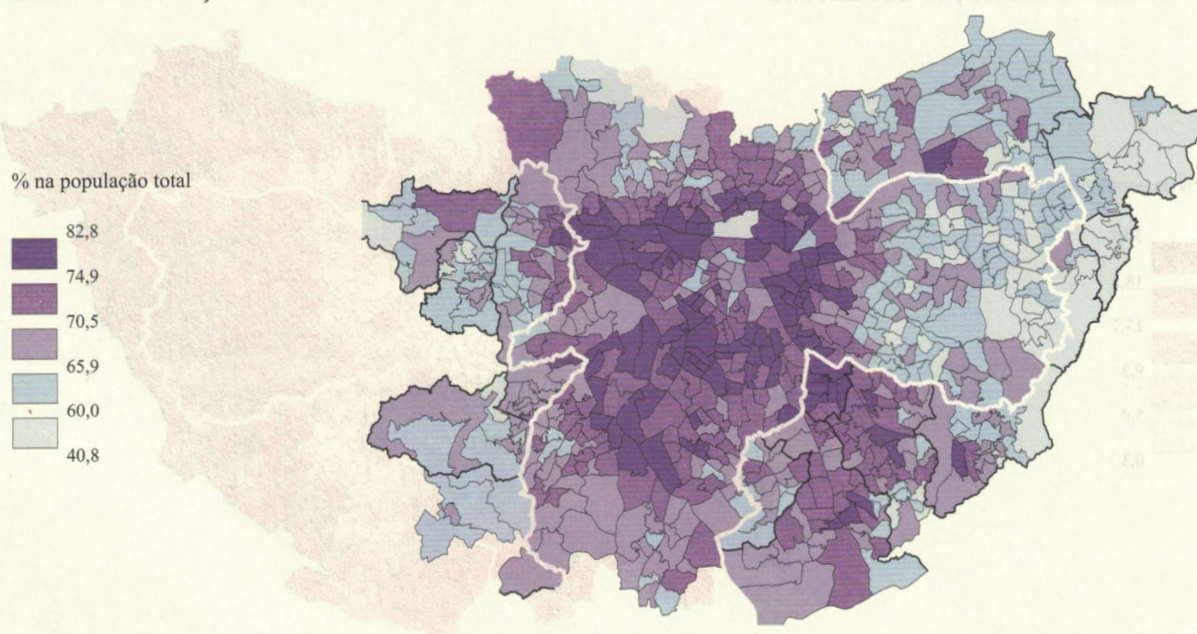
©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

Figura 103

Religião Católica Apostólica Romana

Região Metropolitana de São Paulo

Áreas de Ponderação da Amostra



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

©2006 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

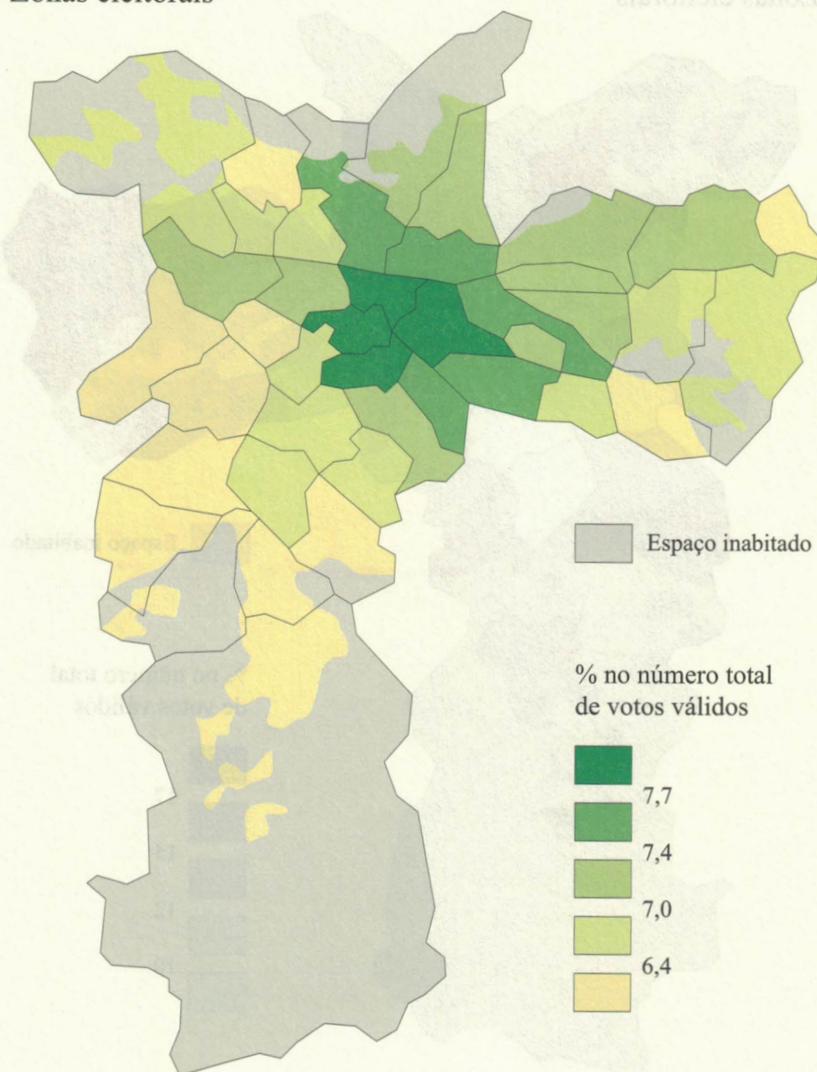
Figura 104

Ciro Gomes

Eleição presidencial 1998

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

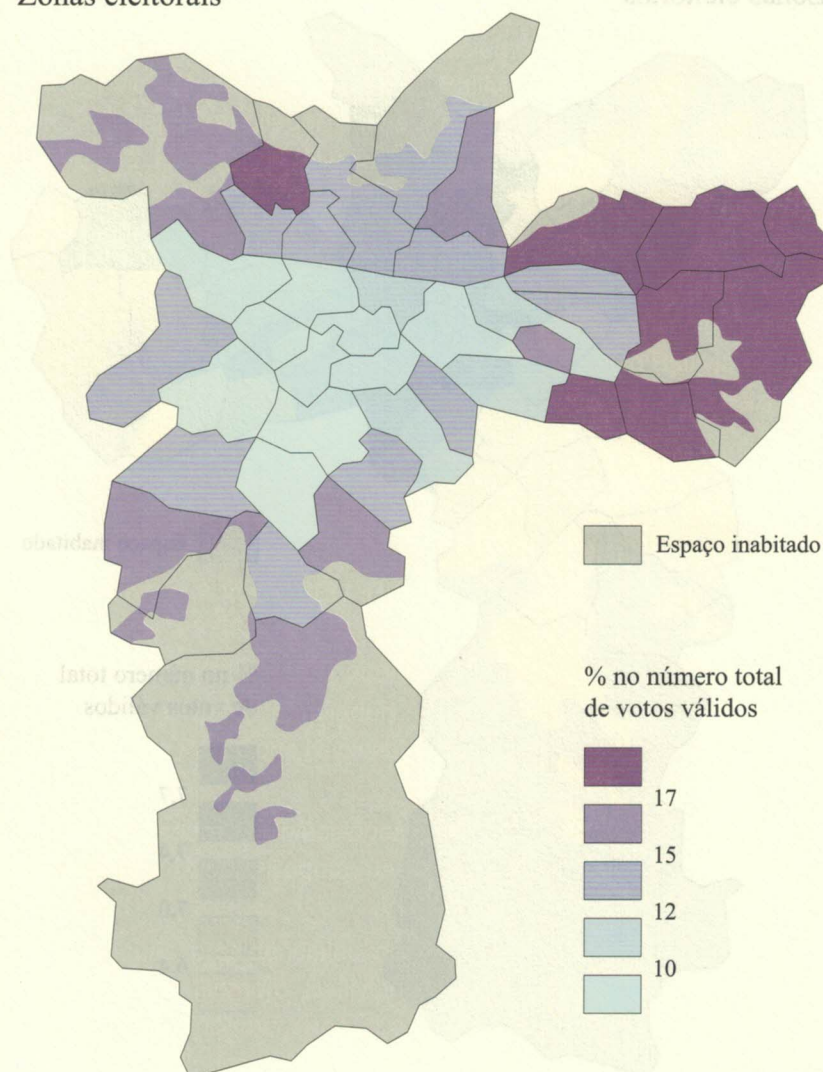
Figura 105

Anthony Garotinho

Eleição presidencial 2002 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

©2004 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

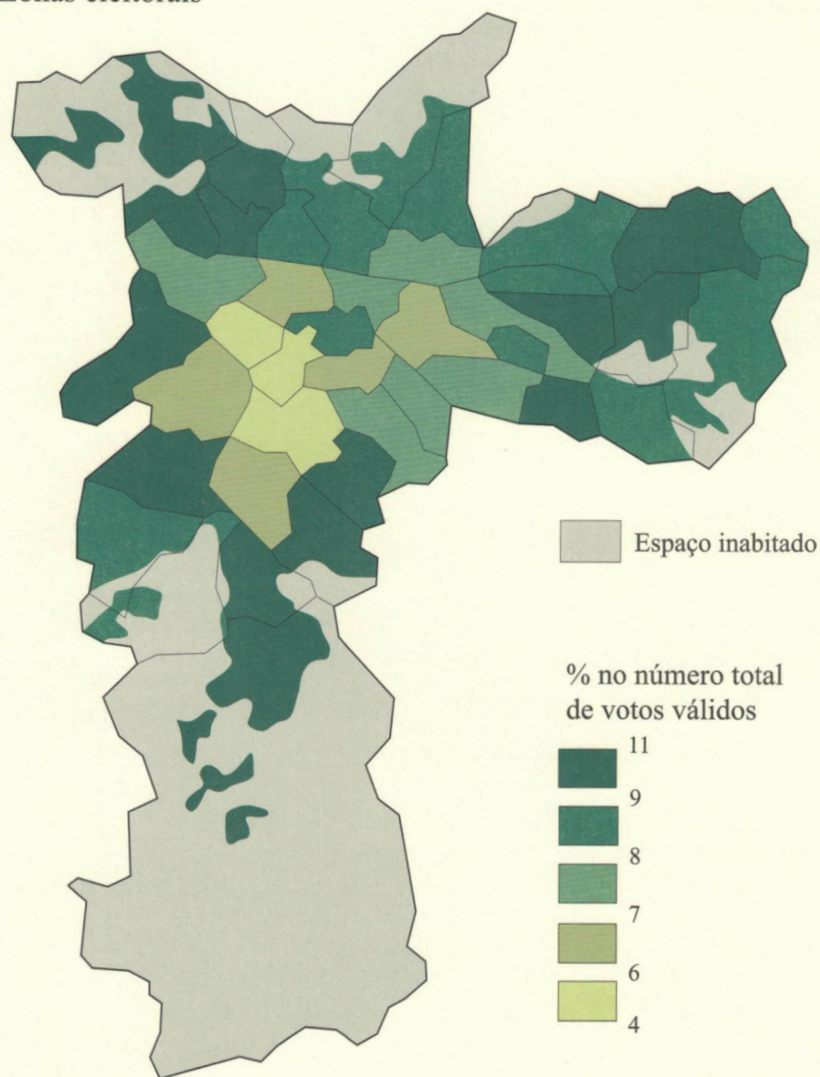
Figura 106

Heloísa Helena

Eleição presidencial 2006 (Primeiro turno)

Município de São Paulo

Zonas eleitorais



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

©2008 Cesar Romero Jacob, Dora Rodrigues Hees, Violette Brustlein, Philippe Waniez

10. Conclusão

Ao se analisar as cinco eleições presidenciais ocorridas de 1989 a 2006, pôde-se perceber que as três primeiras apresentaram uma geografia eleitoral que se mostrou recorrente ao longo do tempo, enquanto as duas últimas mudaram não só os padrões de votação em relação às anteriores, mas também entre elas.

Assim, a distribuição dos votos dos candidatos vitoriosos nas eleições presidenciais de 1989, 1994 e 1998, Collor e FHC, e do segundo colocado, Lula, revelou que determinadas áreas do país apresentaram comportamentos eleitorais que se mantiveram regulares em cada um desses pleitos. De fato, a identificação de estruturas territoriais relativas a padrões de comportamento político, em três eleições consecutivas, foi capaz de revelar tendências ideológicas do eleitorado. Com efeito, uma vez que Collor e FHC foram apoiados pela direita e Lula pela esquerda, constatou-se que, em determinadas regiões do país, o eleitorado votou de forma mais *conservadora*, enquanto noutras, de modo mais *progressista*.

Nesse sentido, Collor e FHC alcançaram seus mais elevados percentuais, sobretudo num vasto espaço no interior do país, enquanto Lula obteve suas melhores votações, principalmente num grande número de capitais estaduais e em áreas industriais. De fato, quando se considera uma clivagem baseada em graus de urbanização da população, constata-se que o desempenho dos principais candidatos à Presidência se diferenciava, em grande parte, em função desse fator.

Assim, Collor e FHC obtiveram seus melhores resultados em municípios menos urbanizados que apresentavam, frequentemente, menores níveis de alfabetização e maiores discrepâncias

quanto aos rendimentos. Já Lula alcançava suas melhores votações em municípios mais urbanizados, onde também se registravam níveis de alfabetização mais altos e menores discrepâncias de rendimentos. Tal situação deve-se ao fato de o eleitorado dos grandes centros urbanos ter, normalmente, um comportamento político mais independente, ao contrário dos eleitores dos *grotões*, isto é, pequenos municípios que se encontram, muitas vezes, submetidos ao poder de oligarquias políticas que dominam o interior do Brasil.

Além da identificação de padrões de comportamento político, a análise das eleições presidenciais brasileiras não pode deixar de considerar as formas pelas quais Collor e FHC ganharam, e Lula perdeu.

A comparação entre o desempenho de Collor, no primeiro turno de 1989, e FHC, em 1994, revela que, enquanto Collor obteve 30,5% dos votos válidos, obrigando-o a disputar o segundo turno, FHC vence com 54,3%, já no primeiro turno da eleição. Além disso, FHC apresenta crescimento, em relação às votações de Collor, nas médias de todos os estados e suas capitais, com exceção apenas de Sergipe e Aracaju, respectivamente. Esse expressivo crescimento resultou, na verdade, da aliança do PSDB, partido com perfil de centro-esquerda, com o PFL, que congregava a maior parte das forças conservadoras do país.

Nas eleições de 1998, apesar de FHC ter alcançado a vitória com percentual semelhante ao de 1994, constata-se que acusou decréscimo nas suas médias em 17 estados e em 16 capitais. Nesse contexto, foram observadas também algumas diferenças, quanto à geografia do seu voto. Assim, em 1994, sua vitória foi facilitada, em boa

parte, pelo excelente desempenho que conseguiu em alguns dos mais importantes colégios eleitorais do país, como Minas Gerais, Paraná e Ceará.

Já em 1998, FHC apresentou os melhores resultados, dentre os colégios eleitorais mais importantes, em São Paulo e em Pernambuco, além do Paraná, que continuou a lhe dar excelentes votações. Essa alteração na distribuição dos votos do candidato foi a expressão da redefinição de suas alianças políticas. Como se sabe, a redução dos seus percentuais em Minas e no Ceará se deveu às divergências políticas de Itamar Franco e Ciro Gomes com FHC. Ao contrário, o crescimento em São Paulo foi resultado do apoio das forças de direita, comandadas por Paulo Maluf, e, em Pernambuco, deveu-se à sua aliança com Jarbas Vasconcellos, líder regional de centro-esquerda.

Em relação ao desempenho de Lula, verifica-se que, apesar de derrotado nessas três eleições, o candidato apresentou sistemático crescimento em seus percentuais de 1989 a 1998. No entanto, quando são somados os resultados obtidos pelos candidatos de esquerda, Lula e Brizola, como rivais, no primeiro turno de 1989 e em 1994, ou como aliados, em 1998, verifica-se que são, aproximadamente, os mesmos, isto é, 33,8%, em 1989, 30,2%, em 1994, e 31,7%, em 1998.

Ao longo desse processo, esses dois líderes da esquerda brasileira apresentaram, porém, trajetórias opostas, pois, enquanto Lula revelou sistemático crescimento em suas votações, Brizola sofreu permanente declínio em seus percentuais. Assim, o crescimento de Lula, a cada pleito de que participava, tinha um caráter *endógeno*, uma vez que se dava no interior da própria esquerda, em decorrência dos fracassos eleitorais de Brizola.

Quando Lula se afirma como o principal líder de esquerda do país, constata que para chegar à Presidência ele precisaria muito mais do que a terça parte dos votos das forças progressistas.

Com tal objetivo, teria que fazer um movimento para o centro, disputando este eleitorado com o PSDB. Esta nova estratégia eleitoral incluiu, entre outras coisas, uma Carta ao Povo Brasileiro, garantindo que não haveria mudanças radicais na economia; uma mudança no perfil do candidato, deixando de ter a imagem de um líder sindical radical para se transformar num socialista moderno, de tipo europeu; e alianças com setores das oligarquias regionais, que dominavam vastas áreas do interior do país e que tinham rompido com Fernando Henrique, durante o seu segundo mandato.

Já o candidato *tucano*, José Serra, precisaria manter as alianças bem sucedidas com as forças conservadoras, que possibilitaram a vitória de FHC em 1994 e 1998. No entanto, o resultado das urnas em 2002 mostrou que Serra foi incapaz de manter tais alianças, perdendo o apoio, entre outros, dos senadores Antônio Carlos Magalhães, da Bahia, e José Sarney, do Maranhão. Além disso, o *hegemonismo dos tucanos paulistas* vinha incomodando líderes políticos de outros estados da Federação, como os Governadores Itamar Franco, de Minas Gerais, e Tasso Jereissati, do Ceará, que também não apoiaram o candidato do PSDB.

Com efeito, ao se analisar os mapas de Lula e Serra nessas eleições, observam-se importantes mudanças na geografia eleitoral do país, com a retração do espaço eleitoral do PSDB e a expansão territorial do PT. Essa alteração no comportamento dos eleitores mostrou o expressivo crescimento de Lula em vastas áreas do interior do país, dominadas por oligarquias regionais. Assim, é surpreendente o excepcional desempenho de um candidato de esquerda, como Lula, nos *grotões*, que nas eleições anteriores haviam proporcionado altas votações a candidatos sustentados pela direita, como Collor e FHC.

Desse modo, a vitória consagrada de Lula no segundo turno demonstra que parte ponde-

rável das forças conservadoras abandonaram a candidatura de Serra e apoiaram o candidato do PT. Nesse sentido, a vitória de Lula não pode ser considerada apenas como resultado do avanço dos partidos de esquerda, mas também como fruto da adesão de setores da direita que, rompidos com FHC, durante o seu segundo mandato, sustentaram o candidato petista.

Em 2006, observam-se novamente mudanças na geografia eleitoral do país, diferentes, no entanto, das ocorridas na eleição presidencial de 2002. Assim, a análise do desempenho dos principais candidatos à Presidência da República revelou uma nova clivagem no comportamento eleitoral, de orientação norte-sul, baseada no grau de desenvolvimento regional, na qual se diferenciam as Regiões Norte e Nordeste, mais pobres, das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, mais ricas e dinâmicas em termos econômicos.

Nessas eleições, observa-se que é nas regiões que apresentam maiores discrepâncias quanto aos níveis de educação e renda que Lula alcança seu melhor desempenho. Na verdade, a concentração das suas maiores votações nas regiões mais pobres do país se constitui numa grande novidade na geografia eleitoral brasileira. Este fato se deve, sobretudo, aos programas sociais do governo Lula, especialmente o Bolsa Família, cujos beneficiários se encontram em sua maioria no Norte e Nordeste.

Tal mudança no comportamento eleitoral nessas Regiões desperta, naturalmente, muitas indagações. Teria se dado uma *libertação das massas*, especialmente das nordestinas, do domínio político secular das oligarquias regionais? Teria ocorrido uma adesão dessas oligarquias ao candidato do PT? Ou, ainda, teriam as oligarquias regionais se enfraquecido durante o primeiro governo Lula?

Pode-se pensar que o excelente desempenho do candidato do PT no Nordeste, em 2006, resulte da conjugação de diferentes fatores, com

dosagens variadas de um estado a outro. A título de exemplo, vale a pena observar o que aconteceu com as oligarquias do Maranhão e da Bahia. Como se sabe, esses dois estados foram dominados durante muitos anos pelos Senadores José Sarney e Antonio Carlos Magalhães, respectivamente.

Apesar de esses dois políticos terem seguido caminhos diferentes nas eleições presidenciais de 2006, com Sarney apoiando Lula e Antonio Carlos Ihe fazendo oposição, ambos tiveram, no entanto, os seus candidatos aos governos estaduais derrotados por postulantes sustentados por partidos que tradicionalmente Ihe faziam oposição.

Assim, assistiu-se nessas eleições à vitória de candidatos de partidos de esquerda em sete dos nove estados nordestinos, com o PT elegendo os governadores do Piauí, Sergipe e Bahia; o PSB os do Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco; e o PDT o do Maranhão. Portanto, os programas sociais do governo Lula, ao beneficiarem o Nordeste, acabaram enfraquecendo o poder das oligarquias e tornando mais competitivos os partidos de esquerda na Região.

Da mesma forma que o candidato do PT, a geografia eleitoral de Alckmin se alterou profundamente nestas eleições em relação ao padrão apresentado pelos candidatos do PSDB nas disputas anteriores, ao se deslocar das áreas mais pobres do Norte e Nordeste para as áreas mais desenvolvidas do centro-sul do país, que tiveram a economia regional prejudicada pela valorização do real frente ao dólar.

De fato, Alckmin apresentou um desempenho muito superior ao de Serra, ao registrar um crescimento de 19 pontos percentuais entre o primeiro turno de 2002 e o de 2006. Apesar disso, a sua estratégia eleitoral, com ênfase na defesa de um choque de gestão na administração pública e críticas à corrupção detectada no governo Lula, não conseguiu sensibilizar os eleitores, a ponto de reverter a vantagem do candidato petista. Além disso, a despeito do amplo arco

de alianças políticas estabelecidas por Alckmin, que incluía desde um partido de direita, o PFL, até um partido de esquerda, o PPS, passando por agremiações de centro, como o PSDB, tal esforço não foi suficiente para vencer o candidato Lula.

Porém, se perder uma eleição é um fato natural em disputas políticas, surpreende não ter havido crescimento da votação de Alckmin, do primeiro para o segundo turno. Ao contrário, chama atenção ter se verificado uma perda acentuada de votos. Este fato causa estranheza considerando-se que não houve nenhum acontecimento negativo em sua campanha, entre os dois turnos, que pudesse justificar tamanha redução. Restaria, então, a hipótese de o candidato ter sido *cristianizado*, isto é, abandonado por setores do seu próprio partido ou de partidos aliados.

Já a geografia eleitoral dos candidatos colocados em terceiro lugar mostra que não se verifica correspondência entre seus padrões de votação, ao longo dessas cinco eleições. Além disso, não há também semelhança entre as posições políticas de Brizola, Enéas, Ciro, Garotinho e Heloísa Helena. Na verdade, não se observou estruturas territoriais que possam corresponder a uma terceira corrente política, diferente das tendências dominantes, que alcançaram o primeiro e o segundo lugares em todos os pleitos analisados. Portanto, pode-se concluir que a geografia eleitoral do terceiro colocado tem se alterado a cada disputa, dependendo, fundamentalmente, das conjunturas políticas.

Ao contrário da geografia eleitoral brasileira que apresentou significativas mudanças nas três últimas eleições presidenciais, a cidade de São Paulo tem mostrado uma grande regularidade no padrão de suas votações. De fato, o mapeamento de três eleições, com base nas zonas eleitorais, permitiu a identificação, na maior cidade brasileira, de espaços geográficos relativamente estáveis do ponto de vista eleitoral.

Assim, a análise dos mapas de FHC (1998), Serra (2002) e Alckmin (2006) revelou que os candidatos *tucanos* têm suas bases territoriais fortemente ancoradas nas mesmas áreas, ou seja, em zonas eleitorais de bairros *ricos* da capital, com altos níveis de renda e escolaridade, como Jardim Paulista, Pinheiros e Perdizes. Da mesma forma, as votações para Lula nessas mesmas eleições mostraram recorrência no espaço, uma vez que foram as zonas eleitorais de bairros *populares*, com baixos graus de escolaridade e renda, das Zonas Leste e Sul da cidade, que deram ao candidato petista os seus melhores percentuais de votos.

Desse modo, o *voto de classe* pôde ser observado, não no sentido clássico do termo, mas pela identificação de territórios eleitorais que se caracterizam por votações mais à direita ou mais à esquerda, de acordo com o perfil socioeconômico dos seus eleitores.

Já o Rio de Janeiro apresenta uma geografia eleitoral mais complexa, que muda de uma eleição a outra, sobretudo em função da debilidade do PSDB e do PT na cidade e da política de alianças realizada por esses partidos a cada pleito. Assim, em 1998, enquanto FHC teve votação consagradora nos bairros *ricos*, como Ipanema, Leblon e Barra da Tijuca, Lula foi mais bem votado nos bairros *populares* da Zona Oeste da cidade.

Em 2002, o desgaste do governo FHC junto a setores de classe média carioca e a candidatura de Garotinho à Presidência, com forte apoio em camadas populares, alteraram o quadro político, em relação à eleição anterior. Não se observou, então, no primeiro turno de 2002 a mesma segmentação do voto, entre o *tucano* e o petista, verificada em 1998, pois, tanto Serra quanto Lula obtiveram os seus maiores percentuais, em zonas eleitorais de bairros de *classe média* da cidade. Nas eleições de 2006, volta-se ao padrão de 1998, quando Alckmin obteve maiores votações na parte mais *rica* da cidade,

enquanto Lula registrou seu melhor desempenho em bairros *populares*.

Portanto, apesar da complexidade existente nessas duas metrópoles, o mapeamento dos resultados das urnas, ao mostrar a recorrência de determinados padrões de comportamento eleitoral, confirma a existência de territórios urbanos, fortemente diferenciados, no interior dos quais os eleitores demonstram coerência política.

Após termos analisado as eleições presidenciais pós-ditadura militar, para o Brasil como um todo e as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, podemos dizer que, para alcançar a vitória nas urnas, é preciso levar em consideração as estruturas de poder existentes no território, sobretudo num país tão vasto e diversificado como o nosso. Assim, os candidatos a presidente necessitam fazer alianças com oligarquias locais e regionais, que dominam os *grotões*; conquistar o apoio de políticos populistas e pastores evangélicos pentecostais, que têm uma presença forte nas periferias metropolitanas pobres; e, por fim, ter um discurso atraente para a classe média urbana escolarizada, no seio da qual há mais diversidade de opi-

nião, o voto é mais volátil e se trava a verdadeira batalha entre propostas de governo.

Com efeito, para se vencer nos *grotões* e nas periferias metropolitanas pobres, é fundamental ter o apoio das máquinas partidárias e religiosas que aí estão muito presentes. Já para se ganhar nos grandes centros urbanos é essencial conquistar o voto de opinião, dos eleitores mais independentes das máquinas partidárias e religiosas. Com este objetivo, os candidatos têm se utilizado de pesquisas qualitativas que os orientam a dizer aquilo que o eleitor médio deseja ouvir, por parte dos postulantes à Presidência da República.

Portanto, do ponto de vista dos caminhos para se chegar ao poder, não há muita diferença entre as estratégias políticas utilizadas pelos candidatos do PSDB e PT, como se pôde ver através das campanhas vitoriosas de FHC e Lula à Presidência da República. É a afirmação do pragmatismo na política brasileira, um reconhecimento de que não se ganha uma eleição presidencial sem algum tipo de compromisso com o Brasil das metrópoles modernas, das periferias urbanas pobres e dos *grotões*.

Anexo 1

Estados brasileiros e suas microrregiões geográficas

11-Rondônia

- 1 Porto Velho
- 2 Guajará-Mirim
- 3 Ariquemes
- 4 Ji-Paraná
- 5 Alvorada D'Oeste
- 6 Cacoal
- 7 Vilhena
- 8 Colorado do Oeste

12-Acre

- 1 Cruzeiro do Sul
- 2 Tarauacá
- 3 Sena Madureira
- 4 Rio Branco
- 5 Brasília

13-Amazonas

- 1 Rio Negro
- 2 Japurá
- 3 Alto Solimões
- 4 Jurua
- 5 Tefé
- 6 Coari
- 7 Manaus
- 8 Rio Preto da Eva
- 9 Itacoatiara
- 10 Parintins
- 11 Boca do Acre
- 12 Purus
- 13 Madeira

14-Roraima

- 1 Boa Vista
- 2 Nordeste de Roraima
- 3 Caracará
- 4 Sudeste de Roraima

15-Pará

- 1 Óbidos
- 2 Santarém
- 3 Almeirim
- 4 Portel
- 5 Furos de Breves
- 6 Arari
- 7 Belém
- 8 Castanhal
- 9 Salgado
- 10 Bragantina
- 11 Cametá
- 12 Tomé-Açu
- 13 Guamá
- 14 Itaituba
- 15 Altamira
- 16 Tucuruí
- 17 Paragominas
- 18 São Félix do Xingu
- 19 Parauapebas
- 20 Marabá
- 21 Redenção
- 22 Conceição do Araguaia

15-Amapá

- 1 Oiapoque
- 2 Amapá
- 3 Macapá
- 4 Mazagão

15-Tocantins

- 1 Bico do Papagaio
- 2 Araguaína
- 3 Miracema do Tocantins
- 4 Rio Formoso
- 5 Gurupi
- 6 Porto Nacional
- 7 Jalapão
- 8 Dianópolis

21-Maranhão

- 1 Litoral Ocidental Maranhense
- 2 Aglomeração Urbana de São Luís
- 3 Rosário
- 4 Lençóis Maranhenses
- 5 Baixada Maranhense
- 6 Itapecuru Mirim
- 7 Gurupi
- 8 Pindaré
- 9 Imperatriz
- 10 Médio Mearim
- 11 Alto Mearim e Grajaú
- 12 Presidente Dutra
- 13 Baixo Parnaíba Maranhense
- 14 Chapadinha
- 15 Codó
- 16 Coelho Neto
- 17 Caxias
- 18 Chapadas do Alto Itapecuru
- 19 Porto Franco
- 20 Gerais de Balsas
- 21 Chapadas das Mangabeiras

22-Piauí

- 1 Baixo Parnaíba Piauiense
- 2 Litoral Piauiense
- 3 Teresina
- 4 Campo Maior
- 5 Médio Parnaíba Piauiense
- 6 Valença do Piauí
- 7 Alto Parnaíba Piauiense
- 8 Bertolínia
- 9 Floriano
- 10 Alto Médio Gurguéia
- 11 São Raimundo Nonato
- 12 Chapadas do Extremo Sul Piauiense
- 13 Picos
- 14 Pio IX
- 15 Alto Médio Canindé

22-Ceará

- 1 Litoral de Camocim e Acaraú
- 2 Ibiapaba
- 3 Coreau
- 4 Meruoca
- 5 Sobral
- 6 Ipu
- 7 Santa Quitéria
- 8 Itapipoca
- 9 Baixo Curu
- 10 Uruburetama
- 11 Médio Curu
- 12 Canindé
- 13 Baturité
- 14 Chorozinho
- 15 Cascavel
- 16 Fortaleza
- 17 Pacajus
- 18 Sertão de Crateús
- 19 Sertão de Quixeramobim
- 20 Sertão de Inhamuns
- 21 Sertão de Senador Pompeu
- 22 Litoral de Aracati
- 23 Baixo Jaguaribe
- 24 Médio Jaguaribe
- 25 Serra do Pereiro
- 26 Iguatu
- 27 Várzea Alegre
- 28 Lavras da Mangabeira
- 29 Chapada do Araripe
- 30 Caririçu
- 31 Barro
- 32 Cariri
- 33 Brejo Santo

24-Rio Grande do Norte

- 1 Mossoró
- 2 Chapada do Apodi
- 3 Médio Oeste
- 4 Vale do Açu
- 5 Serra de São Miguel
- 6 Pau dos Ferros
- 7 Umarizal
- 8 Macau
- 9 Angicos
- 10 Serra de Santana
- 11 Seridó Ocidental
- 12 Seridó Oriental
- 13 Baixa Verde
- 14 Borborema Potiguar
- 15 Agreste Potiguar
- 16 Litoral Nordeste
- 17 Macaíba
- 18 Natal
- 19 Litoral Sul

25-Paraíba

- 1 Catolé do Rocha
- 2 Cajazeiras
- 3 Sousa
- 4 Patos
- 5 Piancó
- 6 Itaporanga
- 7 Serra do Teixeira
- 8 Seridó Ocidental Paraibano
- 9 Seridó Oriental Paraibano
- 10 Cariri Ocidental
- 11 Cariri Oriental
- 12 Curimataú Ocidental
- 13 Curimataú Oriental
- 14 Esperança
- 15 Brejo Paraibano
- 16 Guarabira
- 17 Campina Grande
- 18 Itabaiana
- 19 Umbuzeiro
- 20 Litoral Norte
- 21 Sapé
- 22 João Pessoa
- 23 Litoral Sul

26-Pernambuco

- 1 Araripina
- 2 Salgueiro
- 3 Pajeú
- 4 Sertão do Moxotó
- 5 Petrolina
- 6 Itaparica
- 7 Vale do Ipanema
- 8 Vale do Ipojuca
- 9 Alto Capibaribe
- 10 Médio Capibaribe
- 11 Garanhuns
- 12 Brejo Pernambucano
- 13 Mata Setentrional Pernambucana
- 14 Vitória de Santo Antão
- 15 Mata Meridional Pernambucana
- 16 Itamaracá
- 17 Recife
- 18 Suape
- 19 Fernando de Noronha

27-Alagoas

- 1 Serrana do Sertão Alagoano
- 2 Alagoana do Sertão do São Francisco
- 3 Santana do Ipanema
- 4 Batalha
- 5 Palmeira dos Índios
- 6 Arapiraca
- 7 Traipu
- 8 Serrana dos Quilombos
- 9 Mata Alagoana
- 10 Litoral Norte Alagoano
- 11 Maceió
- 12 São Miguel dos Campos
- 13 Penedo

28-Sergipe

- 1 Sergipana do Sertão do São Francisco
- 2 Carira
- 3 Nossa Senhora das Dores
- 4 Agreste de Itabaiana
- 5 Tobias Barreto
- 6 Agreste de Lagarto
- 7 Propriá
- 8 Cotinguiba
- 9 Japaratuba
- 10 Baixo Cotinguiba
- 11 Aracaju
- 12 Boquim
- 13 Estância

29-Bahia

- 1 Barreiras
- 2 Cotegipe
- 3 Santa Maria da Vitória
- 4 Juazeiro
- 5 Paulo Afonso
- 6 Barra
- 7 Bom Jesus da Lapa
- 8 Senhor do Bonfim
- 9 Irecê
- 10 Jacobina
- 11 Itaberaba
- 12 Feira de Santana
- 13 Jeremoabo
- 14 Euclides da Cunha
- 15 Ribeira do Pombal
- 16 Serrinha
- 17 Alagoinhas
- 18 Entre Rios
- 19 Catu
- 20 Santo Antônio de Jesus
- 21 Salvador
- 22 Boquira
- 23 Seabra
- 24 Jequié
- 25 Livramento do Brumado
- 26 Guanambi
- 27 Brumado
- 28 Vitória da Conquista
- 29 Itapetinga
- 30 Valença
- 31 Ilhéus-Itabuna
- 32 Porto Seguro

29-Minas Gerais

- 1 Unai
- 2 Paracatu
- 3 Januária
- 4 Janaúba
- 5 Salinas
- 6 Pirapora
- 7 Montes Claros
- 8 Grão Mogol
- 9 Bocaiúva
- 10 Diamantina
- 11 Capelinha
- 12 Araçuaí
- 13 Pedra Azul
- 14 Almenara
- 15 Teófilo Otoni
- 16 Nanuque
- 17 Ituiutaba
- 18 Uberlândia
- 19 Patrocínio
- 20 Patos de Minas
- 21 Frutal
- 22 Uberaba
- 23 Araxá
- 24 Três Marias
- 25 Curvelo
- 26 Bom Despacho
- 27 Sete Lagoas
- 28 Conceição do Mato Dentro
- 29 Pará de Minas
- 30 Belo Horizonte

28-São Paulo

- 31 Itaboraí
- 32 Itaguaçu
- 33 Ouro Preto
- 34 Conselheiro Lafaiete
- 35 Guanhanes
- 36 Peçanha
- 37 Governador Valadares
- 38 Mantena
- 39 Ipatinga
- 40 Caratinga
- 41 Aimorés
- 42 Piuí
- 43 Divinópolis
- 44 Formiga
- 45 Campo Belo
- 46 Oliveira
- 47 Passos
- 48 São Sebastião do Paraíso
- 49 Alfenas
- 50 Varginha
- 51 Poços de Caldas
- 52 Pouso Alegre
- 53 Santa Rita do Sapucaí
- 54 São Lourenço
- 55 Andrelândia
- 56 Itajubá
- 57 Lavras
- 58 São João del Rei
- 59 Barbacena
- 60 Ponte Nova
- 61 Manhuaçu
- 62 Viçosa
- 63 Muriaé
- 64 Ubá
- 65 Juiz de Fora
- 66 Cataguases

32-Espírito Santo

- 1 Barra de São Francisco
- 2 Nova Venécia
- 3 Colatina
- 4 Montanha
- 5 São Mateus
- 6 Linhares
- 7 Afonso Cláudio
- 8 Santa Teresa
- 9 Vitória
- 10 Guarapari
- 11 Alegre
- 12 Cachoeiro de Itapemirim
- 13 Itapemirim

33-Rio de Janeiro

- 1 Itaperuna
- 2 Santo Antônio de Pádua
- 3 Campos dos Goytacazes
- 4 Macaé
- 5 Três Rios
- 6 Cantagalo-Cordeiro
- 7 Nova Friburgo
- 8 Santa Maria Madalena
- 9 Bacia de São João
- 10 Lagos
- 11 Vale do Paraíba Fluminense
- 12 Barra do Pirai
- 13 Baía da Ilha Grande
- 14 Vassouras
- 15 Serrana
- 16 Macacu-Caceribu
- 17 Itaguaí
- 18 Rio de Janeiro

41-Paraná

- 1 Paranavaí
- 2 Umuarama
- 3 Cianorte
- 4 Goioerê
- 5 Campo Mourão
- 6 Astorga
- 7 Porecatu
- 8 Florai
- 9 Maringá
- 10 Apucarana
- 11 Londrina
- 12 Faxinal
- 13 Ivaiporã
- 14 Assaí
- 15 Cornélio Procopio
- 16 Jacarezinho
- 17 Ibatiti
- 18 Wenceslau Braz
- 19 Telêmaco Borba
- 20 Jaguariaíva
- 21 Ponta Grossa
- 22 Toledo
- 23 Cascavel
- 24 Foz do Iguaçu
- 25 Capanema
- 26 Francisco Beltrão
- 27 Pato Branco
- 28 Pitanga
- 29 Guarapuava
- 30 Palmas
- 31 Prudentópolis
- 32 Irati
- 33 União da Vitória
- 34 São Mateus do Sul
- 35 Cerro Azul
- 36 Lapa
- 37 Curitiba
- 38 Paranaguá
- 39 Rio Negro

42-Santa Catarina

- 1 São Miguel d'Oeste
- 2 Chapecó
- 3 Xanxerê
- 4 Joaçaba
- 5 Concórdia
- 6 Canoinhas
- 7 São Bento do Sul
- 8 Joinville
- 9 Curitiba
- 10 Campos de Lages
- 11 Rio do Sul
- 12 Blumenau
- 13 Itajaí
- 14 Ituporanga
- 15 Tijucas
- 16 Florianópolis
- 17 Tabuleiro
- 18 Tubarão
- 19 Criciúma
- 20 Araranguá

43-Rio Grande do Sul

- 1 Santa Rosa
- 2 Três Passos
- 3 Frederico Westphalen
- 4 Erechim
- 5 Sananduva
- 6 Cerro Largo
- 7 Santo Ângelo
- 8 Ijuí
- 9 Carazinho
- 10 Passo Fundo
- 11 Cruz Alta
- 12 Não-Me-Toque
- 13 Soledade
- 14 Guaporé
- 15 Vacaria
- 16 Caxias do Sul

- 17 Santiago
- 18 Santa Maria
- 19 Restinga Seca
- 20 Santa Cruz do Sul
- 21 Lajeado-Estrela
- 22 Cachoeira do Sul
- 23 Montenegro
- 24 Gramado-Canela
- 25 São Jerônimo
- 26 Porto Alegre
- 27 Osório
- 28 Camaquã
- 29 Campanha Ocidental
- 30 Campanha Central
- 31 Campanha Meridional
- 32 Serras de Sudeste
- 33 Pelotas
- 34 Jaguarão
- 35 Litoral Lagunar

50-Mato Grosso do Sul

- 1 Baixo Pantanal
- 2 Aquidauana
- 3 Alto Taquari
- 4 Campo Grande
- 5 Cassilândia
- 6 Paranaíba
- 7 Três Lagoas
- 8 Nova Andradina
- 9 Bodoquena
- 10 Dourados
- 11 Iguatemi

51-Mato Grosso

- 1 Aripuanã
- 2 Alta Floresta
- 3 Colider
- 4 Parecis
- 5 Arinos
- 6 Alto Teles Pires
- 7 Sinop
- 8 Paranatinga
- 9 Norte Araguaia
- 10 Canarana
- 11 Médio Araguaia
- 12 Alto Guaporé
- 13 Tangará da Serra
- 14 Jauru
- 15 Alto Paraguai
- 16 Rosário Oeste
- 17 Cuiabá
- 18 Alto Pantanal
- 19 Primavera do Leste
- 20 Tesouro
- 21 Rondonópolis
- 22 Alto Araguaia

52-Goiás

- 1 São Miguel do Araguaia
- 2 Rio Vermelho
- 3 Aragarças
- 4 Porangatu
- 5 Chapada dos Veadeiros
- 6 Ceres
- 7 Anápolis
- 8 Iporá
- 9 Anicuns
- 10 Goiânia
- 11 Vão do Paraná
- 12 Entorno de Brasília
- 13 Sudoeste de Goiás
- 14 Vale do Rio dos Bois
- 15 Meia Ponte
- 16 Pires do Rio
- 17 Catalão
- 18 Quirinópolis

52-Distrito Federal

- 1 Brasília

Anexo 2

Zonas Eleitorais do Rio de Janeiro e suas delimitações

Z.E	BAIRRO	ABRANGÊNCIAS
1	SAÚDE	GAMBOA, SAÚDE, CENTRO, SANTO CRISTO, ILHA FISCAL, ILHA DAS COBRAS, ILHA VILLEGaignon E ILHA DE PAQUETÁ.
2	SAÚDE	SÃO CRISTÓVÃO, CAJU, ILHA DE SANTA BÁRBARA, ILHA POMPEBA E ILHA DAS ENXADAS.
3	FLAMENGO	GLÓRIA, LAPA (PARTE) E CATETE
4	JD.BOTÂNICO	BOTAFOGO (PARTE) E HUMAITÁ
5	COPACABANA	COPACABANA (PARTE) E LEME
6	MARACANÃ	AFONSO PENA (PARTE), PRAÇA DA BANDEIRA (PARTE) E MARACANÃ (PARTE)
7	TIJUCA	MUDA (PARTE), SÃO FRANCISCO XAVIER (PARTE) E TIJUCA (PARTE)
8	ENG.NOVO	ENGENHO NOVO (PARTE), SAMPAIO (PARTE) ROCHA (PARTE), SÃO FRANCISCO XAVIER (PARTE) E JACARÉ (PARTE),CACHAMBI
9	BARRA TIJUCA	BARRA DA TIJUCA (PARTE), CAMORIM, GRUMARI, RECREIO DOS BANDEIRANTES, VARGEM GRANDE E VARGEM PEQUENA
10	PIEDADE	ÁGUA SANTA (PARTE), TODOS OS SANTOS (PARTE), ENGENHO DE DENTRO (PARTE), ENCANTADO (PARTE), QUINTINO (PARTE), PIEDADE (PARTE) E CASCADURA (PARTE)
11	OLARIA	PENHA (PARTE), PENHA CIRCULAR (PARTE) E BRAZ DE PINA (PARTE)
12	CASCADURA	CASCADURA (PARTE), MADUREIRA (PARTE), OSVALDO CRUZ (PARTE), MAGNO (PARTE), TURIAÇU (PARTE) E ENGENHEIRO LEAL (PARTE)
13	BARRA TIJUCA	FREGUESIA
14	TODOS OS SANTOS	PIEDADE (PARTE), ENCANTADO (PARTE), ABOLIÇÃO (PARTE) E ENGENHO DE DENTRO (PARTE)
15	TODOS OS SANTOS	BENTO RIBEIRO (PARTE), MARECHAL HERMES (PARTE), VILA MILITAR (PARTE) E DEODORO (PARTE)
16	LARANJEIRAS	COSME VELHO (PARTE) E LARANJEIRAS
17	JD.BOTÂNICO	LEBLON E LAGOA (PARTE)
18	COPACABANA	COPACABANA (PARTE)
19	MARACANÃ	VILA ISABEL
20	MÉIER	ENGENHO DE DENTRO (PARTE), ENCANTADO (PARTE) E MÉIER (PARTE), TODOS OS SANTOS (PARTE)

Z.E	BAIRRO	ABRANGÊNCIAS
21	OLARIA	BONSUCESSO (PARTE), RAMOS (PARTE), ENGENHO DA RAINHA E INHAÚMA (PARTE)
22	IRAJÁ	VISTA ALEGRE, IRAJÁ (PARTE) E COLÉGIO (PARTE)
23	MAL.HERMES	DEODORO (PARTE), RICARDO DE ALBUQUERQUE (PARTE), GUADALUPE (PARTE), E BARROS FILHO (PARTE)
24	BANGU	SENADOR CAMARA (PARTE), BANGU E SANTÍSSIMO (PARTE)
25	SANTA CRUZ	SEPETIBA (PARTE), MATADOURO, LARGO DO BODEGÃO, CAMPO DO ITONGO (PARTE) E SANTA CRUZ (PARTE)
117	ILHA DO GOVERNADOR	ILHA DO GOVERNADOR (JD. CARIOCA, MARABU, CACUIA, COCOTA, PRAIA DA BANDEIRA, PITANGUEIRAS, ZUMBI E RIBEIRA)
118	CASCADURA	MAGNO (PARTE), ENGENHEIRO LEAL (PARTE), CAVALCANTE (PARTE), VICENTE DE CARVALHO (PARTE) E TOMAS COELHO (PARTE)
119	BARRA TIJUCA	BARRA DA TIJUCA (PARTE), JOA E ITANHANGUA
120	CAMPO GRANDE	AUGUSTO VASCONCELOS (PARTE) E CAMPO GRANDE (PARTE)
121	RAMOS	RAMOS (PARTE) E OLARIA (PARTE)
122	CAMPO GRANDE	AUGUSTO VASCONCELOS (PARTE), MENDANHA, SANTÍSSIMO (PARTE) E CAMPO GRANDE (PARTE)
123	ANCHIETA	MARIÓPOLIS (PARTE), VILA MILITAR (PARTE), PQ. ANCHIETA, ANCHIETA (PARTE) E RICARDO DE ALBUQUERQUE (PARTE)
124	BANGU	BANGU (PARTE)
125	SANTA CRUZ	SANTA CRUZ (PARTE) E PACIÊNCIA (PARTE)
160	OLARIA	RAMOS (PARTE) E OLARIA (PARTE)
161	OLARIA	BONSUCESSO (PARTE), MANGUINHOS (PARTE) E VILA DO JOÃO (PARTE)
162	OLARIA	PARADA DE LUCAS (PARTE), CIDADE ALTA (PARTE), CORDOVIL (PARTE), BRAZ DE PINA (PARTE) E VIGÁRIO GERAL (PARTE)
163	LARANJEIRAS	FLAMENGO
164	LARANJEIRAS	SANTA TERESA (PARTE), BAIRRO DE FÁTIMA (PARTE), CATUMBI (PARTE) E COSME VELHO (PARTE)
165	COPACABANA	IPANEMA E LAGOA (PARTE)
166	JD.BOTÂNICO	BOTAFOGO (PARTE) E URCA

Z.E	BAIRRO	ABRANGÊNCIAS
167	MAL.HERMES	PAVUNA (PARTE), ANCHIETA (PARTE), COSTA BARROS (PARTE), BARROS FILHO (PARTE) E GUADALUPE (PARTE)
168	VILA DA PENHA	INHAÚMA (PARTE) E TERRA NOVA
169	BONSUCESSO	HIGIENÓPOLIS, DEL CASTILHO (PARTE) E MARIA DA GRAÇA (PARTE)
170	MARACANÃ	ANDARAÍ, ALDEIA CAMPISTA, ALTO DA BOA VISTA (PARTE) E TIJUCA (PARTE)
171	TIJUCA	MUDA (PARTE), USINA E ALTO DA BOA VISTA (PARTE)
173	VILA ISABEL	GRAJAÚ
175	ACARI	PAVUNA (PARTE), ACARI (PARTE) E IRAJÁ (PARTE)
176	IRAJÁ	VIGÁRIO GERAL (PARTE), PARADA DE LUCAS (PARTE) E JARDIM AMÉRICA
177	IRAJÁ	PARADA DE LUCAS (PARTE), CORDOVIL (PARTE), BRAZ DE PINA (PARTE) E VISTA ALEGRE (PARTE)
178	DEODORO	MAGALHÃES BASTOS (PARTE), REALENGO (PARTE), BANGU (PARTE) E PADRE MIGUEL (PARTE)
179	BARRA TIJUCA	CIDADE DE DEUS, PECHINCHA, ANIL, GARDÊNIA AZUL E JARDIM CLARISSE
180	TANQUE	TANGUE E TAQUARA (PARTE)
182	TANQUE	TAQUARA (PARTE) E CURICICA
185	PÇA SECA	PRAÇA SECA E CAMPINHO (PARTE)
188	OLARIA	PENHA (PARTE), GROTÃO E OLARIA (PARTE)
189	VILA DA PENHA	BRAZ DE PINA (PARTE), VILA DA PENHA (PARTE) E PENHA CIRCULAR (PARTE)
190	IRAJÁ	VICENTE DE CARVALHO (PARTE), VILA COSMOS E VILA DA PENHA (PARTE)
191	ILHA DO GOVERNADOR	ILHA DO GOVERNADOR (TUBIACANGA, MONERO, DENDÊ, TAUÁ, BANCÁRIOS, FREGUESIA E BANANAL)
192	ILHA DO GOVERNADOR	ILHA DO GOVERNADOR (JARDIM GUANABARA, ILHA DO FUNDÃO, PORTUGUESA E GALEÃO)
193	BENFICA	BENFICA E MANGUEIRA
204	SAÚDE	SANTO CRISTO, CIDADE NOVA, FÁTIMA (PARTE) E LAPA (PARTE)
205	COPACABANA	COPACABANA (PARTE)
206	COPACABANA	COPACABANA (PARTE) E BAIRRO PEIXOTO
207	TODOS OS SANTOS	CASCADURA (PARTE), CAVALCANTE (PARTE), ENGENHEIRO LEAL (PARTE), TOMÁS COELHO (PARTE) E QUINTINO BOCAIUVA (PARTE)

Z.E	BAIRRO	ABRANGÊNCIAS
208	TODOS OS SANTOS	PILARES (PARTE), ABOLIÇÃO (PARTE) E ENGENHO DE DENTRO (PARTE)
209	JACARÉPAGUÁ	CASCADURA (PARTE), CAMPINHO (PARTE), OSVALDO CRUZ (PARTE) E MADUREIRA (PARTE)
210	TANQUE	VILA VALQUEIRE, CAMPO DOS AFONSOS, SULACAP, BENTO RIBEIRO (PARTE) E OSVALDO CRUZ (PARTE)
211	JD.BOTÂNICO	SÃO CONRADO, VIDIGAL, ROCINHA E GÁVEA
212	JD.BOTÂNICO	HORTO, JARDIM BOTÂNICO E LAGOA (PARTE)
213	MÉIER	ENGENHO NOVO (PARTE), RIACHUELO, LINS DE VASCONCELOS (PARTE) E SÃO FRANCISCO XAVIER (PARTE)
214	MÉIER	LINS DE VASCONCELOS (PARTE) E ENGENHO NOVO (PARTE)
215	DEL CASTILHO	MÉIER (PARTE), MARIA DA GRAÇA (PARTE), DEL CASTILHO (PARTE) E TODOS OS SANTOS (PARTE)
216	DEL CASTILHO	MÉIER (PARTE), TODOS OS SANTOS (PARTE), INHAÚMA (PARTE), DEL CASTILHO (PARTE) E ENGENHO DE DENTRO (PARTE)
217	MAL. HERMES	BENTO RIBEIRO (PARTE), MARECHAL HERMES (PARTE), HONÓRIO GURGEL (PARTE), DEODORO (PARTE) E ROCHA MIRANDA (PARTE)
218	MADUREIRA	MADUREIRA (PARTE), TURIACU (PARTE), MAGNO (PARTE), VAZ LOBO (PARTE), ROCHA MIRANDA (PARTE) E IRAJÁ (PARTE)
219	MADUREIRA	ROCHA MIRANDA (PARTE), HONÓRIO GURGEL (PARTE), COLÉGIO (PARTE) E COELHO NETO (PARTE)
220	CASCADURA	BARROS FILHO (PARTE), COSTA BARROS (PARTE), PAVUNA (PARTE), ACARI (PARTE) E COELHO NETO (PARTE)
228	MARACANÃ	PRAÇA DA BANDEIRA (PARTE) E MARACANÃ (PARTE)
229	TIJUCA	RIO COMPRIDO (PARTE), CATUMBI (PARTE) E ESTÁCIO (PARTE), MORRO DO TURANO (PARTE) E MORRO DO MIRANTE
230	VILA KENNEDY	MORRO DA FORMIGA, VILA KENNEDY E BANGU (PARTE)
231	BANGU	MORRO SÃO BENTO, CONJUNTO RES. CARDEAL D. JAYME CAMARA E PADRE MIGUEL (PARTE)
232	BANGU	PADRE MIGUEL (PARTE)
233	REALENGO	BARATA, PADRE MIGUEL (PARTE) E MORRO DOS MACACOS (PARTE)
234	REALENGO	REALENGO (PARTE) E MORRO DOS MACACOS (PARTE)
235	BANGU	MAGALHAES BASTOS (PARTE)

Z.E	BAIRRO	ABRANGÊNCIAS
236	BANGU	SENADOR CAMARÁ (PARTE) E BANGU (PARTE)
237	SENADOR CAMARA	JABOUR (PARTE), SANTÍSSIMO (PARTE)
238	BANGU	SENADOR CAMARÁ (PARTE), JD. ALECRIM E MORRO DO SANDA
240	STA. CRUZ	SANTA CRUZ (PARTE), CONJUNTO ANTARES, CONJUNTO OCTACÍLIO CAMARA, JD. SETE DE ABRIL (PARTE), JARDIM PIAI, JD. CINCO MARIAS (PARTE) E SEPETIBA (PARTE)
241	STA. CRUZ	INHOAÍBA (PARTE), COSMOS (PARTE), PACIÊNCIA (PARTE), VILA SANTA LUZIA, VILA GUARATIBA E JD CINCO MARIAS (PARTE)
242	CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE (PARTE) E INHOAÍBA (PARTE)
243	STA. CRUZ	CAMPO GRANDE (PARTE), VILA COMARI, MONTEIRO, MAGARÇA, GUARATIBA, PEDRA DE GUARATIBA, ILHA DE GUARATIBA E BARRA DE GUARATIBA
244	CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE (PARTE) E AUGUSTO VASCONCELOS (PARTE)
245	CAMPO GRANDE	CAMPO GRANDE (PARTE), INHOAÍBA (PARTE) E AUGUSTO VASCONCELOS (PARTE)
246	STA. CRUZ	SANTA CRUZ (PARTE), INHOAÍBA (PARTE) E COSMOS (PARTE), PACIÊNCIA (PARTE), CAMPO GRANDE (PARTE)
252	COPACABANA	COPACABANA (PARTE), IPANEMA (PARTE) E LAGOA (PARTE)

Bibliografía

ALEND, Stéphanie et alii. Sociogeografía de la elección presidencial 2005 en Chile. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 95-131.

BASSET, Yann. La extraña victoria de Néstor Kirchner. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 13-35.

JACOB, Cesar Romero et alii. A eleição presidencial de 1994 no Brasil: uma contribuição à geografia eleitoral. In: *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, vol. IV, nº. 3, 1997, pp. 17-86.

_____. As eleições presidenciais no Brasil pós-ditadura militar: continuidade e mudança na geografia eleitoral. In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, vol.1, nº.1, 2000, pp. 102-151.

_____. Eleições Presidenciais de 2002 no Brasil: uma nova geografia eleitoral? In: *ALCEU*. Rio de Janeiro, vol. 3, nº. 6, 2003, pp. 287-327.

_____. La elección presidencial de 2006 en Brasil. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 73-94.

LOSADA, Rodrigo et alii. *Atlas sobre las elecciones presidenciales de Colombia, 1974-2002*. Bogotá: Javegraf-ADAC, 2004.

_____. Las elecciones presidenciales de 2006 en Colombia. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 133-155.

ROMERO BALLIVIÁN, Salvador. *Geografía Electoral de Bolivia*. 3ª ed. La Paz: Fundemos, 2003.

_____. La elección presidencial del 18 de diciembre de 2005 en Bolivia. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 37-71.

SIEGFRIED, André. *Tableau politique de la France de l'Ouest*. Paris: Imprimerie Nationale, 1995.

SONNLEITNER, Willibald. Las elecciones en México y Centroamérica: ¿polarización o fragmentación?. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 195-220.

VARGAS LEÓN, Carlos. Perú: Elección presidencial 2006. In: Salvador Romero Ballivián (Compilador). *Atlas Electoral Latinoamericano*. La Paz: Corte Nacional Electoral, 2007, pp. 221-239.

WANIEZ, Philippe et alii. La géographie électorale du Brésil: l'élection présidentielle de 1994. In: *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, nº. 24, 1997, pp. 131-154.

_____. Une lecture du nouvel Atlas électoral du Brésil. In: *Lusotopie*, Paris, 2000, pp. 537-577.

_____. Après l'élection de Lula, une nouvelle géographie électorale du Brésil? In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº. 46/47, 2002, pp. 157-177.

_____. L'élection présidentielle de 2006 au Brésil: continuité politique, nouvelle géographie électorale. In: *Problèmes d'Amérique Latine*. Paris, nº. 63, 2007, pp.37-50.

Neste trabalho, pretende-se realizar uma análise dos padrões de comportamento eleitoral, através do mapeamento sistemático dos resultados das cinco últimas eleições presidenciais, levando-se em consideração o país em seu conjunto. Além das variáveis eleitorais, foi mapeado um conjunto de indicadores demográficos e socioeconômicos, baseados nos dados do Censo Demográfico de 2000, do IBGE, com a finalidade de ajudar a explicar o comportamento dos eleitores nas diferentes regiões brasileiras.

www.vozes.com.br

 EDITORA
VOZES
Uma vida pelo bom livro
vendas@vozes.com.br

EDITORA
PUC
RIO

ISBN 978-85-326-4035-2



9 788532 640352